

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

Tese de Doutorado

**REDES SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS:
INTERFACES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA,
ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**REDES SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS:
INTERFACES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA,
ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS

*Sob a orientação da professora
Dra. Claudia Job Schmitt*

*e co-orientação do professor
Dr. John Cunha Comerford*

Tese de doutorado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau
de **Doutora em Ciências** no Programa
de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
setembro de 2014

004.6098151	Campos, Ana Paula Teixeira de.
C198r	Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais./ Ana Paula Teixeira de Campos, 2014.
T	195 f.
	Orientador: Claudia Job Schmitt
	Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 182-195.
	1. Redes sociais - Teses. 2. Organizações sociais – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. 4. Campesinato – Teses. 5. Agricultura familiar – Teses I. Schmitt, Claudia Job. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS

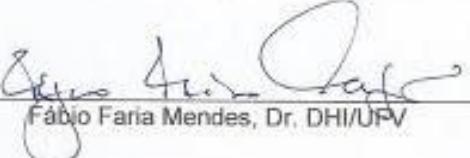
Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Ciências.

Tese aprovada em: 26/09/2014.


Claudia Job Schmitt, Dr(a). CPDA/UFRRJ
(Orientador)


John Cunha Comerford, Dr. PPGAS/MN/UFRJ
(Co-orientador)


Marcelo Kunrath Silva, Dr. PPGS/UFRGS


Fábio Faria Mendes, Dr. DHI/UFV


Leonilde Servolo de Medeiros, Dr(a). CPDA/UFRRJ


Maria José Teixeira Carneiro, Dr(a). CPDA/UFRRJ

Dedico este trabalho aos meus pais, Sebastião Ribeiro de Campos (1939-2000) e
Erondina Teixeira de Campos (1938-1982), com amor e saudades.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido possível sem a colaboração e o apoio direto e indireto de várias pessoas durante a sua realização. Mas gostaria de agradecer as pessoas que estiveram mais próximas dessa caminhada.

De forma muito especial, agradeço aos agricultores e agricultoras que participaram desta pesquisa, me recebendo com toda a atenção em suas casas para responder o longo e cansativo questionário e fazer o relato paciente de suas trajetórias de vida.

Também agradeço às lideranças de Araponga e aos representantes das organizações de agricultores STR, AFA e Cresol. Aos técnicos do CTA/ZM que me concederam com boa vontade entrevistas esclarecedoras e pertinentes às questões da tese sobre a história de fundação e o trabalho da entidade, e também agradeço ao setor de documentação. Também gostaria de agradecer ao técnico da Emater em Araponga pela disponibilidade e informações concedidas.

Agradeço à minha orientadora, a professora Claudia Job Schmitt, que aceitou o desafio da orientação e cujo diálogo e dedicação proporcionados foram fundamentais para que conseguisse concluir esta tese. Agradeço igualmente ao meu co-orientador, o professor John Cunha Comerford, por sua generosidade e por estar sempre disposto a dialogar e contribuir de forma clara e educada em todos os momentos.

Aos demais professores e todos os funcionários do CPDA/UFRRJ, em especial à professora Leonilde Servolo de Medeiros, pelas sugestões e oportunas indagações no seminário de tese, bem como todo o incentivo durante o doutorado.

Aos professores que participaram da banca de defesa, Marcelo Kunrath Silva (PPGS/UFRGS), Fábio Faria Mendes (DHI/UFV), Leonilde Servolo de Medeiros e Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ) pelos comentários pertinentes e sugestões.

Também agradeço à CAPES pelo financiamento de meus estudos, que me permitiu a dedicação necessária e a realização do estágio doutorado “sanduíche” no Grupo de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen, Holanda.

Gostaria de agradecer, especialmente, ao meu orientador estrangeiro durante o estágio, o professor Jan Douwe van der Ploeg, pela recepção, disponibilidade, leitura atenta e pelas suas críticas e sugestões referentes à tese.

Agradeço aos demais professores do Grupo de Sociologia Rural e do Grupo de Sociologia e Antropologia do Desenvolvimento com os quais tive a oportunidade de dialogar. Agradeço também aos funcionários da secretaria pelo atendimento e apoio.

Aos colegas e amigos que fiz no CPDA, em especial: Bruno, Lea, Arnaldo, Júnior, Daniel, Ana Isabel, Marco, Jaqueline, Sandra, Flávia, Sérgio e Marcelo. Com vocês, as minhas idas ao Rio, longe da família, se tornaram mais leves, alegres e enriquecedoras. Também agradeço a acolhida no Rio de Janeiro e o apoio de uma amiga muito especial, Generosa, e dos amigos que fiz em sua casa, Vinícius e Renato.

Agradeço também às pessoas que tornaram minha jornada mais interessante em Wageningen: Meng, Pieter, Oscar, Wiebke, Simona, Femke e Agnese, além dos amigos brasileiros que lá conheci: Chaiane e Armando. Pela acolhida, apoio e atenção, agradeço aos amigos Arne e Irene. Em Viçosa, teria muitas pessoas para agradecer, mas vou citar duas em especial: Fábio, sempre com sua generosidade intelectual, esclarecendo, escutando e incentivando, e que de professor virou mestre e amigo; e minha amiga/comadre Janaina, que me apoiou e incentivou em todos os momentos.

Agradeço aos meus familiares e demais amigos, os de perto e os de longe, com os quais compartilhei as dificuldades e angústias, mas também as conquistas.

Ao Cacau e ao Luca, meus amores, porque sem eles não teria chegado até aqui. Com eles, tudo faz sentido.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais.** 2014. 195 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2014.

RESUMO

Este trabalho busca compreender as interfaces construídas no plano local, nas diversas interações que se estabelecem entre os camponeses, suas redes de relações sociais, as organizações sociais e as políticas públicas, em um pequeno município do interior da Zona da Mata mineira chamado Araponga. Em um primeiro plano, reconstruímos a trajetória histórica das redes e organizações de agricultores existentes no município, a intermediação exercida pelas organizações de agricultores na implementação das políticas públicas, tomando como ponto de referência as formas de ação coletiva constituídas a partir de uma experiência singular de compra de terras pelos agricultores, por eles denominada *Conquista de Terras em Conjunto*. Em um segundo momento, reconstruímos a trajetória de vida de algumas famílias de agricultores e sua relação com as políticas públicas. A reconstituição destas trajetórias teve por base trabalho de campo desenvolvido em diferentes comunidades do município: Praia D'anta (estendida a São Joaquim), Salazar e Estouros. A pesquisa buscou compreender o modo como processos de organização construídos no plano local influenciam as interações estabelecidas pelas famílias de agricultores com as políticas públicas, atentando especialmente para as que buscam promover o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar. Os resultados da pesquisa sugerem que as traduções que os agricultores fazem das políticas públicas estão estreitamente relacionadas às suas trajetórias de vida e às distintas estratégias de reprodução implementadas pelas famílias. As estratégias de reprodução e as trajetórias, por sua vez, são influenciadas por uma série de dimensões constitutivas do universo social destes agricultores, incluindo: as formas diferenciadas de relação com a terra; as relações de trabalho, ou seja, quem exerce trabalho fora da propriedade, quem está na condição de meeiro ou de pequeno proprietário; as relações com a comunidade e/ou córrego em que vivem; o modo como manejam seus sistemas produtivos; a relação com o mercado; as redes de relações pessoais e institucionais em que estão inseridos. Este estudo mostra, a partir do que acontece no plano local, a complexidade dos processos que envolvem o acesso a diferentes políticas públicas, que são, em princípio, universalizantes, voltadas à promoção de diferentes categorias de agricultores familiares, mas que acabam produzindo efeitos diferenciados em sua implementação no plano local.

Palavras Chave: Redes Sociais, Organizações Sociais, Políticas Públicas, Campesinato, Agricultura Familiar.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Social networks, organizations and public policies: Interfaces in agriculture in the municipality of Araponga, Zona da Mata of Minas Gerais.** 2014. 195 p. Thesis (Doctorate in Social Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2014.

ABSTRACT

The aim of this work is to understand the interfaces constructed at local level by peasants who live in the village of Araponga, situated at the *Zona da Mata* region, in the interior of Minas Gerais State, and their network of social relations, social organizations and public policies. Initially, the historical trajectory of farmers' organizations and networks in the municipality had been reconstructed, as well their role in the processes regarding public policies implementation, taking as reference the forms of collective action born from a particular experience of land acquisition by farmers, named by them as *Joint Land Conquest*. In a second moment, the life histories of some of the peasants have been reconstructed relating them to the public policies. The reconstitution of these trajectories was based on field work in different communities of the municipality: Praia D'anta, São Joaquim, Salazar and Estouros. The research aimed to understand how organizational processes constructed locally, influence the interactions established by the peasants and their families with public policies, with special attention to those policies that seek to promote rural development and the strengthening of family farming. The results suggest that the translations that farmers make of public policies are closely related to their life trajectories and to the various reproductive strategies implemented by their families. These reproductive strategies and trajectories, in turn, have been influenced by various constitutive dimensions of the social universe of these farmers including: the different forms of relationship with the land; the labor relations, i.e, work activities carried out outside the property, sharecropper or small owner relations; relations with the community and / or the environment where they live; the way their production systems are handled; the relation with the market, personal networks and local institutions. This study shows us, from a local level standpoint, the complexity of the processes engaged to access different public policies, which are, in principle, universalized, target to different categories of family farmers, but that end up producing differentiated effects in their implementation at a local level.

Keywords: Social Networks, Social Organizations, Public Policy, Peasantry, Family Farming.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. Réseaux sociaux, organisations et politiques publiques: les interfaces de l'agriculture dans le village d'Araponga dans la région de la Zona da Mata, dans l'état de Minas Gerais, au Brésil. 2014. 195 p. Thèse (Doctorat en Sciences Sociales en Développement, Agriculture et Société) Institut de Sciences Humaines et Sociales. Université Fédérale Rurale du Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

RÉSUMÉ

Ce travail a l'objectif de comprendre les interfaces construites dans un plan local des interactions sociales diverses établies entre les paysans, ses réseaux de relations sociales, les politiques publiques, dans le petit village d'Araponga, à l'intérieur de la région de la Zona da Mata, dans l'état de Minas Gerais, au Brésil. Tout d'abord, nous avons reconstruit la trajectoire historique des réseaux et organisations des agriculteurs du village, l'intervention des organisations d'agriculteurs dans la mise en oeuvre des politiques publiques, en considérant les manières d'action collective constituées à partir d'une expérience unique d'achats de terres par les agriculteurs, aussi connue comme Conquête de terres conjointement entre eux mêmes. Ensuite, nous avons reconstruit la trajectoire de vie de quelques familles de paysans et leurs relations avec les politiques publiques. La reconstitution de ces trajectoires a eu comme base le travail développé dans les différentes communautés du village comme: Praia D'anta (jusqu'à São Joaquim), Salazar et Estouros. Cette recherche a eu le but de comprendre la manière comme les processus d'organisation construits dans le plan local ont influencé les interactions établies entre les familles d'agriculteurs et les politiques publiques, surtout celles qui ont la finalité de promouvoir le développement rural et l'agriculture familiale. Les résultats de la recherche suggèrent que les interprétations que les paysans font des politiques publiques sont relationnées à leurs trajectoires de vie et aux différentes stratégies de reproduction implantées par les familles. Les stratégies de reproduction et les trajectoires sont influencées par une grande quantité de dimensions de l'univers social des agriculteurs, comme les différentes manières de relation avec la terre et les liens de travail, en d'autres termes, ceux qui travaillent hors de la terre, ceux qui sont des métayers ou des petits fermiers, leurs relations avec la communauté où ils habitent, la façon comme ils font face aux systèmes de production, leurs relations avec le marché, leurs liens personaux et institutionnels. Alors, ce travail présente, à partir de ce qui se passe dans le plan local, la complexité des processus concernant l'accès aux différentes politiques publiques qui sont, d'abord, universalisées, orientées vers la promotion de différentes catégories d'agriculteurs, mais, en réalité, causent des effets divers au moment de la mise en oeuvre dans le plan local.

Mots clés: Réseaux Sociaux, Organisations Sociales, Politiques Publiques, Paysannerie, Agriculture Familiale.

LISTA DE SIGLAS

AFA	Associação dos Agricultores Familiares de Araponga
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APCEA	Associação de Produtores de Cafés Especiais de Araponga
ARTR-ZM	Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEIFAR/ZM	Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da ZM
CELAM	Encontro do Episcopado Latino Americano
CEPEC	Centro de Pesquisa e Promoção Cultural
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Cresol	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR-CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
DPE	Departamento de Educação
DPS	Departamento de Solos
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DRPA	Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas
Ecosol	Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária
EFA-Puris	Escola Família Agrícola Puris
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAAV	Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPE	Movimento de Apostolados de Pioneiros do Evangelho
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOBON	Movimento da Boa Nova
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PESB	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRODEMATA	Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata de Minas Gerais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SAT	Sem Agrotóxico
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo de Minas Gerais
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
TSB	Território Serra do Brigadeiro
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS, SOCIOGRAMAS E TABELAS

Figura 1: As doze mesorregiões do estado de Minas Gerais e a localização do município de Araponga na Zona da Mata mineira.....	27
Figura 2: Cronologia dos principais acontecimentos em torno da <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	65
Figura 3: Graus de parentesco dos participantes da <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	84
Figura 4: Cronologia da criação das principais organizações, políticas públicas e projetos em Araponga.....	103
Figura 5: Representação das várias dimensões do campo social estudado.....	119
Gráfico 1: Evolução do número de famílias e área adquirida através da <i>Conquista de Terras em Conjunto</i> no município de Araponga (1989-2010).....	30
Quadro 1: Os dez mandamentos da <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	53
Quadro 2: Priorização de problemas que foram identificados no Diagnóstico Rural Participativo de 1993 pelos agricultores.....	72
Quadro 3: Relações de parentesco na <i>Conquista de Terras</i> e nas organizações.....	91
Quadro 4: Composição das diretorias do STR.....	94
Quadro 5: Composição das diretorias da AFA.....	97
Quadro 6: Composição das diretorias da Ecosol/Cresol.....	98
Quadro 7: Identificação das famílias, condições de posse da terra e relações de trabalho.....	129
Quadro 8: Relações de trabalho: parceria/meação.....	133
Quadro 9: Comunidade 1 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas.....	140
Quadro 10: Comunidade 2 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas.....	145
Quadro 11: Comunidade 3 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas.....	149
Sociograma 1: Redes de parentesco dos participantes da <i>Conquista de Terras em Conjunto</i> até 2005.....	86
Sociograma 2: Sócios fundadores das organizações.....	88
Sociograma 3: Sócios fundadores, ligações e tipos de laços.....	90
Tabela 1: A participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais em arrobas.....	24
Tabela 2: Estabelecimentos rurais de Araponga (1996-2006).....	28
Tabela 3: Estabelecimentos agropecuários por condição do produtor Araponga – Unidades (2006).....	32
Tabela 4: Distribuição de fornecedores para o Pnae por comunidade.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - A ZONA DA MATA MINEIRA, O MUNICÍPIO DE ARAPONGA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	22
1.1 A Zona da Mata mineira: histórico de ocupação e processo de introdução da cultura cafeeira.....	22
1.2 O município de Araponga e a sua conformação fundiária e agrícola.....	25
1.3 A trajetória das organizações sociais de agricultores e a conquistas de políticas públicas para o campo.....	33
CAPÍTULO II – A GÊNESE DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES EM ARAPONGA E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO: TECENDO A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	43
2.1 Tecendo as redes de relações sociais: a <i>Conquista de Terra em Conjunto</i> e a institucionalização do Sindicato de Trabalhadores Rurais (criação: 1977-1990).....	46
2.2 O Diagnóstico Rural Participativo de Araponga, as ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (consolidação: 1991 - 1997).....	69
2.3 A emergência de novas organizações de agricultores, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o acesso a projetos via território da Serra do Brigadeiro (ampliação: 1998 - 2008).....	76
CAPÍTULO III – O COTIDIANO DA POLÍTICA LOCAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: AS INTERFACES EM JOGO.....	104
3.1 Os trâmites de uma política pública em um pequeno município.....	104
3.2 A dificuldades iniciais para a implementação do Pnae.....	109
3.3 O jogo político local e o reflexo no acesso a programas e projetos.....	112
CAPÍTULO IV - REDES SOCIAIS, COMUNIDADES E FAMÍLIAS: DIFERENTES TRADUÇÕES E INTERFACES NA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	118
4.1 As comunidades de Praia d'Anta e São Joaquim.....	136
4.2 A comunidade de Salazar.....	142
4.3 A comunidade de Estouros.....	147
4.4 A trajetória das famílias: distintas traduções e interfaces na relação com as políticas públicas.....	151
4.4.1 Em Praia D'Anta e São Joaquim: redes de relações, propriedade da terra e formas de manejo da propriedade.....	152

4.4.2 Em Salazar: redes de relações, inserção institucional e trabalho fora da propriedade.....	164
4.4.3 Em Estouros: a importância da questão da posse da terra e das redes de relações.....	170
Considerações Finais.....	179
Referências Bibliográficas.....	182

INTRODUÇÃO

O principal tema abordado nesta pesquisa, a relação dos agricultores com as políticas públicas, tem sido tratado de diversas maneiras nas ciências sociais, em campos do conhecimento, como sociologia, antropologia e estudos sobre desenvolvimento rural, e na análise de políticas públicas. Não se trata, todavia, de um tema esgotado, visto que cada pesquisa traz à tona novos contextos, temas de pesquisa e referenciais de análise. Como exemplos de pesquisas¹ desenvolvidas nesse campo temático, podemos elencar os diferentes estudos que abordam os processos pelos quais as políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares foram criadas (MULLER, 2007; GRISA, 2012). Tais pesquisas avaliam a eficácia de diferentes instrumentos de políticas públicas, em âmbito nacional ou em contextos específicos (CARNEIRO, 1997; MATTEI, 2001; GUANZIROLI, 2007; SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2009; TRICHES, 2010; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013) e os trabalhos que têm como foco a atuação dos movimentos sociais do campo no cenário político, reivindicando políticas públicas (MEDEIROS, 1989; PALMEIRA, 1989). Merecem destaque, ainda, os estudos que procuram analisar o modo como as diferentes categorias dos atores sociais no meio rural foram sendo construídas ao longo do tempo, a exemplo da noção “agricultor familiar”, em um processo que tem, como uma de suas dimensões, a relação com as políticas públicas (MEDEIROS, 2001, 2010; NEVES, 2002; PICOLOTTO, 2006, 2011).

Mas quais são as interfaces que ocorrem quando a política pública chega ao plano local, nas diversas interações que se estabelecem entre os camponeses, suas redes de relações, as organizações locais e as políticas públicas? Como os diferentes tipos de agricultores traduzem essas políticas? As redes de relações sociais nas quais estão inseridos interferem nas dinâmicas de acesso e no modo como os agricultores se apropriam dos diferentes programas governamentais? A partir destas questões, a proposta desta pesquisa foca a sua atenção nas experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos agricultores em sua relação com as políticas públicas, buscando compreender, através de um estudo de caso, os processos envolvidos na implantação das políticas públicas dirigidas à agricultura familiar no plano local.

O município de Araponga, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais foi eleito como ambiente de pesquisa. Essa escolha foi feita por diferentes motivos. Primeiramente, por ser um lugar que possui uma experiência singular de compra de terras em conjunto, que teve início entre irmãos no ano de 1977, sofrendo um processo de ampliação através da mobilização de redes de parentesco envolvendo agricultores ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esta experiência, denominada pelos próprios agricultores como *Conquista de Terras em Conjunto*² não surgiu a partir de uma política pública, mas foi o resultado de uma ação coletiva que possibilitou a criação posterior de outras organizações. A trajetória da *Conquista de Terras em Conjunto* foi analisada em minha monografia de especialização (CAMPOS, 2004) e desenvolvida, em um maior nível de detalhamento, na minha dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (CAMPOS, 2006)³. O trabalho buscou demonstrar como redes de relações sociais pré-existentes, como as de parentesco e vizinhança, teceram laços de confiança e reciprocidade que permitiram sua consolidação ao longo dos anos, abrangendo um número crescente de famílias e permitindo a institucionalização dessa

¹ Estes trabalhos serão abordados com mais detalhes no Capítulo 1, item 1.4 da tese.

² Estão em itálico ao longo do texto: categorias nativas, que são as palavras utilizadas pelos entrevistados, palavras em outro idioma, título de obras e conceitos e/ou categorias de autores citados.

³ Posteriormente outros trabalhos foram realizados sobre a conquista de terras, como a monografia de Campos (2007) e a dissertação de mestrado de Van den Berg (2010), utilizando outros referenciais de análise.

experiência⁴. Essa forma de ação coletiva, originada entre parentes e amigos que começaram a participar dos encontros promovidos pelas CEBs, impulsionou, também, a criação, em âmbito local, de outras organizações, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), a Escola Família Agrícola- Puris⁵ e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol). Nesse processo, foram construídas também relações com um conjunto mais amplo de instituições, governamentais e não governamentais, situadas para além das fronteiras municipais. Desta forma, como segundo motivo, o que me levou a escolher o caso de Araponga foi a constatação de que nesse pequeno município no interior de Minas Gerais, com população predominante rural, essas dinâmicas de ação coletiva levaram a uma complexificação do tecido associativo local, com a criação de novas organizações e a construção de relações com diferentes políticas públicas.

Em 2010 e 2011 foram feitos os primeiros contatos com agricultores e lideranças de Araponga, ligadas à *Conquista de Terras*, tendo como objetivo a realização da pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado. Em 2011, participei de uma reunião mensal no STR, na qual compareceram seis agricultores. Nesta ocasião, expliquei a eles que o meu interesse não era estudar apenas a rede específica de agricultores envolvida na experiência da *Conquista de Terras*, mas compreender, de forma abrangente, o processo de organização social do município e as redes de relações ali envolvidas, com especial atenção para as relações dos agricultores e de suas organizações com as políticas públicas. Aproveitando a ocasião, me informaram que outros agricultores, ao saber da *Conquista de Terras*, haviam se engajado em estratégias similares de compra de terras e mencionaram experiências bastante parecidas que vêm ocorrendo em outros municípios da Zona da Mata mineira, como nos casos de Divino e Espera Feliz. Relataram, também, que esses agricultores, que tiveram acesso à terra através dessas aquisições, hoje estão incentivando seus filhos a comprarem terras e não esperarem tê-las apenas por herança. Segundo eles, a *Conquista* mostrou que comprar terra era possível. Nesta mesma reunião, expliquei que além de realizar entrevistas com as famílias agricultoras do município, eu tinha interesse em pesquisar as atas das reuniões realizadas pelas diretorias das organizações locais criadas pelos agricultores, como o STR, a AFA e a Ecosol, e que gostaria, também, de entrevistar outros agricultores e instituições que não fazem parte da rede dos agricultores pesquisada no mestrado. Por fim, marquei reuniões com dois técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma organização não governamental que atua há mais de 25 anos no campo da agroecologia⁶ e do desenvolvimento rural sustentável prestando assessoria aos agricultores da região. O CTA-ZM tem atuado,

⁴ Como um estudo de caso teoricamente orientado, a experiência da conquista de terras em Araponga foi analisada em minha dissertação de mestrado a partir da articulação entre diferentes conceitos e teorias. Sob a orientação do professor Fábio Faria Mendes, procuramos combinar referências internacionais sobre associações de microcrédito e fundos rotativos; as noções de desenvolvimento como liberdade; capital social, confiança e redes e abordagens selecionadas ligadas à sociologia da vida econômica. Buscamos ainda apreender as formas de monitoramento informal desenvolvidas pelos agricultores através do conceito de colateralização (CAMPOS, 2006).

⁵ Que não se trata propriamente de uma organização de agricultores, mas surgiu pelo empenho dos mesmos, o que será abordado mais adiante.

⁶ Uma definição de agroecologia é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina para quem a: “agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural” (apud CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 13).

historicamente, junto às organizações sociais no tema das políticas públicas. No decorrer da pesquisa foi necessário entrar em contato, por diversas vezes, com outros técnicos da entidade para esclarecer dúvidas sobre determinados programas que os mesmos acompanhavam mais de perto.

Minha proximidade com os agricultores, por já ter feito outra pesquisa no município, trouxe algumas facilidades em relação à inserção no campo, como o agendamento das entrevistas e o acesso aos informantes-chave, mas também impôs alguns desafios relacionados ao distanciamento em relação ao objeto de pesquisa. Primeiramente, por já ter realizado a pesquisa sobre a *Conquista*, mas, também, porque no ano de 2002, fui convidada por um deles, uma antiga liderança de CEBs, a entrar em uma compra coletiva de terras, em que acabei por adquirir 1,12 hectares. Este convite aconteceu, basicamente, por dois motivos: primeiro, porque eu já era conhecida dos agricultores em função do trabalho de prestação de serviços que estava fazendo para o CTA-ZM na produção de vídeos documentários. Em segundo lugar, porque eles estavam tentando fechar um grupo de compra de terras em um local que tinha uma parte de terra apropriada para a agricultura e outra parte menos apropriada, por causa do terreno rochoso. Assim, nós ficamos com este terreno menos adequado à atividade agrícola, mas situado em um local que tem potencial turístico para o município, pois fica em frente à Pedra Redonda, um maciço que é visto logo quando se chega ao município. Assim, participaram desta compra de terras em conjunto mais três famílias ‘da cidade’ que são conhecidas dos agricultores (dois técnicos do CTA-ZM e um professor da Universidade Federal de Viçosa – UFV).

Devido à proximidade com o grupo da *Conquista*, outro desafio enfrentado durante o trabalho de campo, foi tentar transitar pelos distintos grupos políticos existentes dentro do município. De certa forma, ao participar de uma compra de terras, passei a ser vista como uma pessoa próxima ao grupo diretamente envolvido na organização da *Conquista* e que fundou as principais organizações de agricultores. Em alguns momentos, as pessoas que se tornaram meus interlocutores durante o trabalho de campo me viam como alguém que “trabalhava no CTA-ZM”. Algumas vezes, fui surpreendida com as seguintes perguntas: “É você que tem terra lá na Pedra Redonda? Tá passeando por aqui? Você trabalha no CTA?”. Quando esta última indagação surgia, eu explicava que nunca havia trabalhado como uma integrante efetiva da equipe do CTA-ZM, mas que havia feito prestação de serviços visando à produção de três vídeos documentários com a entidade, em 2002 e 2003. Os que me conheciam, perguntavam, por vezes, se um dia eu iria morar na *terra* em Araponga. Outros, no entanto, tiveram contato comigo pela primeira vez durante o trabalho de campo. Não há dúvida, no entanto, de que o fato de me reconhecerem e me associarem ao grupo da *Conquista* e/ou do CTA-ZM dificultou o acesso a ‘outras’ redes de relações no município.

Com o desenrolar da pesquisa e pelo fato de ser associada a um determinado grupo, o contato com pessoas não ligadas às CEBs, às aquisições coletivas de terra, ao STR e às demais organizações ligadas a este campo político mostrou-se um tanto quanto difícil, ainda mais por ser um campo político que se identifica com o Partido dos Trabalhadores (PT). Por mais que pedisse e tentasse agendar entrevistas com pessoas não ligadas a esta rede, logo descobri que não se tratava de uma tarefa fácil. Mas mesmo conseguindo agendar entrevistas com algumas famílias que não estavam aparentemente envolvidas nesse círculo de relações, na medida em que aprofundava os contatos, acabava constatando que elas haviam estado, em algum momento de sua trajetória, ligadas a essa rede de pessoas e organizações. Com o avanço do trabalho de campo, ficou claro que o foco principal desta pesquisa seriam as relações estabelecidas pelos agricultores de Araponga com as políticas públicas, vistas a partir de um ponto de observação específico, ou seja, as pessoas e organizações direta ou indiretamente vinculadas às dinâmicas de ação coletiva criadas a partir da *Conquista de Terras em Conjunto*.

Vale destacar que a rede que criou a *Conquista de Terras em Conjunto* também participou da estruturação de distintas organizações de agricultores que foram se constituindo no município. O STR, a primeira organização a ser criada, passou a coordenar a experiência de compra coletiva de terras, bem como os recursos de um fundo de crédito rotativo destinado a esse fim. A experiência organizativa do STR desdobrou-se, posteriormente, na fundação da AFA e da Ecosol. A rede estruturada em Araponga a partir da *Conquista de Terras*, ampliou-se, ao longo do tempo, alcançando novas institucionalidades a partir da criação de diferentes organizações representativas dos agricultores.

Este processo de institucionalização das organizações de agricultores ao longo dos anos, a partir da criação do STR, também contribuiu para que os agricultores articulados através desta rede ampliassem seu envolvimento com diferentes políticas públicas, participando de debates e mobilizações relacionados a esse tema, assumindo responsabilidades na execução de algumas políticas através das organizações locais e indicando representantes que passaram a atuar, em nome dos agricultores de Araponga, em diferentes conselhos, colegiados e outros espaços de diálogo, consulta e concertação envolvendo o poder público e a sociedade civil. Merecem destaque, no caso em estudo, as políticas de previdência social, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais⁷. Em certos períodos, essas dinâmicas de organização social e participação política também aproximaram ou afastaram as organizações de agricultores do poder público municipal, ora participando do governo, ora na oposição. Houve também uma ampla participação dos agricultores e das organizações locais em encontros regionais e nacionais relacionados à agricultura familiar, à agroecologia e à economia solidária.

Na última década, estes agricultores, por meio de suas organizações representativas no município, conseguiram articular iniciativas locais, algumas delas apoiadas, originalmente, com recursos da cooperação internacional, acessando projetos, e posteriormente as políticas públicas direcionadas aos agricultores. Participaram efetivamente da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb)⁸, do Plano de Desenvolvimento Rural, dos conselhos municipais - entre os quais destacam-se: o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Municipal de Saúde, o de Educação, entre outros - no acesso ao Pronaf, no acesso ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) com sua operacionalização no Território Serra do Brigadeiro (TSB), instituído em 2003. Este último foi operacionalizado por meio da implementação de projetos territoriais direcionados aos municípios, que compõem o território a partir da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Ptdrs) cuja execução foi coordenada pelo CTA-ZM. Por meio de oficinas territoriais foram definidas linhas de ação e prioridades para a elaboração de projetos para o desenvolvimento sustentável do território (CTA-ZM, 2004; FREITAS, 2011). Os recursos do Pronat possibilitaram a construção em Araponga da sede da EFA-Puris, da sede da Ecosol, do mercadinho da AFA, bem como a compra de um caminhão e equipamentos para a AFA.

⁷ Araponga faz parte do território da Serra do Brigadeiro, que possui um parque estadual criado em 1996, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb). Estão inseridas no Pesb áreas de oito municípios: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Sericita e Pedra Bonita. O parque tem uma área total de 14.984,2 mil hectares, sendo que 41% deste total pertencem ao município de Araponga. O processo de constituição do parque será descrito no capítulo II.

⁸ A rede de contatos e inserção do CTA-ZM permitiu, originalmente, a captação de recursos da cooperação internacional, o conhecimento e o acesso a programas e projetos, bem como a mobilização dos agricultores para a efetiva participação na criação do Pesb. Todo este processo de constituição da rede de contatos das organizações de agricultores com atores externos será descrito com mais detalhes no capítulo II, da tese.

O trabalho desenvolvido durante o mestrado, no qual foi utilizada como ferramenta de pesquisa a análise de redes sociais, permitiu reconstruir a rede de relações que originou a *Conquista de Terras*, baseada em redes de relações pré-existentes como parentesco e vizinhança, e que teve como desdobramento a criação destas diferentes organizações que foram se estruturando em nível local. Temos como referências importantes nesse processo o trabalho inicial de organização dos agricultores desenvolvido pelas CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) na região, a interação dos agricultores com o CTA/ZM que promoveu o uso de tecnologias alternativas com enfoque agroecológico, a criação do STR e sua afiliação sindical em nível regional e a outras instituições.

As organizações também não foram criadas de forma simultânea, mas, sim, através de um processo articulado, na medida em que a participação em um espaço produziu os recursos, contatos e habilidades para a criação de novas formas associativas no plano municipal ou para a vinculação das organizações sociais existentes em Araponga com outros espaços e organizações em nível regional, estadual e nacional. Isso é o resultado da presença de determinados mediadores cuja atuação perpassa essas diferentes arenas, com destaque para as organizações sindicais rurais com seus diferentes níveis de afiliação e para o CTA-ZM, entidade que esteve inserida, desde sua criação, em redes com atuação no campo das tecnologias alternativas e, posteriormente, da agroecologia, em âmbito estadual e nacional.

A pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado buscou compreender as dinâmicas relacionadas à implementação das políticas públicas no plano local a partir das experiências vividas pelos agricultores familiares e suas organizações em Araponga. O trabalho teve como objetivo, em um primeiro plano, reconstituir a trajetória histórica das redes e organizações de agricultores no município, tomando como eixo de referência a rede que foi construída em torno da *Conquista de Terras em Conjunto* e buscando compreender as relações que foram sendo estabelecidas, ao longo do tempo, por esses atores com as políticas públicas. O trabalho buscou, em um segundo plano, compreender o modo como esses processos de organização construídos no plano local influenciam as relações estabelecidas pelas famílias de agricultores com as políticas públicas. O horizonte temporal coberto pela pesquisa toma como marco a criação da *Conquista de Terras*, ainda quando era uma *história de família*, por volta de 1977/1978, estendendo-se até o momento de realização da pesquisa.

A partir da realidade de Araponga, podemos identificar algumas relações entre o que ocorre no contexto local, em nível municipal, e as mudanças ocorridas no plano nacional, o que não significa que as dinâmicas locais sejam um mero reflexo de mudanças ocorridas em uma esfera política externa ao município, pois as transformações que ocorrem no local também possuem a sua própria dinâmica enraizada em seu contexto social e político específico. Como sugerem Tilly e Goodin (2006) na introdução do livro *Contextual Political Analysis*, intitulado “*It depends*”: “como o processo político atualmente trabalha e quais são os resultados produzidos depende fortemente do contexto em qual ele ocorre”⁹. Para estes autores, a atenção ao contexto não causa desordem na descrição e explanação do processo político, mas, ao contrário, promove um conhecimento sistemático do mesmo. Para que possamos explicar como certos grupos chegaram a determinadas escolhas e produziram resultados específicos, torna-se fundamental dedicar atenção especial ao contexto histórico, social, institucional, econômico, político e cultural, nos quais esses atores se encontram inseridos.

As reflexões deste trabalho tem como importantes referências os conceitos de interface social (*social interface*) e tradução (*translation*) na forma como foram desenvolvidos

⁹Tradução da autora: “*Here, as elsewhere, how political processes actually work and what outcomes they produce depend heavily on the contexts in which they occur*” (TILLY; GOODIN, 2006, p. 4).

por Norman Long, nas seguintes obras *Encounters at the Interface: a Perspective in Social Discontinuities in Rural Development* (1989) e *Development Sociology: Actor Perspectives* (2001), e por outros autores ligados à chamada Escola de Wageningen, além de outros artigos publicados, como de Long e Van der Ploeg (1989; 2009). A conhecida *Escola de Wageningen*¹⁰ pautou suas pesquisas a partir da *perspectiva orientada ao ator* com ênfase no conceito de *agência* e no desenvolvimento da noção de *interface*. O conceito de interface social, segundo Long (2001, p. 243) busca designar “um ponto crítico de intersecção entre mundos de vida, campos sociais ou níveis de organizações sociais onde descontinuidades sociais, baseadas em divergências de valores, interesses, conhecimento e poder, são mais prováveis de serem encontrados”¹¹. O conceito de interface implica um encontro (*encounter*) face a face entre indivíduos ou unidades que representam diferentes interesses e recursos. A *perspectiva centrada ao ator* tem como premissa que os atores sociais são agentes ativos em suas ações, possuindo capacidade de interagir com outros atores e expandir a sua rede de relações (*actor-network*) (PLOEG, 2003, p. 18)¹². Nessa perspectiva, a agência não se limita à capacidade individual do ator, mas parte da ideia de que, por meio de sua agência, os atores são capazes de promover mudanças no seu meio social, em articulação com outros atores.

Sob esse enfoque, os atores não recebem e aceitam as ações governamentais ou não governamentais, sejam projetos, programas ou políticas públicas, apenas como receptores passivos dessas intervenções. Em outro trabalho, Long e Ploeg (2011) ressaltam que a abordagem centrada nos atores busca compreender a emergência de respostas diferenciadas em circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições possam parecer relativamente homogêneas¹³. Desta forma, segundo estes autores, as diferentes categorias de agricultores “definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas”¹⁴. Os autores, afirmam, porém, que a abordagem centrada nos atores não nega o conceito de estrutura, mas rejeita-o como um conjunto de forças externas que “regulam modos específicos de ação considerados obrigatórios ou necessários, enquanto outros modos são definidos como impossíveis”¹⁵. Assim, para Long e Ploeg, as noções de agência e heterogeneidade se tornam relevantes na compreensão dos processos sociais. Segundo os autores: “Esta forma de compreender a noção de estrutura como produto da interrelação, interação, distanciamento e transformação mútua contínua entre diferentes projetos de atores, não implica que a estrutura seja apenas conceituada como a agregação de micro-episódios, situações ou projetos”¹⁶. Para Long (2001, p. 50), o local não é moldado pelo global e o global não pode ser visto como resultado da agregação entre diferentes localidades. A perspectiva orientada aos atores tem como objetivo elucidar conjuntos de inter-relações, atores, práticas e projetos, que se fundem nos vários espaços sociais, compreendendo que atores interagem, agem e trocam suas experiências de vida em contato uns com os outros no plano local, chamando atenção para os processos de mediação que ocorrem em diferentes planos.

¹⁰ Da Wageningen University, Wageningen, Holanda.

¹¹ Tradução da autora: “a social interface is a critical point of intersection between different life worlds, social fields or levels of social organization, where social discontinuities based upon discrepancies in values, interests, knowledge and power, are most likely to be located” (LONG, 2001, p. 243).

¹² Van den Berg realizou seu mestrado no Grupo de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen e analisou a *Conquista de Terras em Conjunto* utilizando como referencial de análise a perspectiva orientada ao ator. O trabalho destaca a capacidade de agência dos agricultores familiares de Araponga na realização da compra de terras e no processo de recampesinização colocado em curso (BERG, 2010).

¹³ Ibidem, p. 3.

¹⁴ Ibidem, p. 9.

¹⁵ Ibidem, p. 18.

¹⁶ Ibidem, p. 19.

As políticas públicas são introduzidas no meio rural por meio de mediadores e a partir de sua interface com o local passam a serem discutidas e negociadas, algumas antes de serem implementadas, geram em primeiro lugar desconfianças, outras estimulam os agricultores e suas organizações a desenvolver uma série de estratégias para poderem acessá-las, levando-os a tentar convencer um número maior de pessoas acerca de seus potenciais benefícios. Algumas políticas e programas governamentais buscam promover agricultores empreendedores, incentivando um tipo de agricultor e agricultura que não serve para todos, não considerando a heterogeneidade do mundo social. Em estudo sobre as causas da crise da agricultura holandesa, Ploeg (2003) faz uma análise do tipo de agricultura que é proposto pelos *sistemas peritos*¹⁷. ‘The Virtual Farmer’, em tradução livre o ‘fazendeiro virtual’, é um tipo ideal de fazendeiro/agricultor empreendedor, que desenvolve o tipo de agricultura que o sistema promove. Ao trabalhar com essa imagem de um “beneficiário ideal”, as políticas acabam por não considerar os pontos de vista dos agricultores, a sua história, o seu trabalho, sua heterogeneidade e o seu meio ambiente específico.

A noção de tradução (*translation*), quando aplicada às políticas públicas, nos ajuda a compreender que as políticas de desenvolvimento passam por diferentes interpretações por parte dos formuladores de políticas públicas, pelos técnicos que atuam em nível local e pelos próprios agricultores, ou seja, como os atores traduzem as políticas públicas de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que estão inseridos. As interfaces que buscamos analisar neste trabalho são fundamentalmente aquelas que ocorrem no plano local, envolvendo os agricultores, o poder público e o conjunto de organizações criadas pelos agricultores, visando, muitas vezes, ampliar o acesso das populações rurais a programas e ações governamentais.

Mas as redes de relações sociais que os agricultores estão inseridos podem interferir nos processos de tradução da política pública e nas dinâmicas de acesso dos agricultores a diferentes programas e ações governamentais? Neste trabalho, a referência às *redes sociais*, como uma ferramenta de análise, assume uma fundamental importância. Optamos por utilizar a noção de rede na forma como foi definida pelo antropólogo Barnes:

Cada pessoa está, por assim dizer, em contato com um número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato com cada uma das outras e algumas das quais não estão. Similarmente, cada pessoa tem um número de amigos, e estes amigos têm seus próprios amigos... Acho conveniente falar de um campo social deste tipo como uma rede (*network*). A imagem que posso é a de um conjunto de pontos, alguns dos quais ligados por linhas. Os pontos da imagem são as pessoas, ou às vezes os grupos, e as linhas indicam que pessoas interagem com as outras (BARNES, 1954, p. 43, tradução da autora).

Na sua concepção, a rede é um campo social formado por relações entre pessoas e estas relações são definidas por critérios subjacentes a esse campo. Conexões de vizinhança e amizade, por exemplo, podem estabelecer, por sua vez, vínculos de parentesco e econômicos. Nas ciências sociais, a análise de redes tem sido utilizada por pesquisadores para iluminar inúmeros fenômenos do mundo social, nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Em síntese, o conceito de redes sociais acentua a importância dos atributos relacionais da estrutura interpessoal de contatos, que opera como um canal de transferência de recursos e informações (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 9). A análise de redes utiliza-se de um

¹⁷ Na definição de Giddens, sistema perito é “um sistema técnico e de *expertise* profissional completo, os quais organizam as grandes áreas do meio ambiente material e social do qual vivemos nos dias de hoje” (PLOEG, 2003, p. 8, tradução da autora).

conjunto específico de conceitos, tais como: atores, laços relacionais, díade (entre duas pessoas), tríade (subgrupos de três pessoas), subgrupos (de díades, tríades e laços associados), grupos (dentro de um universo finito), relação (tipos de laços no mesmo grupo) e, finalmente, o conjunto mais amplo de redes sociais (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Este trabalho insere-se em um campo de reflexão que tem como foco os diferentes processos e interações que se estabelecem entre os agricultores, as organizações locais e as políticas públicas. Nos estudos sobre o meio rural e, particularmente, sobre campesinato e agricultura familiar, existe uma variedade de abordagens e interpretações. Existe, atualmente, um grande debate na academia sobre o uso de categorias e conceitos capazes de dar conta da diversidade e da complexidade do rural contemporâneo e sobre a aplicabilidade, na análise do rural brasileiro, de categorias “importadas” de outros países. Estudos que variam de acordo com as particularidades de cada região, tipos de agricultura, contextos históricos e políticos.

Na busca por uma melhor compreensão sobre o meio rural, vários autores, que podemos considerar como autores clássicos nos estudos sobre o campesinato, desenvolveram, sob diferentes perspectivas, o conceito de camponês¹⁸. Robert Redfield, em seu trabalho *O Mundo Primitivo e Suas Transformações* (1964), buscou distinguir as condições de vida antes da civilização, nas sociedades pré-civilizadas e nas civilizadas, fazendo também uma diferenciação entre a ordem moral e a ordem técnica. Para o autor, a sociedade *folk* aos poucos foi desaparecendo, dando origem ao surgimento de uma sociedade agrária, alicerçada em uma camada de camponeses que “nasceram” nesta relação recíproca com as cidades, cabendo destacar que, na concepção do autor, a sociedade agrária só começa a existir com o advento das cidades. Os camponeses seriam fornecedores de alimentos, mas também, compradores de bens básicos que não produziam por conta própria. Desta forma, a importância que o camponês dá à cidade é de ordem econômica, política e moral, sendo a cidade a expressão cristalizada da civilização. Na sua concepção, em certa medida semelhante a outras abordagens, embora percorrendo caminhos diferentes, o camponês existe na sua relação com o meio mais amplo e não de forma isolada, ou seja, em interrelação com as cidades.

Eric Wolf, em seu livro *Sociedades Camponesas* (1970), acrescenta um aspecto interessante na compreensão do que distingue a sociedade camponesa das sociedades ditas primitivas, chamando atenção, fundamentalmente, para a presença do Estado e para a existência de relações de poder cristalizadas. Ademais, outros aspectos complementares, mas não menos importantes, diferenciariam os camponeses: (i) serem cultivadores rurais; (ii) fazerem parte de uma sociedade mais vasta e complexa; (iii) sustentarem sua família; (iv) estarem inseridos em uma divisão do trabalho, entre, de um lado, quem cultiva a terra e, de outro, quem detém o poder; (v) terem capacidade de produzir excedentes sociais, assegurando para si um mínimo de calorias, um fundo de manutenção e, quando a terra não é sua, o pagamento do aluguel da terra a *outrem*, aluguel este que se constitui como um ‘fundo de poder’ para quem detém a terra; a terra, na sua concepção, não é mero fator de produção, mas apresenta valor simbólico para o camponês, bem como a casa. Para Wolf (1970), somente quando existe esta integração do camponês em uma sociedade com um Estado, é que podemos falar propriamente de campesinato. Segundo Wolf, “o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado”, tem formas particulares de organização que variam de um lugar a outro. Não existe uma fórmula que sirva para todos e nem rótulos que sirvam igualmente para todas as sociedades camponesas. Outra contribuição importante do trabalho de Wolf, que complementa, de certa forma, a compreensão desta interrelação entre campo e cidade é o

¹⁸ Não farei nesta tese uma revisão exaustiva sobre o conceito de camponês na literatura, trabalho que já foi feito por outros autores (WOORTMANN, 1995; WANDERLEY, 2009; FREITAS; BOTELHO, 2011). Pretendo, aqui, fundamentalmente identificar os aspectos que são importantes para uma melhor reflexão sobre o uso de categorias e conceitos que são importantes para este trabalho.

conceito de mediação. Para Wolf [1956], essas conexões são estabelecidas por “pessoas que fazem a mediação entre grupos orientados para a comunidade nas comunidades, e grupos orientados para a nação, que atuam principalmente por meio das instituições nacionais” (FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, orgs., 2003, p. 87, [Wolf, 1956]). Assim, ainda para Wolf, a mediação compreende a ação de grupos ou indivíduos que fazem a conexão entre as comunidades locais e as instituições nacionais. Os mediadores são, neste sentido, intermediários econômicos e políticos nas relações entre a comunidade e a nação.

Mendras (1978, p. 14), mesmo considerando a existência de um leque de variações locais, propõe um tipo ideal de sociedade camponesa e a define pelos cinco traços seguintes: (i) a autonomia das coletividades camponesas em relação a uma sociedade envolvente e que a domina é relativa; (ii) ênfase na importância estrutural do grupo doméstico - que não necessariamente seria a família -, na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; (iii) um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; (iv) uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações frágeis com as coletividades circunvizinhas; (v) a função decisiva de mediação dos notáveis entre os camponeses e a sociedade envolvente. Para o autor, estes cinco traços estão interligados e formam um modelo geral de sociedade camponesa.

Nas obras dos autores citados, Redfield, Wolf e Mendras, entre outros aspectos e com algumas diferenças em suas concepções, o campesinato sempre existiu a partir da relação com o seu entorno, marcado por uma relação de subordinação, seja econômica, política ou social em relação à sociedade envolvente.

Outro autor que fornece uma análise interessante sobre a definição de camponês é Teodor Shanin (2005 [1990]). Para este autor a palavra camponês remete a um conceito que opera no processo de construção de conhecimento sobre as sociedades. Não se trata, portanto, de reificar conceitos que às vezes escondem a realidade. A heterogeneidade dos camponeses não pode ser descrita sem a análise de sua estrutura societária mais ampla e de sua dimensão histórica. Os camponeses diferem, em suas características, entre sociedades e dentro de uma mesma sociedade. Como observa Shanin:

[...] o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla, não apenas camponesa e/ou extra historicidade. Essas ideias são como espantalhos, coisas que as pessoas se encantam de derrubar. Os camponeses diferem, necessariamente, de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo, a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele (SHANIN, 2005, p. 18).

Para este autor, um dos erros mais comuns entre os estudiosos do campesinato é cair nas armadilhas da generalização, não reconhecendo a sua diversidade. Shanin ressalta, todavia, que o conceito de campesinato uma vez revogado, não pode ser facilmente substituído. A redefinição ou substituição desse conceito tem sido exercitada por diversas disciplinas, sem, contudo, existir consenso entre os pesquisadores.

Como assinala Martins (1990), o que na maioria dos países da América Latina é denominado como camponês, no Brasil possui denominações próprias de região para região como sitiante, caipira, caiçara, tabaréu, colono, entre outras (MARTINS, 1990). Podemos acrescentar a estes, a emergência, nas últimas duas décadas, da categoria agricultor familiar, incorporada pelas políticas públicas (PICOLOTO, 2006, 2011).

Em seu livro *Campesinato Brasileiro: Ensaios sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil*, Pereira de Queiroz (1973) analisa a existência de uma camada intermediária de agricultores que não eram nem fazendeiros e nem trabalhadores rurais sem terra e que viviam em contato com outros grupos. Para esta autora, nunca existiu de fato, no Brasil, uma sociedade camponesa, a exemplo das sociedades feudais, mas, sim, um campesinato subordinado, que ocupava uma posição inferior na sociedade brasileira, tanto socioeconômica como política. Para esta autora, existe, outra camada, que se configura como campesina e é formada por sitiantes, ou seja, pequenos proprietários de terra.

Em seu estudo clássico sobre a sociedade caipira tradicional no interior de São Paulo, Antônio Cândido (1987 [1964]) também buscou mostrar como era ilusório o isolamento do caipira que, mesmo pressionado pela crescente urbanização, criava formas de resistência, organizando-se em bairros rurais com sua organização de vizinhança e partilhando um sentimento de localidade, mantendo-se, no entanto, em constante circulação e em contato com outros grupos.

Outro trabalho importante que analisou a movimentação e a circulação dos camponeses foi o trabalho de investigação desenvolvido por Afrânio Garcia Junior (1989), que pesquisou as mudanças ocorridas nos padrões de residência nas grandes *plantations* tradicionais no Nordeste brasileiro decorrentes do declínio dos engenhos de cana e da consequente migração dos agricultores para outras cidades da Zona da Mata nordestina e para as cidades industriais do Sudeste brasileiro. Esse processo de migração para trabalhar em outros lugares possibilitou aos agricultores retornarem ao seu local de origem conquistando ou reproduzindo a sua condição camponesa com a compra de pequenas áreas de terra¹⁹. De acordo com o autor:

“O deslocamento para o Sul proporciona então condições de vida e trabalho opostas ao Norte, e às custas de um aumento de auto-exploração do esforço do membros da unidade doméstica consegue-se acumular recursos para reproduzir ou conseguir a situação de liberto no Norte” (GARCIA JR., 1989, p. 270).

Nesta pesquisa, o autor trabalhou com o termo *agricultor* como referencial básico²⁰ reconhecendo que esse termo geral possui muitas variações, incluindo *meeiros*, *terceiros*, *rendeiros*, *proprietários de engenhos*, *pequenos proprietários*. O trabalho buscou dialogar, também, com categorias nativas, utilizadas pelos próprios agricultores como *sujeito* (o agricultor que ainda morava nas terras do *senhor de engenho*) e o *liberto*, ou seja, aquele agricultor que residia fora do domínio das grandes plantações de cana. A trama de significados que se constitui a partir dessas categorias revela um campo complexo, mas que permitiu ao pesquisador mapear o universo social estudado.

No trabalho de Klaas Woortmann (1990), a visão do campesinato como um modo de produção é relativizada. Contudo, o pesquisador não nega que os camponeses possam ser estudados a partir da análise de sua lógica econômica e que exista esta dimensão no campesinato, mas procura construir uma abordagem alternativa. O objetivo do seu trabalho

¹⁹ Como o título do livro sugere: GARCIA JR., A. O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/UnB/CNPq, 1989.

²⁰ Ibidem, p. 22.

foi de analisar o campesinato não pela lente econômica, mas procurando se aproximar da noção de uma sociedade camponesa, de uma ética constituída de uma *ordem moral* “de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra”²¹. Assim, o autor prefere falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos. Segundo o autor, uma qualidade, que não diz respeito somente aos aspectos econômicos, mas aos diferentes graus de articulação com a modernidade por meio de concepções por vezes ambíguas, como a concepção em relação a terra, de caráter moral, por seu valor intrínseco na relação com a família e o trabalho, e tudo o que ela representa para o camponês, mas também por seu valor enquanto mercadoria. Para o autor essa “articulação” entre esses dois mundos revelam “não camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (Woortmann, 1990, p. 14). A partir de seu trabalho etnográfico²², o autor busca focalizar algumas “categorias nucleantes” comuns as sociedades camponesas, que representam, na sua concepção, uma moral camponesa composta por um conjunto de valores inter-relacionados, pois uma não existe sem a outra, em que se destacam: a terra, o trabalho, a família e a liberdade²³, mas que só tem sentido enquanto práticas, com valores e significados contextualizados. Para o autor:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma *coisa*, ou como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um “fator”. Temos, então, no primeiro caso, um modelo *relacional* e, no segundo, um modelo *individual*, tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista esta como agregado de indivíduos “em contrato” (WOORTMANN, 1990, p. 23, grifos do autor).

O autor remarca que a integração ao mercado não significa uma baixa campesinidade, pois cita como exemplo, os colonos teuto-brasileiros do sul do país, que, embora produzam para o mercado, possuem uma ordem social mais holista e menos individualista. A terra para eles não é simples mercadoria, mas patrimônio da família que precisa ser preservado, o que é uma honra.

Outro trabalho que buscou analisar as dimensões culturais do campesinato foi o de Ellen Woortmann (1995)²⁴, estudando a família camponesa não pelo viés dos sistemas de

²¹ WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico 87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 11-73, passim.

²² O seu trabalho etnográfico foi realizado em Sergipe, Maranhão, em colônias no Sul e Sudeste e buscou também analisá-los a partir da discussão de outros trabalhos de outros autores citados ao longo do texto.

²³ Ibidem, p. 23.

²⁴ Woortmann, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

produção e consumo, como boa parte dos trabalhos sobre o tema, mas como uma instituição importante para entender o comportamento e os valores culturais em duas regiões distintas. Para tanto, fez o uso do método comparativo, que lhe permitiu analisar dois segmentos próximos, porém distantes, mas que revelaram semelhanças, pois em ambos os casos, tantos os colonos do sul, como os sitiante do nordeste, cada um a seu modo, aprimoraram mecanismos de preservação e reprodução do patrimônio no interior da família, formando assim, verdadeiros ‘territórios de parentesco’ como identificados pela autora. Nas duas localidades, apesar de contextos históricos muito diferentes, a terra, o trabalho, a produção e a organização giram em função do parentesco, possibilitando a reprodução social deste campesinato. Desta forma, a autora busca, em seu trabalho, articular duas teorias entre si: a do campesinato e a do parentesco, pois argumenta que a primeira não considera a dimensão do parentesco como princípio organizativo e central da reprodução do campesinato²⁵.

John Comerford (2003) em seu trabalho sobre a constituição dos sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira também identificou que a composição dos córregos²⁶ cria verdadeiros territórios de parentesco²⁷, compostos por várias famílias nucleares (de pai, mãe e filhos), onde todos se conhecem, tendo algum grau de parentesco entre si, formando parentelas. Como ressalta o autor, é comum na região (se um estranho perguntar quem é parente no lugar) as pessoas afirmarem “aqui todo mundo é parente”²⁸, ocorrendo uma nítida relação entre localidade e parentesco.

Assim, os autores que se aproximam desta vertente interpretativa que procura compreender o campesinato tomando como foco as relações sociais que o constituem, buscam, por meio de suas pesquisas, investigar seus modos de vida, sua organização social e religiosa, suas estratégias de reprodução social, ou seja, suas formas próprias de se relacionarem uns com os outros, com o meio ambiente, o mercado, a terra e a sociedade mais ampla. No Brasil, com denominações que variam de região para região, o camponês pode ser o sitiante, o caipira, o caiçara, o tabaréu, o colon, mas também como apontou o trabalho de campo, o pequeno agricultor, o agricultor familiar, o lavrador, o parceiro, entre outras categorias. Contudo, todas possuem, em grande parte, algumas das características camponesas identificadas por Redfield (1964) Mendras (1978) e Wolf (1970). Como apontado por Shanin (2005), esse grupo social assume formas heterogêneas cujas particularidades, no caso brasileiro, foram tratadas por autores como Cândido (1987), Garcia Jr (1989), K. Woortmann (1990), E. Woortmann (1995), Comerford (2003), entre outros.

Em meados da década de 1990, ganha força, no Brasil, o termo “agricultura familiar”²⁹. Essa referência, embora já existisse tanto na literatura como no debate político,

²⁵ Na minha dissertação sobre a *Conquista de Terras em Conjunto*, por caminhos diferentes em virtude do objetivo da pesquisa, concluímos que as redes de relações sociais pré-existentes, como as de parentesco e vizinhança, teceram laços de confiança e reciprocidade que permitiram suas consolidações ao longo dos anos, abrangendo um número maior de famílias. Neste sentido, os participantes também buscam recriar ou manter os ‘territórios de parentesco’, pois preferem comprar terra perto dos familiares. Quando isso não é possível, recorrem à troca ou à venda para comprar uma terra próxima da família. De modo geral, identificamos que a mobilidade espacial das famílias que são de Araponga é baixa e o padrão geral é que os avós, os pais e os filhos tendem a ficar em comunidades onde possuem laços de parentesco.

²⁶ Ibidem, p. 36. Córregos faz referência ao nome do curso d’água, que ao longo de sua extensão possui vários sítios. Geralmente são localidades no município batizadas com nomes de famílias ou de alguma característica sobre o lugar. Por exemplo, córrego dos Laia, dos Paula, da Mutuca, do Boné. No capítulo IV retomarei a discussão sobre córrego e comunidade.

²⁷ Além de outros aspectos observados e conclusões de seu trabalho que iremos mencionar no decorrer desta pesquisa.

²⁸ Ibidem, p. 34.

²⁹ A categoria *agricultura familiar* surge com a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996. De acordo com o Banco Central do Brasil, o Pronaf “destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços

remetendo quase sempre às formas de agricultura praticadas em “regime de economia familiar” por pequenos agricultores e lavradores, surge, como assinala Medeiros (2010), fundamentalmente como uma categoria política. A partir dos anos 1990 e tendo como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), esta categoria começa a fazer parte da agenda das políticas públicas para o campo, como expressão de uma série de transformações econômicas e sociais³⁰ ocorridas a partir dos anos 1980, bem como das lutas desses agricultores pelo seu reconhecimento político (MEDEIROS, 2001, 2010; NEVES, 2002; PICCOLOTTO, 2006, 2011).

Com a criação de políticas públicas direcionadas especificamente para esta categoria de produtores e a ação de sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, ONGs, entre outros atores, que passaram a utilizar a categoria agricultor familiar como referência, esta denominação vai se confirmando ao longo dos anos, mais em algumas regiões do que em outras. Porém, encontra dificuldades em abarcar a heterogeneidade presente nesse universo de agricultores identificados, pelo recorte estabelecido pela política, como agricultores familiares. O debate em curso gira em torno do estatuto teórico das diferentes definições e do enquadramento destes agricultores como parte de uma mesma categoria social e política, nos termos estabelecidos pelas organizações de trabalhadores e pelas políticas públicas. Mas o que vem a ser afinal um camponês ou ser um agricultor familiar? Se optarmos por um termo estamos excluindo necessariamente o outro? Para Wanderley (2009, p. 156), a categoria agricultura familiar pode ser vista como uma categoria abrangente, que abarca um gradiente de formas de se fazer agricultura nas quais a família, ao mesmo tempo em que tem a posse dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo esta autora:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 2009, p. 157).

Ainda de acordo com sua análise, a agricultura familiar e o campesinato moderno expressariam ao mesmo tempo rupturas e continuidades em relação a uma tradição anterior. Não rompem em definitivo, na sua trajetória histórica, com as tradições do passado, mantendo a transmissão de um patrimônio sociocultural, mas, ao mesmo tempo, buscam uma interação com a vida moderna, lutando por um espaço na economia, estabelecendo relações diferenciadas com o mercado e dentro da própria sociedade. Neste sentido, me perguntei ao longo deste trabalho, a partir das leituras realizadas sobre o campesinato, utilizando autores nacionais e internacionais, bem como, das discussões realizadas com outros pesquisadores e no esforço de análise de meus dados de campo, se o conceito de camponês não seria uma

rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas”. Podem acessar o programa “as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP) [...], agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas”. Site do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

³⁰ Entre outros aspectos, podemos citar a criação de conselhos municipais como fruto do processo de abertura política ocorrido com a promulgação da Constituição de 1988; a estabilidade econômica a partir de 1995, depois de um grave período crise e o *impeachment* do presidente Fernando Collor, a criação de outras linhas de crédito para Pronaf e a linha infraestrutura e serviços para os municípios.

categoria mais ampla que define este modo de produção no meio rural de famílias que trabalham a terra e dependem dela para tirar o seu sustento de forma total ou parcial. Ou que possuem formas diferentes de se relacionarem com o mercado e que podem ter terra suficiente para o seu sustento ou que necessitam de terras de outros para complementarem sua renda.

Um conceito que nos permite fazer uma leitura do modo como estes agricultores se relacionam com os outros, a terra, o trabalho e suas diferentes estratégias de reprodução enquanto camponeses de uma parte da Zona da Mata mineira. Assim, o campesinato englobaria as diferentes categorias, possuindo total ou em parte, as características desenvolvidas pelos autores anteriormente citados, mas também as categorias nativas que puderam ser identificadas no campo e também, a que é definida pelas políticas públicas, como a de agricultor familiar. Todos estes níveis de conceituação, apesar de terem suas diferenças, possuem traços em comum. Pois suas diferenças se revelam no campo, justamente, em virtude do contexto social, cultural, ambiental em que estão inseridas.

O que os resultados da pesquisa sugerem é que suas características enquanto camponeses estão estreitamente ligadas com sua trajetória de vida, das redes de relações que estão inseridas e de suas diferentes estratégias de ação, que os levam a diferentes formas de se reproduzirem enquanto camponeses ou, como sugere Woortmann (1990), revelam uma *campesinidade* que está presente em cada grupo de agricultores em menor ou em maior grau que apresentam, entre outros fatores, a sua relação com a terra, o trabalho, a família, a liberdade, as relações de reciprocidade e o mercado. Desta forma, o trabalho de campo evidenciou que as minhas inquietações iniciais sobre a adoção de qualquer categoria definida *a priori* poderia esconder o modo como esta população rural no interior de Minas Gerais se organiza e se auto identifica. Ao mesmo tempo, foi ficando claro no decorrer da pesquisa que estamos nos referindo, neste estudo, a produtores que usam mão de obra familiar, possuem pouca terra e têm relações diferenciadas com o mercado - uns com mais autonomia, outros com menos. Esses agricultores mantêm, além disso, práticas de ajuda mútua e realizam trocas de dias e produtos. Destaca-se ainda, nesse caso específico, a existência de uma grande parcela de agricultores que são parceiros. Assim, no decorrer da pesquisa, o termo utilizado como porta de entrada foi *agricultor*, não como conceito teórico, mas como categoria descritiva. Um agricultor que pode estar mais próximo do conceito de campesinato ou da categoria agricultura familiar definida pelas políticas públicas, que abarca uma racionalidade mais empresarial. Esta opção foi necessária para que a realidade vinda do campo pudesse emergir, como nas falas dos agricultores entrevistados, que começam a incorporar a categoria agricultor familiar, como um marco de identidade pessoal e coletiva, construído na interface dos processos políticos mais amplos e de uma série de dinâmicas locais envolvendo o acesso às políticas públicas. Como proposto por Becker (2007, p. 115), é preciso ir além das categorias e conceitos e “descobrir o que não se encaixa” e o que se encaixa com mais facilidade, para não cair nas armadilhas do uso convencional de noções pré-estabelecidas.

Em Araponga, no início da década de 2000, ainda era comum os agricultores se denominarem *lavradores* ou *trabalhadores rurais*, sendo este último termo, estreitamente relacionado à trajetória política do sindicalismo rural, aplicado inclusive àqueles agricultores que possuíam terra. Muitos agricultores não aceitavam quando eram denominados como *pequenos produtores*, afirmando que eram *pequenos proprietários*, pois produziam muito mesmo possuindo pouca terra. No período em que realizei minha pesquisa de mestrado, entre 2004 e 2006, era frequente os agricultores se identificarem como *lavradores*, mas alguns já começavam a se nomear *agricultores* ou *agricultores familiares*, como resultado prático da interação com o sindicato e as políticas públicas. As categorias *meeiro* e *parceiro*, ligadas aos termos *lavoura* ou *roça*, também apareceram no decorrer do trabalho de campo, abarcando um conjunto diferenciado de arranjos e situações. Nesta pesquisa, existem meeiros com e sem terra, mas todos com casa própria, com e sem contrato de parceria e que tocam lavouras ou

roçados (lavoura geralmente significa plantação de café e roça, de grãos, como milho e feijão). Essas designações são muito comuns na Zona da Mata mineira como demonstram os trabalhos desenvolvidos por Cintrão (1996) e Comerford (2003).

Como afirma Shanin (2005), o conceito de camponês opera como um instrumento de conhecimento das sociedades humanas e só pode ser entendido dentro deste contexto. Nas palavras do autor: “Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005, p. 1).

Como abordaremos no decorrer deste trabalho, as denominações utilizadas pelos agricultores entrevistados em Araponga como forma de identificação não apresentaram muitas modificações se compararmos as entrevistas realizadas durante o mestrado e o material de campo que subsidiou meu trabalho de doutorado. Merecem destaque como categorias nativas³¹ mais citadas, as seguintes designações: *agricultor, lavrador, meeiro, parceiro e trabalhador rural*. Os termos *agricultor familiar, pequeno produtor e pequeno proprietário*, foram citados, cada um deles, apenas uma vez pelas famílias entrevistadas na pesquisa do doutorado.

Em relação às políticas públicas, este trabalho não teve por objetivo avaliar o processo de implementação de políticas públicas e seus efeitos no plano local. Nossa objetivo, aqui, foi compreender as experiências vivenciadas pelos agricultores em um pequeno município da Zona da Mata mineira na sua relação com as políticas públicas. Buscando assim, apreender como os diferentes tipos de agricultores a partir das redes de relações às quais estão inseridos interferem nas dinâmicas de acesso e no modo como os agricultores traduzem e se apropriam das diferentes políticas públicas.

Como ressalta Souza (2006, p. 24), não existe uma única e melhor definição do que vem a ser uma política pública. Mesmo considerando a existência de uma diversidade de definições Höfling (2001) propõe em seu artigo que as:

“Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. [...] E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p.31).

Para Romano (2009), ao discorrer sobre a importância das questões políticas nas políticas públicas, propõe-se a seguinte definição:

[...] as políticas públicas poderiam ser entendidas como ações e propostas – promovidas principalmente por governos – de regulação dos múltiplos problemas e contradições que afrontam as sociedades contemporâneas. Toda política pública, de alguma forma, entra em um processo conflituoso de alocação pública de recursos e oportunidades entre diferentes grupos sociais com interesses e preferências, por sua vez, em disputa (ROMANO, 2009, p. 13).

³¹ São categorias nativas as denominações apresentadas pelos próprios agricultores, ou seja, os termos que são utilizados por eles.

A dimensão política destacada por Romano é um ponto-chave neste trabalho. Gostaria de acrescentar, apenas, que os conflitos de interesse ocorrem não apenas entre grupos opositos, mas também no interior de um mesmo grupo - entre gerações, entre vizinhos, contrapondo diferentes crenças e visões de mundo que emergem nas interfaces, que se estabelecem entre as políticas públicas e diferentes mundos sociais. No Brasil vem crescendo, nas últimas décadas, o número de estudos que buscam compreender as conexões estabelecidas entre a ação coletiva, as organizações e o Estado. Como observa Romano (2009), os estudos relacionados às políticas públicas abarcam um conjunto amplo de enfoques, teorias e modelos que contribuem para enriquecer a visão política das políticas públicas. Ademais, podemos citar os trabalhos dos antropólogos que buscam desenvolver uma antropologia das políticas públicas, dirigindo seus esforços tanto para a construção de etnografias envolvendo temas claramente políticos como as eleições, os comícios, as lutas sindicais, a dinâmica interna das instituições, entre outros, como, também, buscando compreender os efeitos gerados pelas ações do Estado sobre segmentos e grupos para os quais as políticas públicas são direcionadas (SOUZA LIMA, 2008).

Nos anos 2000, uma série de estudos acadêmicos passou a analisar as interações estabelecidas entre as políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares e um conjunto heterogêneo de dinâmicas locais. Muitas dessas análises tomam como objeto o Pronaf e os processos de descentralização administrativa impulsionados pela criação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (SCHNEIDER; SILVA e MARQUES, 2009 [2004]), (TONNEAU; SABOURIN, 2007).

Com um vasto território nacional e realidades distintas, o cenário para a implementação de políticas públicas no meio rural brasileiro mostra-se diverso e complexo, considerando as distintas realidades sociais, econômicas e ambientais existentes nas diferentes regiões do país. Outro aspecto importante, destacado nessas pesquisas, diz respeito aos embates que ocorrem em nível local entre grupos políticos opositos influenciando as dinâmicas de implantação de diferentes políticas públicas.

No caso específico de Araponga, observa-se, ao longo da última década, uma ampliação, diversificação e institucionalização das organizações de agricultores, processo este que acompanhou o surgimento, em âmbito nacional, de diferentes programas e ações dirigidos aos agricultores familiares. O processo de institucionalização dessas políticas produz, sem dúvida, uma série de alterações no plano local, modificando as “regras do jogo” nas relações dos agricultores com as organizações locais, das organizações locais com diferentes mediadores e dos agricultores com o poder público.

Como conceito de instituição recorremos à definição de Berger e Luckman (1985, p. 79), que compreendem as instituições como resultado de um processo de tipificação das ações e de construção social da realidade:

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições. [...] As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que

canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis (BERGER; LUCKMAN, 1985, p.80).

Assim, as organizações têm uma história de constituição e institucionalização no decorrer da qual vão construindo regras internas e padrões de interação que regulam a sua relação com seus associados, com o Estado e as políticas públicas. Para os autores, quando afirmamos que um segmento da sociedade foi institucionalizado é o mesmo que dizer que este segmento está submetido a alguma forma de controle social (BERGER; LUCKMAN, 1985, p.80).

De acordo com Douglass North (1990, p. 3): “Instituições regem as regras do jogo em uma sociedade, formalmente, são as restrições que os homens criam para moldar as interações humanas. Consequentemente, elas estruturam as iniciativas das trocas entre os homens, sejam políticas, sociais ou econômicas”. Ainda para o autor as: “Mudanças institucionais moldam o modo como as sociedades evoluem no tempo e, portanto, são elementos-chave para o entendimento de mudanças históricas” (NORTH, 1990, p. 3)³². As restrições criadas pelos homens são as regras, que podem ser formais (constituição, leis, etc.) ou informais (costumes, tradições, tabus), que tem como principal objetivo, justamente, a criação de instituições, cuja finalidade é promover a ordem e reduzir a incerteza na troca (NORTH, 1991, p. 112).

As organizações sociais são apenas uma forma de instituição. Também podem ser considerados como instituições, além das organizações (públicas, privadas, de educação, cultura, etc.), os costumes, as práticas, os comportamentos, os padrões e modelos (PECI; VIEIRA e CLEGG, 2006). As organizações de agricultores, desta forma, passam por um processo de adequação às regras estabelecidas, seja por organismos externos, que permitem o acesso às políticas públicas, seja pelas dinâmicas interativas internas às próprias organizações.

Como definição formal de organização, Hodgson (2006) afirma que as organizações são instituições especiais que envolvem (a) um critério que estabelece as suas fronteiras e distingue membros de não membros, (b) princípios de soberania sobre quem está no comando, e (c) cadeias de comando que definem responsabilidades dentro da organização (HODGSON, 2006, p. 18). Esta definição formal de organização as concebe como são formalmente constituídas, pois possuem uma hierarquia (quadro de sócios e ocupações), regras (estatutos, regimentos, etc.) e funções específicas (associações, sindicatos, etc.). Mas para além desta definição formal, entendemos por organizações como espaços de sociabilidade que vão além de definições puramente formais que enrijecem como as formas de organizações associativas e camponesas são constituídas. Como aponta a pesquisa de Comerford (2003), no caso dos sindicatos de trabalhadores rurais, por exemplo, são organizações que tem em sua dimensão constitutiva relações que vão além de sua estrutura organizativa. Para este autor as estruturas organizativas, quais sejam, os sindicatos, as associações, estão imersas nas redes de relações sociais existentes, permeadas por redes de parentesco, amizade, vizinhança, mas também pela interação com outras instituições, ou seja, a sua constituição não pode ser dissociada destas relações de sociabilidade. No nosso estudo, buscamos compreender as dinâmicas de interação estabelecidas ao longo do tempo entre os agricultores em Araponga, levando em consideração as redes de relações envolvendo agricultores, mediadores externos, organizações locais e o poder público, compreendendo que estas redes se estabelecem em nível local, mas que só podem ser explicadas a partir da sua conexão com um conjunto mais amplo de processos que se desdobram em diferentes níveis.

³² Tradução da autora: “Institutions are the rules of the game in a society, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change” (NORTH, 1990, p. 3).

A pesquisa teve por objetivo reconstituir, em um plano mais geral, a história da agricultura camponesa existente na região e o processo de organização dos agricultores na sua relação com o Estado e as políticas públicas. Em um segundo momento, buscamos analisar as dinâmicas relacionadas à organização social dos agricultores e as dinâmicas de implementação das políticas públicas direcionadas aos agricultores no município de Araponga, no período compreendido entre 1979 e 2013. Este período foi escolhido considerando a data de criação da *Conquista de Terras em Conjunto*, da criação das organizações de agricultores e da implementação no município de políticas públicas direcionadas aos agricultores, estendendo-se até o momento de realização da pesquisa. O trabalho buscou, em um terceiro plano, fazer uma leitura das redes de relações estabelecidas pelas famílias agricultoras com as políticas públicas e com as organizações locais, buscando compreender o modo como a posição das famílias nessas redes influenciava suas condições de acesso a diferentes instrumentos de políticas públicas.

Para a realização da pesquisa foram escolhidas três comunidades rurais de Araponga. Praia d'Anta (estendida a São Joaquim), que na verdade são duas comunidades, mas foram consideradas como uma por serem vizinhas e por muitos descendentes da primeira localidade viverem na segunda. Ambas apresentam características bem similares e concentram o maior número de lideranças e famílias que compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*. E as comunidades de Salazar e de Estouros. Estes três locais foram escolhidos em virtude de diferenças percebidas no que diz respeito às condições de acesso à terra vivenciadas pelas famílias, na relação dessas famílias com as organizações locais e com mediadores externos com atuação no município (a exemplo do CTA-ZM), bem como na relação com as políticas públicas.

Foram empregados, no decorrer da pesquisa, diferentes procedimentos de coleta e sistematização de informações e análise de dados, como pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com informantes-chave, entrevistas semiestruturadas com dirigentes das organizações locais, agricultores e mediadores com atuação no município, além da aplicação de um questionário que foi respondido pelas famílias de agricultores e o resgate de suas trajetórias. Na referência às entrevistas citadas, optamos pelo uso de nomes fictícios dos agricultores, lideranças e técnicos³³. A pesquisa bibliográfica buscou dar conta, na medida do possível, da ampla literatura existente referente ao campesinato e à agricultura familiar no Brasil, bem como dos estudos referentes às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa documental incluiu, por sua vez, a análise de atas de reuniões e assembleias das organizações de agricultores existentes em Araponga (STR, AFA e Ecosol), além de alguns relatórios elaborados pelo CTA-ZM, organização que atua em Araponga desde 1987.

O trabalho lançou mão, para a escolha das famílias entrevistadas nas três comunidades selecionadas, da interlocução com informantes-chave³⁴, escolhidos por serem pessoas com um amplo conhecimento do município, das famílias e dos participantes das organizações dos agricultores familiares. Avaliamos que estas mesmas pessoas poderiam nos indicar, também, aquelas famílias que, por diversas razões, guardam um maior distanciamento em relação a essas dinâmicas de organização local. A princípio solicitei que me indicassem duas famílias por comunidade, uma que estivesse mais diretamente envolvida com as

³³ No caso das famílias, em todos os depoimentos nas entrevistas e na reconstituição das trajetórias usaremos a seguinte identificação: entrevista, nome e sobrenome fictícios, comunidade e número, família e número, de acordo com a numeração do banco de dados e, por fim, ano que foi feita a entrevista, ficando desta forma: (Entrevista Paulo Lemos, C1F2, 2012), ou seja, Comunidade 1, Família 2. Para lideranças e técnicos apenas trocaremos os nomes, nomes de políticos continuaram os mesmos.

³⁴ Os informantes-chave foram quatro agricultores, sendo duas lideranças e um deles que também é técnico agrícola.

dinâmicas locais de organização social, através do STR, da AFA, da Cresol, da EFA ou de alguma outra entidade, e outra família que não estivesse vinculada, pelo menos em princípio, a essas instituições. Não foi feita nenhuma outra distinção em relação a essas famílias, como por exemplo, em função da sua relação com a terra e do acesso a uma política pública específica ou qualquer outro critério. Os primeiros entrevistados de cada comunidade me indicaram outras famílias que poderiam ser entrevistadas. Assim, a partir da técnica de “bola de neve” (*snowball* ou *snowball sampling*) (BALDIN; MUNHOZ, 2011), as pessoas indicadas pelos informantes-chave me sugeriram outros nomes de pessoas/famílias que poderiam participar da pesquisa. Assim, por meio deste método, tornou-se possível construir uma listagem, em cadeia, de outros nomes a serem entrevistados.

Nas entrevistas realizadas com as famílias de agricultores, procurou-se traçar a trajetória de vida identificando o histórico familiar, as características da comunidade, as instituições, a estrutura da unidade produtiva e as formas de manejo da terra, bem como a relação com as políticas públicas. Por trajetória emprestamos a definição de Bourdieu (2002, p. 189) como sendo uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”, mas com o cuidado de não cair na ‘ilusão biográfica’, como salienta o autor, que ocorre no erro de considerar as trajetórias pessoais destituídas de campo social. Assim, para não cair no erro da ‘ilusão biográfica’ se faz necessário reconstituir o seu contexto para que as mesmas façam sentido. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que partem “de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem às respostas dos informantes” (TRIVIÑOS, 1987, p.152). Assim, as entrevistas semiestruturadas em profundidade, 22 no total, foram realizadas com lideranças locais, engenheiros agrônomos, técnico agrícola, professor e agricultores pertencentes aos quadros de organizações não governamentais e governamentais. Foi possível também participar de algumas reuniões do STR e da Ecosol como observadora. Além disso, foram realizadas entrevistas com algumas lideranças sobre a agricultura familiar no município, o histórico da família sobre o trabalho na agricultura, como começaram a participar das organizações e a emergência das políticas públicas.

O questionário com perguntas abertas e fechadas foi aplicado a 20 famílias de agricultores, distribuídas nas três comunidades. As questões abordaram aspectos sociais, econômicos e políticos, formas de acesso a terra, se acessam algum tipo de política pública e o que acham sobre as mesmas. As questões foram agrupadas em três blocos incluindo:

- questões que tinham por objetivo visualizar a composição e o perfil da família entrevistada, sua relação com a terra e suas formas de organização da atividade produtiva; as características educacionais de seus membros, dados sobre a posse da terra e perfil da propriedade;
- questões que abordaram o perfil das redes pessoais e de afiliação institucional dos agricultores;
- questões que abordaram os aspectos técnicos e produtivos das unidades produtivas, bem como as formas de comercialização dos produtos agrícolas cultivados pelas famílias;
- questões relacionadas ao acesso às políticas públicas: quais foram os instrumentos de políticas públicas acessados pelas famílias, os dilemas enfrentados pelos agricultores em sua relação com os programas e ações governamentais e como avaliam sua experiência de relação com o poder público através destas políticas;
- e, por fim, questões envolvendo a organização econômica familiar e as condições de vida das famílias.

As relações sociais e de afinidade identificadas na criação das organizações de agricultores foram representadas a partir de técnicas de análise de redes sociais, com a

construção de sociogramas (WASSERMAN; FAUST, 1994). O sociograma é uma figura nas quais pessoas, ou outros tipos de unidades sociais, são representadas como pontos em um espaço bidimensional, e as relações entre pares de pessoas são representadas por linhas ligando estes pontos. Os sociogramas, entretanto, não são meros artifícios de descrição. Eles corporificam um dos objetivos teóricos da *network analysis*: a representação visual da estrutura das redes e a compreensão de suas propriedades estruturais (WASSERMAN; FAUST, 1994, p.12). Em nosso caso específico, os sociogramas buscaram explorar a distribuição de determinados atributos em um subconjunto de pessoas que partilham uma mesma condição, como por exemplo, a de ter participado como sócio-fundador de uma das organizações locais.

Na construção dos sociogramas foi utilizado o programa DOT que foi desenvolvido para desenhar grafos, que é uma representação bidimensional de um conjunto de vértices e elos. Nessa pesquisa, os vértices são os atores e os elos as ligações entre eles. O *software* é de livre acesso, fácil manuseio e que comporta operações simples³⁵. Essa ferramenta tornou possível a construção dos sociogramas apresentados no capítulo II.

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, em três seções, faz uma breve contextualização histórica do processo de ocupação da Zona da Mata mineira e da introdução da cultura cafeeira nesta região. Na segunda seção, abordamos as características e os aspectos históricos da ocupação do município de Araponga, analisando seu processo de povoamento, sua estrutura fundiária e resgatando a trajetória da *Conquista de Terras em Conjunto* dentro deste contexto. Neste capítulo também realizamos um breve resgate sobre a trajetória dos movimentos sociais de agricultores nas conquistas das políticas públicas para o campo, a descrição de programas governamentais e as políticas públicas no Brasil e para a Zona da Mata mineira.

O segundo capítulo, com três seções descreve a gênese das organizações de agricultores em Araponga e o processo de ampliação da rede de relações estruturada a partir da *Conquista de Terras em Conjunto* ao longo do tempo, processo este que envolveu a institucionalização das organizações de agricultores e uma crescente interação destas organizações com as políticas públicas.

O terceiro capítulo traz alguns exemplos, que foram narrados sobre o que acontece no encontro entre as políticas públicas e o cotidiano da política municipal referentes a fatos que aconteceram em períodos recentes ou no passado. Os relatos indicam que as configurações das redes locais, em determinados períodos, influenciam para mais ou para menos, o acesso às políticas públicas, o acesso às informações, o grau de confiança entre as partes e o acirramento de conflitos dentro das próprias organizações. Todos estes aspectos mostram a interface que acontece no encontro entre as políticas públicas e o plano local.

No quarto capítulo, com base nas entrevistas realizadas nas diferentes comunidades pesquisadas, buscou-se descrever as redes de relações em que as famílias entrevistadas estão inseridas, analisando também as diferentes interfaces estabelecidas entre agricultores, organizações locais e a ação governamental na trajetória destas famílias. Especial atenção foi dedicada também às distintas formas como as políticas públicas são traduzidas pelos agricultores. Em um primeiro momento, foram traçados o perfil das 20 famílias entrevistadas considerando a composição do grupo familiar, suas relações com a terra, as formas de organização do trabalho e de manejo nas unidades produtivas, as condições de acesso às

³⁵ O programa DOT foi desenvolvido por pesquisadores da *AT&T Bell Laboratories*, New Jersey, USA em 1992. O programa é de livre acesso e o download pode ser feito no site: <http://www.research.att.com/sw/tools/graphviz/>. Existe uma infinidade de programas para a análise de redes sociais de acesso livre na web uns mais sofisticados e outros mais simples. Sobre o DOT consultar: Gansner et al, 1993.

políticas públicas e a afiliação e/ou participação dos agricultores em organizações associativas ou religiosas. Nas primeiras sessões do capítulo, descrevemos com mais detalhe as três comunidades onde a pesquisa foi realizada. Na última seção do capítulo, apresenta-se a trajetória de um conjunto selecionado de famílias por comunidade, considerando suas redes de relações e as interfaces estabelecidas com as políticas públicas.

Por último, realizamos as considerações finais do trabalho, retomando os principais pontos abordados visando a construção de uma síntese sobre o complexo campo de relações que envolve os agricultores, as instituições e as políticas públicas em um pequeno município do interior da Zona da Mata de Minas Gerais.

CAPÍTULO I – A ZONA DA MATA MINEIRA, O MUNICÍPIO DE ARAPONGA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um conjunto de elementos históricos relacionados à trajetória de ocupação da Zona da Mata mineira, com destaque, na primeira parte do capítulo, para a presença de uma agricultura praticada em pequenos estabelecimentos rurais por agricultores familiares, que são pequenos proprietários ou parceiros. Na segunda parte do capítulo, foram sistematizados alguns elementos históricos sobre Araponga, com destaque para a introdução da cultura cafeeira neste município. Foram utilizadas, para isso, as poucas fontes documentais disponíveis a esse respeito, tendo em vista que os materiais referentes a este período são, na sua maioria, referentes à Zona da Mata como região. Procurei, também, caracterizar a estrutura fundiária e agrícola municipal, agregando a isso um breve relato sobre a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, procurando mostrar o lugar de destaque desta experiência em um pequeno município. Na terceira parte, faço uma revisão de literatura sobre as principais políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, sobretudo pelo governo federal, finalizando com programas promovidos pelo governo de Minas Gerais.

1.1 A Zona da Mata mineira: histórico de ocupação e processo de introdução da cultura cafeeira

A região da Zona da Mata (com aproximadamente 36.000 km²) encontra-se integrada ao bioma Mata Atlântica, estando localizada a sudeste do estado de Minas Gerais. Originalmente, a Zona da Mata mineira era povoada por vários grupos indígenas. No século XVIII, foi tratada como “área proibida” pela política colonial portuguesa. Esta medida tinha como objetivo proibir o tráfego de pessoas na região e bloquear o contrabando de ouro e diamantes do distrito minerador. Os portugueses contavam com a densa floresta existente na região como forma de inibir o contrabando das riquezas extraídas da Colônia. Em 1805, a medida de interdição da área foi anulada em virtude do esgotamento das jazidas auríferas. Começa, a partir daí, o interesse em desbravar as terras existentes na região que, até meados do século XIX, eram esparsamente povoadas pelo homem branco português, contando com uma forte presença dos índios Cataguás e Puris (VALVERDE, 1958). Em 1808, o reino declarou guerra aos povos indígenas seminômades da região, como os Botocudos e os Puris, sancionando oficialmente a matança e escravização dos mesmos (LANGFUR, 2002).

A ocupação da Zona da Mata não pode ser dissociada da destruição da Mata Atlântica no sudeste do país em função da expansão de culturas comerciais ocorrida nos séculos XIX e XX. A vegetação original existente na Região Sudeste foi drasticamente cedendo lugar à cana-de-açúcar e, principalmente, ao café, pois as características do solo e sua fertilidade propiciavam o cultivo desses produtos para exportação, sem maiores investimentos em capital e trabalho. A cultura do café trouxe com ela o crescimento demográfico, a construção de ferrovias, a urbanização, a industrialização e, consequentemente, a necessidade de derrubar mais floresta para a plantação de gêneros alimentícios, para o uso da madeira e também para a agricultura. De acordo com levantamento realizado por Dean e publicado em 1996, restava da Mata Atlântica, nos anos 1990, apenas 7,6% de sua cobertura vegetal original (DEAN, 2004). A degradação da vegetação nativa ocorreu de forma mais marcante no sudeste do estado onde o cultivo do café foi mais acentuado, contudo ela se aplica também às regiões que levaram mais tempo para serem povoadas como ocorreu com a Zona da Mata.

Paulo Mercadante (1973), em seu livro *Sertões do Leste*, descreve a realidade dessa região outrora tão rica em diversidade:

Teve a Zona da Mata, na história, curta vida região próspera. A erosão corroeu o solo por século e meio, desnudou as fraldas dos morros, gretou as ribanceiras. A cultura do café exigia o sacrifício. O capoeirão foi derrubado no topo da serra onde devia ter permanecido para guardar a umidade e refrescar as terras. As queimadas, entretanto, faziam parte daquela cupidez de sôfregos aventureiros. (...) Derruídas as capoeiras, cairia a fertilidade dos declives inferiores. (...) A Mata ora se transforma (MERCADANTE, 1973, p. 5).

Desde o início do século XIX, entretanto, quando as melhores terras foram apropriadas pela agricultura ou pecuária comercial de larga escala, áreas marginais do Sudeste brasileiro foram ocupadas por lavradores pobres, livres e libertos, de elevada mobilidade geográfica, praticando uma agricultura itinerante e extensiva constituída por lavouras de subsistência (CASTRO, 1987). Em seu estudo sobre a transição para o trabalho livre na cafeicultura mineira, Lanna (1989), a partir de outras fontes documentais, afirma que em 1708 foram concedidas em Minas Gerais sesmarias para tradicionais famílias imperiais. Estas concessões atingiram, particularmente, a região da Zona da Mata, pois até o século XVIII a área era praticamente habitada por índios não catequizados.

Para Lanna (1989), os estudos sobre o período cafeeiro trazem poucas referências específicas em relação à Zona da Mata, não havendo uma distinção clara entre o Vale do Paraíba e a região mineira. A autora pontua em seu trabalho que as pesquisas realizadas na época concordam que a população escrava teve grande crescimento em todo o século XIX e que a região se tornou a segunda mais rica da província neste período. O ano de 1850 marca o início de uma cafeicultura de larga escala, dirigida à exportação nessa região. A referência ao ano de 1850 encontra divergência, no entanto, com a periodização utilizada por outros autores. Blasenheim (1982), por exemplo, afirma que a fronteira do café chega no noroeste da Zona da Mata por volta da década de 1870, acompanhando a expansão da malha ferroviária. Com as concessões de terra, foram se estabelecendo as primeiras fazendas. Com o declínio da mineração começa, portanto, a se expandir a atividade cafeeira com uso de mão de obra escrava.

Entre 1818 e 1830, as exportações de café na região cresceram 839%. Segundo Blasenheim (1982), o café “recriou na Mata as estruturas econômicas e os padrões sociais da província do Rio. (...) Os plantadores da Mata seguiam o estilo de vida dos cafeicultores fluminenses e utilizavam técnicas agrícolas similares” (BLASENHEIM, apud LANNA, 1989, p. 33).

Em Minas Gerais, a produção cafeeira teve momentos de crescimento e estagnação entre 1870 e 1920. Os períodos de crise aconteceram por dois motivos: em primeiro lugar, devido à idade avançada dos pés de café, considerados velhos quando alcançavam mais de 18 anos; em segundo, pela dificuldade de renovação dos cafezais em função dos altos custos. Assim, na década de 1890 foi definido pelo governo o fechamento das fronteiras de expansão. No início do século XX, apenas 10% dos cafezais tinham menos de três anos³⁶.

No início do século XX, a Zona da Mata mineira se tornou uma importante produtora de café, tanto em Minas Gerais quanto no país, aumentando as suas áreas de expansão em direção ao Espírito Santo e Vale do Rio Doce. Esta afirmação encontra sustentação nas análises de séries históricas apresentadas por Pires em sua tese de doutorado (2004, p. 8),

³⁶ LANNA, op. cit., p. 38.

mostrando que a Zona da Mata se tornou a principal produtora de café nesse período, como se pode observar na Tabela 1, abaixo³⁷:

Tabela 1 – A participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais em arrobas

Período	Minas Gerais	Zona da Mata	%
1847/48	745.381	743.707	99.77
1850/51	900.264	898.184	99.76
1886	5.776.866	4.316.067	74.71
1888	5.047.600	4.433.800	87.83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63.73
1926	12.793.977	9.105.543	71.17

Fonte: Pires (2004, p. 8).

Os dados mostram os períodos de queda na participação da Zona da Mata sobre o conjunto total da produção cafeeira do estado, conforme afirmado por Lanna (LANNA, 1989). O período de maior declínio ocorreu entre 1903 e 1904, o que coincide com o envelhecimento das lavouras, embora a produção como um todo aumentasse em Minas Gerais. A diminuição ocorrida na produção pode guardar também alguma relação com o período pós-abolição da escravatura, em 1888, momento em que ocorreram transformações importantes na cafeicultura brasileira. De qualquer forma, a Zona da Mata se manteve ao longo de todo o período com produção acima de 60% do total de Minas Gerais.

Após a abolição da escravatura, no caso específico de Minas Gerais, o estado recorreu pouco ao colonato³⁸, ao contrário do que ocorreu em São Paulo³⁹ (LANNA, 1989). Como explica Lanna, a organização do mercado de trabalho em Minas Gerais foi diferente dos demais estados. Em São Paulo, para fazermos uma comparação, o colonato foi introduzido na lavoura cafeeira no século XIX, por volta de 1850, e perdurou até os anos 1960, com a vinda de imigrantes que serviram de mão de obra para os fazendeiros (STOLCKE, 1986). Na Zona da Mata, com o fim da escravidão, os fazendeiros utilizaram, sobretudo mão de obra liberta ou fornecida por nacionais⁴⁰, recorrendo raramente aos serviços de colonos imigrantes.

Como se pode ver, a agricultura praticada na Zona da Mata emergiu sob o signo da grande fazenda de café, símbolo de poder e riqueza. Contudo, essas explorações agrícolas eram significativamente diversificadas em suas atividades, não havendo desta forma uma predominância da monocultura do café (REZENDE, 2004). Minas Gerais possuía, em meados do século XIX, o maior plantel escravista do país. Foi possível, desta forma, criar novas relações de trabalho em substituição ao trabalho escravo, relações estas que passaram a se estruturar mesmo antes da proibição definitiva da escravidão. Minas Gerais dispunha de mais mão de obra livre do que qualquer outro estado, mesmo antes da abolição, o que possibilitou o surgimento de uma agricultura baseada em pequenos sitiante e parceiros e que foi sendo desenvolvida mesmo antes dos desmembramentos das antigas fazendas de café⁴¹. Foi se

³⁷ Uma arroba de café equivale a 60 quilos.

³⁸ O colonato foi o regime de trabalho introduzido na agricultura brasileira no início do século XIX. Foi adotado com mais intensidade pelo governo para conter a crise de mão de obra que se acirrou com o fim do escravismo. Imigrantes das mais diferentes nacionalidades, como italianos, portugueses, alemães, espanhóis e japoneses, entre outros, vieram trabalhar em diferentes estados do país, mas, sobretudo nos que tinham o café como principal produto agrícola cultivado.

³⁹ LANNA, op. cit.

⁴⁰ De acordo com Lanna (1989, p. 65), o trabalhador nacional era “o homem brasileiro, livre e pobre; por ingênuo, o escravo nascido do ventre livre; por liberto, o escravo alforriado”.

⁴¹ LANNA, op. cit.

consolidando, desta forma, desde o século XIX, uma economia mercantil fornecedora de produtos alimentícios para o Rio de Janeiro e para o restante da província, que se desenvolveu juntamente com a atividade pecuária, a produção de algodão em rama e a mineração. Essa economia mercantil desenvolveu em Minas uma “rede comercial com ranchos, vendas e alimentos para os viajantes e seus animais”. Depois da abolição, foram duas as relações de trabalho que permitiram a continuidade do cultivo do café: a parceria, com trabalhadores fixos, e o assalariamento temporário com o migrante vindo de outras regiões⁴². No restante do país, mesmo com novas relações de trabalho surgindo, a cultura cafeeira ainda necessitava de grande contingente de trabalhadores. Com o declínio da economia escravista, a demanda por mão de obra livre se intensificou, fortalecida pelo surto da economia cafeeira ocorrido na década de 1870 e que se estendeu até o fim do século XIX (DELGADO 2004).

Com a decadência da economia cafeeira aliada à crise do mercado mundial de café na década de 1930, o declínio da produtividade das culturas agrícolas, associado à degradação do solo e à estagnação do processo industrial, particularmente nos setores voltados ao mercado interno, a exemplo da indústria têxtil, a Zona da Mata perdeu sua importância na economia mineira (FERRARI, 2010). Estes fatores explicam de certa forma a emergência de novas formas de organização social da agricultura e da propriedade da terra na região.

De acordo com Cintrão (1996, p. 43), a Zona da Mata, dado o caráter itinerante e extensivo da produção de café e por possuir um relevo acidentado, foi profundamente afetada por processos de degradação de solos, que em pouco tempo tinham a sua fertilidade exaurida. Assim, mais áreas de florestas eram destruídas para dar lugar a novas plantações. Essa dinâmica contribuiu para que o café na região entrasse em crise, o que permitiu, por outro lado, o estabelecimento de outras atividades produtivas, como a pecuária de leite e a produção de alimentos (milho, feijão, arroz). A crise cafeeira e a falta de outra cultura comercial que substituísse o café abriram espaço para o desenvolvimento de uma agricultura diversificada praticada em pequenas propriedades na região. Neste contexto, marcado pelo declínio da produção de café, verifica-se uma fragmentação das grandes propriedades - seja a partir do processo de herança, seja pela venda de terras pelos antigos cafeicultores - revelando como surgiu a base dos sistemas de parceria com o roçado (produção de gêneros alimentícios no meio da lavoura) e o café, mesmo que em menor escala.

Segundo Comerford (2003), as variações do preço do café implicaram variações também na área plantada, tanto em sítios como em fazendas. Ao lado do café, produzia-se uma diversidade de alimentos, como feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar e mantinha-se a criação de gado. Os produtos eram tanto para consumo como para venda. Assim, no início do século XX, em algumas regiões da Zona da Mata, a pecuária de leite e corte já se fazia presente no mercado regional.

1.2 O município de Araponga e a sua conformação fundiária e agrícola

O *arraial* de Araponga, como era chamado, surgiu em decorrência da descoberta de minas de ouro, sendo batizado, em 1781, de *São Miguel e Almas dos Arripiados*. Nessa época, o governador da província, Dom Rodrigo José de Meneses, visitou a região e distribuiu sesmarias e *datas*, ou seja, porções de terra e lotes de jazidas auríferas para a mineração. Mas o ouro encontrado não durou muito tempo. De acordo com o livro *Conhecer Araponga*, do pesquisador araponguense Geraldo de Assis (2003), com a mineração veio a escravidão:

A escravidão em Araponga começou, a partir de 1791 tão logo que Dom Rodrigo José de Meneses distribuiu sesmarias nos arredores de Arrepiados,

⁴² LANNA, op. cit., p. 105.

onde pessoas, das mais diversas origens, foram atraídas para nossa região com a esperança de encontrar ouro em abundância, mas com o findar do ouro muitos foram embora e Arrepiados caiu na mais completa decadência. Foi então, a partir daí, que surgiram homens de grandes cabedais, senhores de vasta extensão de terras e donos de numerosas escravaturas nas fazendas dos arredores de Araponga (ASSIS, 2003, p. 21).

Nestas fazendas, mais tarde (não foi possível encontrar uma data precisa na literatura pesquisada) foi introduzida a cultura do café, que passou por períodos de crise e ascensão. Como relata o pesquisador (ASSIS, 2003), os novos povoados surgiam com a elevação de curatos em paróquias, o que aconteceu com Araponga em 1823 e em 1826. Mantendo o mesmo nome, o arraial tornou-se freguesia. A partir da análise de livros de batismo e tombos⁴³, o pesquisador relata nomes de fazendeiros e de seus respectivos escravos, chamando atenção também para o grande número de batizados de crianças filhas de escravos tendo os fazendeiros como padrinhos⁴⁴. Araponga também recebeu algumas famílias de imigrantes italianos e espanhóis, entre 1871 e 1879, que vieram para trabalhar no Brasil. Estas famílias chegavam ao Rio de Janeiro, deslocando-se, inicialmente, para a cidade de Juiz de Fora, transferindo-se posteriormente para pequenos municípios da região e estabelecendo-se, finalmente, em Araponga, adquirindo terras próprias. Em Juiz de Fora havia hospedarias para receber imigrantes que iriam trabalhar no interior do estado e postos do governo que providenciavam todas as questões burocráticas relativas aos contratos⁴⁵. O município também recebeu famílias de imigrantes vindos da Turquia, do Líbano⁴⁶ e da França⁴⁷.

Segundo dados do IBGE (2010), o município tem uma população total de 8.152 habitantes, sendo que 3.041 habitantes residiam, em 2010, na área urbana e 5.111 (62,69% da população total) viviam na área rural. Vale a pena destacar que esta característica presente em Araponga, onde a população rural é superior à urbana, vem se tornando rara entre os municípios brasileiros. Em relação aos serviços básicos, o abastecimento de água alcança 90% da população, a rede de esgoto 75%, a energia elétrica 100%, a educação 95% e a limpeza pública 90%.

Em 1962, Araponga tornou-se município adotando o nome atual (BARBOSA, 1968). Como se pode observar na Figura 1, a seguir, o município possui uma área equivalente a 304,421 km² e fica localizado a 50 quilômetros de Viçosa, 280 quilômetros de Belo Horizonte e 378 quilômetros do Rio de Janeiro.

⁴³ Em seu livro, o pesquisador afirma que ao procurar os livros de batismo da paróquia foi encontrado um *Livro de Tombo*, cuja existência, até então, não era conhecida (ASSIS, 2003, p. 21). O *Livro de Tombo* no “sentido original da palavra tombar é: registrar, inventariar e inscrever bens em arquivos. Num Livro Tombo serão registrados os principais acontecimentos referentes à vida, atividades e fatos relevantes de uma Paróquia ou de uma Fraternidade, o dia, o mês e o ano”. Disponível em: <http://www.capuchinhosrs.org.br/index.php?ir=PaginaPersonalizada&id_pagina=58&link=30&link_pai=48&id_noticia=26332>. Acesso em: 16 jul. 2014.

⁴⁴ ASSIS, op. cit., p. 21.

⁴⁵ LANNA, op. cit., p. 81.

⁴⁶ O autor faz referência aos casamentos de um imigrante ‘turco’ (que nasceu em “Alramuly Bait, Alden – Império da Turquia”) com uma italiana e depois com uma libanesa.

⁴⁷ ASSIS, op. cit., p. 30-32.

Figura 1 – As doze mesorregiões do estado de Minas Gerais e a localização do município de Araponga na Zona da Mata mineira.



Fonte: Site do governo de Minas Gerais www.mg.gov.br, a partir do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

O relevo da região tem como principal característica ser bastante acidentado e os solos são, de modo geral, de baixa fertilidade. Em seu estudo clássico sobre a Zona da Mata de Minas Gerais, o geógrafo Valverde (1958) tipifica os sistemas de utilização de terras na região, os quais deram origem aos seus diferentes tipos de paisagem. Na classificação de Valverde, Araponga localiza-se na *Zona dos Cafezais*, que inclui também os municípios de Coimbra e a subzona de Ervália. A região era caracterizada, naquela época, pela presença de latifúndios, grandes produtores de café e a ausência de pequenos sitiante. O autor relata que nesta região as condições dos trabalhadores rurais eram de extrema miséria.

Atualmente, Araponga não produz somente café, ainda que este continue sendo uma importante cultura. De modo geral, o município é caracterizado por possuir uma maior proporção de pequenos estabelecimentos agrícolas com até 50 hectares, nos quais se produz feijão, milho, mandioca, arroz, cana-de-açúcar, café, legumes, frutas e verduras para consumo e comercialização direta e indireta, ou seja, para atravessadores que compram café. Alimentos de origem local também são comercializados no mercado da AFA e vendidos para a alimentação escolar desde 2010, mas também para pequenos mercados dentro e fora do município⁴⁸.

⁴⁸A partir de 2011, alguns agricultores, que trabalham mais em parceria com o CTA-ZM e o Programa Teia de Extensão Universitária, passaram a vender seus produtos também para a *Rede Raízes da Mata*. Esta rede foi constituída a partir do projeto de extensão universitária, construído através de uma parceria estabelecida entre agricultores, estudantes, alguns professores da Universidade Federal de Viçosa e o CTA-ZM. O projeto promove

O município possui fazendas com áreas de pastagem para a criação de gado de corte e leiteiro e algumas grandes propriedades que cultivam café convencional e/ou orgânico. A Tabela 2 mostra a evolução do número de estabelecimentos agropecuários no município⁴⁹:

Tabela 2 - Estabelecimentos rurais de Araponga (1996-2006)

Tamanho dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos e %				Área		% da área dos estabelecimentos	
	1996	%	2006	%	1996	2006	1996	2006
Menores de 10 ha	263	41,5	1073	76,1	1215	3281	5,8	20,62
De 10 a menos de 50 ha	281	44,3	285	20,21	6626	6176	32	38,82
De 50 a menos de 100 ha	45	7,1	29	2,1	3082	2025	14	12,73
De 100 a menos de 200 ha	30	4,7	14	1,0	4096	1912	19,6	12,02
De 200 a menos de 500 ha	12	1,9	8	0,57	3538	2515	17,1	15,81
De 500 a menos de 1000ha	3	0,5	1	0,01	2208		10,5	
Total	634	100	1410	100	20765		100	

Fonte: IBGE(1996-2006). De acordo com site do IBGE estes dados foram atualizados em 2009, mas, em relação aos dados coletados até 2006, não consta a área da faixa de “500 a menos de 1000 ha” para o ano de 2006.

A Tabela 2 mostra uma mudança significativa no número e no tamanho dos estabelecimentos rurais ocorrida entre 1996 e 2006. No município de Araponga, de acordo com os dados de 1996, os estabelecimentos rurais com até 50 hectares representavam quase 85% (544 unidades) de um total de 634 estabelecimentos, mas detinham apenas 37% da área. Os médios e grandes estabelecimentos (segundo os padrões locais) representavam em torno de 15% (90 unidades), ocupando 63% da área pertencente a estabelecimentos rurais no município. Pode-se notar que existiam cerca de 15 estabelecimentos rurais acima de 200 hectares, detendo 27,7 % da área⁵⁰. Destes 15 grandes estabelecimentos, de acordo com uma

a comercialização de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar da região dentro do campus da universidade, sendo que os produtos são distribuídos para uma lista de consumidores.

⁴⁹ O IBGE classifica como estabelecimento agropecuário “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador” (HOFFMANN, NEY, 2010, p. 47). Na Nota Técnica referente ao Censo Agropecuário de 2006, o IBGE alerta que: “Outro esclarecimento importante é sobre a unidade de pesquisa utilizada no Censo Agropecuário: o estabelecimento agropecuário. O conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, enquanto o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário. Assim, existe uma pequena superestimação do público pertencente à agricultura familiar neste trabalho, por considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar” (IBGE, 2006, p. 4). Assim, a nota técnica do IBGE nos ajuda a compreender melhor a relação do conceito de agricultura familiar e a sua relação com unidade familiar e a diferença de estabelecimento rural em relação à unidade produtiva. Estas definições nos permitem analisar de forma mais rigorosa os dados do censo disponibilizados pelo instituto a partir da metodologia que foi utilizada. Retirado do documento *Nota técnica do IBGE*.

Disponível

em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2011.

⁵⁰ O módulo fiscal para o município de Araponga corresponde a 28 hectares. De acordo com o sítio do Incra, o módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Assim, de acordo com a legislação “a pequena propriedade corresponde ao imóvel

liderança local, um tem como atividade principal o gado de corte, sendo ocupado por pastagens. Os demais possuem grandes plantações de café com manejo convencional⁵¹, empregando trabalhadores rurais para o seu cultivo. Os dados da Tabela 2 são ilustrativos no que se refere à estrutura fundiária no município. Com os devidos cuidados de interpretação, como aponta a Nota Técnica do IBGE, sobre a diferença entre unidade familiar e unidade produtiva, no geral, podemos notar a fragmentação dos estabelecimentos agrícolas e a relativa redução da concentração de terras em poucos estabelecimentos. Isto pode ser observado nos dados da Tabela 3, que será apresentada mais adiante e que classifica os estabelecimentos rurais por condição do produtor.

Podemos notar que o padrão fundiário no município modificou-se consideravelmente em uma década. Houve um aumento significativo de pequenos estabelecimentos agrícolas menores que 10 hectares e, por outro lado, a diminuição do número de propriedade sem todas as faixas maiores que 50 hectares. Em 1996, as propriedades com até 50 hectares eram 544, número que se elevou para 1.358 unidades em 2006, o que equivale a um aumento de 149,6%. Estes estabelecimentos passaram a representar, em 2006, 59,44% da área de terras ocupada por estabelecimentos agrícolas no município. Mesmo considerando uma possível superestimação do público pertencente à agricultura familiar, nos termos que foram apontados pela Nota Técnica do IBGE, o aumento do número de pequenos estabelecimentos foi considerável. Essa mudança no padrão fundiário do município pode ter vários motivos, entre eles, a divisão por herança e a venda e o registro das terras pelos pequenos agricultores para poderem acessar o Pronaf. Os dados do IBGE mostram como o padrão de propriedades descrito por Valverde, ou seja, marcado pela presença de latifúndios dedicados à produção de café, com reduzida presença de sitiante, vem se modificando ao longo das últimas décadas (VALVERDE, 1958).

Ademais, a partir do aumento do número de pequenos estabelecimentos, podemos pressupor que diferentes estratégias de acesso à terra vêm sendo desenvolvidas pelos agricultores. Estratégias estas que incluem a experiência de compra de terra entre os pequenos agricultores, identificada por eles como a *Conquista de Terras em Conjunto*, mas não se reduzem a ela. Acredita-se, no entanto, que os resultados positivos gerados pela *Conquista* estejam contribuindo também para estimular um conjunto maior de agricultores a obter terra, o que é comprovado pelo número do cadastro feito pelo STR de novas famílias compradoras de terras na *Conquista*.

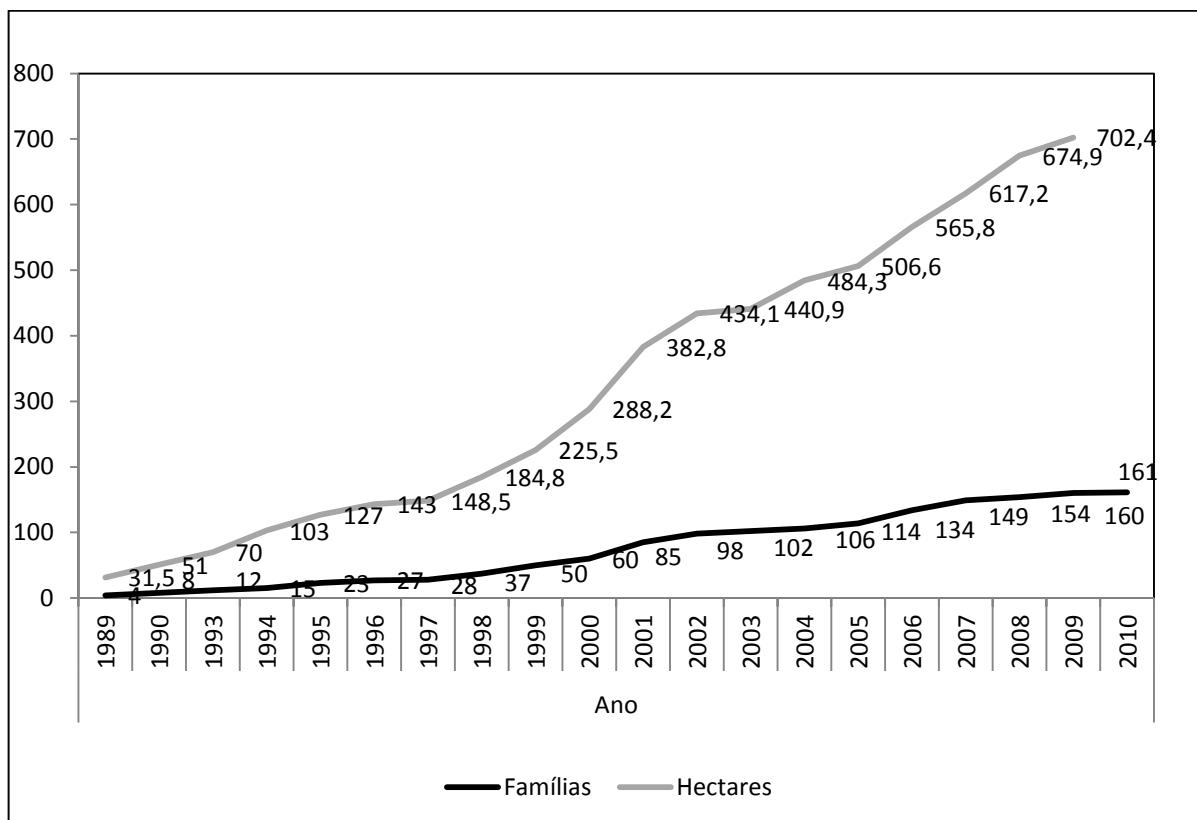
Em 2013, considerando os dados referentes às compras de terra realizadas sob a coordenação do sindicato até 2010, o número de famílias que adquiriram terras no município, através da *Conquista*, subiu para 161, totalizando 702,2 hectares. Foram realizadas, nesse período, 203 compras de terra, o que significa que uma mesma família pode ter realizado mais

rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais. O módulo fiscal também serve de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal>>. Acesso em: 12 maio 2012, lei nº 8.629, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

⁵¹ Manejo convencional é um termo que durante o trabalho de campo foi utilizado por alguns agricultores mais envolvidos nas organizações e também por alguns técnicos ligados a essas organizações, quando se referem à monocultura de café, baseada no uso de adubos químicos e pesticidas. Existe também o manejo do café SAT (sigla que significa sem agrotóxico), sendo que nesse tipo de manejo podem ser utilizados adubos químicos. Existe ainda, em Araponga, produção de café orgânico. O café orgânico mesmo sem ser cultivado com adubos químicos, agrotóxicos e manejo diferenciado, pode ser produzido em forma de monocultura, sem sombreamento e sem o cultivo de outras culturas entre as linhas de café (ruas). No município, alguns estabelecimentos de maior área produzem café orgânico em larga escala, mas também o fazem agricultores com propriedades menores. A produção agroecológica, por sua vez, não faz uso de agrotóxicos e busca reduzir ao máximo o uso de adubos químicos até eliminar seu uso na produção, fazem uso de formas de manejo diferenciadas, como o roçado - e não a capina -, além da produção ser diversificada na propriedade.

de uma compra em diferentes períodos. A evolução do número de famílias e da área de terras adquirida através da *Conquista de Terras em Conjunto* aparece representada no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Evolução do número de famílias e área adquirida através da *Conquista de Terras em Conjunto* no município de Araponga (1989-2010)



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponibilizados pelo STR em 2013

Parece estar ocorrendo, em alguma escala, um processo de *recampesinização* nos termos definidos por Ploeg (2008). Para Ploeg, o processo de *recampesinização* constitui-se como uma expressão moderna da luta por autonomia e sobrevivência do campesinato em um contexto de privação e dependência. Não é uma condição estática, tem movimentos ascendentes e descendentes e muda continuamente. De acordo com o autor:

A *recampesinização* implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a *recampesinização* implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo em que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (PLOEG, 2008, p. 23).

A busca por autonomia é aumentada na medida em que os camponeses conseguem também se inserir em outros tipos de mercados, através, por exemplo, da inserção em circuitos curtos de comercialização. Contudo, no caso específico de Araponga, esta autonomia ainda pode ser considerada *relativa* devido à importância do café para a região, ou seja, trata-se de um município produtor de uma importante *commodity* para o mercado, onde os

agricultores dependem de circuitos longos de produção, regidos por uma dinâmica sobre a qual possuem uma baixa capacidade de governança. Por outro lado, não podemos negar que mesmo com as oscilações no preço do café de uma safra a outra, e considerando a baixa capacidade de influência dos agricultores sobre os processos de comercialização deste produto, a cultura do café tem sua importância para os agricultores de Araponga como fonte de acumulação e reserva de valor, pois permite aos agricultores comprarem terra, expandir áreas ou investir na propriedade adquirida. Como analisado na minha pesquisa de mestrado, o café, mesmo ainda causando uma forte dependência externa, constitui-se como uma importante cultura para os agricultores da região, inclusive para os que compraram terra através da *Conquista*, cabendo destacar que a comercialização do café figura como uma renda importante para que os agricultores possam garantir o pagamento da terra. Desta forma, na comunidade em que foram realizadas as primeiras compras de terra e onde os agricultores são, na sua maioria, agricultores agroecológicos ou em transição agroecológica, as famílias estão conseguindo alcançar níveis mais altos de autonomia, diversificando o leque de produtos comercializados, diminuindo sua dependência em relação à renda oriunda da comercialização do café e se tornando menos dependentes de fontes externas de financiamento, principalmente para a compra de insumos.

O aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais no município de Araponga também pode estar associado à transformação de parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais sem terra em pequenos proprietários. Alguns deles, ao que tudo indica, sempre foram agricultores, mas não possuíam terra. Outros podem ter migrado, conseguindo, ao longo do tempo, reunir algum dinheiro e voltando para o município para ser tornarem proprietários. Durante o trabalho de campo foi possível identificar na comunidade de São Joaquim, por exemplo, três agricultores, hoje proprietários de terras, que compraram terra quando estavam trabalhando em São Paulo. Estes três agricultores, após a compra da terra, retornaram para trabalhar em terra própria e morar no município. Sua trajetória me pareceu semelhante, em alguma medida, às trajetórias dos agricultores descritos por Garcia Jr. (1989) em sua pesquisa acerca das estratégias de reprodução camponesa de migrantes paraibanos no livro *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e reprodução social*. Esses agricultores, muitos dos quais não possuíam terra, tinham como estratégia de reprodução a migração para os centros urbanos, mas retornando posteriormente à Paraíba para comprar terra, livrando-se desta forma da condição de *sujeição*⁵² em relação aos grandes proprietários ou aos patrões que os empregavam nas cidades, rompendo com relações históricas de dominação.

Ainda sobre o aumento dos pequenos estabelecimentos agrícolas, em diversas regiões do país, estudos relativamente recentes a exemplo do trabalho realizado por Hoffmann e Ney (2010), baseados em dados do IBGE, apontam também para um aumento de pequenas propriedades como expressão, entre outros fatores, da criação de áreas para lazer, através da proliferação de pequenos sítios e chácaras e não de unidades produtivas. No caso de Araponga, considerando a localização geográfica do município, este não parece ser o caso. Sem dúvida, os motivos para o aumento do número de pequenos estabelecimentos no município podem ser vários, mas de todo modo este número é bem significativo para um município dessas dimensões de onde o surgimento de pequenos estabelecimentos não se encontra associado à proliferação de chácaras ou sítios de lazer.

O município de Araponga em 2006, de acordo com a classificação do IBGE, possuía 872 estabelecimentos agrícolas familiares, proprietários de terras. Outros 122

⁵² De acordo com Garcia Jr. (1989, p.14) *sujeitos* são os trabalhadores que residiam nas grandes plantações e que estavam ligados ao domínio do senhor por meio do trabalho e da residência, condição caracterizada por uma forte dependência em relação ao *senhor* dono da terra.

estabelecimentos são explorados por arrendatários, 263 por parceiros⁵³ e 50 por ocupantes⁵⁴. O número total de parceiros também pode ser superior, pois não sabemos quantos parceiros possuem contratos formais ou informais de trabalho. Também não podemos afirmar precisamente se uma família trabalha em mais de um estabelecimento rural ou quantos hectares cabem a cada família. Ademais, é preciso considerar que o módulo fiscal para a região é de 28 hectares e a pequena propriedade, de acordo com o INCRA, corresponde ao imóvel rural com área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, o que englobaria estabelecimentos com até 112 hectares, o que não corresponde à realidade da maioria dos agricultores afiliados ao STR, inclusive dos próprios agricultores que possuem terra na *Conquista de Terras em Conjunto* - uma média de 6 hectares. Entre as famílias entrevistadas na pesquisa do doutorado, o maior estabelecimento agrícola e propriedade da família tem 15 hectares.

A Tabela 3 mostra o predomínio da agricultura familiar no município e a divisão dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor (proprietário, arrendatário e parceiro), mas que detém pouca terra, como mostra os dados IBGE:

Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor Araponga – Unidades (2006)

Condição do Produtor	Agricultura	Unidades	%	Hectares	%
Proprietário	Não familiar	66	7,04	6943	42,13
	Agricultura familiar	871	92,96	9536	57,87
	Total	937		16480	
Arrendatário	Não familiar	20	14,08	31	17,32
	Agricultura familiar	122	85,92	148	82,68
	Total	142		179	
Parceiro	Não familiar	13	4,72	36	4,28
	Agricultura familiar	262	95,28	805	95,72
	Total	275		840	
Ocupante	Não familiar	7	12,28	99	39,13
	Agricultura familiar	50	87,72	155	61,27
	Total	57		253	
Produtor sem área		1			
Totais	Não familiar	106	7,51	7108	40,04
	Agricultura familiar	1306	92,49	10644	59,96
	Total	1412		17752	

Fonte: IBGE (2006)

A Tabela 3 mostra o número de estabelecimentos rurais no município, que segundo o IBGE, inclui pequenos proprietários, arrendatários e parceiros como agricultores familiares, com total de 1.306 estabelecimentos rurais e 106 estabelecimentos não familiares. Embora

⁵³ Este número de parceiros pode ser subestimado, pois existem muitos parceiros sem contrato. São relações de parcerias estabelecidas entre pequenos proprietários de terras, mas que possuem lavoura de café, o que demanda mais mão de obra na época da colheita, dependendo também da quantidade de pés de café que o agricultor possui.

⁵⁴ Segundo o IBGE, o ocupante é aquele que não possui título definitivo da propriedade.

seja possível constatar um aumento dos pequenos estabelecimentos agrícolas em uma década, os números da Tabela 3 revelam ainda uma distribuição desigual no acesso à terra, pois menos de 7,51% das unidades não familiares ocupam 40% da terra e a maioria quase absoluta dos estabelecimentos de agricultores familiares, que são 92,49%, ocupam 57% da terra.

Ao analisar os dados da Tabela 3, podemos notar que do total de 1.306 agricultores familiares, sejam eles, proprietário, arrendatário, parceiro e/ou ocupante, 871 são considerados agricultores familiares com terra. Destes 871, de acordo com informações fornecidas no escritório local da Emater-MG, 488 agricultores familiares fizeram contratos com o Pronaf ou renovaram os contratos já existentes em 2011. Os 488 contratos realizados nesse período estão divididos da seguinte forma: 89 projetos de investimento e 399 projetos de custeio. A principal atividade produtiva financiada pelo crédito do Pronaf, de acordo com o técnico da Emater - informação esta confirmada pelos próprios dados fornecidos pelo escritório local da empresa -, é a cafeicultura. Os projetos de custeio envolvem, de modo geral, o financiamento de insumos para a lavoura. Os projetos de investimento têm como objetivo a construção de tulhas, terreiros de cimento (para secar café) e secadores de café, além da compra de micro tratores, carretas e carroças, máquinas e implementos.

1.3 A trajetória das organizações sociais de agricultores e a conquista de políticas públicas para o campo

Nesta seção, traçarei, de forma breve, as trajetórias dos movimentos organizativos de agricultores e da conquista de políticas públicas dirigidas às populações rurais, enfatizando as políticas públicas mais recentes⁵⁵. Toma-se, aqui, como referência o período que se inicia com a abertura política no final da década de 1980, estendendo a análise até os anos 2000. Foi a partir dos movimentos reivindicativos e, porque não dizer, também dos conflitos e revoltas por melhores condições de vida e trabalho, que foram sendo delineadas para o campo políticas públicas e programas específicos voltados às populações rurais⁵⁶.

Como mostram diferentes autores (FERRANTE, 1976; CAMARGO, 1986; PALMEIRA, 1989; MEDEIROS, 1989), as mudanças ocorridas foram resultado das pressões exercidas pelos agricultores e suas organizações (representativas e de apoio) diante de um Estado que buscava conciliar os conflitos, atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses dos grandes proprietários de terra. Paulatinamente, o Estado passou a dar respostas aos movimentos organizativos de agricultores e trabalhadores do campo, que conquistaram alguns direitos assegurados por leis, mas também a criação de políticas públicas dirigidas às populações rurais.

Como afirma Ferrante (1976), o trabalhador do campo ficou praticamente esquecido até 1963, no que tange a cobertura da previdência social, e excluído das leis do trabalho durante a Primeira e a Segunda República. No mesmo ano que foi criado o Estatuto do

⁵⁵ Fazer um resgate histórico sobre a criação das políticas públicas para o campo seria percorrer um caminho longo, iniciado ainda na década de 1940, que marca a criação da previdência rural no governo de Getúlio Vargas, processo que transcende o foco deste trabalho. Sobre este período é possível consultar diferentes trabalhos sobre a previdência rural, como exemplos: Beltrão et al. (2000) e Ferrante (1976). Sobre a pressão dos movimentos sociais no campo por melhores condições de vida e trabalho, ver Medeiros (1989, 2010) e sobre as primeiras organizações de trabalhadores rurais no campo, as Ligas Campesinas, ver Julião (1962, apud WELCH et al., 2009, p. 271-297). Uma análise política sobre a questão agrária e a democracia no período de 1930 a 1964 pode ser encontrada em Camargo (1986).

⁵⁶ Sobre movimentos sociais no campo no Brasil, ver os trabalhos de Medeiros (1989, 2001, 2010b), sobre movimentos sociais, agricultura familiar e sindicalismo no Rio Grande do Sul, ver os trabalhos de Picolotto (2006, 2011) e para o papel da Igreja Católica na construção de identidades entre os trabalhadores do meio rural da região nordeste, ver o trabalho de Novaes (1997).

Trabalhador Rural, foi criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, não passando de uma carta de intenções até sofrer alterações em 1967 e em 1969, quando uma lei complementar instituiu o Pro-Rural - regulamentado em 1972 e constituiu o FUNRURAL como órgão gestor. O programa previa aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e social. No ano seguinte após o Golpe Militar, foi criado o Estatuto da Terra, fruto das reivindicações dos agricultores e pela demanda por reforma agrária, mas também como reflexo do “jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra” (PALMEIRA, 1989, p. 94). Segundo Palmeira, o Estatuto da Terra foi “[...] possivelmente a peça-chave do novo aparato jurídico, e toda uma extensa legislação complementar. Criou-se também uma legislação previdenciária que teve efeitos importantes a partir do início dos anos 1970” (PALMEIRA, 1989, p. 94). Este processo mostra como a categoria social “trabalhador rural” foi reconhecida pela lei, mas, de acordo com o autor, surgiram também, uma série de conceitos relacionados à propriedade da terra como latifúndio, minifúndio, empresa rural, entre outros. Contudo, a criação de leis a exemplo do Estatuto da Terra (1964) e do Estatuto do Trabalhador (1963) não implicou, imediatamente, em melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Mas essas leis representaram um marco de fundamental importância neste processo de reconhecimento de direitos, dentro de um campo conflituoso que envolve relações de poder e jogo de interesses. Como afirma Palmeira (1989, p. 95):

Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo em que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Nesse sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas — a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização são exemplos — a nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades (PALMEIRA, 1989, p. 95).

Com a criação de leis surgem novas categorias de atores que até então não tinham sido pensadas, o que implica novas modalidades de políticas públicas que poderão ser criadas e reforçadas a partir de novas demandas perante o Estado e por grupos organizados. O que o autor ressalta em sua análise é que ao mesmo tempo em que o Estado promove mudanças devido aos processos de lutas e reivindicações no campo, também se transforma enquanto máquina administrativa com uma efetiva atuação do Estado em relação às políticas públicas. Mesmo que promovendo ações para a modernização da agricultura, que acarretou de um lado o aumento da exclusão e da desigualdade no campo, por outro lado, o Estado consegue ampliar os espaços para que outras organizações surgissem, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Assim sendo, finalmente, por meio da criação do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra e da lei previdenciária, o trabalhador rural passa a ser *objeto de políticas* públicas (PALMEIRA, 1989).

Durante o regime militar, foi adotado para o campo um conjunto de políticas voltadas à modernização da agricultura. Estas políticas visavam promover mudanças significativas neste setor visto como um segmento atrasado e que impedia o desenvolvimento

do país. Para o Estado e as lideranças dos grandes proprietários, o projeto de modernização conservadora da agricultura se traduziria, necessariamente, no desenvolvimento da agricultura e na melhoria das condições de vida das populações rurais. Entretanto, a modernização da base técnica da agricultura ocorreria sem que o Estado promovesse mudanças estruturais em relação à estrutura fundiária. Foi mantido um perfil altamente concentrado no que tange à propriedade da terra, verificando-se ao longo desse período um aumento do êxodo rural, expulsando do campo um grande contingente de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. O modelo adotado privilegiou o apoio à modernização das grandes propriedades com incentivos fiscais e amplo acesso ao crédito (MEDEIROS, 2002). Neste período, a ênfase foi a difusão das chamadas tecnologias modernas (mecanização, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes e mudas desenvolvidas pela pesquisa), no que ficou conhecido como o "pacote" da Revolução Verde. Os agricultores, lideranças sindicais, também foram duramente reprimidos neste período, sem, contudo serem impedidos de manterem, em alguma medida, a sua base organizativa. Como afirma Palmeira:

As entidades sindicais se reorganizaram com relativa rapidez e, ao mesmo tempo em que sustentaram lutas que se dispersaram politicamente como decorrência da própria conjuntura nacional, partiram para ampliar e fortalecer sua organização em nível nacional (PALMEIRA, 1989, p.102).

Mesmo com a ampliação da organização dos agricultores, durante o regime militar ainda não havia uma política pública específica de apoio à produção dirigida aos agricultores de base familiar. O próprio conceito de ‘agricultor familiar’ ainda não existia como uma categoria específica no âmbito das políticas públicas e surge como conceito legal com a lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”⁵⁷. De modo geral, esses agricultores eram identificados na literatura como pequenos produtores, pequenos agricultores ou produtores de subsistência. Esta realidade perdurou até o início da década de 1990, quando finalmente começou a mudar com a abertura política e a promulgação da nova Constituição de 1988, mas também com o aumento das reivindicações no campo com as Jornadas Nacionais de Luta.

Também na agricultura da Zona da Mata mineira, as políticas nacionais de viés modernizante tiveram seu reflexo na região. Como mencionado no capítulo 1.1, a Zona da Mata de Minas Gerais teve pouca atenção do governo nos primórdios da colonização. Mas com o declínio das jazidas de ouro e a consequente mudança de interesse econômico com a introdução da cultura cafeeira, a Zona da Mata passou por transformações. Contudo, a região conservou suas principais características já presentes na primeira metade do século XX: ser um local que ainda tem como principal produto a produção de café, em pequena e grande escala, aliado às lavouras de produção de alimentos conduzidas por pequenos proprietários de terra e meeiros.

Mesmo passando por várias crises no século XX, a cafeicultura na região conseguiu se reerguer, pelo menos em parte, em função das políticas adotadas pelo governo de Minas Gerais, e também por diretrizes ou políticas do governo federal implementadas em nível estadual. Neste sentido, a recuperação do parque cafeeiro aconteceu em virtude dos programas governamentais que implementaram o Plano de Erradicação dos Cafuzais (1962-1967) e o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafuzais (1960-1975) (ANDRADE,

⁵⁷ Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 19 maio 2012.

1994), que foram implantados a nível nacional pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café)⁵⁸. Esses planos vinculavam o crédito rural a um *pacote tecnológico*, o que influenciou sobre o perfil do parque cafeeiro. Segundo Cintrão (1996), o programa era subsidiado (subsídio que sofreu aumento por causa da inflação) e impunha sanções a quem não seguisse as recomendações técnicas. Entre as recomendações, que eram de certa forma mais imposições do que recomendações, os agricultores tinham o risco de perderem seus contratos de financiamento caso não acatassem as exigências do plano. Em função dessas orientações, os agricultores tinham que fazer uso de agrotóxicos, de adubação química e respeitar o espaçamento proposto⁵⁹.

Com a implementação destes planos, o estado de Minas Gerais passa a ser o primeiro produtor nacional, devido à sua adesão aos primeiros programas de erradicação e renovação, ficando à frente dos principais produtores da época, que eram os estados do Paraná e de São Paulo (ANDRADE, 1994). Entretanto, mesmo o estado de mineiro se tornando o primeiro produtor de café do país, por outro lado, houve também a substituição dos cafezais por pastagens, o que levou o aumento do desemprego e consequentemente o êxodo para as cidades.

Contudo, a atuação do Estado não aconteceu apenas por meio de planos implementados pelo IBC. Em Minas Gerais já existia, desde final da década de 1940, o serviço de assistência técnica e extensão rural por meio da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural, fundada em 1948), que foi extinta e deu origem a Emater em 1975. Como resultado das políticas de erradicação dos cafezais no final dos anos 1960, houve um agravamento da situação socioeconômica dos pequenos produtores e parceiros. A ACAR possuía vários escritórios na Zona da Mata e acompanhava a situação dos pequenos produtores e parceiros, fato que levou a entidade a reivindicar um "programa de governo" para a região que, na visão dos extensionistas, tinha como um dos principais problemas a concentração da terra.

De acordo com Matos (1983), as reivindicações dos extensionistas da ACAR culminaram com a realização do Simpósio de Desenvolvimento da Zona da Mata, realizado em Viçosa no ano de 1971. O Simpósio de Viçosa foi o embrião para uma série de ações governamentais que criaram o PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata – o Prodemata), implementado em junho de 1976 -, mas teve a sua elaboração iniciada por volta de 1973, sob a responsabilidade da Fundação Rural Mineira, Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas). Para subsidiar a fase de planejamento do PDRI foram usados, dentre outros, diversos estudos feitos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dissertações de mestrado, algumas feitas em convênio com o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/SEPLAN/PR) e as recomendações do Simpósio de Viçosa (MATOS, 1983, p. 11). Ainda de acordo com Matos (1983), a partir das entrevistas com técnicos da época e com o material pesquisado a respeito do Prodemata, as questões iniciais dos extensionistas, que giravam em torno da questão da terra com a sugestão da realização da reforma agrária, inclusive por movimentos sociais que atingiam todo o Brasil, durante os anseios da década de 1960, se transformaram:

⁵⁸ O Instituto Brasileiro do Café era uma autarquia formada principalmente por produtores de café e representantes do governo que funcionou de 1952 a 1989 e definia as políticas agrícolas do produto no Brasil. Com a sua extinção o governo brasileiro voltou a gerenciar o setor, com a criação, em 1996 do Conselho Deliberativo de Política do Café, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

⁵⁹ De acordo com alguns agricultores entrevistados da comunidade de Salazar, alguns proprietários com parcelas de terras maiores perderam suas terras após contraírem crédito para a renovação dos pés de café na década de 1960.

De uma questão eminentemente social e política o problema da terra passou a ser enfocado como uma questão de técnica e de produtividade. E aqueles que não a tinham e os que a possuíam em pouca quantidade deveriam aumentar sua renda pelo aumento da produção e da produtividade por hectare. Esta, a mensagem que o Prodemata trouxe para o pequeno produtor e o parceiro (MATOS, 1983, p. 6).

Esta mudança aconteceu, em parte, em virtude dos resultados do convênio firmado entre o Departamento de Economia Rural da UFV e o IPEA, que realizaram um diagnóstico sobre a economia da Zona da Mata e em seguida uma série de estudos, a partir de dissertações de mestrado do departamento. Os técnicos de ambas as entidades definiram “seis áreas de estudos onde procuraram reunir as análises anteriores e indicar algumas medidas de política econômica para incentivar o desenvolvimento da Zona da Mata” (MATOS, 1983, p. 30). Com a análise das dissertações realizadas neste convênio, a autora conclui que os estudos refletiam:

[...] na realidade, toda uma linha de ação que passava a imperar na sociedade brasileira em relação ao poder da técnica, como meio para se chegar a resultados revestidos de eficiência e eficácia econômica. Cumpriram papel importante na legitimação de tal diretriz os responsáveis pelos mesmos, sobretudo porque estes tiveram ampla divulgação (MATOS, 1983, p.34).

Deste modo, a orientação que influenciou a criação do Prodemata, privilegiou as soluções técnicas e modernizantes, reduzindo as relações econômicas e sociais que teriam seus problemas resolvidos como resultado da adoção de novas tecnologias. Por outro lado, a mudança de orientação, que inicialmente apontava os problemas fundiários da região levantados pelos extensionistas da ACAR, teve seu revés definitivo a partir do financiamento feito pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e implementado pelo governo de Minas Gerais. As negociações duraram por quase quatro anos e, por fim, com a imposição do BIRD, de acordo com Matos, o programa original foi bastante modificado, acabando por configurar um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado iniciado em 1976. Objetivamente a proposta do programa, com o financiamento do BIRD, era melhorar o padrão de vida e renda dos “pequenos produtores rurais” por meio do aumento da produtividade, que seria alcançada por meio do crédito agrícola orientado para a produção agrícola, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola e demonstração de práticas tecnológicas, cooperativismo, serviços de saúde e educação. (MATOS, 1983).

De acordo com Meyer (apud FERRARI, 2010), entre os anos de 1970 e 1985, o crédito agrícola e a pesquisa se concentraram nas culturas de exportação como o café e a soja, deixando as culturas de subsistência em segundo plano. Como visto anteriormente, isso aconteceu em virtude da orientação dos programas de intervenção desenvolvidos pelo governo do estado para o setor rural. Ademais, a política modernizante da agricultura não considerou as diferenças socioeconômicas da Zona da Mata, os pequenos produtores, a parceria e as condições ambientais, pois, com o forte relevo acidentado da região, o mesmo não permite a mecanização agrícola. Não pode-se deixar de mencionar que, em nível do Governo Federal, a política agrícola nacional também era modernizante. Desta forma, políticas públicas e programas modernizantes e excludentes para a agricultura aprofundaram a degradação ambiental e não resultaram em desenvolvimento rural para a maioria das regiões mineiras devido a sua diversidade.

Este período que retrata a história das intervenções governamentais na região mostra como a visão dos técnicos, gestores e agências governamentais não levaram em consideração a realidade dos parceiros e pequenos produtores, promovendo uma agricultura tecnificada e de grande escala. Esse tipo de agricultura precisou se desenvolver em outras regiões do estado,

devido a topografia específica da Zona da Mata, e por ter como foco os agricultores mais capitalizados e empreendedores, naquilo que Ploeg (2003) definiu como o *virtual farmer*, o “fazendeiro virtual” distante da realidade da maioria dos agricultores na região.

Com o processo de redemocratização do país nos anos 1980 e 1990, abre-se o espaço para experimentação de novas modalidades de políticas públicas dirigidas aos trabalhadores do campo, tanto as políticas de garantia de direitos sociais como as de assentamento (ainda que restritas) e de apoio à produção.

Em âmbito nacional, foram criadas políticas públicas diferenciadas para a denominada agricultura familiar, tendo como público alvo diferentes categorias de produtores familiares que tinham, até aquele momento, um acesso bastante restrito tanto às políticas destinadas a garantir direitos sociais básicos como às de acesso ao crédito, de custeio e investimento dirigidas aos agricultores familiares.

A Constituição de 1988 incorporou, como princípios constitucionais, a participação da sociedade civil na condução das políticas públicas e da descentralização, princípios estes que foram adicionados ao texto constitucional em um momento de luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Esse princípio possibilitou a criação de espaços de participação não apenas no que tange às políticas setoriais, mas também em temas considerados transversais como os Direitos Humanos. Os Conselhos de Desenvolvimento Rural seguiram esse “modelo” estando fortemente vinculados à criação do Pronaf Infraestrutura e Serviços, que incorporaram definitivamente a ideia de participação social. Desta forma, como apontam Silva e Marques (2004), a participação e o processo de descentralização colocavam-se como principais instrumentos na democratização da relação entre Estado e sociedade civil (SCHNEIDER; SILVA e MARQUES, 2009).

Com o processo de redemocratização, emergiram com mais força movimentos reivindicativos por melhores condições de vida e por uma política agrícola diferenciada para os “pequenos produtores” (MATTEI, 2001). Como assinala o estudo de Schneider, Cazella e Mattei (2009), a década de 1990 foi marcada por um processo de luta e mobilização das populações rurais. Como exemplo, os autores citam as pressões exercidas pelo movimento sindical por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), visando a “reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul” (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2009, p. 22). As reivindicações dos trabalhadores rurais tomaram forma nas “Jornadas Nacionais de Luta”, na primeira metade da década de 1990, que passaram a ser reconhecidas como “Grito da Terra Brasil” a partir de 1995. Assim, em 1994, o governo de Itamar Franco, como fruto das reivindicações dos trabalhadores rurais, cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Este programa foi reformulado na primeira gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou definitivamente, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf tem como “finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p. 1). O programa possui diferentes modalidades⁶⁰ e contempla diversas categorias com suas especificidades no que se

⁶⁰ São duas modalidades de crédito para o Pronaf: o *investimento*, para ações na propriedade que visem a melhoria da produção e das condições da atividade, como a construção de piai, compra de máquinas, construção de terreiro para a secagem de café; e o *custeio*, para a compra de insumos para a lavoura, como adubos químicos, defensivos agrícolas etc. Em Araponga, são acessados o Pronaf custeio e investimento. Alguns agricultores acessaram o Pronaf agroecologia e foram os primeiros a acessar este tipo de crédito no Brasil, mas

refere o nível da renda bruta familiar anual, taxas de juros, limites de empréstimo, diferentes taxas de bônus e descontos para os pagamentos em dia, diferentes públicos-alvo e finalidades, entre outros aspectos.

Desta forma, como assinala Picolotto (2011, p. 14), verifica-se desde meados da década de 1990 um processo de reconhecimento da agricultura familiar e de criação de instrumentos de ação governamental e de instituições voltadas ao apoio dessa característica específica de produtores. Como um desdobramento da criação do Pronaf também foram criadas secretarias de governo destinadas exclusivamente para trabalhar com esta nova categoria, tanto em nível federal como, mais recentemente, em âmbito estadual. Após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, são criadas por meio do decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, as Secretarias de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar⁶¹. A Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) passa por nova reformulação institucional em 2003, com o governo Lula, que tem implicações sobre o Pronaf. Neste período também é criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2009, p. 29). E, como marco importante do reconhecimento de uma categoria, foi promulgada em 2006 a Lei da Agricultura Familiar⁶².

As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil não foram criadas apenas pela simples ação do governo, mas pelo conjunto de pressões exercidas pelas organizações de agricultores e de outros segmentos da sociedade. Este processo foi reconstituído de forma bastante detalhada no trabalho de Grisa (2012). A autora identifica, em sua pesquisa, diferentes fóruns de produção e institucionalização de ideias que atuaram, na construção e na reformulação das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar.

Alguns estudos se concentraram em apontar a evolução, os avanços e os desafios na implementação das políticas públicas, com especial atenção ao Pronaf e a criação dos conselhos municipais. Sobre a avaliação específica do Pronaf, entre vários trabalhos, podemos citar o artigo de Carneiro (1997), que apontou, ainda no período inicial de implantação do programa, os riscos da lógica produtivista do programa para os agricultores familiares, pois “o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf sustenta-se nas noções de *produtividade* e na *rentabilidade crescentes*” (CARNEIRO, 1997, p. 71, grifos no original). Cabe mencionar ainda os trabalhos de pesquisa realizados por Mattei (2001), Guanziroli (2007), Schneider; Cazella e Mattei (2009), Aquino e Schneider (2010). Estes últimos trabalhos referentes ao Pronaf procuram analisar as diferentes “fases” vividas pelo programa

isso ocorreu há quase oito anos, desde então, não houve mais quem acessasse esta linha de crédito. O Pronaf agroecologia foi acessado em Araponga em 2004 por meio de projetos feitos com a assessoria do CTA-ZM.

⁶¹Este decreto também cria a estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos e Funções do MDA, que “engloba os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, que são o Gabinete, a Secretaria-Executiva com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e a Consultoria Jurídica”. Além das secretarias citadas, os órgãos colegiados representados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, o Conselho Curador do Banco da Terra e a entidade vinculada, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, s/d, mimeo). Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/BGU/Arquivos/2000/Volume%20I/ParteIII/Ministerio%20do%20Desenvolvimento%20Agrario.pdf>> Acesso em: 30 de ago. 2014.

⁶²Após dez anos da criação do Pronaf, foi criada a Lei da Agricultura Familiar (lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006). Esta lei “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Ela considera o agricultor familiar e o empreendedor rural “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. Portal da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 19 de maio 2012.

que passou, desde a sua criação, por diversos ajustes e reformulações. Entre vários aspectos os estudos abordam a distribuição desigual de recursos entre as diferentes categorias de agricultores definidas no programa, a distribuição desigual entre regiões e análises do novo instrumento de participação social, os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável. Outro trabalho mais recente de Gazolla e Schneider (2013) sobre o Pronaf busca responder qual o tipo e a forma de fortalecimento que o programa tem gerado para os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, que acessam o crédito de custeio e investimento. Segundo os autores, houve “um aumento dos processos de especialização produtiva das unidades, da vulnerabilidade social das famílias e processos crescentes de mercantilização social e econômica”, como o aumento da compra de insumos e tecnologias externas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 47). Entretanto, os autores ressaltam que o Pronaf, em direção oposta, estimula algumas famílias a buscarem alternativas a este modelo de desenvolvimento, que promove a intensificação dos seus sistemas produtivos, pois alguns agricultores procuram estimular a produção de pequenos alimentos, criações e a diversificação da produção. Importante, todavia, que os autores consideram o Pronaf uma política importante ao desenvolvimento rural brasileiro, assim como neste trabalho, mas que as críticas feitas ao programa têm como objetivo a busca de seu aprimoramento junto aos agricultores, aos movimentos sociais e dentro do próprio Estado, enquanto promotor de políticas públicas.

Outra vertente de estudos tomou como foco os movimentos sociais e a construção identitária da agricultura familiar nas relações estabelecidas com as políticas públicas, a exemplo dos trabalhos de Picolotto em um estado da Região Sul (2006, 2011) e do trabalho de Silva (2010), cuja pesquisa foi desenvolvida em um município da Zona da Mata mineira. O trabalho de Silva (2010) apontou como o sindicato de trabalhadores rurais se tornou um mediador importante na execução das políticas públicas.

A preocupação com a pobreza também passa a ser tema do governo, que cria o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), ações integradas no Ministério para o Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Agricultura Familiar dentro do MDA e políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar.

Em 2003, no âmbito das ações desenvolvidas pelo Programa Fome Zero, que surgiu durante o primeiro governo do presidente Lula com o intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada, reposicionando o tema da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda das políticas públicas, foi institucionalizado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA permite a compra pública de produtos da agricultura familiar visando o fortalecimento da capacidade produtiva destes agricultores, a formação de estoques de alimentos e a distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar. Como aponta Grisa et al. (2011), o PAA atende simultaneamente a dois públicos na medida em que contempla “tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos” (GRISA et al., 2011, p. 35). Este programa possui diferentes modalidades⁶³, mas uma particularmente envolve a

⁶³ As outras modalidades do PAA são: “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar foi criada para propiciar aos agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor. A operacionalização cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a partir de acordo firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”. E o PAA Leite “Incentivo à Produção e Consumo de Leite [...] foi criada para contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. O PAA Leite atua no território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e->

participação das organizações sociais na sua implementação, como as associações de agricultores familiares, que é a compra da agricultura familiar com doação simultânea (CPR Doação). Por meio de aquisição direta, o governo comercializa, através das associações de agricultores, os produtos da agricultura familiar e distribui em creches, restaurantes populares, abrigos, entre outros, ou na complementação da alimentação escolar.

Outro programa que passou por modificações com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), passando a exigir que 30% dos produtos adquiridos para a alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar e sem agrotóxicos.

O Pnae foi criado em 1955 e a sua universalização foi reforçada na nova Constituição de 1988. Cabe ao poder público, nas três esferas (municipal, estadual e federal) fornecer alimentação escolar aos alunos de toda a educação básica que abrange a educação infantil e o ensino fundamental. A partir de 2009, como parte de sua universalização, passa a fazer parte do programa o ensino médio e a educação de jovens e adultos. O programa foi modificado com a promulgação da lei nº 11. 947/09, como resultado da organização e reivindicação dos movimentos sociais, incluindo tanto as organizações ligadas à agricultura familiar como as redes e organizações que atuam no campo da segurança alimentar e nutricional⁶⁴. A reformulação da lei do Pnae remonta ao histórico de formulação do PAA, cuja origem se deu nas discussões da sociedade civil acerca da temática de Segurança Alimentar e Nutricional no final dos anos 1980. De acordo com Grisa (2012), no final da década de 1980, vários segmentos da sociedade “organizaram-se para criar o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (Fbsan), uma rede onde atuam cerca de cem ONGs, entidades, movimentos sociais e indivíduos de todo o país”. A partir de então foram criados diferentes espaços para discutir e propor à concepção de políticas públicas, como o surgimento de Fóruns de Segurança Alimentar e dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) estaduais e municipais, a recriação dos Conseas em 2003⁶⁵ e a realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar (CNSA), organização e participação de eventos e redes internacionais.

Grisa (2012) identificou diferentes fóruns de institucionalização de ideias⁶⁶ que atuam na participação, na construção e na reformulação das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar - que participam da formulação do Pronaf (quatro fóruns), do PAA (cinco fóruns), e do Pnae (quatro fóruns). A autora faz a caracterização de cinco fóruns que podem atuar em uma ou outra política, são eles: o científico, o da comunicação política, o da agricultura familiar, o da segurança alimentar e nutricional e o agroecológico. São nestes diferentes fóruns que acontecem as demandas, negociações e debates acerca da criação e reformulação das políticas públicas para a agricultura familiar. Como destaca a autora, a separação dos fóruns não é estanque, pois dois ou mais fóruns podem confluir na discussão de ideias a respeito das políticas públicas e na sua criação. Por exemplo, mesmo que no fórum científico e acadêmico já existisse uma discussão sobre a temática de segurança alimentar, a mesma não pode ser atribuída a apenas um grupo:

A elaboração da noção de SAN não poder ser atribuída apenas a grupos de autores e a uma dinâmica estritamente acadêmica, devendo ser considerada

comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/modalidades>. Acesso em: 13 de out. 2014.

⁶⁴ GRISA, op. cit.

⁶⁵ GRISA, op. cit, p. 212. Os CONSEAs foram criados no governo de Itamar Franco e haviam sido extintos no governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁶⁶ De acordo com a autora, os fóruns “podem ser definidos como espaços mais ou menos institucionalizados e especializados, regidos por regras e dinâmicas específicas” (GRISA, 2012, p. 22).

como um processo político envolvendo também organizações sociais e governos na discussão e seleção de ideias que subsidiam a ação pública (GRISA, 2012, p. 205).

A autora ressalta que a confluência do fórum científico com o de segurança alimentar e o agroecológico contribuíram para a construção do PAA. Mais tarde, o da agricultura familiar e o agroecológico também contribuíram para a sua reformulação e avaliação. O Pnae também contou com a participação de diferentes fóruns na sua reelaboração, mas principalmente com o agroecológico, segundo Grisa:

“Na Carta Política do II ENA⁶⁷, por exemplo, os representantes deste fórum reconheceram a importância do PAA na promoção da segurança alimentar, do desenvolvimento local e da produção agroecológica e cobraram mudanças no Pnae para que esse também passasse a adquirir produtos da “agricultura ecológica familiar e camponesa” e, assim, contribuísse de modo análogo ao PAA” (GRISA, 2012, p. 216).

Desta forma, a confluência de ideias de diferentes fóruns contribuiu na elaboração e institucionalização do PAA em 2004 e na reelaboração do Pnae. Com a criação do PAA é oficializado o apoio à produção agroecológica e orgânica com o aumento no valor dos preços de referência dos produtos em até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, o que é válido também para os produtos comprados pelo Pnae.

Este subcapítulo teve como objetivo mostrar como, em contextos mais amplos e também com a atenção para a Zona da Mata mineira, as diferentes políticas públicas e os programas que foram criados ao longo dos anos surgiram como o resultado da confluência de ações do governo federal e por diversos segmentos da sociedade civil e dos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas diferenciadas para os produtores familiares. As políticas públicas, depois de criadas e implementadas, passam por ajustes e reformulações, com viés universalizante não conseguem atender ao conjunto diverso de atores sociais nas quais são direcionadas. Como vimos, mesmo com os seus aspectos positivos em fomentar o crédito para os pequenos produtores, o Pronaf privilegia os agricultores mais capitalizados, produtores de *commodities*, reforçando o seu caráter produtivista, o que será mais discutido no capítulo IV. Entretanto, neste conjunto de ações e reações desencadeadas na sociedade, novas políticas, que não apenas as de crédito, foram criadas com o intuito de atender uma diversidade maior de agricultores, como exemplos: o PAA e o Pnae. Neste “fazer” de políticas públicas na esfera nacional, mesmo com o empenho na sua elaboração de diferentes atores sociais, quando chegam ao plano local, os atores, e em nível do município, as organizações, se deparam com novas institucionalidades que implicam em novos arranjos para efetivar a implementação destas novas políticas públicas, que encontram um quadro diverso de agricultores, demandas e situações políticas.

No capítulo seguinte, será apresentado o histórico de criação das principais organizações de agricultores e da implementação de políticas públicas direcionadas aos agricultores no município. As políticas públicas e os programas foram implementados a partir de um conjunto de ações propostas, de um lado, pelo Estado, por meio das mudanças institucionais que foram sendo construídas com a abertura política e pelo conjunto de organizações públicas, programas e projetos, e por outro lado, pela reivindicação e mediação exercida pelas organizações da sociedade civil, organizações de agricultores e suas redes de relações institucionais.

⁶⁷ Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

CAPÍTULO II – A GÊNESE DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES EM ARAPONGA E A IMPLAEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO: TECENDO A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

Este capítulo busca reconstituir a gênese das organizações de agricultores em Araponga e de sua rede de relações. Esta rede ampliou-se ao longo dos anos e permitiu a institucionalização da *Conquista de Terras em Conjunto* e das organizações de agricultores, potencializando, de certa forma, a interação destas organizações com as políticas públicas.

Este processo de institucionalização das organizações foi ocorrendo através do tempo, como resultado de diferentes elementos, incluindo: as relações estabelecidas com organizações e atores regionais e nacionais, a institucionalização das organizações de agricultores com entidades legalmente reconhecidas (sindicato, associação, cooperativa) e a interação com as políticas públicas, que possuem suas próprias regras de acesso e funcionamento. Em alguns casos, regras informais construídas no âmbito das organizações, a exemplo dos “dez mandamentos” estabelecidos pelos participantes da *Conquista de Terras em Conjunto*, acabam passando por processos formais de institucionalização. Isso ocorreu com as normas da *Conquista de Terras em Conjunto* quando os recursos para a compra de terras passaram a ser operados através da Ecosol.

De acordo com Berger e Luckman (1985, p. 80), “as instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida”. Neste sentido, o resgate do processo histórico de criação das organizações em Araponga, bem como da trajetória dos atores envolvidos, assume considerável importância nesse trabalho, na medida em que nos possibilita compreender, em maior profundidade, o processo de constituição e ampliação da rede de relações e instituições existentes no município.

As dinâmicas sociais e organizativas ocorridas em Araponga nas últimas décadas possuem estreita relação com toda uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no plano nacional. Mas é importante ter claro que essas transformações nem sempre ocorrem de forma direta, seguindo um caminho que vai do nacional para o local. As ligações estabelecidas entre o plano nacional e o plano local dependem de todo um conjunto de relações estabelecidas, seja internamente ao município, seja a partir da mediação exercida por atores externos ao meio rural. Como indicado no trabalho de Wolf [1956], essas conexões são estabelecidas por “pessoas que fazem a mediação entre grupos orientados para a comunidade nas comunidades e grupos orientados para a nação, que atuam principalmente por meio das instituições nacionais” (FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, orgs., 2003, p. 87, [Wolf, 1956]). Assim, para Wolf [1956], a mediação compreende a ação de grupos ou indivíduos que fazem a conexão entre as comunidades locais e as instituições nacionais. Os mediadores são, neste sentido, intermediários econômicos e políticos nas relações entre a comunidade e a nação. Em relação às políticas públicas, por exemplo, elas podem chegar ao plano local, na esfera do município, por meio de instituições vinculadas ao poder público, como a Emater, por intermédio de organizações da sociedade civil, como as federações sindicais que divulgam determinada política, ou por meio de diferentes redes de organizações. Desta forma, atuam como mediadores de políticas e programas, ONGs que, embora atuando localmente, mantêm contatos com organizações estaduais ou nacionais por meio de seus representantes institucionais ou lideranças. A mediação externa não impede que ocorra um trabalho de mediação feito por atores locais, que atuam como elo entre os agricultores e um conjunto mais amplo de atores situados fora do espaço do município. Assim, temos lideranças locais que fazem a mediação entre a comunidade e grupos externos, bem como grupos externos que fazem a mediação entre os atores locais e organizações regionais e nacionais. Esse trabalho de

mediação está presente no acesso às políticas públicas, na captação de recursos para projetos e na criação de organizações locais.

Desta forma, este capítulo busca resgatar a trajetória através da qual foram surgindo e se consolidando, ao longo do tempo, as organizações de agricultores em Araponga. Nesse mesmo período, em maior ou menor articulação com esse processo, foram sendo implementadas, também, diferentes políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares. Busca-se, com isso, compreender o papel de mediação exercido pelas organizações e as redes de relações sociais na implementação dessas políticas públicas.

Em sua dissertação de mestrado, que teve como foco as relações estabelecidas entre o CTA-ZM e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da Zona da Mata mineira, Cintrão (1996, p. 74) apresenta uma periodização construída pelas lideranças sindicais no momento de realização de sua pesquisa. Segundo as lideranças, a atuação dos STRs pode ser descrita, ao longo do tempo, em três fases, mesmo que breves: (i) anunciar (1981-1986), quando se anuncava a fundação dos sindicatos no combate às injustiças; (ii) denunciar (1986-1989), quando o foco era denunciar publicamente as injustiças; e (iii) organizar (1989 em diante), período que sucede a estruturação dos sindicatos, marcado também, pela criação da Escolinha Sindical.

O sindicato de Araponga foi criado mais tarde e coincidiu com a fase do “organizar”, na qual se encontravam outros 13 sindicatos que compunham a Articulação Regional. Assim, no momento de sua fundação, o período vivenciado pelos outros sindicatos de trabalhadores rurais existentes na Zona da Mata já era outro, o que não significa que esta organização não tenha passado, de certa forma, por estas primeiras fases. Vale a pena destacar, no entanto, que este sindicato foi conduzido de forma um pouco diferente pelas suas lideranças. Diferente no sentido de que o desejo das lideranças de Araponga era *criar um sindicato diferente*, organizando a compra de terras entre os meeiros e trabalhadores rurais, sem deixar de fazer o que um sindicato propõe: organizar meeiros e trabalhadores rurais para a regularização de documentação e acesso a previdência rural⁶⁸.

Neste trabalho, ao investigar como foram surgindo e se institucionalizando as organizações de agricultores familiares em Araponga, entre elas o STR, buscou-se construir uma periodização coerente, baseada nas informações extraídas do material pesquisado, incluindo as atas de reuniões das diferentes organizações e as entrevistas com lideranças.

O primeiro período identificado nessa trajetória foi denominado de *Criação*. Esta fase, que se estende de 1977 a 1990, tem como marco o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Movimento da Boa Nova (Mobon), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, os primeiros tempos do trabalho de assessoria do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) junto aos agricultores e a criação e institucionalização do processo organizativo animado pelas CEBs com a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O segundo período foi denominado de *Consolidação* e vai de 1991 a 1997. É um período com importantes realizações, como a ampliação da rede de relações e a consolidação do STR como organização representativa dos agricultores familiares no município. Este momento marca também a realização de um diagnóstico em conjunto entre agricultores e mediadores no ano de 1993, para definir as ações do sindicato e como se daria a assessoria do CTA-ZM junto ao STR. No diagnóstico, afloraram uma série de preocupações referentes à criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb). Inicia-se, com isso, um processo de

⁶⁸ Esses 13 sindicatos que pertenciam à região Rio Branco e Muriaé se denominavam ‘combativos’ e se identificavam com a CUT, diferentemente dos outros sindicatos existentes que atuavam em sua maioria com o Funrural, chamados de ‘pelegos’. Os sindicatos aliados a CUT organizavam greves e campanhas salariais nas regiões canavieiras e também ‘demandas’ entre patrões e empregados. Mesmo fazendo parte da Articulação Regional, Araponga buscou não entrar no embate direto entre meeiros, trabalhadores rurais e fazendeiros.

participação e envolvimento dos agricultores nas discussões relativas à implantação desta unidade de conservação e, posteriormente, na criação do parque. No que diz respeito às políticas públicas, o período foi marcado pela criação do Pronaf, em 1996, e pela implantação deste programa no município a partir de 1997.

O terceiro período, de 1998 a 2008, denominado, aqui, como *Ampliação*, foi caracterizado pela criação, em Araponga, de novas organizações de agricultores, como a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), em 1998, e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), em 2004. Em abril de 2013, esta cooperativa passou a se vincular ao sistema Cresol. Neste período, em 2002, é oficializada a Associação Escola Família Agrícola – Puris, a qual encontra-se vinculada a Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris)⁶⁹. A escola começou a funcionar somente em 2007, na propriedade de uma família de agricultores, sendo transferida, posteriormente, em 2008, para sua sede definitiva no assentamento Novo Horizonte, na comunidade de São Joaquim. A EFA-Puris não se trata propriamente de uma organização de agricultores, mas foi o resultado do seu esforço coletivo, pois eles participaram do processo de criação das EFAs na Zona da Mata mineira, durante os anos 1990, por meio da iniciativa da Fundação Marianense de Educação⁷⁰. Entre os anos 1996 e 1997, agricultores de Araponga participaram da criação da Comunidade Educativa Popular Agrícola (Cepa), que iniciou os seus trabalhos na Colônia Vaz de Melo, em Viçosa. Em função de conflitos ocorridos entre os agricultores gestores da escola e a fundação católica, a instituição acabou fechando antes de formar a primeira turma. Em 2002, a associação é transferida para Araponga e passa a se chamar Associação Escola Família Agrícola Puris (FERRARI, 2011).

Em 2001, foi realizado um novo diagnóstico que deu origem à elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araponga, resultando na criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araponga. Posteriormente, com o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva e a criação de uma série de novos instrumentos de políticas públicas dirigidos à agricultura familiar, entre eles, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), foi constituído, através da agregação de diferentes municípios da porção norte da Zona da Mata mineira, o Território da Serra do Brigadeiro, local este que também abarca a área do Pesb. A criação do território e o acesso a recursos federais destinados à política de desenvolvimento territorial através do Pronaf Infraestrutura e Serviços contribuíram para viabilizar a construção da sede da EFA-Puris, da sede da AFA e da Ecosol e a obtenção de equipamentos para a AFA e a EFA-Puris pelo município de Araponga entre outros projetos.

A quarta e última fase que denominei *Reflexão*, de 2009 a 2013, é um período de menor dinamismo das organizações, como o STR e a AFA, momento em que o estímulo em acessar novas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar parece menor. É um período de maior reflexão com muitas indagações por parte dos participantes das organizações e parceiros sobre os novos rumos que serão tomados em relação ao acesso às políticas públicas, projetos e maior participação dos agricultores familiares, sobretudo os

⁶⁹ Em sua dissertação de mestrado, Ferrari (2011), ao “analisar as dinâmicas educativas do campo nos processos de territorialização camponesa nas Serras do Brigadeiro”, aborda o processo de construção da EFA-Puris, que está inserida neste território.

⁷⁰ A Fundação Marianense de Educação (FME) foi fundada em Mariana, Minas Gerais, em 1971. De acordo com o *site* da instituição: “Sua finalidade primeira foi manter a Faculdade de Filosofia de Mariana como órgão de colaboração com o poder público. Mais tarde a Faculdade foi agregada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Em 1988, com a chegada de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida na Arquidiocese de Mariana, a FME passou a atuar mais intensamente na área social, através de uma ação educacional e comunitária junto às famílias e comunidades, criando e mantendo Escolas, Centros Educacionais Comunitários, Centros Profissionalizantes e diversas obras sociais nos municípios da Arquidiocese”. Disponível em: <http://arquidiocesano.com/mantenedoura/>. Acesso em: 18 ago. 2014.

associados das organizações. As organizações estão acessando, ainda que de forma tímida, o Pnae, e passaram a ‘postar o Pronaf’⁷¹, o que era feito anteriormente somente pela Emater local. O PAA, programa que desde sua criação despertou um grande interesse por parte das organizações da agricultura familiar, ainda não tinha sido acessado em Araponga até a conclusão desta pesquisa em 2014.

Nesse esforço por reconstituir essa trajetória, buscamos resgatar as inter-relações estabelecidas entre os agricultores, as organizações locais, as dinâmicas políticas no município e a implementação de políticas públicas e sua interface em nível local, buscando entender quais são os dilemas e as dificuldades vividas por este conjunto de organizações que, outrora, foram tão ativas no processo de implementação de novos projetos e programas, mas que, no período mais recente, parecem ter reduzido sua ação no sentido de acessar novas políticas públicas.

2.1 Tecendo as redes de relações sociais: a *Conquista de Terras em Conjunto* e a institucionalização do Sindicato de Trabalhadores Rurais (Criação 1977-1990).

Para compreender o processo de inserção das políticas públicas no município de Araponga torna-se necessário fazer um resgate histórico do conjunto de ações desencadeadas pelos agricultores e sua rede de relações, processo este que permitiu a criação de uma experiência singular de compra de terras, bem como a fundação, neste município, do Sindicato de Trabalhadores Rurais. O conjunto de redes sociais tecidas através da participação nos encontros das Comunidades Eclesiais de Base, por meio do trabalho de assessoria desenvolvido pela CPT e a partir do envolvimento dos agricultores na fundação e no trabalho de assessoria desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), permitiu que novas organizações fossem surgindo no município.

Assim, este período que eu denominei de *Criação* compreende os anos de 1977 a 1990, tendo como marcos a criação da *Conquista de Terras em Conjunto*, a institucionalização do Sindicato de Trabalhadores Rurais e a participação dos agricultores na fundação do CTA-ZM. Desta forma, esta fase foi marcada pela ampliação das redes de relações estabelecidas pelos agricultores, reforçada através da participação nas Comunidades Eclesiais de Base.

Para uma melhor compreensão da história da *Conquista de Terras em Conjunto* é preciso salientar que existem dois períodos importantes que marcam a criação e o desenvolvimento da experiência, antes e depois da criação do STR. Esta experiência singular de compra de terras começou entre três irmãos, por volta de 1977/1978. Os três possuíam, cada um, em torno de um hectare de terra que haviam herdado do pai. Dois deles conseguiram comprar um pouco mais. O primeiro, conseguiu ampliar sua propriedade após o casamento, trabalhando como meeiro. O segundo comprou mais terra depois que voltou de São Paulo, onde foi trabalhar como servente na construção civil e depois em uma fábrica de sapatos. Fez economias e retornou para o município, em uma trajetória que lembra bastante a dos migrantes paraibanos pesquisados por Garcia Jr. (1989), que migravam para o sul, retornando, posteriormente, para seus lugares de origem e garantindo sua reprodução enquanto camponeses através da compra de terras⁷². Mas a terra ainda não era suficiente para um dos irmãos que desejava sair do regime de parceria. Esse terceiro irmão tinha uma família maior e

⁷¹ “Postar o Pronaf” é o modo como os representantes e ex-representantes das organizações de agricultores que foram entrevistados se referem ao ato de uma pessoa representante de uma instituição ‘inscrever’ o Pronaf no sistema bancário iniciando o pedido de crédito.

⁷² Esta prática de migração em busca de trabalho é bem comum na região e não apenas para São Paulo, mas para a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte e outras cidades no interior do estado.

não tinha terra suficiente para mantê-la, por esse motivo, queria comprar mais terra. Os proprietários da região, entretanto, não vendiam parcelas de terra muito pequenas, nem davam crédito aos meeiros. Desta forma, os dois irmãos que não precisavam de mais terra uniram-se para comprar um pedaço maior, para que o outro irmão pudesse também comprar a sua parte. Surgiu assim, a primeira compra conjunta na família, que foi realizada com empréstimo bancário, venda de produtos e recursos obtidos com o trabalho dos três:

No início era diferente, era outra história, era história de família. Aí... mas era muito pouca a porção de Bibim para ele poder trabalhar, então... a gente nem liga isso na história, mas agora a gente começa revelar que isso [a conquista de terras] nasceu por ele, quer dizer, ele chegou a ter uma necessidade muito grande de ter terra para trabalhar, tinha um pedacinho dele, mas tinha que trabalhar todo em parceria afora. Foi quando nos reunimos, eu, ele e o Fizim, que era um dos que estava morando em São Paulo e voltou; conseguimos juntar forças para comprar terra. Eu até me lembro, me forçaram a entrar com ele, eu não tinha condição e acabei comprando, foi quando conheci banco para fazer financiamento, foi justamente nessa época por volta de 77, 78 (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia d'Anta, Araponga, 2005).

E, foi no ano de 1979, que os irmãos que criaram a *Conquista de Terras em Conjunto* tiveram o seu primeiro contato com as CEBs, trazidas para o município de Araponga por um pároco do município de Sericita, em Minas Gerais.

Com a participação nos encontros de CEBs, a partir de 1979, começaram a refletir sobre a possibilidade de outros agricultores, companheiros de CEBs, também comprarem terra. De acordo com os agricultores que criaram a experiência, existiam dificuldades em formar um grupo de compra, por causa das desconfianças⁷³. A primeira compra coletiva, fora do âmbito estritamente familiar, só foi realizada em 1989, dez anos depois da “compra em família”, e no mesmo ano em que os agricultores de Araponga ligados às CEBs fundaram o STR, que passou a coordenar a experiência de compra de terras.

Para vencer as desconfianças que existiam entre os próprios agricultores e entre eles e os proprietários de terra, os agricultores recorreram a diferentes estratégias. Até os anos 1990, quem negociava as compras de terras era justamente o irmão que foi trabalhar em São Paulo e depois retornou. Um dos irmãos Lopes lembra que, como o irmão tinha carro, ele saía para negociar a compra da terra. Assim, os fazendeiros achavam que se tratava de uma pessoa de posses e confiavam que ele iria assumir o compromisso. Outras estratégias foram acionadas, como a de tentar não espalhar a notícia sobre negociações de compras, o que parece quase impossível em pequenas localidades. Mas era possível, por exemplo, não espalhar que o meeiro, o trabalhador rural daquele patrão, estava tentando comprar terra, para que ninguém atrapalhasse a negociação⁷⁴. Outra estratégia, implementada um pouco mais tarde, em 2002, da qual participei, foi quando os agricultores convidaram outras pessoas, não agricultoras, para entrar em um grupo de compra, o que aconteceu duas vezes. Assim, fui

⁷³ As desconfianças surgiam por parte dos próprios agricultores que achavam que não era possível comprar terra, mas também por parte dos fazendeiros que não queriam vender terra para os meeiros com receio de não receberem o pagamento pela terra.

⁷⁴ No início, os agricultores foram se organizando para comprar terra de forma ‘silenciosa’, para não causar maiores curiosidades sobre o que estavam fazendo, o que nos remete ao seminal trabalho de James Scott (1985) sobre as *formas cotidianas da resistência camponesa*, que buscou analisar outras formas de ação política dos camponeses asiáticos que não são as habitualmente conhecidas como as greves, as rebeliões etc., mas formas de resistência que ocorrem passivamente, no nosso exemplo, as negociações discretas para a compra de terra. No caso de Araponga, com a realização de novas compras, a experiência passa a ser reconhecida no município e o sindicato se torna referência aos proprietários que querem vender terra.

convidada por um dos irmãos Lopes a entrar em um grupo e adquiri 1,12 hectares⁷⁵. A terra vendida pertencia a um agricultor familiar, pai da esposa de uma liderança dos agricultores, que foi presidente do STR. Esta terra fica em um ponto turístico do município, a Pedra Redonda, em um terreno com alta declividade. O terreno se encontra, na sua maior parte, em solo rochoso, impróprio para o cultivo. A outra parte, que faz divisa com a propriedade, foi comprada por outros agricultores e é um dos melhores lugares para o cultivo de café da região, devido a sua altitude. Em 2007, o vizinho, digamos de ‘frente’ e de lado do nosso terreno, mas embaixo, também vendeu parte de sua propriedade para mais quatro pessoas de fora, que são professores da UFV e trabalham em colaboração com os agricultores e o CTA-ZM. De acordo com uma professora que é atual proprietária⁷⁶, eles venderam esta terra por quatro motivos: primeiramente, para proteger esta área, que é muito cobiçada pelos fazendeiros por causa da Pedra Redonda, sendo que a metade da propriedade, que é de mata, fica na base lateral da Pedra, a outra metade tem plantação de café. Em segundo lugar, pelo fato de que este agricultor tinha mais terra em outro local próximo a este, mas precisava de dinheiro para reformar a casa que tem na cidade (sede do município) e decidiu, assim, vender parte da terra. Terceiro, porque mais recentemente, os agricultores propuseram trocar a área de café pertencente aos professores por mais uma área de mata, que também fica no mesmo local, o qual foi aceito. A área pertencente aos professores ainda tem café, que é cuidado pelos agricultores do entorno, mas não em regime de parceria, pois toda a renda do café fica para os agricultores. O quarto motivo que levou o agricultor a vender a área está associado ao fato de que duas pessoas que pertencem à família deste agricultor que vendeu a propriedade não queriam continuar trabalhando na *roça* e foram para a cidade. Assim, os agricultores preservam uma área que é muito cobiçada, sobretudo por seu potencial turístico, e pouparam as áreas de mata, e mantendo e ampliando sua área para cultivo.

O objetivo de contar esta história, sobre a venda da terra, é simplesmente o de mostrar as diferentes estratégias que são utilizadas pelos agricultores para aumentar a sua área de plantio, preservar um local importante e manter a terra conquistada entre pessoas ligadas ao grupo. As estratégias acionadas pelos agricultores não se restringem a compra, mas continuam depois da conquista da terra.

Os agricultores familiares que ainda possuem terreno e moram na Pedra Redonda concorrem e já ganharam alguns prêmios pelo concurso de melhor café especial promovido pela Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou por empresas exportadoras de café, algumas internacionais, como a empresa italiana Illycaffé. Por ser o cartão postal da cidade e pela qualidade para o cultivo do café, um importante fazendeiro da região, que possui grandes fazendas cafeeiras e emprega boa parte dos trabalhadores rurais no município pressionou os agricultores para que vendessem a terra para ele, inclusive oferecendo um valor maior, mas os agricultores resistiram e procuraram os ‘da cidade’ para entrar no grupo da compra. No dia que fomos assinar os documentos o fazendeiro passou várias vezes com sua caminhonete em frente ao cartório. Um dos agricultores afirmou que o fazendeiro ficou o dia todo fazendo *essa pressão*, andando de um lado para outro como forma de *intimidação*. O seu objetivo era de comprar a terra para explorar os potenciais de turismo da região. Neste lugar, entre um vale e a Pedra Redonda, todos os proprietários, com exceção dos ‘da cidade’, são agricultores que tem pequenas propriedades, uns agroecológicos, outros em transição para a agroecologia. Do lado oposto da Pedra Redonda, a propriedade dos ‘da cidade’ faz divisa com uma das propriedades do fazendeiro.

⁷⁵ Como mencionei na introdução, fui convidada porque na época eu estava fazendo um trabalho para o CTA-ZM, ocasião em que tive a oportunidade de conhecer alguns agricultores da região e de Araponga.

⁷⁶ Atualmente com dois sócios, pois um deles foi embora de Viçosa e vendeu sua parte.

Estes relatos mostram como os agricultores que conduziram a experiência foram hábeis em acionar diferentes estratégias para que as compras de terras pudessem acontecer e, caso precisem realizar alguma venda, que esta se mantenha dentro da mesma rede de relações.

Deste modo, a criação e a consolidação da experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, bem como a própria criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, foram marcadas pelo empenho de lideranças e agricultores que começaram a participar do Mobon⁷⁷ e das CEBs⁷⁸. Estes dois movimentos foram impulsionados por padres e leigos que trabalhavam na CPT na região. Com o apoio de alguns missionários das CEBs e assessores da CPT, foi fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga em 18 de junho de 1989. Na época, em alguns municípios da região, e também em Araponga, havia apenas sindicatos patronais, o que significava a tutela dos trabalhadores pelos grandes proprietários. Como aconteceu em outros sindicatos que foram fundados na Zona da Mata, mas também em outras regiões de Minas Gerais, pelo menos em suas origens, a Igreja Católica ou as CEBs foram as primeiras e as principais orientadoras na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais e, no caso específico de Araponga, houve também influência do CTA-ZM, que já fazia assessoria na região.

Os vários novos sindicatos que foram criados neste período estavam mais próximos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e das instituições ligadas à ala progressista da Igreja Católica. A criação da CUT nasce como portadora de um sindicalismo mais combativo e classista, em oposição a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que se afirmava dentro de uma dimensão mais conciliadora e moderada. A formação da CUT aglutinava vários atores, correntes e tendências como o PT, fundado em 1980, pessoas oriundas da esquerda católica identificadas com a Teologia da Libertação, representantes do operariado industrial, dos funcionários públicos, dos trabalhadores do setor de serviços e dos trabalhadores rurais (ANTUNES, 198, p. 50).

Dentro deste contexto, a formação de novos sindicatos de trabalhadores rurais e o fortalecimento dos movimentos sociais no campo encontram estreita vinculação com a atuação da ala progressista da Igreja Católica junto às comunidades rurais. Primeiro de modo difuso e, mais tarde, pela atuação da CPT e das CEBs, politizando suas lideranças e conduzindo-as a um maior envolvimento nas próprias comunidades. Assim, o sindicalismo no meio rural não pode ser compreendido sem o papel desempenhado pela Igreja Católica nas comunidades rurais (MEDEIROS, 1989; FAVARETO, 2006).

Houtzager (2004) utilizou o conceito de *incubador institucional* para descrever o papel da ala progressista da Igreja, que fundou a CPT e apoiou o trabalho das CEBs, propiciando o nascer desse *novo sindicalismo* rural, surgido no final da década de 1970. O autor divide em fases o papel da Igreja neste período de redemocratização do Brasil. A primeira fase de transição, que se inicia em 1979 e estende-se até 1984, marca a ruptura histórica da relação entre Estado e setores da Igreja. Nesta fase a Igreja passa a atuar como incubador institucional para o novo sindicalismo, pois além de atrair os diversos grupos rurais para o seu campo ideológico e organizacional, conseguiu ampliar sua rede de atuação nas comunidades rurais e criar os novos sindicatos. Esse *novo sindicalismo* era diferente do

⁷⁷ Para saber mais sobre a criação e os processos de politização do Mobon, ver a tese de doutorado de Fabrício Roberto Costa Oliveira, que buscou em seu trabalho compreender como a sociabilidade e a religiosidade promovidas pelo Mobon influenciaram seus participantes a atuarem na militância sindical e político-partidária. OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. *Religião, Política e Comunidade: Emergência e politização do Movimento da Boa Nova*. Tese (Doutorado de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

⁷⁸ A literatura sobre o papel da Igreja e das CEBs junto aos trabalhadores rurais e o sindicalismo rural no Brasil é ampla, mas podemos destacar o livro de Novaes (1997), Comerford (2003) e Houtzager (2004).

sindicalismo existente, preocupado com questões burocráticas e, em alguns casos, realizando um trabalho mais assistencialista. O novo sindicalismo estava inserido em um movimento social que questionava as condições de vida no campo e o modelo de agricultura desenvolvimentista. A segunda fase, entre 1985 e 1989, define o restabelecimento do governo civil. A Igreja reconcilia-se com o Estado, deixando de ser uma incubadora institucional para os movimentos sociais. A esquerda ressurge fortalecendo os laços do sindicalismo urbano por meio da CUT e do PT e se aproxima ainda mais dos sindicatos de trabalhadores rurais. Para o autor, nessa fase final da transição para o regime democrático, com a retirada da Igreja como incubadora institucional, verifica-se uma rápida erosão da capacidade de mobilização, o que é provocado, em parte, pela mudança institucional do regime que altera o campo de forças onde os movimentos atuavam, processo que afetou suas identidades, formas de organização e estratégias (HOUTZAGER, 2004, p. 131).

Em seu livro *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*, sobre as lutas camponesas na Paraíba, Regina Novaes (1997, p. 5) busca compreender “o lugar ocupado pela religião no processo de construção de identidades políticas entre os trabalhadores do campo que se mobilizam para ter acesso ao uso, posse e propriedade da terra”. O papel desempenhado pela Igreja Católica e a religião na política pressupõe, como o título do livro sugere, um “engajamento de corpo e alma”. Este trabalho faz uma reconstrução histórica importante do papel desempenhado pela Igreja na organização e ação dos trabalhadores no campo. O trabalho da autora traz uma série de elementos que nos ajudam a compreender o papel desempenhado pelas CEBs na experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, incluindo o uso de uma linguagem religiosa pelos agricultores e a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, movida pelo desejo comum de acesso à terra.

As CEBs surgiram no país na década de 1960 (Almeida, 2000), quando os bispos do Brasil se reuniram durante o Concílio Ecumênico Vaticano II⁷⁹ e elaboraram o Plano Pastoral Conjunto e o aprovaram na Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Roma, em 1965. Neste plano estava prevista a formação das CEBs. O Concílio tinha como objetivo adaptar a instituição Igreja à nova conjuntura mundial “por em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho, para que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz” (ALMEIDA, 2000, p. 79). Assim, a Igreja buscava se articular e se aproximar da sociedade civil em um período de grandes transformações, sobretudo, na efervescente América Latina que tinha um ambiente propício para o desenvolvimento das ideias reformistas do Concílio Vaticano II, em face da repressão dos governos militares.

As CEBs foram implementadas no município de Araponga no ano de 1979. O movimento das CEBs foi trazido pelo padre José Miguel da cidade de Sericita, mas ele não permaneceu no município por longo período. Contudo, mesmo ficando por pouco tempo, a sua vinda despertou entre os agricultores interesse em saber mais sobre as CEBs e um grupo de agricultores começou a procurar cursos e a participar em outros municípios do movimento pré Boa Nova e do Mobon.

Os cursos de evangelização versavam sobre educação religiosa, sendo destinados a leigos católicos com o intuito de formar lideranças comunitárias. Esta iniciativa, surgiu já como um resultado do movimento de renovação da Igreja Católica impulsionado pelo Concílio do Vaticano II. O pré Boa Nova era a preparação para participar do curso da Boa Nova, que consistia em transmitir a mensagem do Evangelho. Estes cursos buscavam diminuir a diferenciação entre grupos religiosos e membros da hierarquia da Igreja que assim propunham: “maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior corresponsabilidade dentro da Igreja e relações de maior proximidade entre o clero e o

⁷⁹ Com representantes de diversas nacionalidades.

povo exigiam na América Latina mudança maior do que na Europa" (MAINWARING apud OLIVEIRA; ZANGELMI, 2009, p. 217). Com uma mensagem religiosa clara e de comunidade em comunhão, o Mobon e as CEBs encontraram na área rural ambiente propício para a sua expansão.

O Mobon, com sede no município de Dom Cavati, em Minas Gerais, ainda realiza cursos em sua sede e nas comunidades da região em parceria com os movimentos de base e sindicais, de acordo com informações extraídas do sítio do movimento⁸⁰. O Mobon tem como proposta clara não apenas levar para as comunidades a palavra do Evangelho, mas politizar e organizar os seus participantes como meio de alcançar a transformação social:

Iniciado na Diocese de Caratinga, no final da década de 60, o Movimento da Boa Nova (Mobon), é trabalho marcadamente bíblico. Através de cursos de base, ia-se desenvolvendo a reflexão da Palavra de Deus que era também aprofundada na oração. Era reflexo da luz do movimento bíblico pré Vaticano II. A intimidade com a Palavra de Deus foi despertando seus participantes para uma visão mais crítica da realidade. Começava-se, naturalmente uma maior ligação entre Fé e Vida. Lideranças vão criando grupos de compra e venda que depois se transformaram em pequenas cooperativas. Vai surgindo uma maior valorização e consequente engajamento na luta sindical. A partir da experiência da luta social, as comunidades vão assumindo a ferramenta política como elemento de transformação da sociedade. As lideranças vão se filiando a partidos de base, se candidatando e ocupando cargos públicos no legislativo e no executivo (Mobon, sítio consultado em 10/12/13).

Como mostra esta descrição do Mobon, a politização acontece não apenas por meio da discussão e enfrentamento dos problemas, mas implica a afiliação partidária e a conquista de cargos públicos tanto no legislativo como no executivo, tendo uma clara proposta de ação política mais efetiva.

Em sua tese de doutorado, Comerford (2003) faz uma análise acerca da constituição dos sindicatos da região da Zona da Mata e, assim, ajuda-nos a entender melhor quando e onde surgiram o Mobon, as CEBs e a relação com os sindicatos de trabalhadores rurais. O movimento é oriundo do Movimento de Apostolados dos Pioneiros do Evangelho (Mape), que foi iniciado no município de Presidente Soares, no Alto do Jequitinhonha, em Minas Gerais, no ano de 1946, e se institucionalizou em 1959, em Carangola, com o Padre Geraldo Araújo, que ministrava as chamadas "aulas bíblicas". Em 1962, o Padre Geraldo mudou-se para Manhumirim, mas não deixou de dar suas aulas bíblicas. E, em 1969, já com novos padres, seminaristas e leigos envolvidos no Mape, e com a nova mudança do Padre Geraldo para Vargem Grande, o movimento passa a ser chamado de Boa Nova. Com a transferência do Padre Geraldo para o Mato Grosso, o centro de formação de Vargem Grande muda-se para Dom Cavati, na região dos municípios de Caratinga e Governador Valadares, e passa a ser dirigido por dois antigos seminaristas do Padre Geraldo, Alípio e João Rezende. O trabalho realizado por estes ainda é lembrado pelas lideranças de Araponga, pois, segundo eles, foram os dois que apoiaram e incentivaram a fundação do sindicato em 1989.

Desta forma, os esforços evangelizadores e de organização do Mape e das CEBs, até então independentes entre si, confluem no início dos anos 1960. O Padre Geraldo conheceu a experiência das CEBs estimulada pelo bispo Dom Eugênio Sales, no Rio Grande do Norte, em 1963. Um dos auxiliares do clérigo, Alípio, participou, em 1966, de um curso promovido pelo Celam (Encontro do Episcopado Latino Americano) em Santiago, no Chile, e retornou

⁸⁰ Movimento da Boa Nova, disponível em: <<http://www.mobon.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

implantando os “cursinhos de base”. Desta forma, a intenção da Igreja em se aproximar da comunidade se alia à experiência iniciada pelo Padre Geraldo Araújo no ano de 1946, no município de Presidente Soares (COMERFORD, 2003).

Assim, o movimento das CEBs teve um papel importante no início da *Conquista de Terras em Conjunto*. Como veremos, as regras que a regem são moldadas pela linguagem religiosa dos dez mandamentos e pelo espírito de solidariedade pregado pelas CEBs. Segundo relatos colhidos durante a pesquisa que subsidiou a elaboração de minha dissertação de mestrado, foi na caminhada de retorno de um encontro de CEBs que os irmãos Lopes, Neném e Fizim, refletindo sobre a leitura de uma passagem bíblica, tiveram a ideia de comprar terra entre eles e, posteriormente, denominaram essa prática de *Conquista de Terras em Conjunto*. De acordo com o depoimento de uma antiga liderança a passagem era assim:

Se falava que os cristãos vendiam suas propriedades e colocavam nos pés dos apóstolos. Mas a gente interpretou que esse trecho não estava certo. A gente tinha que fazer o contrário. A gente imagina assim: se vender aí piora, temos que fazer o contrário, comprar (entrevista Niulton Lopes, agricultor, Praia d'Anta, Araponga, 2005).

Desse modo, começaram a pensar uma forma de ajudar outros companheiros trabalhadores rurais e meeiros a comprarem seu pedaço de terra. Chegaram à conclusão que a melhor forma seria fazer o que fizeram em família no ano de 1977, ou seja, emprestar produtos agrícolas para completar o valor de um terreno para pagar a terra à vista, contraindo a dívida só entre parentes e amigos, e em produto, longe dos juros e de empréstimos bancários.

A influência das CEBs na *Conquista de Terras em Conjunto* é marcada por uma série de ambivalências. Como a passagem acima revela, os irmãos promovem uma inversão na interpretação da passagem bíblica. Mas, de outro lado, a linguagem bíblica e os imperativos cristãos de equidade e solidariedade, de certa forma, estão presentes no grupo e na criação dos dez mandamentos que regem a *Conquista de Terras em Conjunto*. Os dez mandamentos são um conjunto de critérios para a entrada de novos membros. Devido ao aumento da procura de agricultores com o desejo de comprar terra, entre 1994 e 1995, algumas pessoas reuniram-se e escreveram as regras para quem quisesse entrar em um grupo de compra⁸¹. No Quadro 1, abaixo, estão os dez mandamentos:

⁸¹ Os agricultores não souberam dizer o ano exato que foram elaborados os dez mandamentos, somente que foi entre “1994 e 1995”. Recentemente foi encontrado um rascunho do esboço feito nas reuniões. Esta anotação tinha como título provisório os “Dez mandamentos do bom lavrador”.

Quadro 1 - Os Dez Mandamentos da *Conquista de Terras em Conjunto*:

- 1 - Interesse pela Terra: ter amor pela terra e compromisso;
- 2 - Comportamento no Grupo: ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões;
- 3 - Meio Ambiente: ter consciência ecológica;
- 4 - Divisão: formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas;
- 5 - Conquista das Terras: fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível, e viver em sintonia com a comunidade;
- 6 - Forma de Convivência: ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar de assuntos que envolvam a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente de seita;
- 7 - Participação e Contribuição da Mulher: lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo;
- 8 - Participação Agrícola: participação nas trocas de serviço e mutirão, recuperação e conservação do solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas;
- 9- Maneiras de Usar as Coisas Móveis do Grupo: usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais;
- 10- Maneira de Usar os Imóveis: conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Fonte: Revista CTA-ZM 15 anos, 2002⁸².

Os dez mandamentos constituem um conjunto de regras de seleção e avaliação que procura regular o funcionamento da experiência, em seus aspectos mais práticos, mas também, das relações entre os membros da comunidade. Mas ao contrário de um mero regulamento estipulando regras e sanções explícitas, a ideia de "mandamento" incorpora um conteúdo ético difuso, preocupando-se mais com o sentido da conduta e o caráter moral dos participantes do que com as relações contratuais. Podemos identificar três grupos de temas abordados nos mandamentos. Em primeiro lugar, eles definem uma série de procedimentos de decisão e resolução de problemas comuns (mandamentos 9 e 10). Em segundo, um conjunto de postulados morais que permitem avaliar a confiabilidade dos membros e definir padrões éticos de conduta comunitária (os mandamentos 2, 4, 5 e 6). E por fim, alguns dos mandamentos incorporam também questões de gênero e meio ambiente (os mandamentos 1, 3, 7 e 8). E, de modo geral, todos incorporam na sua redação referências à agroecologia, também como influência do trabalho de assessoria desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, ao qual descreverei o processo de sua fundação mais adiante.

Desta forma, as CEBs despertaram no grupo, a partir das reuniões e discussões, a necessidade de partirem para a ação, o agir dos próprios agricultores. O que foi repassado ao grupo, mais do que ações específicas, foi o espírito de solidariedade, a comunhão e a confiança para se organizar. No seu momento inicial, a *Conquista de Terras em Conjunto*, surgiu da combinação das práticas tradicionais de ajuda mútua e *laços fortes* entre a família, impulsionados, posteriormente, pela vivência nos grupos de reflexão promovidos pelas CEBs. Esta união inicial foi capaz de construir *laços fracos* que possibilitaram a ampliação da experiência com a criação do fundo de crédito rotativo e a fundação de outras organizações de

⁸² CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Revista CTA-ZM 15 anos. Viçosa - MG, julho, 2002, p. 26.

agricultores (GRANOVETTER, 2000)⁸³. São realizados, ainda nos dias de hoje, uma vez por semana, encontros dos chamados grupos de reflexão, em várias comunidades do município. Os grupos recebem o roteiro para reflexão em grupo, distribuído pela Arquidiocese de Mariana. Um coordenador das CEBs prepara o encontro, que é realizado nas casas das famílias participantes. É feito um rodízio entre as casas que vão receber os grupos de reflexão. Entretanto, os participantes mais antigos da *Conquista de Terras em Conjunto* nos disseram que, apesar de prosseguirem as reuniões das CEBs, o ritmo já não é o mesmo de tempos anteriores, há um número menor de reuniões e menor envolvimento nas CEBs. Um agricultor afirmou que quem coordena os grupos de reflexões na sua comunidade “não é liderança, não é mais como era antes” (entrevista, Jonas Lima, agricultor familiar, São Joaquim, Araponga, 2012).

A criação do sindicato ainda levou um tempo para se concretizar depois do início do trabalho das CEBs, da experiência da compra de terras entre irmãos e da fundação de outros sindicatos na região da Zona da Mata. Embora o movimento sindical rural fosse antigo em Minas Gerais, até a década de 1970 só havia 23 sindicatos na Zona da Mata (CINTRÃO, 1996). Em 1983, o primeiro sindicato a ser criado foi o de Visconde de Rio Branco, município que fica a 45 quilômetros de Viçosa e a 80, de Araponga. Neste período, anterior à fundação do STR de Araponga, outros sindicatos foram criados e se organizaram por meio da Articulação Sindical que envolvia 13 sindicatos. Posteriormente o sindicato de Araponga passa também a fazer parte dessa Articulação Sindical e está localizado na ‘micro’ região de Rio Branco.

Mas em um primeiro momento, em Araponga, a proposta de se criar o sindicato não foi muito bem aceita pelas lideranças e trabalhadores rurais, em parte, de acordo com relato de agricultores, lideranças de CEBs e um técnico do CTA-ZM, por causa da experiência do Sindicato Rural que, de repente, fechou as portas em 1986, sem prestar nenhum esclarecimento para os associados. Nesta época, o sindicato rural se ocupava de questões referentes à previdência rural e aos serviços de saúde, de acordo com um agricultor e técnico agrícola, natural de Araponga, que participou das primeiras discussões para a criação do sindicato:

[...] deve ter sido aberto nos anos 80, 81, por aí. Então, todo mundo foi enquadrado nesse Sindicato Rural, que era o sindicato dos patrões, que tinha um vínculo, que tinha um benefício de previdência social, e também questão de saúde, tinha uma carteirinha que o pessoal usava pra ser atendido... [...] Ele acabou porque... é... com as mudanças de governo, e depois foram ver também, ele foi perdendo força, que depois foi mudando as leis, quer dizer, e aí foi mudando a forma de atender que a maioria desse povo ia para esse sindicato rural com o intuito de receber benefícios e serem atendidos ... pela

⁸³ Um dos referenciais teóricos utilizados na análise da *Conquista de Terras em Conjunto*, que deu origem à minha dissertação de mestrado, foi a noção de laços fracos e laços fortes do sociólogo Mark Granovetter. De acordo com Granovetter (2000 [1973]), laços fortes são caracterizados por redundância nos contatos e um relativo fechamento da rede de relações. Laços fracos, por outro lado, são caracterizados por interações eventuais, com baixa intensidade emocional e pertencimento a múltiplas sub-redes. São importantes porque criam mais caminhos que podem ser mais curtos. Mesmo formando uma rede menos densa, os laços fracos servem de ponte para mobilizar fluxos de recursos e informações indisponíveis para redes de laços fortes com relações redundantes. O autor também argumenta que a força de um laço interpessoal é a combinação de quatro fatores: a quantidade do tempo; a intensidade emocional; a intimidade através da confiança mútua; e os serviços recíprocos que caracterizam esses laços fortes. Estes quatro fatores são independentes, mas também correlatos. Contextos como guetos étnicos, famílias extensas tradicionais e comunidades rurais isoladas são alguns exemplos de redes constituídas por laços fortes. Exemplos de laços fracos são, por exemplo, contatos entre conhecidos (mas não amigos) e pessoas com relações mediadas por terceiros. (GRANOVETTER, Mark, “La force de liens faibles.” In: *Le marché autrement: les réseaux dans l'économie*. Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer, [1973], 2000).

saúde, pelo sistema de saúde. Então mudou o governo, mudou a forma de atender esse povo, o povo, na questão da saúde, então esse sindicato perdeu força (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Este depoimento faz referência à época em que os sindicatos rurais eram os responsáveis em encaminhar as questões relativas à previdência rural em boa parte dos pequenos municípios. Após o golpe militar de 1964, os sindicatos rurais (ou patronais como são conhecidos), tornam-se os responsáveis pelos processos do Funrural e fazem o atendimento aos trabalhadores rurais, que buscavam assistência odontológica, saúde e previdência social nos lugares que só havia sindicatos rurais⁸⁴. Como esclarece Leonilde Medeiros (1989, p. 96), uma resolução de julho de 1971 disciplinou a celebração de convênios entre o Funrural e as entidades de classe para a assistência ambulatorial. Assim, a legislação cria condições institucionais para que os demais sindicatos, os de trabalhadores rurais, assumissem esta função assistencial e de previdência. Para Medeiros, por outro lado, isto foi obstáculo para que os sindicatos também fossem um instrumento de luta dos trabalhadores do campo. De acordo com a autora:

As organizações de trabalhadores no Brasil, sem dúvida alguma já tinham uma tradição de atividades assistenciais junto a seus associados. Tanto as Ligas Camponesas como as associações ou os sindicatos dos anos 50 e 60 a combinavam com as práticas mobilizadoras e reivindicativas. No entanto, mudada a conjuntura, reduzida a possibilidade do sindicato se constituir em instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores, o assistencialismo imposto pelo Estado acabou muitas vezes se tornando prática predominante, senão única (MEDEIROS, 1989, p. 97).

Além de ser um sindicato que era visto como assistencialista pelas lideranças de CEBs e sindicais atuais, os agricultores (chamados também de pequenos produtores e os trabalhadores rurais), que se organizavam nos encontros de CEBs, não se sentiam representados pelo sindicato rural do município. Ademais, por causa do fechamento repentino do Sindicato Rural, a criação do STR de Araponga em 1989 também gerou mais um motivo de desconfiança, pois as pessoas achavam que o sindicato não iria durar muito tempo: “Que o pessoal pagava, aí depois foi embora sem dar satisfação, quer dizer, ficou a impressão ruim de sindicato” (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Em um contexto de desconfianças e descrenças em se ter um sindicato, Araponga contou com importantes aliados das lideranças das CEBs para vencer esta barreira inicial. Um deles foi a própria fundação anterior do CTA-ZM, em 1987, e a vinda de outro integrante da CPT que falava a ‘mesma língua’ dos agricultores. De acordo com uma liderança o ‘falar a mesma língua’ foi porque o primeiro assessor da CPT, que veio falar da criação de um sindicato, pensava em um modelo de sindicato mais voltado para os trabalhadores rurais e que se preocupasse mais das ‘demandas’ entre empregados e patrões. Com o segundo assessor da CPT, João Candler, que era também pequeno proprietário, o “entendimento foi fácil”.

Assim, a criação do sindicato começou a ser discutida nos grupos que participavam das CEBs, formados por pessoas oriundas, em grande parte, das comunidades de Praia d’Anta, São Joaquim, Serra e Salazar, mas também, em menor número, de outras comunidades, e por representantes da CPT e do CTA-ZM. O próprio contato inicial entre o

⁸⁴ Como vimos no capítulo 2.2 no mesmo ano que foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, foi criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR), que após sofrer alterações em 1967 e 1969, foi aprovado por lei complementar de 1971, instituindo o Pro-Rural, regulamentado em 1972, e criando o Funrural como órgão gestor da previdência do trabalhador rural (FERRANTE, 1976).

CTA-ZM e os agricultores familiares de Araponga foi por intermédio de um assessor de CEBs que morava em Viçosa, cidade a 50 quilômetros de Araponga:

No caso de Araponga, Araponga não tinha sindicato de trabalhador rural. Então, como é que foi feito o contato com Araponga? Foi feito através do Carlindo que é funcionário da UFV e que trabalhou aqui na região com o Mobon fazendo formação de Boa Nova, Pré Boa Nova. Então o Carlindo é que tinha o contato, que fazia já, já vinha fazendo um trabalho com as CEBs em Araponga. Então, o Carlindo que a gente ficou conhecendo o Carlindo, não me lembro como, exatamente. Mas aí através dele, é que ele falou: “Puxa, mas vocês estão fazendo esse trabalho e tal e o pessoal lá em Araponga ia gostar muito”. Aí no encontro das CEBs que ele estava fazendo lá em Araponga ele chamou a gente para participar (entrevista Eudes Freitas, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

Assim, ex-estudantes formados pela UFV, que iriam fundar o CTA-ZM no final de 1987, foram convidados para participar de um grande encontro das CEBs na sede do município. Neste encontro em Araponga participaram aproximadamente 200 agricultores familiares, um técnico e uma técnica que fariam, futuramente, parte do CTA-ZM. Foram realizados encontros entre fevereiro e setembro de 1987 na região para divulgar a ideia de se criar um centro de tecnologias alternativas.

Entre os vários encontros, o técnico do CTA-ZM relembra que participaram de um encontro em Piranga e estavam presentes representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Porto Firme, Presidente Bernardes e Coimbra. Depois participaram de outro encontro em Visconde do Rio Branco, no qual estavam presentes os sindicatos de Muriaé, Guidoval, Rodeiro e o próprio sindicato de Visconde do Rio Branco, como dito anteriormente, que foi o primeiro a ser fundado na região em 1983 por meio da assessoria da Fetaemg. Foi a partir destes encontros que o CTA-ZM foi fazendo reuniões nos municípios e “levantando a ideia de criar aqui na nossa região uma experiência de CTA, que é um centro que trabalhasse com formação, experimentação” (entrevista Eudes Freitas, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013). Ao todo, 16 sindicatos da região participaram da fundação do CTA-ZM, mas de acordo com o técnico, por decisão deles, juntamente com os sindicatos mais próximos, decidiram não retornar nos municípios de Presidente Bernardes, Porto Firme e Ressaquinha.

Em Araponga, os técnicos e algumas lideranças lembram que a aproximação com o CTA-ZM foi “amor à primeira vista” em virtude da afinidade e da aceitação por parte destes agricultores das propostas e ideias do CTA-ZM:

E aí nós falamos aquilo que nós estávamos falando nos outros municípios, a ideia de se criar, fazendo toda aquela discussão da modernização da agricultura, do que significava a modernização, da ideia das tecnologias alternativas e tal. Por isso que a gente fala que foi um casamento assim à primeira vista, que o pessoal de Araponga fala né? Por conta disso. Porque os agricultores de Araponga, eles já vinham nesse processo de organização das CEBs e já estavam, como se diz assim, pensando nessa questão de organização deles assim né? De como sair da palavra e para organizar mais concretamente e tal e já começaram a conhecer algumas experiências de organizações aqui na região. Mas eram todas organizações que não trabalhavam diretamente a questão que preocupavam *elos* [agricultores e lideranças de CEBs de Araponga], que é questão de produzir, de como produzir, eles já tinham tido problema de endividamento por conta de crédito rural. E aí essa ideia de que casou porque a gente falou uma coisa que eles é...sim já estavam sentindo esse processo de dependência que a modernização estava trazendo para eles e tinham esse desejo grande de

autonomia de produzir sem depender dessas coisas. E foi aí que aquela ideia foi assim, vamos dizer assim, foi um casamento à primeira vista. Eles gostaram muito daquela mensagem, da ideia de criação de um CTA (entrevista Eudes Freitas, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

Assim, em 1989, quase dois anos depois da realização do encontrão das CEBs, foi fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga. Como na história de criação de outros sindicatos na região, a CPT foi a primeira e a principal orientadora do sindicato, na sua fundação e elaboração do estatuto. No caso específico do STR de Araponga, o CTA-ZM não auxiliou o sindicato nesta tarefa, de acordo com o técnico, eles recorreram aos assessores da CPT para que ajudassem os agricultores na elaboração do estatuto. De acordo com um ex-dirigente sindical, a ideia de se criar um sindicato surgiu, primeiro, dos agricultores que participavam dos encontros de CEBs, mas uma vontade que foi reforçada com a criação do CTA-ZM, em 1987:

Para ser sócio do CTA foram colocados alguns critérios que as pessoas deveriam ser sindicalizadas, né? Teria que ter um sindicato para ser sócio do CTA e Araponga não tinha ainda. Como a gente em Araponga já estava pensando em se criar um sindicato no município, de trabalhadores rurais, aí eles concordaram, o grupo da assembleia, concordaram que alguém em Araponga fosse sócio-fundador também [do CTA-ZM]. Aí a gente ... entrou no CTA como CEBs e com a proposta também de estar fundando um sindicato no município. E aí a gente começou a procurar alguém que assessorasse a gente, nas reuniões a gente ouvia falar que tinha que ter um documento que se diz as linhas de trabalho, que se diz como o sindicato deve proceder e a gente não sabia nada disso, né? Foi aí que a gente começou a procurar algumas pessoas para fazer assessoria para a gente aqui, para estar fundando o sindicato e isso foi uma dificuldade, a gente procurava em vários lugares e a gente não estava conseguindo. Foi até que a gente conseguiu algumas pessoas da CPT que se propôs que é a Comissão Pastoral da Terra, né? Que se propôs a estar assessorando a gente aqui nesse trabalho de fundação (entrevista Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia d'Anta, Araponga, 2012).

Como mostra este depoimento, a participação na fundação do CTA-ZM só poderia ocorrer se os agricultores de Araponga, enquanto participantes das CEBs, fundassem um sindicato. Ficam explícitas, também, as dificuldades iniciais para organizar os documentos necessários para o registro legal do STR, como o estatuto, onde conseguir um modelo de documento que pudesse servir como subsídio, como elaborar este documento, ao qual o agricultor se refere como *linhas gerais*, como identificar pessoas que tivessem conhecimento desses trâmites e pudessem assessorá-los nesse processo de formação de um sindicato. Entretanto, os trabalhadores rurais ligados ao movimento de CEBs também não queriam um modelo de sindicato assistencialista, que tratasse exclusivamente das *demandas* entre patrões e empregados, visando apenas resolver questões *trabalhistas* e acessar determinados benefícios, como ocorria entre outros sindicatos da região⁸⁵. O desejo das lideranças ligadas as CEBs era de criar um “sindicato diferente”, que se preocupasse com as condições dos meeiros, a organização dos trabalhadores e os problemas específicos dos agricultores:

⁸⁵ A palavra *demandas* é utilizada pelos agricultores entrevistados. Pode significar procura, ação de demandar, mas também ação judicial, litígio e pleito, este último sentido que é utilizado pelos agricultores que foram entrevistados (HOUAISS, 2009). Exemplo de sindicato que se preocupa em levar as ‘*demandas*’ adiante era o Sindicato de Visconde de Rio Branco, que tinha muitos trabalhadores rurais que trabalhavam com o corte de cana.

Aí fomos levantar como o sindicato foi criado com outra lógica, que não era colocar a demanda de patrões e empregados, que tinha essa impressão aqui na região também, por causa dos outros sindicatos de Ervália, de Rio Branco, aquela demanda entre empresa e funcionário. As pessoas também tinham essa visão, e imaginavam que o sindicato tinha essa lógica também. [...] O que era sindicato? Distinguir o que era sindicato de trabalhadores rurais, a função dele, a missão dele. Então a gente fez, a gente, então, começamos a pensar, enquanto liderança, como é que poderia.. é ...divulgar mais o sindicato em Araponga para atender esses agricultores familiares (entrevista, Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Aí, a gente, começamos a... aí com todas as pessoas do grupo... a gente fazia as reuniões, a gente dividia em grupos, para poder estar também discutindo, depois a gente fazia aquela junta, uma plenária, onde que a gente discutiu, colocamos muito que a questão nossa aqui não seria tanto questão de demanda com patrão, que nós teria que pensar muito, tentar cada um estar conseguindo um pedacinho de terra e não ficar tocando demanda, porque isso não levava muito. Às vezes você ia tocar uma demanda com o patrão, você poderia até pegar uma indenização, mas e após? Para você conseguir outro serviço, com outros patrões ou proprietários, aí ficaria muito mais difícil, né? (entrevista, Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia D'Anta, Araponga, 2012).

Este último depoimento mostra bem o receio dessa liderança em entrar com os pedidos de demandas, pois depois os agricultores poderiam ficar sem trabalho. A resolução de um problema trabalhista poderia gerar outro problema maior, sobretudo em pequenos municípios onde ‘todo mundo conhece todo mundo’ e, no caso de Araponga, o trabalho na ‘roça’ ainda é primordial. Para outro agricultor e liderança de CEBs, o sindicato conseguiu mais do que ser apenas “diferente”, pois conseguiu fazer com que outros sindicatos também começassem a discussão sobre compra de terra entre seus associados⁸⁶:

Ele [o STR] conseguiu fazer diferente porque... na verdade ele nem só fez diferente como mudou os outros sindicatos, porque nós já começamos o sindicato aqui já tudo junto *conquistando a terra*, nós fizemos ele realmente diferente, não era essa questão de... a gente continuou acreditando que complicar não vai resolver as coisas. [...] A medida que as pessoas se juntam eu acho que o que dificulta a vida, nem só a vida na agricultura, pondo em vista toda a essa questão de desigualdade social é porque os pequenos não se juntam, não se unem. Não é para se juntar todo mundo, é pra se defender daquilo que oprime, à medida que os pequenos se unem pode ter certeza que a pressão fica quieta ou acaba (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia D'anta, Araponga, 2012).

⁸⁶ De acordo com outros relatos de agricultores de Araponga, alguns representantes da experiência ligados ao STR foram convidados a realizarem palestras em outros sindicatos da região para divulgar a experiência nas cidades de São Miguel, Espera Feliz, Canaã, Jequeri, Senador Firmino e Ervália. Destes municípios, de acordo com o STR de Araponga, eles tomaram conhecimento que dois “fizeram conquista de terra”, Espera Feliz e Canaã. A experiência se expandiu para além das fronteiras do município de Araponga por meio da divulgação do STR e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). O sindicato por intermédio do CTA recebeu visita para conhecer a experiência de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário por volta de 2004. Também recebeu a visita de representantes da Fundação Banco do Brasil, pois a experiência concorreu ao Prêmio Tecnologia Social promovido pela fundação em 2005, ficando entre as cinco finalistas e passando a ser reconhecida no *site* da entidade como tecnologia social.

Assim, o objetivo das lideranças era que os meeiros pudessem comprar terra, pois segundo uma liderança: “o problema não é trabalhar (como meeiro), é a falta de liberdade mesmo” (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia D’anta, Araponga, 2005). O sindicato tinha como objetivo não apenas organizar os meeiros a comprar terra, mas também que os trabalhadores rurais, caso não conseguissem comprar terra, ao menos se tornassem parceiros do dono da terra com contratos firmados para que os mesmos tivessem mais “segurança” em trabalhar como parceiro e não como empregado. Assim, as lideranças buscavam não direcionar o trabalho do sindicato em resolver “demandas” entre patrões e empregados como faziam alguns sindicatos da região. Mesmo com um objetivo claramente definido pelas lideranças sindicais, o mesmo não era claro para os demais associados ou por pessoas que procuravam se afiliar ao sindicato, pois as lideranças relatam que tiveram dificuldades para mudar a visão de que o sindicato deveria servir apenas para resolver questões trabalhistas. De acordo com o agricultor e liderança de CEBs:

A primeira coisa que a gente tava tendo dificuldade era a visão de que o sindicato era para briga mesmo, era briga de patrão e empregado. Muitas pessoas que trabalhavam de portaria já ficavam com medo, porque os patrões faziam tudo para que as pessoas não viessem às reuniões ou que se associassem ao sindicato. Hoje não tem tanto assim, mas mesmo assim ainda tem esse medo de as pessoas descobrirem o direito que ele tem (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia d’Anta, Araponga, 2012).

O sindicato, que se propôs a ser um “sindicato diferente”, organizou vários grupos de compras de terras em todos os anos entre 1993 e 2010. Até 2010, 161 famílias haviam comprado um pedaço de terra, outras 43 famílias realizaram mais de uma compra, com um total de 203 compras, perfazendo 702,2 hectares⁸⁷.

A formação do STR também contou com o apoio do CTA-ZM, pois as lideranças do STR de Araponga tinham afinidades com as propostas da entidade que pretendia transformar o modelo de agricultura e valorizar a produção da pequena propriedade. Como veremos mais adiante, a proposta de se fazer um diagnóstico no município também serviu de base para o planejamento do sindicato. Mesmo não sendo o seu foco de atuação, o CTA-ZM eventualmente assessorava os agricultores sobre questões sindicais.

Assim como a atuação das CEBs na região não pode ser dissociada das transformações mais amplas e reformistas da Igreja Católica, a própria criação do CTA-ZM não pode ser dissociada de contextos mais amplos, pois a sua fundação foi sendo germinada desde a década de 1970, quando alguns jovens estudantes da Universidade Federal de Viçosa se uniram e criaram o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), em oposição à visão dominante da agricultura tecnificada difundida na universidade e no auge da Revolução Verde. Sobretudo, a partir dos anos 1980, este grupo passou a participar de encontros fora de Viçosa e a estabelecer contatos com outros grupos alternativos, entre os quais o projeto inicial Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA), coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e da Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte (REDE/MG⁸⁸). O contato da REDE/MG e da Fase com os

⁸⁷ Atualmente, está ocorrendo a organização de outros grupos de compra de terra no município, como 20 famílias na comunidade de Salazar, que fica antes de chegar na sede do município, com o auxílio do sindicato. Mas como os agricultores familiares estão buscando acessar o crédito fundiário, que ainda não foi aprovado, a compra não entra na lista de compradores organizada pelo sindicato. De acordo com uma contratada pelo sindicato, a lista de compradores não é atualizada desde 2010 porque não tem quem faça este serviço no sindicato, mas teve mais compras até o primeiro semestre de 2014.

⁸⁸ De acordo com informações colhidas no sítio da entidade, a mesma foi criada em 1986 como integrante do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) da Fase. No “primeiro momento de atuação, o trabalho da REDE

técnicos de Viçosa aconteceu em um encontro realizado na UFV onde um engenheiro agrônomo formado pela universidade e morador de Viçosa conheceu Edmar Gadelha, assessor da Fase. Assim, eles conversaram sobre a possibilidade de se criar um centro de tecnologias alternativas na região e assim começaram a participar de encontros e a chamar os sindicatos da região para participarem. Desta forma, em março de 1987, Edmar Gadelha, que era um ex-assessor da Fetaemg, propõe um Encontro de Agricultura Alternativa para a região envolvendo 15 municípios representados por sindicatos de trabalhadores rurais. Para esclarecer mais sobre este período e a rede de instituições envolvidas e contatos, um técnico do CTA-ZM relembra:

[...] no caso ele [Edmar] já tinha saído da Fetaemg e estava trabalhando na Fase. Ele fazia parte da equipe da Fase que a Fase o contratou aqui em Minas para fazer um trabalho de identificação mesmo de experiências com tecnologias alternativas e... Alguma coisa desse tipo, que foi o início do projeto PTA-Fase. Eles montaram equipes em vários estados, e algumas destinadas a um trabalho que eles chamavam de redes de tecnologias alternativas e em alguns locais, o PTA já começou a montar projetos de centros de CTA, centros de tecnologias alternativas que foi o caso do norte de Minas. Então, a Fase articulou vários apoios, como Finep e não sei mais o quê para montar um projeto de um centro, que era um centro experimental, e tal. Só que em outros estados ela montou uma equipe para fazer esse trabalho de rede. E o que era esse trabalho de rede, rede de tecnologias alternativas? Era uma equipe que tentava identificar as várias iniciativas que existiam nos estados em torno dessa questão. O Edmar então começou a fazer esse trabalho aqui em Minas. E ele saiu da Fetaemg então, ele era assessor da Fetaemg e assumiu esse trabalho aqui em Belo Horizonte (pela Fase) e ele começou, então, a fazer encontros com esses sindicatos que ele tinha contato, ele como assessor da Fetaemg tinha contatos com os sindicatos de trabalhadores rurais do estado todo, ele começou a organizar encontros regionais discutindo a questão de tecnologias alternativas, modernização da agricultura e também foi mapeando grupos e pessoas que tinham alguma experiência relacionada (entrevista Eudes Freitas, técnico CTA-ZM, 2013).

Assim, no encontro que foi articulado pelo assessor da Fase, realizado em 1987, foram abordados temas relacionados aos impactos negativos da Revolução Verde no meio ambiente e, de outro lado, as práticas agrícolas alternativas, como compostagem, cobertura morta, caldas naturais, entre outros. O encontro também serviu de base para se discutir a proposta de criação de um centro de formação de agricultura alternativa em Viçosa, o que culminou em novembro de 1987 com a criação do CTA-ZM que possui a sua sede em Viçosa. O CTA-ZM recebeu como doação um terreno da comunidade Alfa ou Grupo Alfa de Ecologia para abrigar sua sede em Viçosa. O Grupo Alfa foi criado em 1975 por jovens estudantes da Universidade Federal de Viçosa que propunham discutir as questões ambientais e,

apontava para o resgate, a articulação e a difusão de experiências de tecnologias alternativas para a agricultura familiar, contrapondo aos impactos da Revolução Verde. Com esse objetivo, foram criados, nas diferentes regiões do estado, Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs), que buscavam desenvolver propostas técnicas e métodos de trabalho com a participação das comunidades de pequenos agricultores. [...] Em 1989, a REDE constitui-se como organização não-governamental com personalidade jurídica própria. O avanço na formulação de conceitos e do desenvolvimento de propostas técnicas agroecológicas, sobretudo a partir da criação dos CTAs em parceria com as comunidades de base, fez com que se aprimorasse a estratégia da entidade. No início da década de 1990, a REDE adotou a agroecologia como base teórico-científica, aprofundando o conhecimento técnico e político e apoiando diversas redes temáticas". Disponível em: <<http://www.redemg.org.br/?iid=11>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

posteriormente, seus integrantes se uniram e compraram o terreno onde se localiza ainda hoje a sede do CTA-ZM em Viçosa, no ano de 1979.

O CTA-ZM tem como proposta “um modelo de desenvolvimento agrícola” alternativo, baseado em outro padrão tecnológico, definido como agroecológico – que seja “socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável” a partir da assessoria e trabalho juntamente com agricultores familiares (CINTRÃO, 1996, p. 13). De acordo com o sítio da entidade, o trabalho desenvolvido está organizado por meio de programas de abrangência municipal, regional, estadual e nacional. Atualmente são três programas que guiam as linhas de ação da organização com seis projetos: Articulação e Políticas Públicas, Desenvolvimento Organizacional e Transição Agroecológica⁸⁹. Os projetos abrangem as áreas de educação ambiental, gênero, jovens, meio ambiente, promoção da agroecologia e acesso a mercados.

A fundação do CTA-ZM e a criação do sindicato de trabalhadores rurais de Araponga são processos que se encontram inseridos dentro de um contexto de redemocratização do país e de ampliação da atuação dos movimentos sociais, incluindo o movimento ambientalista. Este ambiente possibilitou, também, o surgimento de ONGs que propunham um tipo de agricultura alternativa. Os avanços organizativos ocorridos naquele momento em Araponga, e na Zona da Mata Mineira de um modo geral, foram, sem dúvida, impulsionados pela mobilização da sociedade civil brasileira naquele período, pelas lutas do movimento sindical e pelo apoio da ala progressista da Igreja Católica, que acompanhou, em várias regiões do país, por meio da CPT e das CEBs, a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais. Merecem destaque, ainda, as organizações internacionais de cooperação, vinculadas, sobretudo às Igrejas, que através do financiamento de diferentes projetos, serviram de base ou apoio para o aparecimento de novas organizações. Os processos organizativos que emergiam, naquele momento, em nível local, em diferentes regiões do país, sofriam a influência de diferentes mediadores em diversas esferas, no local, no regional e no nacional, e de suas redes de relações (Wolf [1956]).

Com a fundação do STR, em 1989, o mesmo passou a coordenar a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*. Foi realizada, nesse período, a primeira compra coletiva de terra fora do âmbito familiar. Esta experiência, na qual inicialmente os laços de parentesco entre os grupos de compradores eram predominantes, foi ampliada através do tempo para outros núcleos familiares, passando a envolver os participantes das novas organizações. Atualmente, este círculo se ampliou e possibilitou que outras pessoas conseguissem comprar terra, porém, esta abertura só foi possível a partir da criação de um fundo de crédito rotativo com recursos doados pela Fundação Ford⁹⁰ e pelo aumento da popularidade sobre a compra

⁸⁹ Os projetos são: Projeto Ambientes de Interação Agroecológica; Projeto Curupira - Arte Educação Ambiental e Agroecologia; Projeto Juventude do Campo; Projeto Mulheres e Agroecologia; Projeto Organização Econômica e Acesso a Mercados e Projeto Políticas Ambientais e Sociobiodiversidade. Disponível em: <<http://www.ctazm.org.br/area/programas>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

⁹⁰ O CTA-ZM na época tinha projetos financiados pela Fundação Ford e, em uma visita ao trabalho de campo do CTA-ZM em Araponga, um representante da fundação ficou sabendo da compra de terra que estava sendo realizada pelos agricultores ligados ao STR, em 1995. O contato do CTA-ZM com a Fundação Ford foi via Fase. O representante da Fundação Ford aconselhou o CTA-ZM a incluir no seu projeto à fundação dotação de recursos a serem destinados à criação de um Fundo de Crédito Rotativo para a *Conquista de Terras em Conjunto* e que fosse gerenciado pelo STR. Com a aprovação do projeto em 1998, um fundo de 15 mil dólares foi doado em uma primeira parcela pela fundação para servir de capital de giro. Uma segunda parcela foi doada e mais 15 mil dólares foi revertido para o Fundo de Crédito Rotativo (na época as duas doações somaram em torno de 45 mil reais). O recurso foi repassado diretamente para o STR de Araponga. A Fundação Ford começou a financiar projetos no Brasil no ano de 1962 com o objetivo de financiar programas de redução da pobreza e, com a abertura política, programas de promoção da democracia. A fundação começou as suas atividades fora dos Estados Unidos na década de 1950, na Índia, no Paquistão, na Indonésia e no Burmá (atual Mianmá) e, na

de terras entre os agricultores. A Fundação Ford conheceu a experiência quando visitou projetos do CTA-ZM financiados pela agência. Entretanto, mesmo trabalhando no município desde a sua fundação, o CTA-ZM só tomou conhecimento da compra de terras em 1995, quando auxiliou o STR a enviar, em 1997, um projeto para a Fundação Ford para a criação de um Fundo de Crédito Rotativo, que foi criado no ano seguinte. Nesse período, de 1989 até 1995, foram realizadas nove compras de terras, envolvendo 24 famílias.

Com a doação da Fundação Ford, por exigência do projeto, o empréstimo do fundo rotativo tinha que ser feito com um recibo do sindicato, com o valor emprestado e o equivalente em arrobas de café. Anteriormente, os empréstimos entre os agricultores eram feitos sem recibo, apenas com a palavra dada. Ao pagar o empréstimo, a pessoa recebe um recibo de quitamento da dívida. Um dos critérios para pegar empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo é não ter terra. Como as compras geralmente variam de 1 a 6 hectares, acontece de uma mesma pessoa realizar mais de uma compra de terra após o quitamento da primeira compra. Caso essa pessoa já tenha feito empréstimo do fundo de crédito, ou já tenha um pedaço de terra mesmo que seja pequeno, ela não pode pegar empréstimo do fundo de crédito novamente. Este é destinado somente para os que não possuem terra⁹¹.

O uso do Fundo de Crédito Rotativo, entretanto, continua sendo apenas uma das modalidades de pagamento para a compra de terras utilizadas pelos agricultores. A partir das entrevistas e dos questionários constatou-se durante a pesquisa de mestrado (CAMPOS, 2006) que existiam quatro formas de efetuar o pagamento da terra. Estas diferentes formas revelam as distintas estratégias que são acionadas pelos agricultores para o pagamento da terra, incluindo empréstimos e recursos próprios. Os empréstimos, neste caso, referem-se aos recursos do Fundo de Crédito Rotativo, mas também a empréstimos realizados com parentes e amigos, o que aconteceu em dois casos. Os recursos próprios são aqueles provenientes das economias em dinheiro advindas do trabalho de meeiro ou de outras fontes, como a venda de algum produto agrícola, como o café, o feijão, o milho, o mel e as criações, a venda de algum imóvel, mas também materiais, como enxada, 'botina'⁹². Em nove casos, a terra foi paga realizando empréstimo apenas com parentes e amigos e algum recurso próprio. As fontes de recursos próprios e as formas de empréstimo são semelhantes às que aparecem nas demais modalidades de pagamento da terra. O empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo, na maioria dos casos, é pago com a venda do café produzido pela família, sendo a venda do café a principal fonte de recursos próprios para a maioria dos agricultores. Os empréstimos entre parentes e amigos são, geralmente, pagos em espécie, com arrobas de café correspondentes ao valor emprestado, sem o acréscimo de juros, mas o valor da cotação da arroba de café na época do pagamento. As quatro formas de pagamento são:

- A primeira consiste em pagar a terra à vista para o dono com recursos próprios e empréstimos - o que equivalia, no momento de realização da pesquisa, a 44% dos casos pesquisados (35 pequenos proprietários do total de 79 famílias entrevistadas).

- A segunda forma de pagamento da terra consiste no pagamento a prazo para o dono, com recursos próprios e empréstimos, representando cerca de 30% dos casos (24 pequenos

década de 1960, na América Latina com escritórios na Argentina, Colômbia, Chile, Brasil e México, sendo somente os três últimos que estão em funcionamento (BROOKE; WITOSHYNISKY, 2002).

⁹¹ Mas existem exceções, o que já aconteceu duas vezes: se uma pessoa dentro do grupo quer vender a terra e o vizinho está interessado e não tem dinheiro para pagar, o fundo faz o empréstimo para que a mesma não seja vendida para pessoas estranhas ao grupo. Quem tem interesse em vender a terra deve dar preferência aos companheiros da conquista que compraram junto com ele ou do movimento. No geral, a venda de terra pelos membros da conquista é um evento raro. O que tem acontecido com mais frequência é a troca de terra entre as famílias envolvidas, para ficarem perto de outros familiares ou por preferirem outra área.

⁹² São produtos que foram citados nas entrevistas.

proprietários do total de 79 famílias). Quando o pagamento é feito a prazo diretamente para o dono da terra, este geralmente é pago em poucos meses, ou até mesmo em 30 dias.

- A terceira forma de pagamento consiste no pagamento à vista para o dono da terra com recursos próprios, correspondendo a 16% dos casos (13 pequenos proprietários).

- A quarta forma de pagamento consiste no pagamento a prazo para o dono da terra com recursos próprios, correspondendo a apenas 4% dos casos (três pequenos proprietários). Em 5% dos casos (quatro pequenos proprietários), não tivemos informações sobre as formas de pagamento.

De um modo geral, constatamos uma variedade de formas de pagamento e prazos estabelecidos para quitar a terra comprada. Na maior parte dos casos, a terra é quitada em dois ou três anos. Em um caso, entretanto, o agricultor levou 15 anos para pagar os empréstimos ao dono da terra. Dos 79 pequenos proprietários entrevistados, 33 fizeram empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo, ou seja, 42%. Em todos os casos, os empréstimos foram pagos com a venda do café, seja café próprio, à meia ou ambos.

Em relação às formas de pagamento, sejam elas à vista ou a prazo, utilizando recursos próprios ou empréstimos, a cultura do café ainda se mostra importante para a compra da terra, não sendo, no entanto, a única fonte de renda dessas famílias. Todas as famílias que pagaram a terra com algum recurso proveniente do café retiraram das outras culturas, criações, horta e pomar, o sustento para a família até o quitamento da dívida, existindo, desta forma, uma complementariedade entre os vários recursos disponíveis na propriedade. Depois do quitamento da terra, começam a fazer melhorias na propriedade, na casa, sendo que alguns acessam o crédito através do Pronaf. Também tem famílias que contaram com recursos oriundos de atividades não agrícolas, como de professora em escola municipal, de técnicos do programa saúde da família ou de serviço como pedreiro.

Os critérios para a obtenção dos empréstimos e os dez mandamentos foram sendo criados a partir do momento que o número de candidatos à participação nas compras de terra foi aumentando. Os critérios foram definidos ao longo dos anos pelas lideranças e pelos membros da Comissão dos Sem Terra do STR, que ainda coordena a experiência.

Atualmente, os recursos do fundo de crédito estão sendo geridos pela Cresol, mas ainda sob a coordenação do STR. Com a passagem do recurso do fundo de crédito para a cooperativa de crédito, o mesmo sofreu novas mudanças em suas regras de operacionalização, passando assim por novas institucionalidades que são inerentes as instituições de crédito. De acordo com o coordenador financeiro da Ecosol, o fundo passou para a Cresol por causa da diminuição da procura para compra de terra nos últimos anos, devido em grande parte, por causa do aumento do preço das terras⁹³, mas também, por outra parte, pela dificuldade do STR em continuar a administrar os recursos por questões jurídicas. Mesmo com a diminuição do número de compras, as mesmas ocorreram todos os anos de 1993 até 2010, ano em que foi realizado o último registro de compra de terras na lista do sindicato. Depois disso, já sob a administração da Cresol, foram realizados, nos últimos cinco anos, com recursos do fundo de crédito, oito empréstimos para a compra de terra. Nesse mesmo período foram realizados, também, seis empréstimos para a compra de terra com recursos da Cresol, que tem uma linha de financiamento específica para este tipo de compra, chamada Terra Sol, ou seja, de 2007 até 2012 foram realizadas 14 compras de terras por meio do financiamento das organizações de agricultores. O pagamento do empréstimo pela Ecosol pode ser feito em três parcelas anuais durante três anos, com juros de 6% ao ano. No empréstimo feito na linha de financiamento da

⁹³ De acordo com conversas com agricultores sobre o preço da terra em Araponga, em 2007 um alqueire de terra custava em torno de 12 mil reais. Em 2010, o preço do alqueire estava em torno de 50 mil reais. O preço também sofre variação dentro do município em virtude da qualidade e da finalidade da terra.

Cresol, não importa se a pessoa já possui terra e deseja fazer algum empréstimo para comprar mais, o que não era possível com o empréstimo do fundo de crédito rotativo, ou seja, embora ainda exista uma comissão dos Sem Terra, o empréstimo em si, obedece as regras da instituição financeira.

De acordo com um técnico do CTA-ZM estão ocorrendo outras compras de terras, o que foi confirmado durante o trabalho de campo, quando tive a oportunidade de ouvir relatos sobre grupos de compras que estão se organizando em algumas comunidades. Mas o técnico do CTA-ZM não comprehende porque as mesmas não são consideradas na lista do sindicato. De acordo com um dirigente do STR, o mesmo só contabiliza as compras que são organizadas pelo STR, o que significa que podem ocorrer outras formas organizativas para a compra de terra que não passam pelo STR, mas tiveram inspiração na *Conquista de Terras em Conjunto*. Como exemplo, ouvi referências a um grupo de 20 famílias que está se organizando para comprar terra na comunidade do Salazar, mas estão almejando acessar recursos para pagar a terra via crédito fundiário do governo federal.

O objetivo de se fazer o resgate sobre como os agricultores pagam a terra, o seu início, o funcionamento do Fundo de Crédito Rotativo e administração dos recursos pela Cresol é o de mostrar as diferentes estratégias que são lançadas pelos agricultores para efetuar o pagamento da terra e também descrever o processo de mudança institucional pelo qual passou o acesso ao crédito. Com o aumento do preço da terra na região, os recursos do fundo também são insuficientes para atender um número maior de famílias. O acesso ao crédito via Cresol obedece a outras regras e formas de financiamento e de pagamento, mas mesmo com o aumento da ‘burocratização’ de acesso ao crédito, a cooperativa consegue disponibilizar um volume maior de empréstimos. Assim, como vimos, o processo de institucionalização e disseminação da experiência envolveu mudanças através do tempo, na medida em que novas organizações são criadas e a experiência deixa de ser apenas uma iniciativa familiar, mas passa pela coordenação do STR, pelo acesso ao Fundo de Crédito Rotativo e posteriormente pela administração da Cresol. Uma experiência que vai se institucionalizando, criando novas regras de acesso e com o aumento e o envolvimento de novos atores e organizações, que passa, com isso, a exigir um maior controle social (BERGER; LUCKMAN, 1985). O programa de crédito fundiário do governo federal também envolve um conjunto de regras para o seu acesso e passa por diferentes instâncias e organizações, levando mais tempo para ser acessado pelos agricultores familiares que desejam comprar terra.

Abaixo, a Figura 2 apresenta uma cronologia dos principais acontecimentos que envolvem a *Conquista de Terras em Conjunto*:

Figura 2 – Cronologia dos principais acontecimentos em torno da *Conquista de Terras em Conjunto*

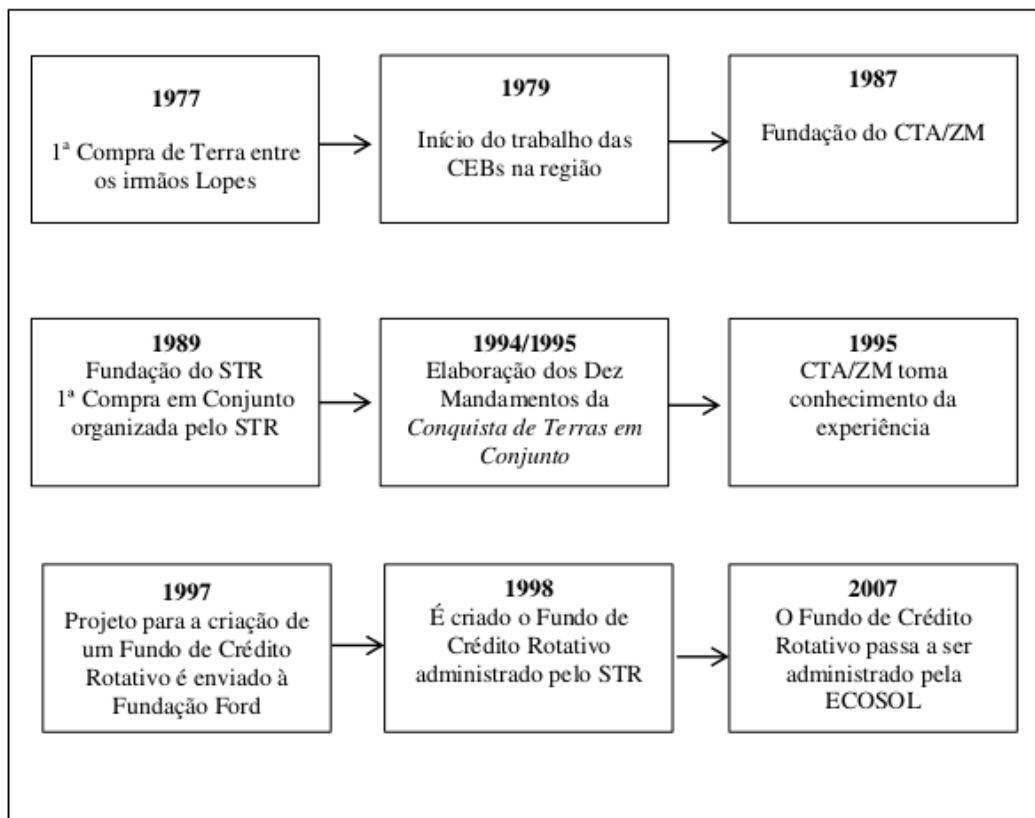


Figura 2 – Elaboração autora

Este quadro mostra a evolução da *Conquista de Terras em Conjunto* e o seu processo de institucionalização junto ao STR e, posteriormente, através da cooperativa. Conforme apontado pela pesquisa de campo realizada durante o mestrado, as redes de relações preexistentes permitiram que a experiência fosse criada, mas essa iniciativa foi, também, influenciada pela proposta do trabalho agroecológico desenvolvido pelo CTA-ZM, que despertou nos agricultores o desejo de possuir terra própria, não trabalharem mais com agrotóxicos e poderem diversificar a produção (CAMPOS, 2004; 2006; CAMPOS; FERRARI, 2008).

Sobre a proposta agroecológica do CTA-ZM, Mafra (2006), em sua tese de doutorado, centrou sua análise no modo como a experiência agroecológica no município permite a construção de três acessos principais: terra, mercado e poder público, e em como estes acessos são essenciais para o desenvolvimento da experiência. Como existe uma dinâmica local própria que varia através do tempo, nos dias de hoje, o acesso à terra continua, ainda que de forma mais lenta do que já foi no passado, o acesso ao mercado não avançou muito e as organizações de agricultores que tinham acesso ao poder público em relação à administração municipal, assumindo a prefeitura em 2005, perderam a eleição seguinte para a oposição, processo que foi retomado no ano de 2013. Como veremos mais adiante, o acesso ao poder público neste período favoreceu uma série de ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. A criação do Território da Serra do Brigadeiro⁹⁴, que foi um momento rico de organização, aprovação e

⁹⁴ O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) tem sua operacionalização no Território Serra do Brigadeiro (TSB), instituído em 2003. Araponga é um dos oito municípios que compõem o território. O programa foi operacionalizado por meio da implementação de projetos

execução de projetos com presença ativa do STR de Araponga em parceria com o CTA-ZM. Este conjunto de ações mostra claramente como os agricultores que criaram a *Conquista de Terras em Conjunto*, tiveram a capacidade de interagir com outros atores e expandir a sua rede de relações (PLOEG, 2003), interagindo com diferentes mediadores, fortalecendo as relações já existentes e ampliando o acesso as políticas públicas.

No que diz respeito a atuação do STR de Araponga, neste primeiro período que denominei de *Criação* (1977-1990), o levantamento realizado através das atas de reuniões, incluindo, a ata de fundação, possibilitou acessar informações sobre a sua composição e às dinâmicas organizativas que caracterizaram essa fase inicial. Assim, a composição de sua diretoria reflete a atuação de algumas lideranças que participavam das reuniões de CEBs e haviam se envolvido na criação da *Conquista de Terras em Conjunto*. Essas pessoas assumiram cargos e passaram a organizar os trabalhos do sindicato. Analisando a composição da diretoria do STR no ano de fundação, é possível observar que, dos 19 sócios fundadores, 10 compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, o que equivale a 52,6%, e nove possuem alguma relação de parentesco entre si, ou seja, 47,3%. Assim, boa parte dos associados é oriunda da *Conquista de Terras em Conjunto*, alguns dos trabalhos das CEBs e, entre estes, alguns são parentes entre si. Todavia, não podemos esquecer que o sindicato foi fundado em 1989, ano que começou as compras de terra fora do âmbito familiar. A sua composição inicial se mostra predominantemente masculina, pois, dos 19 sócios, apenas três eram mulheres.

Depois de sua fundação, nos anos seguintes, nas reuniões do sindicato, cobrava-se uma maior participação dos associados, pois discutiu-se a “ausência de reunião e omissão”, além da necessidade de se buscar novos sócios (ata do STR, em 19/09/1993). A seção I, Constituição, do seu estatuto e artigo primeiro, diz que o sindicado “é um órgão classista, de massas, autônomo e democrático, constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais [...].” O artigo segundoº especificava quais categorias profissionais são abrangidas pelo STR,

[...] *assalariados na lavoura*, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como, *trabalhadores rurais autônomos* e sob qualquer forma de parceria, os *pequenos proprietários rurais*, que cultivam sua área em regime de economia familiar, e sem empregados permanentes, e os ocupantes de terra a qualquer título habitual ou regular (Estatuto do STR Araponga-MG, 06/03/1990, consultado em fevereiro de 2012, grifo meu).

Como podemos observar, de acordo com o estatuto, e também com depoimentos de pessoas que trabalham atualmente no sindicato - duas lideranças e uma funcionária -, para eles não existe diferença entre quem tem terra, quem não tem ou quem tem contratos de parceria. De acordo com seus representantes, para o sindicato é trabalhador rural quem trabalha a terra e tira dela o seu sustento. Também perguntei se fazia alguma diferença o número de hectares que a pessoa possui. Dois dirigentes sindicais disseram que sim, que se a pessoa tem mais de 30 já é considerada um fazendeiro. Parece existir, na visão das lideranças de Araponga, um certo descompasso em relação ao que o Pronaf e a legislação em geral definem como ‘agricultor familiar’ e a definição, socialmente construída no plano local, sobre o que é um agricultor familiar, considerando o número máximo de hectares por família. Os agricultores

direcionados aos municípios que compõem o território a partir da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Pttrs), que foi executado pelo CTA-ZM. Por meio de oficinas territoriais foram definidas linhas de ação e prioridades para a elaboração de projetos para o desenvolvimento sustentável do território (CTA-ZM, 2004; FREITAS, 2011). Por meio de projetos do território foi construída em Araponga a sede da EFA-Puris, a sede da Ecosol, a sede para funcionar o mercadinho da AFA, um caminhão e equipamentos para a AFA.

familiares afiliados ao STR têm em média seis hectares por família, uns com menos e outros podendo chegar a 20 hectares. De acordo com a definição do Pronaf e após a promulgação da Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326/2006), é agricultor familiar quem possui até quatro módulos fiscais e, para o Município de Araponga, isto equivale a possuir até 112 hectares, ou seja, uma realidade muito distante da maioria dos agricultores afiliados ao STR.

A análise das atas da diretoria do STR revela alguns aspectos interessantes em relação ao funcionamento do sindicato, sua interação com atores externos e as políticas públicas. No início de seu trabalho, além das preocupações práticas sobre a sede do sindicato, sua manutenção e local, o sindicato, ao assumir de certa forma uma posição, que era antes ocupada pelo Sindicato Rural (patronal), começa a se ocupar de questões relacionadas à previdência social, mas também em regularizar os contratos de parceria. É uma fase de um aprendizado mais intenso pelos agricultores que assumiram o trabalho e que se dispuseram a enfrentar o desafio de fundar um sindicato diferente do anterior, que não aglutinava patrões e empregados, mas que também não podia ser caracterizado como um sindicato mais combativo, no sentido daqueles que organizavam greves e acordos salariais, a exemplo dos demais sindicatos ligados à CUT e que foram criados anteriormente. Como afirma Cintrão (1996, p. 62), o sindicato de Araponga quando foi fundado surgiu em um contexto diferenciado dos demais, não tendo como foco a resolução de conflitos entre parceiros. O STR de Araponga nasceu em um novo momento de articulação sindical, quando os demais sindicatos entravam no período do “organizar” sendo que em Araponga o CTA-ZM se constituiu como principal apoio. Mas mesmo não assumindo um viés mais combativo, a criação do sindicato no município já causava desconforto entre os médios e grandes proprietários de terras por causa da organização dos parceiros. De acordo com os relatos das lideranças, os dirigentes sofreram, neste período, uma série de pressões, pois buscavam organizar os trabalhadores rurais e regularizar os contratos de parceria:

E aí depois esses documentos já registrados, nós continuamos a nos reunir, fazendo as reuniões nas comunidades e após começava as exigências que a gente teria que ter uma sede na cidade, a gente conseguiu um barraquinho, um barraquinho bem precário mesmo, para a gente fazer algumas reuniões lá em Araponga. E nesse momento que a gente começava a fazer essas reuniões lá, a gente colocou uma placa em uma madeira com folha de zinco com escrito, a gente pregou e colocou na madeira lá perto da sede que seria colocado Sindicato dos Trabalhadores Rurais. [...] é que a gente colocou a placa lá e eu não vi, mas alguém comentou que viu que alguém a mando de alguém, da direção da prefeitura, administração pública, não gostou muito das coisas e pediu alguém, que era ligado a esse, fosse lá e arrancasse a placa, que jogasse a placa fora (entrevista Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia D'anta, 2012).

Mesmo querendo ser um sindicato diferente, no sentido de não focar somente, ou predominantemente, em demandas entre patrões e empregados, o mesmo também provocou desconfianças no município. No início, como relata o primeiro presidente do sindicato, o número de associados ainda era pequeno e foi aumentando quando eles começaram a fazer o cadastro e a organizar os documentos para a previdência social. Neste aspecto, o sindicato também fazia o que outros sindicatos faziam, ou seja, os serviços burocráticos relacionados à previdência rural:

Olha, no início sim, a gente começou muito nessa coisa de fazer reuniões e a gente ficou um grande período com poucos associados, porque nós ficamos só mais com sócios fundadores, né? [que foram 19] [...] E aí ficou só com sócios fundadores, aí levou um tempo, depois a gente começou a fazer

aquela ficha de afiliação, né? Com a fundação do sindicato a gente ganha bastante pessoas, assim na fundação, e depois para a gente tá ali mesmo no dia a dia... só que aí surgiu também a questão da previdência, né? Aí que a gente foi aumentando mais o número de sócios (entrevista Adauto Lemos, agricultor, Praia D'anta, 2012).

Neste período, o governo de Fernando Collor de Melo regulamentou o Regime Geral da Previdência Social com a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A partir deste momento, os sindicatos de trabalhadores rurais passaram a encaminhar a documentação previdenciária. Em um primeiro momento, a documentação organizada pelo sindicato era encaminhada para a agência dos correios da cidade, que encaminhava para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Um protocolo era guardado pelo STR como comprovante de início do processo. Em um segundo momento, os processos eram encaminhados diretamente para o INSS, mas antes deveriam ser vistos e assinados pela promotoria da comarca mais próxima. Assim, os processos eram levados à comarca de Ervália, 30 quilômetros distante de Araponga, e depois eram encaminhados ao INSS pelo sindicato.

Assim, de acordo também com as atas das reuniões do STR, os trabalhos desenvolvidos pelo sindicato giravam em torno das questões mais burocráticas e de formação do sindicato, como as dificuldades do trabalho, a falta de pessoas para realizar as inúmeras tarefas que surgiam, acúmulo de trabalho concentrado em algumas lideranças e temas relacionados aos processos de aposentadoria e previdência social, como em qualquer outro sindicato que cuidava de questões previdenciárias. Uma antiga liderança de CEBs que presidiu o sindicato conta que o entendimento do trabalho do dia a dia do sindicato foi muito difícil na época:

E aí foi uma dificuldade, né? Porque eu com apenas com, pode contar apenas a terceira série, a primária, né? Eu estudei até a quarta, mas não tirei a quarta, fiquei em recuperação e não quis continuar estudando. Então, essa foi uma das coisas que dificultava muito para o entendimento, ler as coisas, entender. Na medida em que fomos reunindo, discutindo, fui apanhando noção de como deveria de ser as coisas desse trabalho. Foi muito trabalho, foi muita dificuldade, mas fomos aprendendo juntos (entrevista Adauto Lemos, agricultor, Praia D'anta, 2012).

Mas além da organização do trabalho do sindicato, as lideranças continuaram organizando as compras de terras, o diferencial que o STR de Araponga buscava construir como um *sindicato diferente*. Também aparece a preocupação de realizar trabalhos de conscientização de trabalhadores empregados nas fazendas, a necessidade de prestar esclarecimentos sobre como são feitos os contratos de parceria e a busca por mais afiliados. Este período mostra a dificuldade inicial de compreensão das leis, a necessidade de aprender sobre elas e sobre como fazer os contratos. Até 1992 o STR contava com 98 afiliados. Em 2012, com informações colhidas no sindicato, o STR contava com 1594 sócios, sendo 432 ativos, que pagam a contribuição sindical em dia, 173 inativos e 989 inadimplentes, em 2014 o número de sócios era de 1723⁹⁵.

O resgate histórico dessa primeira fase buscou mostrar três aspectos importantes. Em primeiro lugar, como o envolvimento dos agricultores com as CEBs, com a CPT, a organização da compra de terras, a parceria com o CTA-ZM e a aproximação com o movimento agroecológico permitiu a constituição do STR e posteriormente a criação de um fundo de crédito rotativo e a ampliação do número de trabalhadores rurais e parceiros que compraram terra. Todo esse processo foi possível graças às habilidades destes agricultores,

⁹⁵ Até o fechamento desta pesquisa, ainda não haviam feito uma atualização do número de ativos, inativos e inadimplentes.

algumas lideranças, que se envolveram de forma mais intensa com a criação de organizações e com a participação em encontros e reuniões em diferentes espaços, mas, igualmente, pela inter-relação que se estabeleceu com diferentes mediadores. O segundo aspecto diz respeito ao processo de institucionalização propriamente que passou a *Conquista de Terras em Conjunto*, um processo que começou com o movimento de agricultores que se reuniam nas CEBs, fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais e criaram um fundo de crédito rotativo para a compra de terra com auxílio de atores externos. Assim, o terceiro aspecto, que de certa forma, engloba todos os anteriores, consiste em observar como os agricultores foram capazes de tecer laços e ampliar a sua rede de relações no município e também fora dele, mostrando, desta forma, sua capacidade de agência e ampliação da rede de relações (LONG, 2001; PLOEG, 2003).

2.2. O Diagnóstico Rural Participativo de Araponga, as ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Consolidação 1991 - 1997).

O Diagnóstico Rural Participativo de Araponga foi realizado em 1993 e coincide com o segundo período, de 1991 a 1997, que denominei de *Consolidação*. É um período em que se consolidam as ações do STR e que corresponde a um momento de maior interação desta organização com outros espaços e instituições. De acordo com as atas do sindicato, observa-se que o STR começa a ter como pontos de pauta assuntos “externos”, como tirar um representante para participar de reunião na câmara de vereadores, “andar” com um representante da Fundação Ford que irá visitar algumas propriedades, participar na reunião da microrregional para discutir a afiliação à Fetaemg.

Este período coincide com a realização de um diagnóstico em parceria entre o CTA-ZM e o STR. O tema das eleições também compõe ponto de pauta no sentido do sindicato “votar em trabalhador” e uma “amarração” com o candidato Lula⁹⁶. Um ponto importante a ser observado é que neste período as lideranças começam a fazer reflexões sobre a produção: “Depois da terra conquistada tem que pensar na produção”. De acordo com os relatos de participantes de uma das reuniões, a *Conquista de Terras em Conjunto* começa a ter projeção para fora do município, mas ainda é pouca entendida até pelos próprios beneficiários. Os preceitos morais e a recorrência a linguagem religiosa estão presentes nas reuniões: “lembra que a *Conquista de Terras em Conjunto* nasceu do Evangelho”, “como reunir pessoas de outras seitas (para participar do diagnóstico), fazer uma corrente de oração”. Ainda nos seus primeiros anos, a religiosidade se faz presente no sindicato ao lembrarem nas reuniões do Evangelho, da ajuda ao próximo, mas também da ação política do sindicato, que por meio da compra de terras busca tirar os trabalhadores rurais e meeiros da submissão ao dono da terra, por meio da ação do sindicato que organiza as compras de terras. Assim, nas primeiras reuniões, os participantes das reuniões do sindicato buscam lembrar que a raiz de criação da *Conquista de Terras em Conjunto* nasceu da palavra do Evangelho.

Este segundo período é marcado pela atuação mais efetiva do CTA-ZM e pela realização do diagnóstico que surgiu de duas perguntas, uma feita pelo STR e outra pelos técnicos do CTA-ZM. Segundo um técnico do CTA-ZM que participou de todo o processo de elaboração e realização do diagnóstico, as perguntas foram:

E a ideia do diagnóstico é o seguinte, o pessoal do sindicato, eles tinham uma pergunta para eles, que era: “o que os agricultores, trabalhadores rurais

⁹⁶ O candidato à presidência da república Luis Inácio Lula da Silva.

de Araponga achavam do sindicato, o que deveria ser o sindicato”. [...] Eles que tinham essa pergunta para eles, né? E a gente tinha, para nós, a pergunta, de “quais eram os principais problemas que os agricultores viviam para que a gente pudesse organizar o nosso trabalho lá”. Então foram com base em uma questão que eles tinham para eles próprios de conversar com os agricultores, para saber qual era a visão que eles tinham de sindicato, o que deveria ser o sindicato e tal (entrevista Eudes Freitas, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

A realização do diagnóstico, que foi conduzido pelo CTA-ZM em parceria com o STR, teve como fundamento o DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas), que incluía técnicas de levantamento do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), mas cuja metodologia também foi sendo construída ao longo do trabalho, como remarca o relatório final de atividades elaborado pelo CTA-ZM (FARIA, 1994a, p. 3). O diagnóstico foi realizado em cinco meses e, devido à grande extensão territorial do município, de um total de 32 comunidades, foram priorizadas 12 comunidades: Praia D’Anta, Pedra Redonda e Santa Cruz, Salazar, Lana, São Joaquim, Pereira, Boné, Tromba D’Anta, Vargem Alegre, São Domingos e a Sede. Na realização do diagnóstico participaram em campo dois técnicos (da UFV, do CTA ou GAAV) e dois agricultores da diretoria do STR. Foram realizadas de duas a cinco entrevistas por comunidade, com a presença, em sua maioria, entre 25 a 30 pessoas. O diagnóstico tinha como objetivo: “[...] formular um plano de ação para o STR, além de articular e orientar as ações de instituições que possam colaborar no seu desenvolvimento”. E conclui: “Constitui-se, portanto, numa estratégia de fortalecimento da organização local (o STR) com vistas à implantação futura de um plano de Desenvolvimento Sustentável para o município” (FARIA, 1994a, p. 3). De acordo com as atas do sindicato, em uma reunião, foi escolhida uma comissão para participar do “encontrão” do diagnóstico, que reuniu todas as comunidades no colégio estadual que fica na Sede do município e contou com 310 inscritos.

O diagnóstico gerou subsídios tanto para o trabalho do STR como para o trabalho do CTA-ZM. Anteriormente, a equipe do CTA-ZM havia realizado um diagnóstico no município de Guidoval. A ideia da instituição de trabalhar com diagnósticos participativos veio do contato que a entidade tinha com a antiga Rede-PTA, originalmente vinculada ao Projeto Tecnologias Alternativas desenvolvido pela FASE, ONG com sede no Rio de Janeiro, que propôs as organizações da Rede-PTA experimentar a metodologia de Diagnóstico Rural Participativo desenvolvida no Reino Unido. De acordo com o técnico do CTA-ZM, um assessor da PTA-Fase (Jean Marc von der Weid) leu materiais sobre DRP e formulou uma proposta própria de DRP, que se tornou DRPA (Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas), e repassou para as organizações integrantes da rede. Com base nessa metodologia foi realizado o diagnóstico de Guidoval e, posteriormente, o de Araponga. Sobre a importância do diagnóstico para a realização dos trabalhos do sindicato e como um esforço inicial para pensar as políticas públicas no município, um técnico e agricultor relembra:

Nessa ideia, tivemos a parceria com o CTA, aí a sugestão então de, em 1993, fazer um diagnóstico no município para levantar quais eram as demandas para o sindicato, quais que eram as dificuldades que os agricultores estavam passando e o que eles queriam para poder entender enquanto beneficiados. E aí começamos, nesse ínterim, incluir as políticas públicas também, como é que vai ter acesso a energia elétrica? Como que vai ter acesso às estradas melhores? Saiu muito nesse diagnóstico. Quais são as maiores demandas para o sindicato trabalhar então? Então, saiu melhoria das estradas, eletrificação rural, melhoria das casas, que eram ruins, tá certo? É... não tinha acesso aos postos de saúde, a questão da saúde, que tinha a comissão

do sindicato, o grupo do sindicato, a secretaria que trabalhava na sessão da saúde, como é que eles iam... a distância era muito longe, a estrada era ruim. E a questão das escolas? [...] E outra coisa, que era com relação à terra, que o pessoal estava abandonando o campo, porque muitas pessoas, porque primeiro, muitos porque a terra era pouca, não atendia a demanda da família e uma outra parte que a terra estava ficando degradada. Estava perdendo suas terras por uso excessivo de adubação química, com excesso de capina, então a chuva estava lavando o solo, só que não estava produzindo mais. [...] Então, foi acumulando essas infinidades de fatores, as pessoas começaram a abandonar o campo (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Ainda de acordo com este último entrevistado, na época da execução do diagnóstico eles não encontraram barreiras perante o poder público para a realização do mesmo. O trabalho de execução do diagnóstico foi realizado por estudantes da UFV, professores e pelos técnicos do CTA-ZM. As visitas foram feitas por estudantes acompanhados por alguma liderança das respectivas “comunidades” dentro do município: “Em cada grupo desses tinha uma liderança dessa, que era conhecida naquela comunidade, naquele córrego, através das comunidades [...] todas as comunidades, em todos os córregos tinham acesso a essas famílias e a comunidade” (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012). O diagnóstico foi realizado sem problemas, mesmo não contanto com apoio mais efetivo do poder público local. A prefeitura da época não se envolveu, mas também não causou nenhum impedimento para a realização do mesmo, segundo o relato do técnico: “[...] prefeitura ... até então, a prefeitura passou a ver esse trabalho do sindicato com as políticas públicas, só a partir de 2001. Nesses anos aí ... nós não tínhamos parceria nenhuma com a prefeitura, com nada” (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Em relação ao trabalho do CTA-ZM, o diagnóstico apontou questões relacionadas à conservação ambiental e a agrossilvicultura, elementos que estimularam a entidade inicial um trabalho com sistemas agroflorestais. A realização do diagnóstico também marca um momento importante nas ações do STR, que ampliou sua pauta passando a trabalhar questões referentes à saúde, medicina alternativa, reflorestamento, água, o programa de ensaio de milho⁹⁷, campo de sementes e informações sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb). Assim, o diagnóstico serviu de base para criação de comissões e linhas de

⁹⁷ De acordo com Cintrão (1996, p. 124), o programa de ensaio de milho crioulo tinha como objetivo selecionar as variedades antigas que se adaptavam melhor ao local, para que os agricultores que substituíram as suas sementes crioulas ou localmente adaptadas por sementes híbridas voltassem a produzir a sua própria semente. Inicialmente este programa começou a ser desenvolvido pelo CTA-ZM, a partir do pedido de agricultores, que queriam “aprender” como fazer a semente híbrida devido aos altos preços da semente. A partir daí o CTA-ZM iniciou discussões nas comunidades sobre o que era a semente híbrida e da relação de dependência dos agricultores em ter que comprar a semente. A proposta era fazer como era feito antes, ou seja, resgatar e produzir a própria semente e não depender mais da semente híbrida. Este relato não aponta uma data específica, mas as colheitas dos primeiros campos de ensaio de milho ocorreram em 1989. Um fato que chamou a atenção dos técnicos que foi a constatação de que algumas comunidades haviam preservado a sua própria semente, entre elas, a comunidade de Praia D’anta, em Araponga. A preocupação com o resgate das sementes crioulas não ficava restrita a Minas Gerais. Em 1991 o CTA-ZM se inseriu em uma articulação maior com outras ONGs ligadas à Rede PTA (principalmente do sul e sudeste do país), que vinham realizando trabalhos envolvendo resgate de variedades crioulas, através de uma articulação chamada “Rede Milho”. Em agosto de 1992, a entidade organizou o 1º Encontro Regional da Zona da Mata sobre Sementes na sede da entidade, em Viçosa. De acordo com a pesquisa realizada por Cintrão (1996), o programa de ensaio do milho foi considerado tanto pelos técnicos, como pelos agricultores, um dos programas realizados pelo CTA-ZM mais bem avaliados até o momento de sua pesquisa. No final de três anos, havia mais de 30 campos de ensaio de milho espalhados pelos municípios onde o CTA-ZM atuava.

atuação do sindicato. A partir do diagnóstico foram priorizados os seguintes problemas para serem trabalhados:

Quadro 2 - Priorização de problemas que foram identificados no Diagnóstico Rural Participativo de 1993 pelos agricultores

1º. Questão do Parque da Serra do Brigadeiro
2º. Enfraquecimento das terras
3º. Falta de terras
4º. Sementes: milho e outras
5º. Saúde

Fonte: FARIA, 1994 (apud MAFRA, 2006, p. 16).

A criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, cuja implementação estava prevista, mas que ainda não havia sido discutida com as comunidades rurais do município, ficou mais evidente com a realização do diagnóstico e passou a ser uma questão de prioridade a ser enfrentada pelo sindicato, como relata um ex-dirigente sindical:

A gente teve esse diagnóstico, na verdade poderia dizer diagnósticos, que não foi só um. Teve uma vez um diagnóstico participativo, que é onde que as pessoas começaram a fazer as reuniões para buscar qual que seria a área que o sindicato deveria estar trabalhando mesmo, qual que seria as responsabilidades. Então, era muito, foi um monte de coisas que apareceu, né? E aí teve que tentar trabalhar algumas linhas antes, né? Porque não tinha como o sindicato abraçar todas, né? Então apareceu muito no diagnóstico as questões de terras fracas, né? Foi uma das coisas que apareceu que o sindicato estava trabalhando em conjunto com esse negócio que as terras estavam fracas. E ao mesmo tempo, desse trabalho de terras fracas veio outra coisa que ficou um pouco meio querendo contradizer essas questões da terra fraca, que veio a outra proposta, se as terras estão fracas, e nós vamos fazer que essas terras fiquem fortes e vem aí o parque que toma essas terras nossas para quê? Qual o resultado desse trabalho nosso? Para que todo um trabalho para fortalecer a terra? Aí vem o Estado toma nossas terras? Nós ficamos sem nada. Aí veio à preocupação da gente procurar se informar, que a gente já ouvia falar dessas leis autorizativas do parque e que a gente tinha que buscar maior conhecimento dessas questões do parque. Aí começamos a correr atrás, né? Procurar informações de tudo quanto era órgão, como que era, como que estavam essas questões do parque (Entrevista Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia D'Anta, 2012).

Nesse processo, o CTA-ZM exerceu papel fundamental ao mobilizar e envolver os agricultores no processo de criação do parque. A criação do parque foi um processo longo e conflituoso, pois até 1993 os resultados dos estudos do meio físico para a criação desta unidade de conservação feitos pela empresa ENGEVIX não haviam sido discutidos com os moradores do entorno. Havia apenas os rumores de que os mesmos teriam suas terras desapropriadas. A proposta inicial de delimitação do parque era de 32.500 ha e todos os agricultores situados acima da cota 1000 m (acima do nível do mar) seriam retirados de suas propriedades. Após a finalização do diagnóstico começou um processo participativo de articulação para a criação e implementação do parque que envolveu os agricultores dos municípios envolvidos, o CTA-ZM, os STRs, a Fetaemg, a CPT e alguns professores da UFV. Em junho de 1994 foi realizada, na sede do CTA, em Viçosa, a primeira reunião com representantes das comunidades rurais do entorno do Parque, dos sindicatos de trabalhadores rurais de Araponga, Carangola, Ervália, Miradouro e Muriaé, Fetaemg, CPT, pesquisadores

da UEMG e da UFV, do CTA-ZM, representantes dos escritórios do IEF-MG, representantes de deputados estaduais e a prefeitura municipal de Miradouro (BONFIM, 2006; PRAÇA, 2009). Posteriormente, outras reuniões foram realizadas para definir os limites de demarcação do Pesb. Foi realizado um DRP abrangendo oito comunidades, em quatro municípios da Serra do Brigadeiro, para qualificar e quantificar os recursos e serviços utilizados pelas famílias dentro do parque e entorno. Para Bonfim (2006), o diagnóstico realizado em Araponga foi de fundamental importância para envolver os agricultores na criação do parque:

O DRP de Araponga marcou o início da participação social nas discussões sobre a criação e implantação do Pesb. A partir daí começou a mobilização para reverter os limites, pois havia muitas famílias acima de 1.000m de altitude. Nasce então, um processo de mobilização intenso a partir do CTA-ZM e STR de Araponga e que, posteriormente, foi ampliada com uma articulação envolvendo outros STRs da região, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Polo Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais) e alguns professores/as da UFV ligados aos Departamentos de Solos e de Educação (DPS e DPE, respectivamente), como estratégia para somar forças contra a proposta original de criação. Organizações religiosas também intercederam divulgando as informações nas comunidades (BONFIM, 2006, p. 40).

Como resultado desse processo participativo, a área total do parque foi estipulada em 13.210 mil hectares, uma área significativamente menor, portanto, do que a área originalmente prevista. Esta abrangência foi, contudo, posteriormente aumentada e com o Decreto nº. 44.191, de 28/12/2005, o parque passou para 14.984,2 mil hectares.

Na reunião de planejamento anual do sindicato, em 1994, foi tirada uma comissão de trabalho para as áreas de educação, saúde, terra forte⁹⁸, criação animal e o programa do milho. As comissões de criação animal e de sementes foram criadas e integradas ao programa do STR, adotando nomes semelhantes aos adotados pelo CTA em seus programas de intervenção. Na reunião seguinte volta a discussão sobre a criação do parque, fazendo-se referência aos relatos dos representantes que haviam participado da reunião da Câmara Municipal sobre a criação do parque, vinculados ao CTA-ZM e à UFV. O presidente do STR fala sobre as “pressões” que estão ocorrendo sobre os agricultores cujas unidades produtivas estavam localizadas dentro da área proposta inicialmente para a criação do parque, o que é lembrado no depoimento:

Aí junto com o sindicato, junto com o CTA, né? E aí não é a UFV, algumas pessoas da UFV, também acompanhou também, voltando essas questões de reuniões, discussões, dessa cota mil, né? E aí começou a fazer várias reuniões e apresentou todos àqueles dados que tinham tantas pessoas dentro dessa área, e que certas pessoas fossem expulsas de suas terras, né? Aquela situação toda, onde é que ia? Então foi isso... e os próprios proprietários que estivemos com eles também, né? Eles não aceitavam estar se deslocando das suas raízes, vamos dizer; e com isso foi que teve... conseguiu essas mudanças, que mobilizou outros sindicatos em volta, dos municípios que seriam atingidos. Isso. Fez toda essa mobilização que conseguiu criar para todo mundo, assim, todo mundo é a favor do parque, não com essa questão da cota mil. Aí que se criou o parque sem essa questão de cotas, levando em

⁹⁸ Foi identificado pelo DRP realizado em 1993 que um dos problemas enfrentados pelos agricultores era que as terras estavam fracas, devido ao uso de adubos químicos e agrotóxicos, sobretudo nas lavouras de café. Assim, escolheram uma comissão no STR para trabalhar este problema que seria terra forte.

considerações as pessoas, né? Que estavam ali dentro dessas áreas (entrevista Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia D'anta, 2012).

No seu depoimento, o agricultor remarca a participação de algumas pessoas ligadas à UFV, mas que não participavam dessa mobilização representando institucionalmente a universidade, pois existiam apenas alguns professores que trabalhavam em parceria com o CTA-ZM e as organizações de agricultores, com envolvimento de alguns departamentos, mais diretamente, dos Departamentos de Solos e Educação, mas não do conjunto da universidade como instituição. Assim, a criação do parque mobilizou o CTA-ZM e demais entidades parceiras no envolvimento dos agricultores que seriam diretamente afetados. Os sindicatos do entorno desenvolveram um trabalho contínuo de conscientização e reivindicação pela participação nas decisões que seriam tomadas em relação ao parque. Havia, desta forma, dois oponentes principais neste processo: os agricultores familiares que desejavam preservar suas terras e, em oposição, o Estado, que desejava desapropriar parte das terras. Esse processo de mobilização seria mais demorado, ou mesmo impossível de ocorrer, de forma a viabilizar a participação dos agricultores do entorno, caso não houvesse o trabalho de assessoria desenvolvido pelo CTA-ZM. Este período demandou por parte do sindicato um trabalho de mobilização cotidiana em torno da questão do parque, além das atividades de rotina e de uma série de tarefas cuja realização havia sido definida pelo diagnóstico:

Muito trabalho relacionado a isso. E aí continuou também, esse trabalho... com essas discussões e continuou os trabalhos de fortalecimento de terra, análise de terra, agricultura... ainda continua fazendo esses trabalhos e os trabalhos da previdência continua, legalização de documentos de terra... Era o sindicato que chamava as pessoas, as pessoas do sindicato que vão puxando, que vão oferecendo este trabalho todo. Não foi fácil, né? Foi muito difícil, momentos de agonia mesmo, que discutia com essas pessoas, que muitas das vezes estava só lá dentro nos gabinetes, deles lá, só ditando as coisas, sem conhecer a realidade, foi muito difícil, mas a gente conseguiu fazer (entrevista Adauto Lemos, agricultor familiar, Praia D'anta, 2012).

Em 1995, começaram a discutir no sindicato a proposta de criação de uma associação, a constituição de uma escola família agrícola e temas diversos ligados à produção, como horta comunitária, agrossilvicultura, milho e a utilização de leguminosas como adubos verdes. Além dos usuais temas referentes ao cotidiano do sindicato, como questões trabalhistas e previdenciárias. Estes aparecem, no entanto, com menos frequência como pontos de pauta dos anos seguintes, provavelmente em função do surgimento de outras demandas e pelo trabalho cotidiano já estar mais organizado. Entre 1994 e 1995 o sindicato passou também a organizar os agricultores para que fizessem pedidos coletivos de instalação de energia elétrica em suas propriedades. Em 1996, com a criação do Pronaf, o sindicato já começa a tentar o acesso a esta política pública, que passa a ser referenciada nas reuniões. No mesmo ano, um ex-dirigente sindical lembra que ficaram sabendo do Pronaf por meio do sindicato, pois “através do sindicato se recebia este tipo de informação” (entrevista Pedro Lemos, agricultor, 2012), visto que o sindicato era filiado a uma entidade superior, no caso a Fetaemg, onde circulavam estas notícias. Ele afirma que quem chegou para “instalar” o Pronaf foram a Emater e o Banco do Brasil, em 1997, mas que eles, enquanto sindicato, também exerceram uma pressão para que o Banco do Brasil procurasse a Emater para que o Pronaf começasse a ser implementado no município:

Passar para eles as informações e a gente começou... não que o Banco não procurasse a Emater, a gente que descobriu que realmente queria fazer políticas públicas, tá envolvendo com políticas públicas através das

organizações que a gente representava ali do estado federal e a gente começou a fazer essa pressão (entrevista Pedro Lemos, agricultor familiar, São Joaquim, 2012).

O ex-dirigente sindical lembra que foram muitas as discussões para que os agricultores pudessem acessar o Pronaf no município. Essa pressão exercida pelo sindicato junto ao banco fez com que, finalmente, o programa começasse a ser implementado. Nos dois primeiros anos, a Emater emitia a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Essa mesma liderança relembra, ainda, que houve mudança na lei e que o técnico da Emater fazia a DAP com as informações do agricultor e a Emater e o STR assinavam a declaração. O agricultor não lembra com exatidão, mas acha que as duas entidades assinaram a DAP juntas por seis ou nove anos e, após esse tempo, mais uma vez, deixou de ser obrigatório que as duas entidades assinassem a DAP. O ex-dirigente sindical relembra que:

[...] os trabalhadores passaram a ser mais orientados e documentados, o sindicato se preocupou mais em estar legalizando a documentação do trabalhador. [Para ele conseguir emitir a DAP?] Isso. Aí ele não dependia do sindicato, trabalhou muito a documentação. Porque o trabalhador dependia que a gente assinasse mais a Emater? Que era tão irregular a documentação deles que tinha que ter tudo umas identidades representativas com ele no banco, ele tem acesso ao recurso. Como ele passou a escritura certinha, tem o vínculo do STR direitinho, as declarações de produtor rural, provar a renda dele, sabe? Facilitou (entrevista Pedro Lemos, agricultor familiar, São Joaquim, 2012).

Na época os agricultores, de acordo com esse depoimento, para conseguirem acessar o Pronaf, precisavam, de certa forma, ter o sindicato como um “avalista”, pois só assim conseguiriam que o empréstimo fosse liberado pelo banco. O sindicato passa, então, a ter um papel relevante no acesso as políticas públicas direcionadas aos agricultores no município. O agricultor acha que o que facilitou muito nos últimos anos, além da alteração da lei e não precisar mais das duas assinaturas foi a forma como a Emater passou a receber os agricultores familiares, pois é mais acessível, embora, avalie que o técnico da Emater local fica muito sobrecarregado e às vezes não consegue tempo para atender toda a demanda:

[...] alterou algumas coisas nas leis do Pronaf, sabe? E ficou tão bem trabalhada a questão do Pronaf que passou a não necessitar mais, sabe? As próprias Emateres ficaram mais acessíveis, a própria Emater já dava a formação dos técnicos que era um pouco diferente daquelas do passado, a chefia da Emater mudou muito a percepção das coisas, sabe? Com a gente [Emater e STR] foi abraçar mais as questões familiares, sabe? (entrevista Pedro Lima, agricultor familiar, São Joaquim, 2012).

Como veremos mais adiante, o atendimento da Emater divide opiniões entre os agricultores, mas de forma geral tem avaliação positiva pelos representantes das organizações que, em grande parte, se relacionam com a empresa pública de assistência técnica de forma amistosa. Mas, como mostra este depoimento, esta boa avaliação sofreu alterações ao longo do tempo e boa parte se deve a mudanças na concepção de público a ser atendido pela empresa, que nos últimos anos, em virtude também do Pronaf, tem o agricultor familiar como público alvo da nova política de assistência técnica e extensão rural para o campo. Ao mesmo tempo, a maior disponibilidade e facilidade de acesso ao crédito também contribui para a melhoria do atendimento. Os depoimentos desta liderança demonstram, desta forma, a interface de uma política pública e a sua implementação no município, com os entraves

burocráticos das agências estatais, o empenho do sindicato e dos agricultores para que a política seja implementada, os ajustes que são feitos para a emissão de documentos e na mudança do próprio tratamento dispensado pelos representantes dos órgãos governamentais aos agricultores.

Neste período podemos atribuir importantes realizações ao STR de Araponga, que contou, de uma forma muito efetiva, com a assessoria do CTA-ZM. Vale destacar, em primeiro lugar, o interesse do sindicato e de suas lideranças em realizar um diagnóstico para definir um planejamento. Esse esforço possibilitou uma melhor organização de suas funções mais burocráticas e a criação de comissões de trabalho, que foram tiradas a partir da realização do diagnóstico, como o trabalho de fortalecimento da terra, análise da terra, sementes, saúde e educação. Um segundo elemento a ser valorizado diz respeito ao envolvimento do sindicato nas discussões referentes à criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com a mobilização e a organização dos agricultores envolvidos. Chama atenção, em terceiro lugar, o trabalho de articulação desenvolvido pelo STR para que o Pronaf chegassem ao município, o que fez com que a organização se tornasse um importante mediador entre os agricultores e as políticas públicas do governo federal dirigidas à agricultura familiar, fazendo a conexão entre o local e as instituições públicas (Wolf, [1956]).

2.3 A emergência de novas organizações de agricultores, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o acesso a projetos via Território da Serra do Brigadeiro (Ampliação 1998-2008)

Como vimos no capítulo anterior, a partir do diagnóstico realizado em 1993 o STR de Araponga ampliou sua agenda de trabalho, criando comissões temáticas, envolvendo-se de forma decisiva no processo de criação do Pesb e trabalhando pela implementação do Pronaf no município. O terceiro período identificado pela pesquisa como parte desse processo histórico de organização social e política dos agricultores em Araponga estende-se por aproximadamente uma década, de 1998 a 2008, sendo, aqui, denominado de *Ampliação*. Essa fase foi marcada pela criação de novas organizações de agricultores no município e pelo surgimento de novas políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da agricultura familiar. Foram instituídos os conselhos municipais, uma escola família agrícola e instituído o Território da Serra do Brigadeiro. Como resultado da ampliação do tecido associativo construído pelas CEBs e expandido com a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, foram criadas a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), em 1998, e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), em 2004, que passou a se vincular ao sistema Cresol em abril de 2013. Foi também oficializada a Associação Escola Família Agrícola – Puris, que deu origem a Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris).

Foi realizado, nessa fase, um novo diagnóstico que resultou na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araponga, com a posterior criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município, em 2001. A criação de conselhos municipais surge como o resultado de mudanças institucionais do governo federal, inicialmente com a criação de mecanismos de descentralização e participação popular, previstos pela Constituição de 1988 e, posteriormente, com o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural como um campo de atuação do Estado, a partir de meados da década de 1990. Como resultado das reformulações ocorridas no âmbito das políticas dirigidas à agricultura familiar a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva, a linha de financiamento Pronaf Infraestrutura e Serviços, que já existia desde a criação do Pronaf, passou a ser implementada no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento

Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e, através dela, foram financiados vários investimentos definidos como sendo de interesse do Território. Desta forma, ganha relevância, portanto, a referência ao território como um espaço de organização e negociação política e de participação na implantação de políticas públicas. Nessa nova conjuntura, e como o resultado de um esforço conjunto de articulação, um conjunto de municípios situados na porção norte da Zona da Mata mineira, área onde também foi implantado o Pesb, passou a ser reconhecido como Território da Serra do Brigadeiro. A criação deste território, através do Pronat, viabilizou uma série de investimentos como, por exemplo, a construção da sede da EFA-Puris em 2008, alguns projetos posteriores de ampliação e melhoria da infraestrutura da escola, a construção das sedes da AFA e da Ecosol, o financiamento de equipamentos para a AFA, entre outras ações.

Nessa fase, outras organizações associativas foram criadas no município como a AFA. Essa organização, que começou a ser pensada nas reuniões do STR, em 1995, foi criada finalmente em agosto de 1998, portanto, após a criação do Pronaf. A AFA nasceu da vontade dos agricultores de terem um espaço próprio onde fosse discutido o tema da comercialização dos produtos agrícolas. Como relembra um agricultor, (entrevista Paulo Santos, agricultor, Serra, 2012) sócio do STR, e que participou das discussões relacionadas à criação da AFA, com o aumento do crédito para os agricultores por meio do Pronaf e com o aumento da produção, os agricultores começaram a pensar em criar uma associação. Com a criação de uma associação também seria possível acessar projetos para a compra de máquinas para a limpeza de café e feijão, entre outras necessidades.

Assim, por meio de um projeto da Cáritas⁹⁹, viabilizado através da mediação do CTA-ZM, foi possível estruturar o mercado da AFA com prateleiras, congelador e outros bens móveis e, como já foi apontado anteriormente, outros projetos de apoio também foram obtidos por meio do Território da Serra do Brigadeiro. No início, a associação comercializou produtos repassados por seus associados (mel, própolis, mudas, café) e buscou organizar a compra em conjunto de calcário e adubo. De acordo com a ata da reunião de avaliação de seu primeiro ano (ata da AFA de 03/10/99), e com base em uma entrevista realizada com um dos sócios e ex-diretor da associação, no primeiro ano o trabalho “ficou desordenado”. Buscou-se, no entanto, nesse período, melhorar a organização do trabalho da associação com encaminhamentos importantes relacionados à formação de núcleos nas comunidades no município, à procura e compra de terreno para o funcionamento da associação e à participação em feiras da agricultura familiar. Como associação, os agricultores vinculados à AFA participaram da Feira Nacional da Agricultura Familiar em Brasília, que ocorreu entre 29/09/2005 e 03/10/2005, e de outros espaços de discussão e organização das associações de agricultores familiares, com a participação em cursos promovidos pelo CTA-ZM e em encontros regionais da Associação Regional e do movimento de economia solidária, com o objetivo de fortalecer o trabalho da associação.

Entre os principais problemas encontrados na organização da associação destacavam-se a falta de produtos para a comercialização e o número reduzido de participantes, desafios que se mantêm até hoje. Na medida em que associação se deparava com essas dificuldades, ficou decidido que a mesma passaria a comercializar o que fosse

⁹⁹ De acordo com o portal da entidade: “A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 178 entidades-membro, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas”. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

possível, surgindo também a proposta de criação de núcleos nas comunidades, de acordo com os interesses dos participantes. Ainda hoje é possível encontrar no mercadinho da AFA, além do café, mel, própolis, alguns tipos de frutas, verduras e legumes.

De acordo com o seu estatuto, a AFA, no seu artigo 1º, se define como “sendo uma entidade organizada para fins não econômicos de abrangência municipal, com prazo de duração indeterminado, composta por agricultores e agricultoras familiares, proprietários/ou não ...”. O que chama atenção em seu artigo 1º é a identificação como *agricultores familiares*. Ao contrário do STR, criado em um momento em que a referência ao *agricultor familiar* ainda não havia sido incorporada às políticas públicas e em que, a categoria oficialmente reconhecida pelo movimento sindical e pela legislação era a categoria *trabalhadores rurais*, a AFA já parece fazer parte de um novo conjunto de organizações constituídas sob a égide da categoria *agricultor familiar*. Desde a sua criação, a AFA passou por uma mudança em seu estatuto, devido à aprovação do novo Código Civil, lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005. No Artigo 1º de seu estatuto, a associação passa de *entidade civil sem fins lucrativos* para *entidade organizada para fins não econômicos*. Essa mudança gerou certa confusão entre as associações, mas em termos práticos, a associação continua a não poder obter lucro, pode comercializar produtos e, caso haja sobras de recursos, às mesmas deverão ser revertidas para os objetivos fins da associação (TOZZINI; BERGER, 2003).

O quadro de sócios fundadores da AFA é composto por 25 pessoas, sendo que 22 delas compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, o que equivale a 88%, e, deste total, 18 pessoas têm algum tipo de relação de parentesco, o equivalente a 72% do seu quadro de sócios fundadores. Podemos aferir que este número alto em relação aos que participaram da *Conquista de Terras em Conjunto*, confirma o desejo destes agricultores em criar uma associação para se discutir o tema da comercialização e o acesso ao crédito. Com base na lista de pessoas que compõem a diretoria, percebe-se que a AFA possui em seu quadro de sócios, além dos principais criadores da *Conquista de Terras em Conjunto* e do STR, alguns filhos que compraram terra desse modo, pessoas que entraram na conquista nos anos seguintes e algumas poucas mulheres. Estas também fazem parte da *Conquista de Terras em Conjunto*, sendo filhas e esposas desses agricultores. Do total de 25 sócios, apenas três são mulheres.

Embora a associação ainda encontre desafios para o seu funcionamento efetivo, vem sendo objeto, desde 2010, de reformulações e esforços para se reorganizar enquanto associação, tendo conseguido organizar um grupo de agricultores para concorrer ao edital de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Assim, alguns agricultores passam a integrar, como fornecedores, o programa do governo federal que garante a compra, com dispensa de licitação, de produtos oriundos da agricultura familiar para as escolas públicas, o Pnae. Esse tipo de aquisição começou a ser implantado em Araponga em 2009. Desta forma, a AFA com o auxílio do STR, buscou viabilizar o acesso dos agricultores de Araponga a uma nova política pública. Cabe observar, no entanto, que os resultados ainda são tímidos, pois, apenas 18 famílias fornecem alimentos para o Pnae. De acordo com a organizadora do Pnae na AFA, ainda haveria recursos disponíveis, no orçamento da Prefeitura, para que mais agricultores pudessem fornecer para o programa.

No início de 2014, a AFA contava com 94 associados, mas como parte de um esforço de reorganização da entidade, em assembleia realizada em maio de 2014 foram excluídos 54 associados que não participavam efetivamente da associação e incluídos 14 novos sócios. A organização conta, atualmente, com 54 associados. Contudo, um dos sócios atuais, afirmou que os interessados poderão se candidatar para se associarem novamente. O objetivo maior é o de saber, de fato, quem deseja participar efetivamente da associação.

Neste interim, entre a criação de uma organização e outra, e um pouco antes da criação da Ecosol, em 2004, no ano de 2000, o CTA-ZM e o STR, que já trabalhavam em conjunto desde o tempo em que os agricultores se organizavam para fundar o sindicato, foram

convidados pela prefeitura da época (prefeito por dois mandatos Paulo Miranda de 1997 a 2004¹⁰⁰) para elaborar um novo diagnóstico que gerasse subsídios para a formulação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Assim, foi através da realização deste plano de desenvolvimento rural para o município que a parceria com o poder público começou a ser construída:

Em 2001, já em meio a novas regras de convivência entre os atores e em um novo patamar de confiança entre as organizações, a prefeitura municipal convidou o STR e o CTA para, juntos, planejarem as ações voltadas para o desenvolvimento rural. O mecanismo que facilitou a relação entre os agentes foi a criação de uma comissão executiva, de caráter participativo, que ficaria responsável pela realização de um diagnóstico municipal e pela construção participativa de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Uma vez concluído o plano, a estratégia seguinte foi a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), com a participação de representantes das comunidades rurais, STR, CTA, prefeitura municipal e órgãos da administração estadual, como por exemplo, a empresa estadual de Extensão Rural (Emater) (DIAS; FLORISBELO, 2004a, p. 30).

Com a criação do Pronaf Infraestrutura e Serviços para os municípios, em 1996, por parte do Governo Federal, os municípios que quisessem pleitear recursos teriam que ter um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), ou seja, promover a elaboração do plano, empossar o conselho municipal que aprovaria o plano. Segundo Abramovay e Veiga (1997), o PMDR pode ser compreendido como um documento oficial do município, que deve ajudar na obtenção de recursos necessários à implementação de ações orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar, mesmo as não contempladas pelo Pronaf e deve ser elaborado com ampla participação dos agricultores familiares. Avaliações e estudo posterior sobre a efetiva participação dos agricultores na elaboração dos planos e na formação e implantação dos conselhos municipais obtiveram resultados diversos pelo Brasil, desde os municípios que conseguiram a efetiva participação das organizações de agricultores e demais organizações que por ventura existissem nos municípios, e outros que não conseguiram romper com o poder vigente e a correlação de forças nos pequenos municípios (SCHNEIDER; SILVA e MARQUES, 2009).

Em Araponga, o PMDR, construído no ano de 2000, levou oito meses para ser elaborado. A realização do diagnóstico contou com a participação dos agricultores do município, que foi dividido em oito setores. Em cada setor foi realizada uma reunião para conhecer os principais problemas e os desejos das comunidades. Depois dessa primeira etapa, outra reunião foi realizada em cada um dos setores para que as comunidades apontassem suas potencialidades, processo que culminou na elaboração do plano que organizou um conjunto de prioridades, com propostas agrupadas nos seguintes temas: saúde, educação e lazer, agricultura, meio ambiente e infraestrutura. Cada setor era representado por uma mulher, um homem e um jovem. A equipe que trabalhou na realização do plano foi composta por representantes de diversas entidades governamentais e não governamentais como o STR, a AFA, o CTA-ZM, a Emater, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Zona da Mata (Epamig-ZM) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Os principais problemas apontados foram a ausência de política agrícola e agrária e o uso de agrotóxicos nas lavouras. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural de Araponga e a posse do Conselho

¹⁰⁰ A liderança de CEBs e sindical que participou de uma eleição foi vice-prefeito no ano de 2005 a 2008. O prefeito era Francisco Viana, que foi chefe de gabinete no segundo mandato de Paulo Miranda.

Municipal de desenvolvimento Rural contaram com o envolvimento da população e de organizações parceiras (ou parte delas), que já haviam participado de um diagnóstico anteriormente e estavam engajadas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, ou seja, a realização de um plano de desenvolvimento no caso de Araponga encontrou ambiente favorável para a sua efetivação. Também era interesse da prefeitura realizar o plano e empossar o Conselho, pois assim o município poderia receber recursos para investimento em infraestrutura do Governo Federal.

Após a realização do Plano foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com caráter consultivo, de orientação e deliberativo. O conselho foi criado para ter funcionamento permanente e possuir 31 conselheiros, dentre os quais, um representante do STR de Araponga, um da AFA e 16 representantes dos agricultores familiares de Araponga. Assim como no diagnóstico, em 1994, e no processo de mobilização para a criação do parque, o diagnóstico para a realização do Plano de Desenvolvimento Rural fez com que os agricultores ligados ao STR de Araponga mantivessem com o CTA-ZM uma relação de trabalho e muita afinidade, participando ativamente das instâncias decisórias da instituição, como conselho, diretoria, mas também, dos programas e atividades desenvolvidos pela entidade. Após a posse do conselho a prefeitura promoveu algumas ações para solucionar problemas identificados no plano incluindo: supervisora nas escolas; atendimento 24 horas no posto de saúde; construção de três quadras de esportes; mais cascalhamento das estradas na zona rural e a continuação do projeto de educação ambiental.

Outro importante programa que foi acessado em Araponga foi o Pronat, que permitiu, como já observado, o acesso a recursos para demandas antigas das organizações de agricultores. Para o município, foram aprovados outros projetos, para a compra de máquinas e a construção da sede do Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), uma ONG criada em 2003 que trabalha com o resgate identitário da Serra do Brigadeiro, a cultura Puri, a promoção do turismo de base comunitária e o artesanato local.

Com a instituição do Pronat, em 2003, pelo Governo Federal, cuja operacionalização foi iniciada em 2004, os municípios da região norte da Zona da Mata mineira foram indicados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedrs) para serem reconhecidos como território, que recebeu o nome de Território da Serra do Brigadeiro (TSB). No governo Luis Inácio Lula da Silva foi criada, no âmbito do MDA, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), tendo à frente, como secretário, Humberto Oliveira, dando-se início ao processo de construção de uma política de desenvolvimento territorial. Observa-se que a temática do desenvolvimento territorial rural já vinha sendo debatida, no âmbito do MDA, em diálogo com alguns setores da academia, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Em Minas Gerais, foi contatado um técnico do CTA-ZM, momento em que a entidade passou a tomar conhecimento da nova política pública que estava sendo construída pelo Governo Federal, como relembra um técnico do CTA-ZM:

E aí através de um telefonema do pessoal da AS-PTA que deu o toque de que estava se formando essa rede e se vocês tem interesse em participar. Aí na época ia ter uma reunião em Brasília para discutir esse negócio de desenvolvimento territorial que a gente não sabia o que era que a gente não tinha ideia disso. Na época eu era a pessoa dentro do CTA que era responsável pelo programa da Serra do Brigadeiro, eu acompanhava o Conselho do Parque do Brigadeiro então eu estava à frente dessa discussão. E aí a gente falou que tem interesse então tá, ai tem interesse deu o nome lá para o pessoal da SDT. Então convidaram eu, formalmente, para participar, que não foi nem o CTA, convidou a pessoa, era uma rede de pessoas ligadas à associação. Eu fui participar lá em Brasília no início de 2003, foi então que eu vi o que estava sendo montado de programa de desenvolvimento

territorial, o que era aquilo, e vi naquilo uma oportunidade imensa para a região. Aí voltei e trouxe aqui para o espaço de discussão do CTA, de equipe, o espaço de discussão de estratégias que a gente avaliou que era uma grande oportunidade que a gente deveria mobilizar a região para construir uma proposta, e aí a gente articulou com os nossos parceiros, com os sindicatos todos, uma reunião aqui em Viçosa, a gente percebeu desde o início que não dava para fazer isso só enquanto as organizações como isso vinha de uma política pública federal e que ela vinha nessa condição de articular parcerias entre poder público e tal a gente tentou manter aqui a Emater, algumas prefeituras que poderia dar esse apoio e tinha a EPAMIG também e fez essa reunião, mobilizando aí um bom número de sindicatos, algumas prefeituras que já tinha alguma afinidade, a Emater regional de Viçosa e a EPAMIG regional de Viçosa (entrevista Gilson Fialho, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

Neste depoimento percebe-se como se torna importante a existência de uma rede de contatos e articulação política envolvendo as ONGs, pessoas que integram o governo, mas também as organizações de agricultores, neste caso, os sindicatos que participavam do conselho do parque, entre eles Araponga, e que tinham uma relação de trabalho em conjunto com o CTA-ZM. De acordo com esse mesmo depoimento foram realizadas outras reuniões até que se conseguisse enviar uma proposta coletiva de criação do território, o que não foi feito sem conflitos e tensões, pois havia na época uma divisão no movimento sindical da região, o que significava aglutinar polos opostos para formular uma proposta comum, mas também havia demandas de outras partes interessadas, incluindo, de um lado, o poder público e, de outro as associações, as cooperativas e os sindicatos. Como relembra o técnico, essa foi à parte mais difícil do processo, ou seja, mediar um campo em conflito com interesses diversos:

[...] mas aí vinha algumas prefeituras com as propostas mais loucas possíveis, você tinha sindicatos, associações, cooperativas com demandas históricas de projetos, demandas reprimidas muito tempo doidas para achar uma beirada para colocar, obter um financiamento, isso tudo com a construção de uma nova política no meio disso, então foi uma coisa extremamente difícil de ministrar, o CTA esteve na mediação disso, mas era muito difícil mediar porque a gente também era parte interessada, porque a gente tinha parceria forte com alguns sindicatos e não tinha com outros, quando teve [...] isso nos colocou contra outros, então a gente também não era um mediador assim muito em condições de mediar. O principal lado do CTA sempre foi o lado dos trabalhadores em relação a disputas com o poder público, a gente ficaria no lado dos agricultores, mas os agricultores estavam divididos, ficava difícil mediar [...] (entrevista Gilson Fialho, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

De acordo com este depoimento, a implementação de uma nova política pública exigiu primeiro um arranjo no campo político, que pode ser compreendido como um campo de forças e um campo de lutas onde ocorre divergências entre as partes interessadas (BOURDIEU, 2010). Assim, a implementação de uma política pública, na grande maioria das vezes, tem interesses conflitantes entre diferentes atores, relações de poder e divergências que precisam ser superados para que a política possa ser implementada, pois a implementação da política encontra uma realidade heterogênea com atores quase que sempre em conflito e que estão inseridos em diferentes redes de relações (LONG, 2001). De acordo com o técnico, após acordos entre as partes envolvidas, com base em uma proposta apresentada pelo CTA-ZM em

uma assembleia na sede da entidade em Viçosa, finalmente, conseguiram aprovar o primeiro projeto para o Pronat, que envolveu a participação de oito municípios.

Para Araponga foi aprovado o maior volume de recursos. Isto se deve, em boa medida, à sua organização que foi sendo fortalecida nos últimos anos, pois os agricultores representantes que participaram do conselho do território já tinham projetos que aguardavam verbas para a sua execução, como a construção da EFA-Puris, a construção da sede da Ecosol, em 2004, e a construção da Casa de Cultura pelo Cepec. De acordo com Freitas, Freitas e Dias (2012), o montante de recursos que foi alocado aos municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro alcançou cerca de 4,8 milhões de reais em projetos de investimento, entre os anos de 2003 e 2010. No total de nove municípios, Araponga e Miradouro foram os municípios que receberam o maior volume de recursos para o território, tendo Araponga recebido 29,12% dos recursos (R\$ 1.391.902,42), Miradouro 21,78% (R\$ 1.040.700,45), seguido por Rosário de Limeira 12,82% (R\$ 612.777,00), Ervália 11,45% (R\$ 547.084,73) e o restante dos recursos dividido para os cinco municípios restantes com menos de 9% cada.

Desta forma, dentro do âmbito do parque, depois de criado o território, foi instituído em 2004 um fórum de gestão provisório com a criação da Comissão de Implementação de Ações Territoriais (Ciat) formada por oito organizações, quatro do poder público e quatro de representantes da sociedade civil, entre as quais o CTA-ZM. Posteriormente a criação do Ciat, foi instituído o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) que é a instância deliberativa máxima do território possuindo 37 membros representantes de organizações públicas, ONGs, prefeituras, organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, além de comunidades do entorno da área de preservação (FREITAS, 2011). A proximidade dessas diferentes organizações sociais com o poder público pode ser atribuída a dois fatores. Primeiramente, a todo um histórico de participação e envolvimento dos agricultores e entidades parceiras desde a criação do STR, um tecido organizacional que foi sendo ampliando ao longo dos anos dentro e fora do município, através do movimento sindical, das ONGs e da articulação com representantes no governo. A discussão sobre a criação do parque estadual, a realização de diagnósticos por parte do CTA-ZM e STR, mas igualmente, as demandas geradas pelo Governo Federal, tendo em vista a criação de conselhos municipais como requisito básico para o acesso ao Pronaf Infraestrutura, permitiram que as organizações de agricultores e a organização não governamental pudessem estabelecer um diálogo para que fosse possível acessar os recursos disponíveis pelo Governo Federal. Neste sentido, as interfaces estabelecidas entre o poder público, as organizações e a política pública encontraram, neste momento, ambiente mais favorável para a sua implementação em relação ao município de Araponga, que como vimos não foi totalmente livre de conflitos entre os demais municípios que compõem o território.

Assim, outra instituição criada pelos agricultores foi a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol)¹⁰¹, em 2004, que passou para o sistema Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária¹⁰²) em abril de 2013. Com a

¹⁰¹ De acordo com a lei nº 5.764/1971, como categoria, as cooperativas podem ser singulares (1º grau), que são formadas por no mínimo 20 cooperados; podem ser centrais ou federações de cooperativas (2º grau), constituídas por no mínimo três cooperativas singulares; e podem ser confederações de cooperativas, que são formadas por no mínimo três cooperativas centrais ou federações de cooperativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 13 de out. 2014.

¹⁰² Segundo Freitas e Freitas (2013), o sistema Cresol é o mais antigo e consolidado no campo solidário, primeiro com atuação no Sul do país, se expande para outras regiões do Brasil. Com apoio institucional da Ancosol (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária), do Bacen (Banco Central) e do MDA, o sistema Cresol se expande para o sudeste com a proposta de criação de uma cooperativa central, integrando principalmente o sistema Creditag (MG), que ainda estava desvinculado de uma

integração ao sistema Cresol, a cooperativa de Araponga passa a acessar uma maior carta de crédito, possibilitando o aumento do patrimônio, taxa de juros mais baixa e a possibilidade de administrar o Pronaf e o PAA no município. A Ecosol chegou à Zona da Mata por meio da assessoria da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) criada em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Unitrabalho (Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Diees). O sistema Ecosol, desta forma, surge por meio da CUT que adota uma política de fomento ao crédito para os trabalhadores que começa a ser implementada pela ADS. Na Zona da Mata a ideia de se criar cooperativas de crédito vai aos poucos sendo discutida no movimento sindical. De acordo com Silva (2010), uma maior difusão e encaminhamentos sobre a proposta de se criar cooperativas na Zona da Mata surge em 2001, com a realização de um encontro regional realizado em Espera Feliz e mais 16 STRs da região por meio da mediação do CTA-ZM. Depois de várias reuniões e discussões entre os sindicatos foi decidido fundar as primeiras cooperativas em Araponga e Espera Feliz. De acordo com Freitas (2011), como este último município já tinha uma cooperativa ligada a outro sistema, o Banco Central não aprovou a escolha deste município, assim, outra cidade escolhida passa a ser a de Tombos. Entre a mobilização inicial e a fundação das cooperativas, Araponga em 2004, e Tombos em 2005, as lideranças sindicais escolhidas para coordenarem as cooperativas participam de cursos promovidos pela ADS e de intercâmbios nas cooperativas do sistema Cresol em Santa Catarina (FREITAS, 2011). Desta forma, em novembro de 2004, a cooperativa foi oficialmente criada e abrindo as portas de fato em janeiro de 2005.

Em Araponga, o processo de discussão sobre a criação de uma cooperativa, de acordo com um de seus coordenadores, aconteceu com muitas reuniões e esclarecimento sobre o que era uma cooperativa, suas finalidades e benefícios, pois no município quase “ninguém conhecia, a região nossa aqui não é tradicionalmente de cooperativismo, como é o Sul, vamos dizer assim, não tem a cultura cooperativista”, outro fator, foi que os mais antigos não queriam trabalhar com burocracia, “falou em burocracia eles travam”, ou seja, o que fosse necessário para se criar uma cooperativa (entrevista João Maia, Sede, Araponga, 2012). Mas aos poucos as dúvidas foram sendo sanadas e as pessoas mais interessadas e que participaram das capacitações promovidas pela ADS começaram o processo de criação.

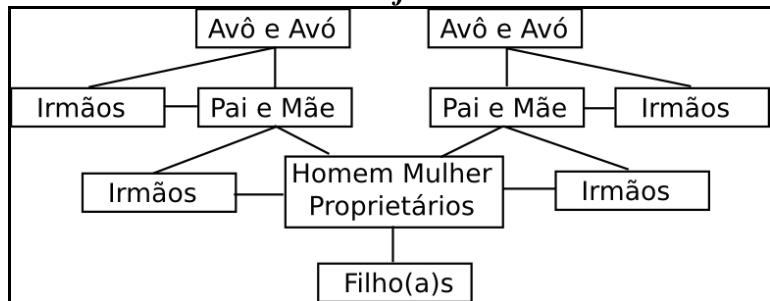
A composição do quadro de sócios fundadores da Ecosol se mostra um pouco menos densa do que a da AFA, pois dos seus 31 sócios fundadores, 19 pessoas têm alguma relação de parentesco entre si, o que equivale a 61,2% dos sócios fundadores. Do total de 31 sócios, 21 são do grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*, o que corresponde a 67,7%. Em relação ao gênero, a Ecosol se mostra pouco mais diversificada que as demais organizações, do seu total de 31 sócios, nove são mulheres. A cooperativa conta atualmente com 746 cooperados.

A seguir apresenta-se três sociogramas que representam a composição da rede de agricultores que participaram da *Conquista de Terras em Conjunto* e da composição do quadro de sócios fundadores das três organizações. O primeiro sociograma foi elaborado para a dissertação de mestrado e é importante apresentá-lo para uma melhor compreensão sobre a composição das organizações, pois na *Conquista de Terras em Conjunto* a rede se mostrou particularmente densa, centrada nas relações de parentesco (88%), mas que vem se diluindo na composição das organizações de agricultores que foram sendo criadas. Ademais, é importante descrever sua criação para que fique mais claro como foram elaborados os demais sociogramas para a pesquisa do doutorado, pois utilizamos uma parcela dos dados referentes a este banco de dados.

central e despertando, assim, o interesse do sistema Ecosol que buscava a efetivação de convênios para ampliação do seu portfólio de serviços financeiros.

O Sociograma 1, *Redes de Relações dos participantes da Conquista de Terras em Conjunto até 2005*¹⁰³, foi elaborado em 2005, envolvendo um universo de 79 famílias (CAMPOS, 2006). A rede de relações da experiência foi organizada a partir de egos previamente definidos, que são os três irmãos que criaram a experiência, permitindo, assim, a construção dos sociogramas. No questionário aplicado para as 79 famílias, um bloco de perguntas era referente à composição familiar dos entrevistados, buscando esclarecer quem eram os pais, os irmãos e os avós, do homem e da mulher, sendo possível, desta forma, saber quem são os tios, primos (as) e cunhados e assim, traçar uma rede de parentesco ampla dos donos de terra¹⁰⁴:

Figura 3 – Graus de parentesco dos participantes da *Conquista de Terras em Conjunto*



Fonte: elaboração autora.

Como veremos no próximo sociograma todos os donos de terra da *Conquista* são representados em vermelho, sejam homens ou mulheres. Os que estão em branco são os genitores(as) que não possuem terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, mas que são indispensáveis para a representação das pontes entre as famílias nucleares na construção do sociograma. As mulheres são representadas por círculos e os homens por quadrados; os laços de filiação são representados pela linha preta com a seta ligando pai e filho(a). Optamos por iniciar as linhas de filiação pelo pai e não pela mãe, por causa dos nomes de família, pois ainda é bastante comum muitas mulheres adotarem os sobrenomes dos maridos após o casamento. Os casamentos são representados pela linha vermelha. O número que aparece no interior de cada vértice (os atores) é a identificação da pessoa no banco de dados.

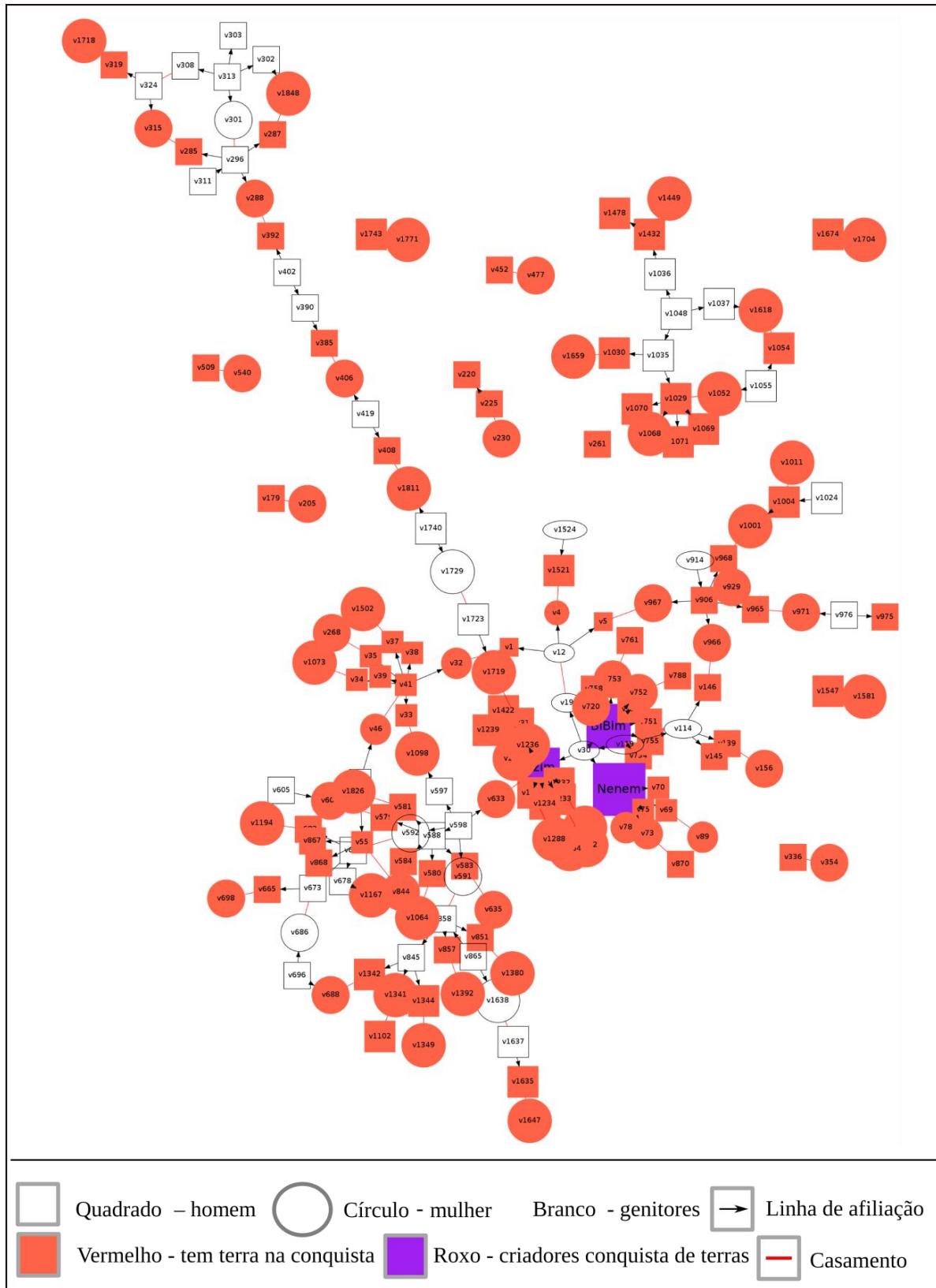
A figura do Sociograma 1 foi gerada automaticamente pelo programa DOT, utilizando o método *Lneato*, que posiciona os atores agrupando-os de acordo com o grau de ligação entre eles formando uma rede/teia. A primeira informação que salta à vista é que o núcleo central da rede se compõe de pais, mães e filhos e ramificações de uma linhagem relativamente extensa, a família que criou a *Conquista de Terras em Conjunto*. Quase todos os pontos se interligam direta ou indiretamente aos egos centrais. A partir dos irmãos emerge um entorno, no qual, praticamente todos os filhos são também membros da *Conquista*. Em um círculo à volta desse núcleo, emergem relações com famílias próximas articuladas por

¹⁰³ Para a construção dos sociogramas foi utilizado o programa DOT de fácil manuseio e que comporta operações simples. O programa DOT foi desenvolvido para desenhar grafos por pesquisadores da AT&T Bell Laboratories, New Jersey, USA em 1992. Grafo é uma representação bidimensional de um conjunto de vértices e elos. Nessa pesquisa, os vértices são os atores e os elos as ligações entre eles. O programa é de livre acesso e está disponível em: <<http://www.graphviz.org/>>. Acesso em: 18 nov. 2013. Existe uma infinidade de programas para a análise de redes sociais de acesso livre na web, sendo uns mais sofisticados que outros. Sobre o DOT consultar: GANSNER, Emden R.; KOUTSOFIOS, Eleftherios; NORTH, Stephen C.; VO, Kien-Phong. A Technique for Drawing Directed Graphs. IEEE Transactions on Software Engineering, 19(3), 1993, p. 214-230.

¹⁰⁴ Como bem remarcou um professor que participou da banca de defesa da dissertação de mestrado, infelizmente não nos lembramos de perguntar sobre as relações de compadrio, provavelmente a rede seria mais densa.

meio de relações de casamento intra e interfamiliar, caracterizadas por redundância de contatos e de relativo fechamento da rede de relações, que tem como ponto central as famílias. Os laços familiares constituem o eixo central através dos quais múltiplos contatos entrecruzados se interligam de forma recorrente. A rede estrutura padrões de interação que são, tipicamente, marcados por relações pessoais que ligam os atores em todas as esferas da vida. No conjunto das 79 famílias participantes da *Conquista de Terras em Conjunto*, encontramos 21 *clusters* familiares. A maior parte deles está interligada entre si, por ao menos um laço de casamento, com o conjunto articulado à família de criadores da *Conquista*. Um segundo *cluster*, bem menor, agrupa-se a volta de outra família. Deste total de 79 famílias, somente nove (ou 31 indivíduos) não têm vínculos de parentesco com este conjunto, mas tem vínculos entre eles. Na página seguinte podemos visualizar o Sociograma 1:

Sociograma 1 – Redes de Parentesco dos Participantes da *Conquista de Terras em Conjunto* até 2005:



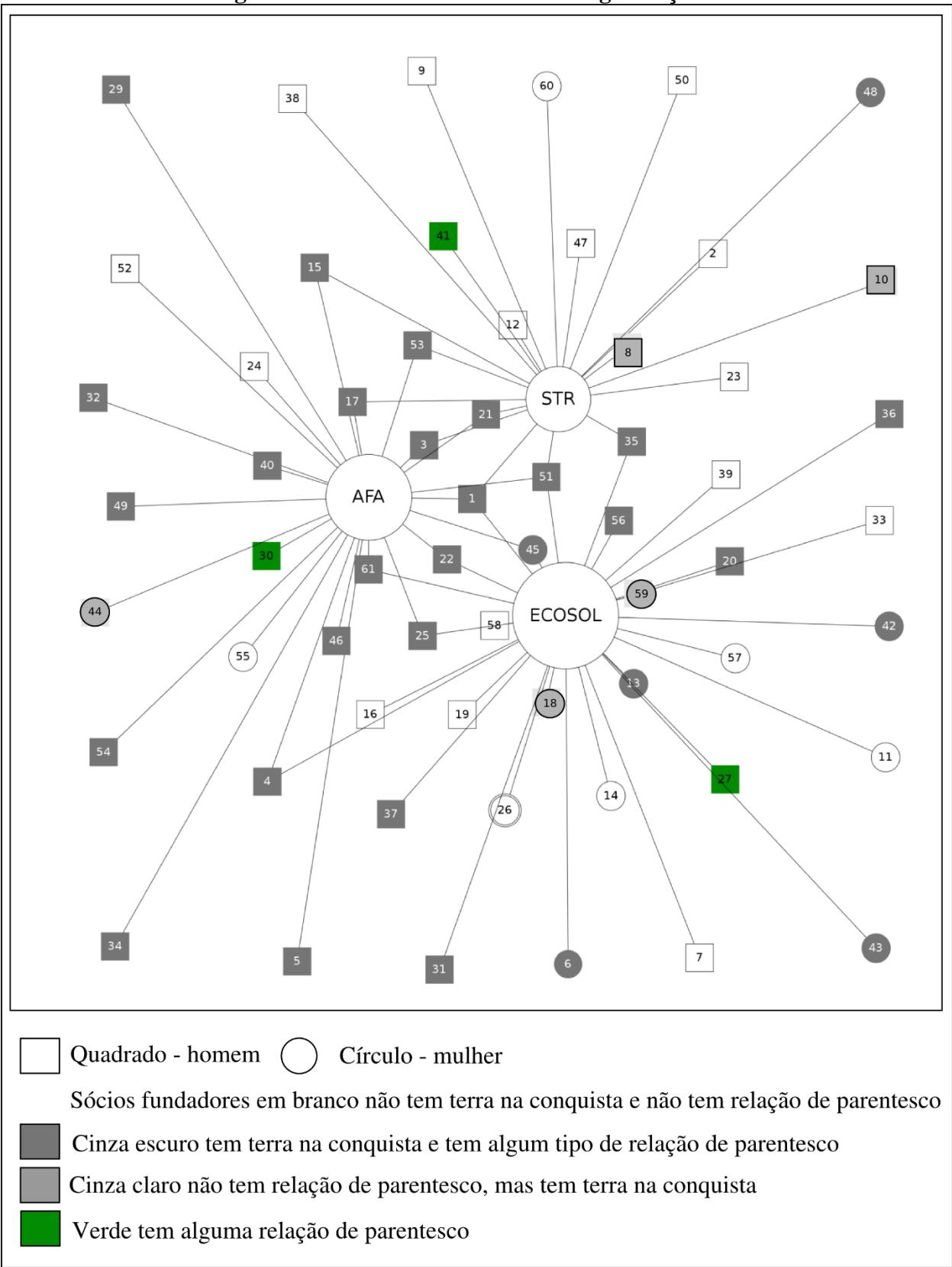
Fonte: elaboração autora a partir do banco de dados do mestrado.

No Sociograma 2, *Sócios fundadores das organizações*, buscamos visualizar o quadro de sócios-fundadores das três organizações de agricultores familiares de Araponga cuja criação encontra-se ligada à *Conquista de Terras em Conjunto*: o STR, a AFA e a Ecosol. Utilizamos como parâmetros na análise do quadro social, a relação desses sócios-fundadores com a *Conquista de Terras em Conjunto*, sua filiação a redes de parentesco (pai, mãe, filhos, primos, tios, cunhados) e a participação nas diversas organizações. O Sociograma 2 elaborado a partir do trabalho de campo realizado durante o doutorado e centrado nas organizações aponta para uma rede de parentesco menos densa que a rede da *Conquista de Terras em Conjunto*, mas que ainda envolve entre 47% e 72% do universo total de sócios-fundadores, embora, as relações de parentesco ainda sejam importantes nas diretorias seguintes. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que estes números são referentes às organizações de agricultores, que estão em um pequeno município do interior do país, que é predominantemente rural, sendo típico de comunidades rurais possuírem uma rede de relações mais densa. De todo modo, o grande diferencial é que existem sócios que não tem nenhuma relação de parentesco entre si e que não compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, ou seja, nos mostra uma especialização das organizações e de sua clientela, que é composta por agricultores que são pequenos proprietários e/ou parceiros. Portanto, a rede de relações inicial que criou a *Conquista de Terras em Conjunto* e participou da criação das organizações está conseguindo ampliar as suas redes de afiliação e se expandir para além da rede de parentesco, mas é importante ressaltar, que não foi realizado nesta pesquisa a análise da rede total de associados.

Dos 75 sócios fundadores das três organizações (19 STR, 25 AFA e 31 Ecosol), 47 participaram da fundação de uma única organização, 11 de duas e dois de três. Sendo assim, sem repetição, temos um total de 60 sócios fundadores. As relações de parentesco no quadro geral de sócios fundadores diminuíram nas três organizações em relação à *Conquista de Terras em Conjunto*. Por exemplo, dos 75 sócios fundadores (foi calculado em separado para cada organização), que possuem alguma relação de parentesco, temos 47,3% no STR, 72% na AFA e 61,2% na Ecosol. Estes números, ainda que relevantes, são bem menores que os números referentes às relações de parentesco identificadas no grupo de pessoas que participaram da *Conquista de Terras em Conjunto* até 2005 (88%).

No Sociograma 2, o tamanho dos círculos com os nomes das organizações é proporcional ao seu número de sócios-fundadores, número que varia, dependendo da organização, em função de determinadas exigências legais. Os sócios-fundadores em branco não possuem *Conquista de Terras em Conjunto* e não tem relação de parentesco em primeiro grau com os demais. Os que são representados na cor cinza escuro têm terra na *Conquista de Terras em Conjunto* e algum tipo de relação de parentesco. Os de cor cinza claro só possuem *Conquista de Terras em Conjunto*. E os de verde apresentam alguma relação de parentesco. A configuração da AFA se mostra mais densa do que as demais, pois possui mais participantes vinculados às redes iniciais que criaram a *Conquista de Terras em Conjunto*, compraram terra nessa técnica e possuem alguma relação de parentesco.

Sociograma 2 –Sócios fundadores das organizações:

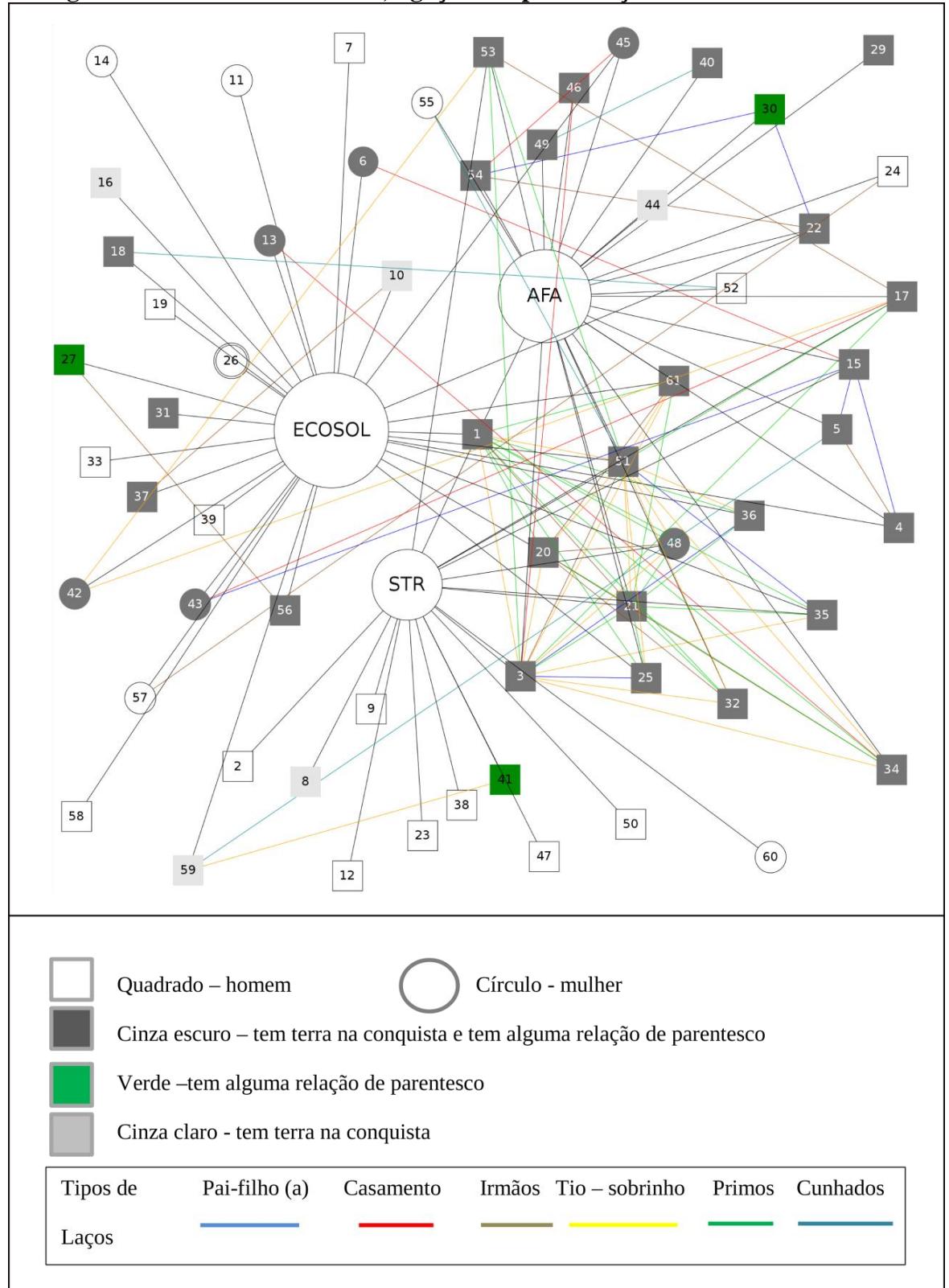


O Sociograma 3, apresentado a seguir e denominado *Representação dos sócios fundadores, ligações e tipos de laços*, busca mostrar quais são os tipos de laços que fazem a ligação entre os sócios. A partir do Sociograma 2, foram identificados apenas os laços que aglutinam o quadro de sócios fundadores como: quem tem terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, quem não tem, quem tem algum tipo de relação de parentesco, sem precisar qual tipo especificamente, além de identificar quem tem as duas características: terra na *Conquista de Terras em Conjunto* e relação de parentesco.

Desta forma, no Sociograma 3, o objetivo foi o de identificar não apenas o laço, mas qual o tipo de parentesco existente. Assim, foram identificados seis tipos de laços de parentesco: pai-filho(a), casamento, irmãos, tio-sobrinho(a), primos e cunhados. Mesmo que em menor número, as relações de parentesco fazem muitas ligações entre as três organizações.

No Sociograma 3, devido ao grande número de laços, o programa faz automaticamente um agrupamento onde existem mais ligações entre os nós (que são os atores). Quatro nós, que são dois pares de irmãos e primos entre si, apresentam predominância nas ligações - número 1, com 11 ligações, é irmão do 21, que tem 9 ligações, e o número 3, com 14 ligações, é irmão do 51, com 13. É a partir deles o maior número de laços que conectam filhos, sobrinhos e primos, sendo primos e sobrinhos em maior número. Observa-se, portanto, que a configuração dessa rede possibilitou a entrada de novos atores externos à rede de parentesco. Dos 60 sócios fundadores, 28 não tem conexão com nenhuma outra pessoa e alguns têm com apenas uma, mas é o suficiente para estabelecer pontes entre uma organização e outra, a exemplo dos casais. Como é típico nas pequenas comunidades rurais, os laços fortes, de parentesco, que são em sua maioria centrais, foram essenciais na fundação das organizações, mas que estão diminuindo. Na página seguinte, apresenta-se o Sociograma 3.

Sociograma 3 – Sócios fundadores, ligações e tipos de laços:



Fonte: elaboração da autora a partir das atas de fundação das organizações e dos dados do mestrado e do doutorado.

Desta forma, a construção dos sociogramas foi possível graças a uma base de dados ampla realizada na pesquisa do mestrado, em conjunto com a análise de todas as diretorias empossadas e da relação dos sócios fundadores feita durante a pesquisa do doutorado. Ao buscar uma maior compreensão sobre as redes de relações nas organizações e sua relação com o grupo que comprou terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, queria-se saber se as organizações conseguiram ‘ampliar’ o seu quadro de diretores fora do âmbito familiar. Os dados mostram que existe um peso forte do grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*, que criou uma experiência importante, mas que, vem ampliando o seu leque de atuação na criação e manutenção das organizações de agricultores, mas também na ampliação de pessoas não ligadas diretamente a rede inicial. Entretanto, podemos notar no Quadro 3, abaixo, uma menor variação em relação a AFA que se mostra com uma rede mais densa dos participantes.

Quadro 3 – Relações de parentesco na *Conquista de Terras em Conjunto* e nas organizações

Relações de parentesco nas organizações	Relações de parentesco até 2005/79 famílias	Sócios fundadores <i>Conquista de Terras</i>	Sócios fundadores Relações de parentesco	Diretorias <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	Diretorias Relações de parentesco
<i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	88%	-	-	-	-
STR	-	52,6 %	47,3%	69,3%	65,3%
AFA	-	88,0%	72,0%	90,47	66,6%
Ecosol	-	67,7%	61,2%	60,0%	40,0%

Fonte: elaboração autora.

Entretanto, é importante destacar que as relações de parentesco nas instituições foram identificadas nas diretorias como um todo, da primeira à última, e não dentro de uma mesma diretoria. Esta distinção se faz necessária, pois, no exemplo da Cresol, de acordo com as suas regras de composição das diretorias, não é permitido que em uma mesma diretoria haja parentes de primeiro e segundo grau em linha reta, linha colateral masculina e feminina do candidato¹⁰⁵. O que reflete de certa forma, o menor percentual de relações de parentesco encontrado na Ecosol/Cresol em relação às outras duas organizações que não possuem essas exigências legais.

No caso do STR, em relação a sua composição, de acordo com as diretorias que foram empossadas, as principais lideranças se alternam na ocupação de diferentes cargos ao longo dos anos. Desde a sua fundação até 2013 ocorreram sete diretorias efetivas e uma provisória. Do total de 75 pessoas (sem repetição) que ocuparam algum cargo nas diretorias do STR, 49 tem alguma relação de parentesco entre si, o que equivale a 65,3 %, e, destas 49 pessoas com relação de parentesco, 23 pessoas são do mesmo tronco familiar, ou seja, de pai/mãe, filhos, irmãos, tios e primos. Em relação aos sócios fundadores houve um aumento das relações de parentesco no STR de 47,3% (sócios fundadores) para 65,3% em todas as diretorias, mas uma diminuição em relação a rede da *Conquista de Terras em Conjunto* (80%).

¹⁰⁵ De acordo com o Regimento Interno da Cresol, no seu “Art. 20. É vedada a candidatura a cargo do Conselho de Administração e Conselho Fiscal de: IV- conselheiros fiscais e conselheiros de administração parentes entre si, até segundo grau em linha reta ou colateral, parentesco consanguíneo e por afinidade e cônjuges/companheiros; V – conselheiros fiscais e conselheiros de administração que sejam cônjuge/companheiro de funcionários da cooperativa, irmãos ou parentes em primeiro grau, na linha reta ou colateral, parentesco consanguíneo e por afinidade, de funcionários da cooperativa”. De forma mais clara, não é permitido: cônjuge/companheiro, avô (á), pai-mãe, sogro(a), irmão(â), cunhado(a), filho(a) e neto(a) do candidato.

Assim, ao analisar as atas da diretoria do STR, os principais sócios fundadores ainda participam das diretorias com certa frequência na rotatividade de cargos até a 4^a diretoria. Da diretoria provisória até a terceira diretoria, os presidentes eram antigas lideranças de CEBs. A quarta presidente descende de uma antiga liderança de CEBs, mas não havia ocupado nenhum cargo anterior. Até a quarta diretoria, os presidentes do STR são pertencentes à mesma família e oriundos das comunidades de Praia D'anta e São Joaquim. Da quinta diretoria em diante, surgem novos atores, que não participaram do quadro de sócios fundadores, sendo que alguns também não ocuparam outros cargos ao longo das diferentes diretorias, mas começaram a ocupar cargos nas gestões seguintes. A partir da quinta presidência, os eleitos são oriundos de outra comunidade, Salazar, e fazem parte de outro tronco familiar. Ademais, as últimas quatro presidências do sindicato foram ocupadas por pessoas que anteriormente não haviam ocupado nenhum outro cargo, ao contrário dos presidentes das gestões passadas. Esta mudança na composição da diretoria do STR, de acordo com relatos, surgiu em virtude da demanda dos participantes questionarem o fato da presidência do STR ter se mantido nas mãos de uma mesma família. Todavia, esta mudança não resultou em uma maior participação efetiva, pelo contrário, de acordo com diferentes relatos de lideranças e pessoas envolvidas atualmente no trabalho sindical, houve um esvaziamento da participação de agricultores que eram mais atuantes nas gestões passadas, embora o número de associados só aumente ano após ano.

Como mostra o livro de Comerford (2003), as estruturas associativas existentes na Zona da Mata, o fazer da política nesses pequenos municípios, bem como as instituições locais, estão imersas em redes de parentesco, amizade, vizinhança e filiação religiosa. O fazer da política nos córregos envolve conflitos, provocações, brincadeiras e desafios. De acordo com este autor, a constituição dos sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira não pode ser dissociada das redes de parentesco existentes, com disputas entre famílias, relações de poder e a rivalidade entre as comunidades rurais, o que ele denominou de *sociabilidade agonística entre os córregos*. O sindicato só se estabelece efetivamente pela mediação do empenho necessariamente público das famílias dos sindicalistas, através de processos ampliados de familiarização estabelecidos com base naquilo que as CEBs e o Mobon já haviam criado, e, também, com base em um esforço renovado dos dirigentes nesse sentido (COMERFORD, 2003, p. 334). No caso em estudo, mesmo em se tratando de duas comunidades que possuem histórico de trabalho em conjunto, como é o caso da saída de uma família antiga na direção do STR pertencente à outra comunidade, ocorre sem grandes conflitos, mas isso não significa que não ocorram disputas no interior da organização e que os pequenos conflitos não estejam presentes. De acordo com um técnico e dois agricultores, é difícil compreender o que ocorre, mas avaliam que parece que as lideranças mais antigas não legitimam a nova diretoria, como se o sindicato fosse se esvaziando aos poucos. Para Comerford, o sindicato não está livre de tensões, existe uma “*paz camponesa* tensa, sustentada por acordos tácitos entre famílias em contínuo processo de familiarização e desfamiliarização” (2003, p. 112). Assim, os sindicatos vão construindo sua credibilidade e sua rede de acordo com as interações que perpassam as famílias, as comunidades e as organizações. A boa reputação e a confiança frente às pessoas dependem de como conseguem articular-se com diferentes atores com interesses heterogêneos.

Até o fim do trabalho de campo, a atuação do sindicato era tida como mais devagar, mas em comparação ao que já foi feito no passado, tanto pelo atual presidente do sindicato, como por antigas lideranças, pois as reuniões com maior participação não mobilizam os sócios como antes, embora no último ano tenham ocorrido reuniões de avaliação sobre o atual momento que passa o sindicato, mas também os que afirmam que isto ocorre porque o trabalho já está mais consolidado. Os motivos, segundo alguns, é que não existe mais a empolgação de antes e que pessoas, que questionavam sobre a mesma família estar na direção do STR, quando assumiram a direção passaram a se ocupar mais da própria administração,

das questões previdenciárias, elaboração de contratos, buscando fazer frente a um trabalho administrativo o que demanda mais tempo e pessoal na execução das tarefas. Outros afirmam que o que falta mesmo é a participação das pessoas associadas. As lideranças antigas que participaram da criação da *Conquista de Terras em Conjunto* e da fundação do STR afirmam que já fizeram muito, citando a compra de terra, realizaram um grande trabalho, e que é o momento de outros assumirem e recomeçarem os trabalhos de base como se fazia antes.

O STR, apesar de possuir mais cargos em sua diretoria, mantém alguns diretores desde o início de sua fundação ocupando cargos nas gestões seguintes. Dos 19 sócios fundadores, 15 tiveram cargos nas gestões do STR, destes, dois apenas uma vez e os outros de dois a sete cargos, sendo que quatro tiveram cargos em todas as diretórias e estão no STR desde a sua fundação, possuem terra na *Conquista de Terras em Conjunto* e relação de parentesco entre eles. Ao todo, 75 pessoas tiveram algum cargo na diretoria do STR, seja cargo efetivo, suplente ou como delegado representante no conselho da Fetaemg. As últimas quatro presidências do sindicato foram ocupadas por três mulheres que não haviam ocupado nenhum cargo anteriormente. A disposição das ocupações na diretoria do STR pode ser visualizada no **Quadro 4**, abaixo:

Quadro 4 – Composição das diretorias do STR

Nº. Pessoa	Provisória	1ª Diretoria	2ª Diretoria	3ª Diretoria	4ª Diretoria	5ª Diretoria	6ª Diretoria	7ª Diretoria
1 1	Diretor	Presidente/Deleg.	Delegado					
2 3	Cons. fiscal	Cons. fiscal	Supl. diretoria					
3 4						Supl. Diretoria	Cons. fiscal	Supl. diretoria
4 5				Cons. fiscal	Supl. Cons. fiscal			
5 8		Cons. Fiscal	Cons. fiscal					
6 9	Supl. Diretoria	Supl. Diretoria						
7 14					Delegada	Delegada	Diretoria SST	Supl. diretoria
8 15	Supl. Diretoria	Supl. Diretoria	Diretoria SFS	Diretoria SFS	Diretoria SPP		Delegado	Supl. Cons. fiscal
9 16							Supl. Cons. fiscal	
10 17	Supl. Diretoria	Diretoria SG	Diretoria SG	Supl. Delegado	Supl. delegado	Diretoria SFDS		Diretoria SPP
11 18							Supl. diretoria	Supl. diretoria
12 20					Diretoria SG			
13 21	Supl. Cons. fiscal	Diretoria SAPC		Supl. Cons. fiscal	Supl. diretoria	Supl. Diretoria	Supl. Cons. fiscal	Supl. Cons. fiscal
14 22				Diretoria SG				Supl. diretoria
15 25		Supl. Diretoria	Supl. Cons. fiscal	Diretoria SAPC			Diretoria SAPC	
16 28					Cons. fiscal			
17 29	Supl. Diretoria	Supl. Diretoria	Diretoria SPP	Diretoria SPP	Diretoria SFDS			
18 31			Supl. diretoria	Supl. Delegado				
19 32				Supl. Diretoria	Supl. diretoria	Supl. Cons. Fiscal	Diretoria SPP	Diretoria SF
20 34						Cons. Fiscal	Cons. fiscal	Diretoria SFDS
21 35		Delegado						
22 36						Supl. Cons. Fiscal		
23 38	Diretoria	Diretoria SPP	Cons. fiscal	Supl. Diretoria				
24 40	Supl. Diretoria	Supl. Diretoria	Supl. diretoria					
25 45		Supl. Diretoria		Supl. Diretoria	Supl. delegado			
26 47	Diretoria							
27 48		Delegado	Supl. delegado				Supl. diretoria	Diretoria SAPC
28 49	Supl. Cons.	Supl. Cons. fiscal	Diretoria SAPC	Diretoria AS	Diretoria SA			

		fiscal						
29	50	Diretoria	Diretoria AS					
30	51	Diretoria	Diretoria SFS	Diretoria SST	Diretoria SST	Diretoria SAPC	Supl. Delegado	Delegado
31	53	Diretoria	Diretoria SST	Presidente	Presidente		Diretoria SST	Supl. cons. fiscal
32	54				Delegado	Delegado		Cons. fiscal
33	55					Supl. cons. fiscal		
34	57					Cons. fiscal	Cons. fiscal	Delegada
35	58	Supl. diretoria						
Nº. Pessoa	Provisória	1ª Diretoria	2ª Diretoria	3ª Diretoria	4ª Diretoria	5ª Diretoria	6ª Diretoria	7ª Diretoria
36	59					Supl. Diretoria		
37	60	Supl. Diretoria	Supl. cons. fiscal					
38	61			Supl. cons. fiscal	Supl. diretoria	Supl. Diretoria	Supl. diretoria	Supl. diretoria
39	62							Supl. diretoria
40	64		Supl. diretoria	Supl. diretoria	Cons. fiscal	Diretoria SAPC	Diretoria SST	
41	65							Cons. fiscal
42	66							Cons.
43	67						Supl. diretoria	Supl. diretoria
44	68					Supl. cons. fiscal		
45	69							
46	70		Delegada			Diretoria SG	Diretoria SG	
47	72				Supl. diretoria			
48	74						Cons. fiscal	Delegada
49	75							Supl. cons. fiscal
50	76			Supl. diretoria				
51	77		Supl. cons. fiscal					
52	78	Supl. cons. fiscal						
53	79			Cons. fiscal	Supl. diretoria			
54	80	Cons. fiscal	Diretoria SF	Diretoria SF	Supl. Diretoria	Supl. diretoria		Diretoria SF
55	81	Diretoria						Diretoria SA
56	82			Supl. delegado				

57	83		Diretoria AS	Diretoria SF	Diretoria SF	Diretoria SPP	Supl. delegado	Diretoria SST
58	84	Supl. Diretoria					Supl. delegado	
59	85							
60	87					Presidenta		
61	88		Supl. diretoria				Presidenta	Presidenta
62	89							
63	90	Supl. Diretoria						
64	91		Cons. fiscal					
65	92	Supl. Cons. fiscal	Supl. diretoria	Supl. Diretoria				
66	94				Presidenta	Diretoria SF/sp.d.		
67	95		Supl. diretoria					
68	96				Supl. cons. fiscal	Diretoria AS	Supl. diretoria	
69	97					Supl. Diretoria		
70	99			Supl. Diretoria				
71	101						Supl. diretoria	Supl. diretoria
72	102			Cons. fiscal		Delegada	Supl. diretoria	
73	103		Supl. cons. fiscal	Supl. cons. fiscal				Supl. delegado
74	104						Supl. diretoria	
75	105	Cons. fiscal	Cons. Fiscal					

Fonte: elaboração autora

Nº. Pessoa = número único da pessoa no banco de dados.

Linha mais escura = sócio fundador.

Cons. = conselho.

Supl. = suplente.

Diretoria SG = Secretaria Geral.

Diretoria SF = Secretaria de Finanças.

Diretoria SFS = Secretaria de Formação Sindical.

Diretoria SFDS = Secretaria de Formação e Divulgação Sindical.

Diretoria SST= Secretaria dos Sem Terra.

Diretoria SAPC = Secretaria de Animação e Promoção Cultural.

Diretoria SA = Secretaria dos Assalariados.

Diretoria SPP = Secretaria dos Pequenos Produtores.

A AFA a partir da tabulação da composição dos sócios fundadores e do quadro de sócios nas diretorias, que foram sete até 2013, mostra alguns aspectos interessantes em relação ao seu quadro de sócios fundadores. Podemos perceber que a associação passou por renovação do seu quadro de sócios a partir da terceira para a quarta diretoria e diminuiu pouco a relação de parentesco. A partir desse período, que se inicia em novembro de 2002, a renovação ocorre porque o quadro de sócios passa a contar com menos sócios fundadores. Dos 42 diretores, desde a sua fundação até 2013, com um total de sete diretorias eleitas, a metade participou apenas uma vez, a outra parte participou de uma ou mais diretorias - oito de duas, sete de três, três de quatro, uma de cinco e uma de seis, estes dois últimos com maior participação formam um casal e pararam de ocupar cargos a partir de 2011. A AFA, de acordo com a tabulação dos dados, diminuiu aos poucos a rede de parentesco, pois do seu quadro de sócios fundadores, que era de 72%, conseguiu diminuir para 66,6% as relações de parentesco nas diretorias seguintes.

Quadro 5 – Composição das diretorias da AFA

Nº. Pessoa	1ª Diretoria	2ª Diretoria	3ª Diretoria	4ª Diretoria	5ª Diretoria	6ª Diretoria	7ª Diretoria
1	1 2º secret.	1º secret.	C. fiscal				
2	3						Suplente
3	4						2º secret.
4	5 Suplente	1º tesour.	Suplente				
5	13				C. fiscal		
6	14						Vic. Pres.
7	17					2º tesour.	
8	21 2º tesour.	Suplente			C. fiscal		C. fiscal
9	22 1º tesour.	2º tesour.					C. fiscal
10	24						
11	25 Presid.	Presid.	C. fiscal	1º tesour.			
12	28				1º secret.	1º secret.	C. fiscal
13	29 Suplente	Suplente					
14	31				Suplente	1º tesour.	
15	32 Vic. Pres.	Vic. Pres.					
16	34 Suplente	Suplente	C. fiscal	Vic. Pres.			
17	36		1º tesour.				
18	44		Suplente				
19	45 1ª secret.	2ª secret.	2ª secret.	2ª tesour.	C. fiscal		
20	48		Vic. pres.	Suplente		Suplente	
21	51 C. fiscal	C. fiscal					
22	52 C. fiscal	C. fiscal					
23	54 C. fiscal	C. fisca	Presid.	C. fiscal	Presid.	Presid.	
24	56						1º tesour.
25	57						Pres.
26	58					C. fiscal	
27	63		1ª secret.	2ª secret.	2ª secret.		2ª secret.
28	65						Suplente
29	68				Suplente		
30	69			C. fiscal			
31	71					Suplente	
32	73				Vic. pres.	Vic. Pres.	
33	83			Presid.			
34	86		2º tesour.	Suplente			
35	87						2ª secret.
36	89			Suplente			
37	93		Suplente	1º secret.	1º tesour.		
38	94						1ª secret.
39	98			C. fiscal			

40	100	Suplente	Suplente	Suplente
41	103		C. fiscal	C. fiscal
42	104		2º tesour.	

Fonte: elaboração autora.

Nº. Pessoa = número único da pessoa no banco de dados

Linha mais escura = sócio fundador

A composição da Ecosol, criada em 2004, que passou para o sistema Cresol em abril de 2013 se mostra menos densa que o STR e a AFA. Pois como vimos anteriormente, dos seus 31 sócios fundadores, 17 pessoas tem alguma relação de parentesco entre si, o que equivale a 54,8% dos sócios fundadores. De acordo com a tabulação dos dados das quatro diretorias que foram empossadas até o final do trabalho de campo, podemos perceber que houve uma renovação de componentes como um todo em relação ao quadro de sócios fundadores, mas também entre as diretorias, ou seja, a partir da segunda diretoria em diante. De 30 diretores, 14 são sócios fundadores e os demais começaram a participar depois, e, deste total 12 têm relação de parentesco entre si, o que corresponde a 40%. Lembrando que este número diz respeito a todas as diretorias e não apenas a uma, o que seria ainda menor em relação a cooperativa. A Ecosol conseguiu, desta forma, ampliar ainda mais o seu quadro de diretores, diminuindo consideravelmente as relações de parentesco dentro da organização.

Quadro 6 – Composição das diretorias da Ecosol/Cresol

Nº. Pessoa	1ª Diretoria	2ª Diretoria	3ª Diretoria	4ª Diretoria
1	1 Coordenador Geral	Conselho Fiscal		
2	4 Coord. Conselheiro			
3	16	Conselho Fiscal		
4	18 Supl. Cons. Fiscal	Coord. Conselheiro		
5	19 Conselho Fiscal			
6	22 Supl. Cons. Fiscal			Conselho Fiscal
7	27		Coord. Financeiro	Coordenador Geral
8	31 Conselho Fiscal			
9	33 Coord. Financeiro			Coord. Financeiro
10	39	Secretário Geral		Coord. Conselheiro
11	42 Conselho Fiscal			
12	57 Secretário Geral		Conselho Fiscal	
13	58	Coord. Financeiro	Supl. Cons. Fiscal	
14	59 Coord. Conselheiro			
15	69		Secretário Geral	
16	73		Conselho Fiscal	
17	79	Supl. Cons. Fiscal	Conselho Fiscal	Coord. Conselheiro
18	80	Conselho Fiscal		
19	96	Coordenador Geral	Coordenador Geral	
20	98	Supl. Cons. Fiscal		
21	101		Coord. Conselheiro	
22	106		Supl. Cons. Fiscal	Supl. Cons. Fiscal
23	107			Secretaria Geral
24	108			Conselho Fiscal
25	109		Supl. Cons. Fiscal	Coord. Conselheiro
26	110 Supl. Cons. Fiscal		Coord. Conselheira	
27	111			Coord.

28	112	Conselheira Supl. Cons. Fiscal
29	113	Supl. Cons. Fiscal
30	114	Supl. Cons. Fiscal

Fonte: elaboração autora.

Nº. Pessoa = número único da pessoa no banco de dados.

Linha mais escura = sócio fundador.

Como mostra a composição das organizações de agricultores, ao longo dos anos, as mesmas estão conseguindo ampliar o seu quadro de diretores, as relações de parentesco vão diminuindo de acordo com o passar das novas diretorias e consequentemente com o aumento de novos sócios. O STR, por exemplo, até 2012, com informações colhidas no sindicato, contava com 1.594 sócios, sendo 432 ativos, que pagavam a contribuição sindical em dia, 173 inativos e 989 inadimplentes. Em 2014, o número de associados subiu para 1.723. De acordo com uma funcionária da cooperativa, os cooperados na Cresol eram 399, em 2010, e passaram para 746, em 2014.

Como vimos, a AFA conta atualmente com 54 associados e foi criada com o objetivo de ser uma organização que pudesse comercializar a produção dos agricultores. De acordo com um funcionário da Ecosol, mesmo tendo sido criada para comercializar a produção, a associação até hoje não teve muito êxito nesta tarefa. Um dos principais problemas apontados é que *falta grupo*, pois não existe um grupo coeso como existia antes, de acordo com depoimentos de diferentes lideranças. Outro ponto, como relatado por alguns agricultores, diz respeito às diferenças de concepção, por parte dos sócios, sobre o funcionamento da AFA. Existe, de um lado, os que gostariam que a AFA comercializasse artigos industrializados, na visão de que esses itens de consumo poderiam ser trocados pelos agricultores por produtos oriundos de suas unidades produtivas e, de outro lado, um conjunto de sócios que comprehende que a AFA só deveria trabalhar com produtos de agricultura familiar. O próprio CTA-ZM já assessorou a associação em relação ao tema da comercialização e vem retomando esta atividade, de forma mais sistemática, no período mais recente. Assim, nos últimos anos, a comercialização de produtos diversificados, que não o café, ainda se mostra bastante complexo para os agricultores, pois a gestão do mercadinho da associação e o papel a ser cumprido pela organização ainda dividem opiniões. Alguns acreditam que o mercado da AFA só deva vender produtos da agricultura familiar:

Aí que eu vou voltar um pouco nessa questão de resistência (em vender produtos industrializados no mercado), que eu falei que existe certa resistência da diretoria, é nisso aí, que a demanda que Araponga precisava. A população pede que o mercadinho tivesse que ter, para isso exige um pouco de documentação a mais para poder estar negociando aquilo. E aí a diretoria não abre mão, fica resistindo, só produto de agricultor familiar, não pode ser produto industrializado que vem de fora. [...] Ele tem a necessidade de consumir aquele produto, aí ele quer fazer base de troca, ele quer levar o produto dele e vender e comprar outro. A gente queria enfrentar a mesma coisa no mercadinho da associação. Ter aquele produto industrializado na cidade e o que a gente consome aqui na roça. Aqui se eu levasse meu produto, meus alfaces, meus legumes, minhas frutas para vender, eu não pegasse o dinheiro, mas trazer aquela mercadoria que eu necessito em casa. A diretoria criou uma resistência que isso não podia acontecer lá dentro do mercadinho. Ah, cria lá uma ala para uma coisa e outra pra outra. Isso me tocou... você pode registrar e mostrar para quem você quiser me tocou aí dos programas de organização de Araponga mais foi isso. É certa resistência que

a própria diretoria de Araponga está tendo, eu estou falando muito de Araponga com relação à Araponga, mas eu acho que isso aqui não ocorre só em Araponga. Eu acho que isso ocorre nessas cidades vizinhas também, mesmas coisas. Essa resistência que não deixa as ideias de todo mundo serem realizadas (entrevista Paulo Santos, agricultor familiar, Serra, Araponga, 2012).

Na opinião de um técnico do CTA-ZM, as controvérsias existentes em torno da venda de produtos industrializados não explicam o fato de que a associação é pouco atuante. De acordo com o seu relato, existem outras associações em outros municípios que conseguem movimentar quantidades bastante significativas de recursos e produtos, através do PAA e do Pnae, diversificando a oferta de produtos no mercado local mesmo em época de colheita de café. Ele afirma que nos últimos três anos um técnico do CTA-ZM vem tentando realizar um trabalho mais rotineiro em relação ao tema comercialização e ao trabalho desenvolvido pela AFA, mas não obteve muitos resultados.

Sendo uma região produtora de uma importante *commodity* para o mercado, o café, a sua comercialização pelos agricultores, em sua maioria, ainda depende de “atravessadores”. O que ocorre com outros tipos de produtos, que não o café, também produzidos por essas unidades produtivas é a dificuldade em comercializá-los ou identificá-los como mais uma fonte de renda. O que podemos apreender é que existe certa resistência em trabalhar com o mercado da AFA, que também exige outros produtos e não apenas o café. Na visão de um coordenador da Cresol, sobre a AFA, o que falta é visão de negócio:

[...] Então isso é uma das coisas (sobre a mudança no estatuto), e às vezes, assim, tem que perder o medo de arriscar um pouco e tratar as coisas como um negócio, e não como... às vezes trata, as coisas com muita família, tipo assim, esse incentivo de doação às vezes, e não como um negócio que tem que dar retorno (entrevista João Maia, Ecosol, Sede Araponga, 2012).

Igualmente, na visão de um técnico do CTA-ZM, o que falta na associação é justamente a visão de negócio, porém, mais no sentido de haver menor interesse pela ampliação de expandir as frentes de comercialização, aglutinando os diferentes grupos dentro da associação, oriundos de comunidades diferentes, não havendo consenso e provocando tensões:

O problema que eu vejo na AFA é a cultura política que não está ligada ao negócio, o pessoal não é chegada a negócios, aí tem tensão, porque o pessoal do Salazar não é tão político, e o pessoal gosta de mexer com negócio, gosta de comprar e vender. Praia D'anta gosta de ter terra, gosta de fazer agroecologia, então tem grandes virtudes, o lugar que mais avançou em agroecologia e terra, mas não avança em negócios (entrevista Gilson Fialho, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

Esta visão é compartilhada por outros técnicos e agricultores de Araponga, que pontuam as diferenças entre as três comunidades e tecem críticas ao trabalho da associação. As diferentes visões a respeito de uma ou outra comunidade demarcam, de certa forma, as posições que ocupam certas comunidades de acordo com seu histórico de atuação, como as que se engajaram mais na *Conquista de Terras em Conjunto*, na criação das organizações, no seu histórico de ocupação, a maior presença de sitiantes, a maior presença de fazendeiros, a maior presença de meeiros, mas também no acirramento dos pequenos conflitos entre as mesmas. De todo modo não há um consenso em relação a pouca atuação da AFA no acesso aos mercados. De acordo com os depoimentos, almejar o maior acesso ao mercado e realizar

um volume maior de negócios parece não condizer com os anseios deste grupo que almejava em primeiro lugar, e, sobretudo, a compra de terra.

Outra questão em relação à associação são problemas encontrados no que diz respeito ao próprio processo de gestão da associação no que tange o acesso a projetos e programas que toma tempo e aprendizado na sua execução. Outro problema apontado por um agricultor e ex-diretor da associação seria a falta de comprometimento dos agricultores em fornecer mercadorias para o mercado da associação, sobretudo em época de colheita para o café:

Não assumiram a camisa da coisa de uma vez, né? Foi fazendo assim, se der eu vou. E eu estava na diretoria na época e quando chegava a “panha” de café ninguém aparecia. Você tem essa mesa repleta de mercadoria para vender hoje, se era “panha” de café, semana que vem não tinha nada aqui. Você ia à casa de cada um: ai, eu não posso, eu não posso. Aquilo que eu tinha combinado de entregar toda semana como é que eu ia entregar? Quer dizer que o próprio povo tem uma grande culpa nessa parte (entrevista Paulo Santos, agricultor familiar Serra, Araponga 2012).

Embora o café seja um importante produto para a região e para o município em questão, de acordo com um técnico do CTA-ZM não há um consenso sobre até que ponto o café pode atrapalhar a produção e a comercialização de outros produtos e o planejamento das atividades da associação. Em outros municípios, onde a monocultura do café é mais forte, como Espera Feliz, as associações locais estão conseguindo movimentar grandes recursos referentes à comercialização que envolve o PAA e o Pnae, que demandam diversificação e frequência na entrega dos produtos. Sobre a influência do café na região, e se o mesmo atrapalha na diversificação dos produtos, um técnico afirma:

Não existe consenso sobre isso, sabe? Porque para algumas pessoas ele é um empecilho e para outras não é. Eu tendo a achar que na maioria das vezes ele atrapalha mais do que ajuda, especialmente quando está com o preço alto, agora não, ninguém está cuidando do café, o café não está valendo nada, todo mundo está olhando para o quintal e plantando roça, está ótimo, mas deixe o café subir de novo, uma hora ele vai subir, porque é fluxo e refluxo, daqui a pouco ele sobe. [...] Eu concordo com algumas pessoas que falam que o café não é um produto que traz problema para a diversidade porque o café pode ser exatamente um esteio, porque a pessoa tem a diversidade e o café é a poupança, o investimento, então, o café pode estar dentro do sistema como um elemento que não atrapalha em nada (entrevista Gilson Fialho, técnico CTA-ZM, Viçosa, 2013).

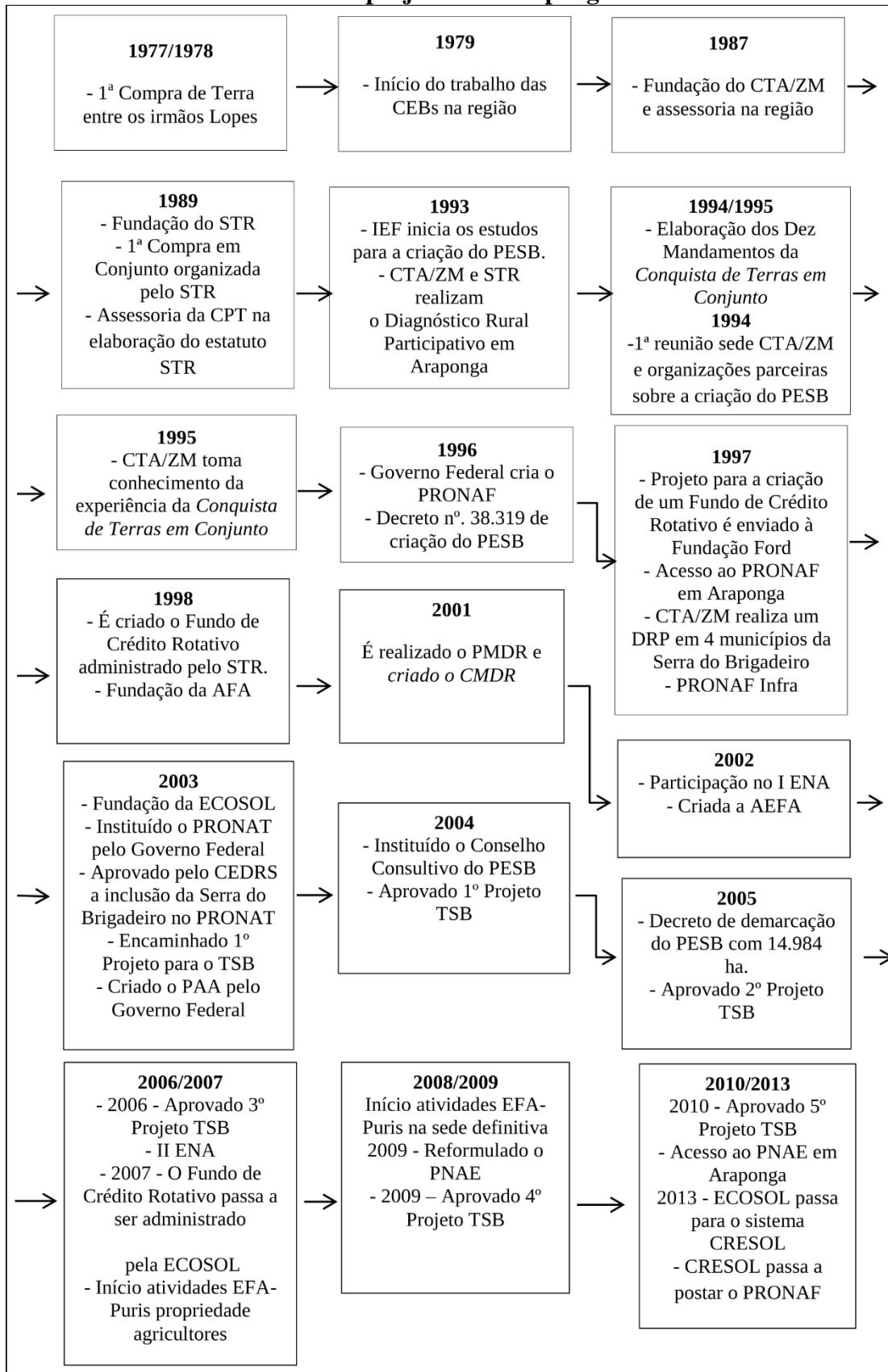
O café sofre grandes flutuações no preço de mercado em virtude da oferta e da procura. A produção também não é constante, um ano pode produzir muito, no outro pouco e isso influencia no seu preço final. Existem outros fatores que afetam, também, a produção e o mercado. Alguns agricultores afirmaram que o que mais atrapalhou o café no ano de 2012 foi a pouca chuva, aliada à crise externa, pois no ano de 2013 o Brasil exportou 18% menos que no ano anterior. O fato é que o café ainda é uma cultura valorizada na região, mesmo em momentos de crise, o que, aliás, parece ser bem comum em se tratando do café. Mesmo atravessando períodos de incerteza, a cultura do café em complementariedade com outras culturas tem sua importância para a economia das famílias. Por exemplo, para a compra da terra, os agricultores pouparam os recursos obtidos com a renda do café e mantêm as outras despesas com os recursos da propriedade, com a venda e/ou consumo de outros produtos e das criações.

Desta forma, as questões que envolvem a associação são diversas e complexas, dividindo opiniões, mas que ainda esperam uma solução. Como veremos no próximo capítulo, a AFA está organizando os agricultores a fornecerem alimentos para o Pnae, mas ainda não encontrou meios em acessar o PAA.

Neste sentido, a mediação exercida por atores internos ao município revela um conjunto de habilidades sociais que estes agricultores e suas organizações representativas conseguem operar em favor do bem coletivo, ou seja, de sua capacidade de fazer com que outros cooperem (FLIGSTEIN, 2007). Por outro lado, um conjunto de ações que revelam, também, as diferentes interfaces (LONG, 2001) que ocorrem com as propostas de mudanças, a implementação de uma nova política pública, um novo programa, ou como vimos, com a criação de um parque e as ações que são desencadeadas por este grupo de lideranças, agricultores e mediadores que se envolveram na criação das organizações e no acesso a diferentes programas e projetos. Cabe lembrar como a categoria agricultor familiar começa a fazer parte das organizações que iniciam o contato com as políticas públicas, embora ainda, no dia a dia destes agricultores os termos lavradores, trabalhador rural, agricultor e pequeno proprietário ainda continuem a ter o mesmo significado que o de agricultor familiar.

Na Figura 4, abaixo, buscamos aglutinar de forma resumida os principais acontecimentos que envolvem a criação de organizações e a implementação das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar no município. A figura mostra uma série de acontecimentos que envolve a criação das principais organizações de agricultores, a criação e implementação de políticas públicas no município, a criação de conselhos e a aprovação de projetos, o que representa o papel ativo dos atores envolvidos, mediadores, organizações, e também o conjunto amplo de ações propostas pelo Estado que chegaram em um pequeno município no interior do Brasil.

Figura 4 – Cronologia da criação das principais organizações, políticas públicas e projetos em Araponga:



Fonte: elaboração autora.

CAPÍTULO III - O COTIDIANO DA POLÍTICA LOCAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: AS INTERFACES EM JOGO

Este capítulo tem como objetivo mostrar alguns exemplos sobre o que acontece no encontro entre as políticas públicas e o cotidiano da política municipal, a partir de relatos de agricultores referentes a fatos que aconteceram no passado e em períodos recentes. Os relatos indicam que as configurações das redes locais, em determinados períodos, influenciam o acesso e/ou a execução de uma política pública, de um programa governamental e de um projeto. Por exemplo, pode ocorrer conflito de interesses entre grupos políticos opositos no interior do município e a implementação ou o “atraso” no seu acesso, pode depender justamente do que está em jogo em nível local. O acesso às informações, a confiança entre as partes, as relações de poder e os pequenos conflitos fora e dentro das próprias organizações de agricultores também podem influenciar na implementação e execução de determinada política pública.

3.1 Os trâmites de uma política pública em um pequeno município

Em Araponga, os agricultores acessam o Pronaf via Emater-MG e, também, a partir de 2013, via a Cresol. As opiniões dos agricultores entrevistados sobre o Pronaf são diversas, desde as mais positivas às mais negativas, além disso, o funcionamento do programa gera muitas dúvidas e desconfianças. Alguns agricultores afirmam que vale a pena o empréstimo, uns acham que o problema é a burocracia para acessá-lo, outros que é produtivista, servindo para endividar o agricultor e ficar dependente de banco. Existem, por fim, os que não aprovam o seu funcionamento, o fato de terem que depositar todo o empréstimo no final do ano, com juros, mesmo resgatando logo depois. Como a maioria dos financiamentos são feitos para a cultura do café, no ano que o café rende menos ou tem problema de preço no mercado externo, fica difícil fazer o depósito. Em alguns casos a solução é pegar empréstimo entre os parentes, na Cresol ou com agiotas.

Ao buscar algumas informações sobre o Pronaf na Emater, encontrei um agricultor que estava esperando para ser atendido. Ele me disse que já era a quarta ou quinta vez que estava lá para tentar fazer um financiamento do Pronaf. Ele havia voltado várias vezes porque sempre faltava um documento para aprovar o financiamento. O agricultor me reconheceu primeiro, ele foi um dos compradores de terra na *Conquista de Terras em Conjunto*. Ele possui 16 hectares, oito comprados em grupos da *Conquista de Terras em Conjunto* e oito de herança. Sempre participou das reuniões do STR e assumiu cargos na AFA. Sua principal atividade agrícola é o café, mas produz no meio da lavoura cana, milho, abacate, banana, laranja e mamão, e se diz um agricultor agroecológico e orgânico. Perguntei se teria tempo para uma conversa, ele disse que sim, mas depois que fosse atendido na Emater. Aguardei na sala de espera e me disse que era melhor irmos para outro lugar, pois os “espaços são diferentes”. Então, fomos para a sede da antiga Ecosol. Tendo em vista que eu o havia encontrado no momento em que estava resolvendo pendências burocráticas de um pedido de financiamento na Emater, fiz algumas perguntas referentes ao Pronaf. Este seria o quarto empréstimo que ele estava fazendo, na modalidade investimento. Naquela ocasião, estava pedindo recursos para o plantio de uma lavoura nova de café. Segundo ele, todos os empréstimos valeram a pena: “Valeu, valeu muito. Porque se não é a questão do Pronaf eu tenho a terra, mas não teria dinheiro para investir nela”. Entretanto, as dificuldades enfrentadas eram, na opinião dele, a questão da burocracia e a falta de informações:

E aí a dificuldade que tem é na questão, primeiro mandou o contrato para lá e aí eles vão e analisa a questão dos avalistas e aí pediu o comprovante de renda do avalista, aí manda o comprovante de renda do avalista, aí a gente manda. Depois vai. Ah! Está faltando à carta de anuência, aí vai e manda. Aí na hora que tá tudo lá direitinho, não, agora está faltando você reconhecer firma, vem reconhece firma tudo direitinho, aí agora depois de tudo pronto falaram que a nota fiscal está velha para eles poderem analisar, sendo que o contrato foi feito em novembro e os insumos foram comprados em agosto e eles não querem aceitar essas notas. Agora tem que saber que tipo de notas eles querem para aprovar o Aí agora a gente tá esperado para ver como se faz (o técnico da Emater também não sabe como resolver, está esperando a resposta do Banco do Brasil). [...] Mas o que podia melhorar é diminuir essa criação burocrática para o agricultor (entrevista José Lima, agricultor, Sede, Araponga, 2012).

Outra questão que, na sua visão e percepção, atrapalha a agilidade nos contratos, é que os mesmos passariam pela prefeitura. Assim, a gestão municipal que saiu em janeiro de 2013 era de “oposição” às pessoas ligadas ao STR e demais instâncias organizativas dos agricultores. Segundo ele, os contratos saíam da Emater e eram encaminhados para a prefeitura que, por sua vez, encaminhava a documentação para a agência do Banco do Brasil em Viçosa:

Tem que ir para Viçosa. E antes, e tem um problema também porque [...] contratos lá, o contratado é pela prefeitura né? [de Araponga]. Aí a prefeitura tem um certo controle a respeito disso também. Aí, costuma da pessoa que tem mais acesso a prefeitura, e chega, vai com o senhor lá, “agiliza aí para mim”, tem o caminho lá e eles vão e pega um que tá por cima e coloca por baixo e dá prioridade aqueles que....que o sujeito fez o pedido lá. [...] Por exemplo, a questão burocrática mesmo, se por exemplo, se alguém lá em cima fornecesse uma lista completa de tudo que precisa, não, aí a gente tinha como fazer tudo num dia só. Mas cada dia você pega uma coisinha, né? (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Checando estas informações na Emater, sobre os trâmites do Pronaf, o técnico me explicou que os contratos, na verdade, não passam pela prefeitura. Até 2003, os contratos eram feitos pela Emater e eram encaminhados diretamente para o Banco do Brasil em Viçosa, pois não tem agência no município. Depois de 2003, o banco começou a terceirizar o serviço de cadastramento dos contratos do Pronaf no sistema bancário. Desta forma, a prefeitura “contrata” um terceirizado que faz este serviço. Este contratado faz o trabalho em outra cidade, pois reside em Ubá, que fica a cerca de 100 quilômetros de Araponga. O técnico da Emater faz o projeto e encaminha para o terceirizado que “monta a proposta” que será cadastrada no sistema bancário. Feito isso, envia os documentos para o banco. Caso tenha algum erro, o banco envia a proposta de volta para o terceirizado. Resumindo, os trâmites do processo são demorados e passam por três “intermediários”: o técnico da Emater, o terceirizado e o responsável no banco. Cada processo leva de 30 a 60 dias para ser liberado, isso senão estiver faltando nenhuma documentação ou erro de preenchimento dos dados. O técnico da Emater nos relatou que não é mais “tarefa” da Emater resolver os problemas quando volta algum processo, isso deveria ser feito diretamente entre o banco e o agricultor, mas no final o técnico acaba tentando resolver. Também nos falou sobre o excesso de trabalho, considerando o número de contratos efetuados e a demanda do município, que conta com apenas um técnico para efetuar todo o serviço que seria o de atendimento, elaboração dos projetos, vistoria e assistência técnica, o que dificulta em muito o trabalho.

Os relatos sobre os trâmites do Pronaf mostram aspectos importantes em relação às políticas públicas que chegam ao município. Em primeiro lugar, as desconfianças dos agricultores em relação à prefeitura que era administrada até 2012 por um prefeito que fazia oposição às organizações de agricultores. Em segundo lugar, a falta de informações dos agricultores sobre os diferentes passos envolvidos na implementação do programa. As informações são desencontradas, falta uma lista de documentos necessários para o acesso ao crédito, os funcionários responsáveis estão sobrecarregados com acúmulo de trabalho. Sobre este aspecto, podemos ver como as relações entre as organizações e a prefeitura podem prejudicar este processo de acesso à determinada política pública, em função de desconfianças que podem ser fundadas ou não. A administração municipal também não aprova a contratação de mais um técnico, mas mesmo que não fosse possível, devido aos poucos recursos de um pequeno município, o mesmo não foi discutido.

Em municípios menores próximos a Araponga, onde o volume de contratos é bem menor, menos de 50%, a equipe técnica é maior. Por exemplo, em 2011, em Araponga, foram aprovados 488 projetos, sendo 399 para custeio e 89 para investimento. Como não poderia ser diferente, a maioria dos projetos aprovados para investimento estão relacionados à atividade cafeeira.

Em maio de 2012, a Cresol passou a *postar*¹⁰⁶ o Pronaf direto no Banco do Brasil, e a orientar os agricultores na elaboração dos projetos. Além da mudança de ambiente, os agricultores que já fizeram o empréstimo via Cresol afirmaram que foi mais rápida a liberação do crédito do que antes, pois demorava quase três meses na Emater.

Outra dificuldade apontada pelo agricultor foi à falta de assistência técnica. Para ele, o fato de possuir terra sem dúvida melhorou sua condição e a de muitos agricultores no município, pois “aumentou muito a produção, terra que estava improdutiva passou a produzir, e a questão econômica de quem comprou, hoje em dia, é como diz o ditado, é incomparável, né?” (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012). Mas na sua concepção, o que falta mesmo é assistência técnica:

É uma das principais coisas que pega lá hoje em dia para poder avançar é isso. Porque em alguns casos vêm alguns produtores, é... reduzindo muito a questão da produção... comprou a terra, aqueles que tem um pouquinho a mais de conhecimento, é... vai indo, mas chega a um ponto que ele não tem conhecimento básico da tecnologia para poder estar aumentando a produtividade, né? [...] E mesmo que seja tecnologia alternativa ou convencional, mas sempre tem que inovar algumas coisinhas para poder aguentar manter, se não, não aguenta manter (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Podemos perceber como a questão tecnológica aparece como um tema relevante para alguns agricultores. Na visão desse entrevistado, as tecnologias não são facilmente acessadas, pois, em sua opinião, inovar e aumentar a produtividade são muito importantes. Mesmo sendo um agricultor que se envolve e participa das organizações, fez cursos e desenvolve o cultivo de café orgânico e agroecológico, mesmo assim, na sua visão, precisa de assessoria técnica para poder “avançar”.

Outro aspecto observado e citado por agricultores no decorrer da pesquisa e em diversos momentos durante o trabalho de campo diz respeito à comercialização do café. Este agricultor, juntamente com outros 15 produtores, participou da formação de um grupo que

¹⁰⁶ Postar é o termo usado pelo técnico da Ecosol e pelo técnico da Emater que significa o mesmo que ‘cadastrar’ com o processo de pedido de financiamento, ou seja, fazer o pedido com os documentos requisitados de acesso ao crédito do Pronaf.

envia o café orgânico e agroecológico para uma cooperativa no sul de Minas Gerais¹⁰⁷. Para o agricultor, esta é uma forma de conseguir um preço maior, pois o preço do café orgânico em relação ao convencional, mesmo sendo muito variável de uma safra para outra, gira em torno de 20 a 40% a mais. Tiveram épocas, sobretudo após os resultados dos concursos de café, em que estes agricultores conseguiram mais de 100% em relação ao preço do café convencional. Mesmo com esta possibilidade, o agricultor afirma que o grupo é muito pequeno, teria espaço para mais gente e com isso poderiam aumentar o volume de café disponível a oferecer. Mais uma vez aparece a necessidade de alguém que faça essa intermediação. Na visão desse agricultor, falta o profissional que faça o serviço de organizar as pessoas e enviar o café, pois: “[...] depende de um montão de articulação, de planejamento para poder mandar o café e depois que o café está lá também igual ao que já falei antes. [...] A comercialização de lá não é tão simples”. O que o agricultor quis dizer é que quando o café é enviado não quer dizer que já pode ser vendido, depende de negociação, pois o café fica estocado até conseguir um bom preço:

[...] que tem que conseguir um valor maior e tem que dar sorte ... da questão do mercado, que às vezes, por exemplo, teve um dia que ele autoriza a venda e o mercado está num pico mais alto, e tem que esperar escolher, por exemplo, um dia que o mercado está bom pra poder vender (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Neste sentido o agricultor afirma que comercializar leva tempo e precisaria de uma pessoa para se ocupar disso, pois para ficar “livre do atravessador”, tem que “passar por mais caminhos”. Na visão deste agricultor, a questão da comercialização do café poderia estar mais avançada entre os agricultores que fazem parte das organizações, mas falta incentivo e visão por parte de algumas lideranças:

[...] comentei a respeito das pessoas que às vezes aparece uma coisa nova, fica muito empolgado com a coisa nova, e não dá valor às vezes ao que já está dando certo. É que é igual, por exemplo, a questão do café, tem seis anos que nós estamos comercializando, mas o grupo não cresceu, mas poderia ter crescido. Porque que às vezes não cresce, é porque, já escutei, por exemplo, da liderança, que no município igual esse de Araponga, que nós temos que esquecer de café e tem que pensar que café já é coisa do passado, e na minha opinião não é. Ainda é uma coisa que, na questão da comercialização em conjunto, foi a única coisa que deu mais certo e não poderia ficar abandonado, porque na organização ele tem ficado abandonado. A organização não dá prioridade, dá prioridade à outra coisa. Então, eu acho que tinha que dar menos valor ao que parece novo, mas não esquecer o que está dando certo (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Neste depoimento, o agricultor menciona dois aspectos importantes que não podem ser compreendidos senão for mencionada a fala que tive com uma liderança dias depois desta entrevista. O primeiro diz respeito às organizações de agricultores, o STR e a AFA. A AFA como associação, criada, justamente, com o objetivo de comercializar a produção, ainda não conseguiu se organizar para vender e comercializar o café ou mesmo acessar outra política pública de apoio à comercialização, a exemplo do PAA, programa que permitiria à associação comercializar uma diversidade maior de produtos. A organização que consegue ainda “puxar” os agricultores é o STR, mas este não possui perfil para trabalhar com

¹⁰⁷ Coopervita.

a comercialização da produção e se o fizesse escaparia dos seus objetivos. O segundo aspecto, que merece atenção, diz respeito a diferentes visões de mundo entre lideranças de CEBs e os agricultores mais jovens, alguns pertencentes às mesmas famílias. Os mais antigos acreditam que o importante seria investir em coisas novas, como o Pnae, por exemplo, que promove a diversificação da produção e fornece alimentos saudáveis para as escolas, favorecendo, desta forma, um conjunto maior de pessoas. O acesso ao Pnae tem seus pontos positivos relacionados não apenas à oportunidade de ampliação de mercado, mas também à produção e ao consumo de alimentos saudáveis para um maior número de pessoas, e, com isso, os agricultores não dependeriam tanto do café. Assim, ainda existem agricultores, sobretudo os mais novos¹⁰⁸, que são ligados às organizações que ainda investem muito e acreditam no café. Perguntei a este agricultor se ele fornecia produtos para o Pnae e ele respondeu que ainda não por causa da burocracia, pois tinha que arrumar a documentação e o que mais o desanimava era ter que tirar nota fiscal na prefeitura:

É bem burocrático também. É burocrático. Tudo hoje em dia para produtor mesmo tirar uma nota fiscal é bem puxado. [E aí tem que tirar na prefeitura?] Isso. É porque a gente chega e fica de molho toda a vida para ser atendido, né? Ah você espera aí um cadim, mais ou menos o que você viu lá embaixo [Quando o encontrei na Emater tentando resolver os problemas de um contrato do Pronaf, ficou esperando muito tempo]. Chega um montão de gente, né? Às vezes quando é uma coisinha de nada, fica esperando o dia todo, né? (entrevista José Lima, agricultor, Sede Araponga, 2012).

Além dos aspectos burocráticos, os depoimentos indicam que dentro das próprias organizações, “aparentemente” sem maiores conflitos, existem problemas e controvérsias que envolvem relações de poder e indicam a presença de relações conflituosas entre famílias próximas e gerações. Esta realidade sobre a constituição dos sindicatos na Zona da Mata, como visto anteriormente, foi observada na pesquisa realizada por Comerford (2003), que chama atenção para o fato de que a dinâmica dessas organizações não pode ser dissociada das redes de parentesco existentes, como disputas entre famílias, relações de poder e a rivalidade entre os córregos. Entretanto, foi possível observar e ouvir outros depoimentos a respeito do momento atual do sindicato em relação à renovação de seus quadros, como a falta de interesse dos mais jovens em assumir o trabalho e sobre o fato de que os que exercem alguma tarefa não demonstrarem o mesmo nível de empenho que tinham os mais antigos. Neste processo de constituição e consolidação do STR, é possível notar as diferenças entre interesses que envolvem gerações, mas também graus de escolaridade diferenciados. A criação de novas organizações nem sempre é bem aceita pelos mais antigos, não por serem simplesmente contra, a exemplo da criação da Ecosol, mas por não terem a mesma disponibilidade para assumir tarefas em função, talvez, das novas capacidades que são exigidas das pessoas que ficam a frente dessas organizações. Na visão de um coordenador da Ecosol, formado em economia e contabilidade pela UFV, isso acontece mais por causa da burocracia:

Aqui tem um pessoal que são muito bom de trabalho [cita o nome de algumas lideranças] são sempre ..., mas enquanto envolve burocracia eles travam. Aí eles jogam para os outros fazerem, entendeu? E às vezes o que agarra muito é, você vê o sindicato ali, a parte de fazer o trabalho de campo, de discussão, eles são bons, mas falou que é burocracia aí agarra muito, que às vezes o que agarra por exemplo hoje o sindicato, a associação é esses

¹⁰⁸ Geração dos filhos dos criadores da *Conquista de Terras em Conjunto*.

entravezinhos que às vezes, eles são as pessoas que fazem, que doam mais, aí os jovens não fazem isso que eles fazem. O problema das organizações que enfrentam muitas vezes hoje é isso, por que? O que eu estou querendo dizer? Porque todos esses nomes que eu falei eles abraçam a causa e fazem o que for possível para que aconteça. É..., mas como eles batem na burocracia, porque ainda envolve leitura, envolve aquela paciência que eles nunca tiveram na escola, que geralmente quem nunca foi na escola não tem muita paciência para ficar estudando, entre aspas, porque nem todo mundo é assim, aí o que acontece, aí quando você passa a indicar os mais jovens, os mais jovens não querem abraçar dessa forma (entrevista João Maia, Sede, Araponga, 2012).

Mesmo com uma resistência inicial para a criação de novas organizações, percebe-se, lendo as atas de criação dessas entidades, que tanto no caso da AFA como na fundação da Ecosol, algumas lideranças tradicionais das CEBs estiveram presentes, os mesmos que fundaram o STR e desenvolveram os primeiros trabalhos. Contudo, por meio dos livros de atas, é possível perceber que as novas gerações começam a participar destas novas instituições. Até a primeira etapa do trabalho de campo, em 2012, a Ecosol estava fazendo a reformulação de seu estatuto para entrar no sistema Cresol, assim, em abril de 2013, a Ecosol passou para o sistema Cresol. A intenção de sua diretoria era poder acessar uma maior carta de crédito, aumentar o patrimônio para obter uma taxa mais baixa e a possibilidade de poder administrar o Pronaf e o PAA. Em setembro de 2013, foram aprovados e liberados dois projetos para obter crédito do Pronaf, de dois agricultores familiares. Os recursos da Cresol são oriundos do governo federal, que repassa para o BNDES, pois este possui convênio com o Sistema Cresol. De acordo com um diretor da cooperativa, para que eles conseguissem passar para o sistema teriam que atender alguns critérios, que foram repassados em reuniões em Araponga por representantes da Cresol, mas que não foram feitas regras escritas. Ele citou as mais importantes: “se a diretoria está engajada em realizar projetos, se é importante para os agricultores e o município, se a cooperativa não está nas mãos de um grupinho, é mais ou menos isso” (entrevista João Maia, técnico Cresol, Sede Araponga, 2013). Para a reforma da sede, que tem agora dois pavimentos, a cooperativa usou recursos próprios e recebeu recursos do BNDES como fundo perdido para a compra de móveis e equipamentos.

A criação de organizações, o acesso às políticas públicas, programas e projetos, trazem ganhos, mas, do mesmo modo, impõem novos desafios aos agricultores, como a profissionalização sindical, a administração de novas organizações, bem como a complexidade no acesso às políticas públicas, que mesmo com maior abertura nos últimos anos, traz consigo maior exigência burocrática.

Mesmo com as dificuldades encontradas, no caso das organizações de agricultores de Araponga, a exemplo do que ocorre em outros locais, como se pode observar nos trabalhos reunidos no livro: *Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais - Ensinamentos a partir de casos*, organizado por Tonneau e Sabourin (2007), estas organizações são o resultado de um movimento social “forte”, sendo o movimento social um acelerador da elaboração ou aplicação das políticas públicas, encontrando meios e mecanismos para o seu acesso (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 284).

3.2 As dificuldades iniciais para a implementação do Pnae

As lideranças que acreditaram na possibilidade de acessar o Pnae em Araponga tiveram conhecimento do programa por meio de um anúncio em uma rádio. A agricultora relata que ao ouvir a notícia no rádio procurou saber mais sobre essa política pública. A

prefeitura, como relatado anteriormente, por ser de um grupo político oposto, não lançou edital para que os agricultores do município pudessem fornecer alimentos para as escolas. Assim, agricultores e antigas lideranças ligadas ao STR e a AFA marcaram reuniões na prefeitura para exigir o lançamento do edital. Mas, quando finalmente a prefeitura o fez, os agricultores não queriam acessá-lo, por medo de não receberem o pagamento dos alimentos pela prefeitura, ou seja, por não confiarem no prefeito. Em função das disputas políticas locais, a política pública do governo federal, em um primeiro momento, se deparou com um ambiente de conflitos e desconfianças. Para resolver este impasse frente aos agricultores, após o lançamento do edital, uma liderança, agricultora e representante da AFA resolveu arriscar e forneceu os alimentos para a merenda escolar. O pai dessa agricultora também resolveu acessar o Pnae. Assim, os dois assinaram os contratos e no decorrer do processo mais cinco famílias se interessaram em fornecer alimentos para a merenda, com candidaturas no próximo edital. Quando os dois primeiros passaram a receber o pagamento pelos produtos, mais pessoas se interessaram e procuraram a AFA para acessar o programa.

Desta forma, esta agricultora fez a tradução da política pública para os outros agricultores, mostrou que era possível e que poderia dar certo trabalhar com a prefeitura e as escolas. Esta agricultora faz parte da direção da AFA, foi presidente do STR por dois mandatos, adquiriu terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto*, e, portanto, fez a mediação entre as escolas, os agricultores e a prefeitura. A entrada do Pnae no município demonstra as diferentes interfaces para se acessar uma política pública. Quando a mesma não é lançada, quando ocorrem desconfianças, ou seja, precisa de lideranças que acreditem e queiram acessar a política pública. Para esta agricultura e liderança local, o Pnae é a política pública mais acertada do governo federal:

[...] uma política pública mais bem feita, mais correta não é ela [o Pronaf] porque ele não falou com os agricultores assim: “vai plantar isso”. Ele falou [o Pnae]: “você quer vender? Então vai plantar”. Eu arrumo lugar de vender quase tudo. Para mim isso aí é uma das mais completas que eu já vi, políticas públicas já inventada. Porque as vezes o agricultor, ele, ele quer plantar mas se não tem onde conseguir vender, aí ele não vai plantar (entrevista Nélia Lemos, agricultora, Sede Araponga, 2012).

Desde o seu primeiro ano de funcionamento, em 2010, o programa ainda passa por ajustes que estão sendo feitos pelos próprios agricultores e mediadores da associação. Segundo o seu depoimento, o primeiro ano foi mais difícil, pois foi o ano “que a gente mais apanhou, tinha que fazer projeto e os agricultores plantavam para comer e não para vender. E tinha que plantar o que a escola queria, não só o que a gente tinha. Aí começou a plantar coisas diferentes” (entrevista Nélia Lemos, agricultora, Sede Araponga, 2013). Na implementação do programa, a maior dificuldade foi a diversificação dos produtos para atender ao edital dirigido às escolas, que exige uma variedade de produtos que não eram produzidos pelos agricultores. A falta de um produto causa problemas com as escolas, pois poucos querem produzir o que é mais difícil, dispendendo-se a fornecer, quase sempre, os mesmos produtos. Outra dificuldade encontrada é manter a qualidade de entrega e continuidade. No caso do feijão, por exemplo, mesmo produzido sem agrotóxicos, ele tem que ter um padrão no tamanho dos grãos e ser entregue o mais limpo possível, livre de resíduos naturais como mato, pedrinhas, etc. Assim, a dificuldade, de acordo com a agricultora que organiza os produtores, é que o agricultor entregue os produtos de acordo com as exigências feitas pelas escolas e, por outro lado, que as escolas, no caso das merendeiras, sejam mais flexíveis ao receberem produtos que não são beneficiados como nas indústrias de alimentos. Desta forma, o programa, na sua implementação, precisa passar por ajustes necessários até

que os agricultores e as escolas se adequem para um melhor funcionamento do programa no município.

Araponga possui 11 escolas municipais, duas estaduais e uma comunitária, que é a Escola Família Agrícola (EFA-Puris), localizada na comunidade de São Joaquim. A EFA, devido a sua natureza específica, não recebe produtos do Pnae. Os pais dos alunos é que doam os alimentos. A EFA recebe verbas do governo federal que são repassadas via governo estadual. A câmara municipal aprovou uma lei para repasse do governo municipal, mas de acordo com a secretaria da escola e algumas lideranças, a prefeitura anterior não repassava as verbas para a escola desde 2009, por questões políticas, pois, como já observamos anteriormente, o prefeito que ficou no cargo até final de 2012 era adversário político das lideranças e representantes das organizações de agricultores. Exemplo claro de como a configuração da rede em nível local pode interferir no acesso a um bem público por parte da população.

De toda forma, o Pnae é a política pública mais bem avaliada pelo conjunto de agricultores entrevistados, lideranças e dirigentes das organizações, por quem fornece alimento para o programa e mesmo também por parte de quem não fornece, mas pensa em participar. Por outro lado, as lideranças afirmam que a mesma ainda não é bem compreendida por todos, o que se reflete, ao que tudo indica, no baixo número de agricultores familiares que fornecem para o programa e no fato de que os agricultores de Araponga ainda não fornecerem produtos para o PAA, pois, como observaram alguns de nossos entrevistados, existem agricultores familiares que acham que é mais interessante focar na produção de café. De acordo com uma antiga liderança local:

[...] para mim o melhor ou menos ruim que apareceu do meu ponto de vista de governo é essa de merenda. Só que o povo ainda não entendeu, né? Que para ela não é só merenda, ela tem uma coisa muito mais forte é fazer com que a região produza, para sustentar, muitos querem a merenda escolar para isso e as pessoas, o povo não deu conta de pensar nisso, começou com 30% obrigatório, mas não tem seus 30%, que pode ser o máximo possível né? (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia d'Anta, 2012).

Para esse agricultor, o Pnae é muito mais do que o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, pois envolve a qualidade dos alimentos, a produção sem agrotóxico e a possibilidade de fixar mais o homem no campo:

E com isso você come com qualidade na [...] escola, ela também pode chegar dentro das famílias, reduzir essas questões de doenças, enfim, mas o pessoal, ainda é uma política que para mim é de um valor muito grande, mais ela não está sendo entendida ainda, nem pelos gestores, e nem pela população, apesar de que Araponga ainda tem um avanço razoável, que tem um ponto de empregar bem mais de 30%. Então, eu acho que Araponga teve [...] o primeiro ano não, o segundo ano em diante já teve, porque tem que enfrentar se você não tiver coragem para enfrentar [...] Além do que já tinha nessa cidade, uns vem criticando, colocando defeito, batendo daqui, batendo dali na administração [...] Vamos conversar, aí fomos conversando, aí ajudou... ajudou muito e conseguimos ter essa política aí (entrevista Nildo Lemos, agricultor, Praia d' Anta, Araponga, 2012).

O Pnae, no seu quarto ano de implantação, está mais consolidado, pois sempre tem agricultores interessados em fornecer alimentos para o programa. Dependendo do lugar, o que acontece é alguém desistir de um ano para outro, pois se fornecem alimentos frescos, da horta, por exemplo, desistem por causa das longas distâncias. O que falta, de acordo com a

organizadora, é aumentar a demanda das escolas e construir isso conjuntamente, envolvendo as escolas e a prefeitura, de forma a aumentar o número de agricultores familiares a se interessarem pelo programa. A Tabela 4, abaixo, mostra a evolução do número de agricultores que fornecem alimentos para o Pnae por comunidade nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

TABELA 4 – Distribuição de Fornecedores para o Pnae por comunidade

Comunidade/Ano	2010	2011	2012	2013
Praia D'anta	0	5	5	3
São Joaquim	1	8	6	5
Salazar	1	2	2	1
Estouros	0	0	1	3
Outras Comunidades	0	5*	5*	6*
Total	2	20	19	18

Fonte: autora, a partir dos dados de campo.

2011* - Distribuídas em quatro comunidades diferentes.

2012* - Distribuídas em quatro comunidades diferentes.

2013* - Distribuídas em três comunidades diferentes.

O baixo número de famílias que fornecem alimentos no primeiro ano comprova as desconfianças em relação ao programa e o medo dos agricultores de não receberem o pagamento por parte da prefeitura. O segundo ano de acesso mostra que o trabalho de base realizado pelos representantes da AFA e do sindicato consegue vencer as desconfianças em relação ao programa e a prefeitura, que não tem domínio direto sobre o mesmo por ser uma política pública ligada diretamente ao governo federal. O terceiro e o quarto ano de acesso, 2012 e 2013 respectivamente, mostra que teve um pequeno declínio de famílias que fornecem os alimentos, algumas famílias desistiram por causa da falta de transporte. Os números também revelam a distribuição de fornecedores por comunidade e a concentração de um número maior de agricultores familiares que acessam o Pnae em duas comunidades: Praia d'Anta, comunidade de origem das principais lideranças que criaram a *Conquista de Terras em Conjunto* e as organizações de agricultores e, a comunidade de São Joaquim, constituída em grande parte por migrantes de outras comunidades e que compraram terra por meio da *Conquista de Terras*, e onde se localiza a sede da EFA-Puris. Na comunidade de Salazar, apenas uma família fornece alimentos para o programa, mas desde o primeiro ano de acesso. Essa família pertence a atual presidente do STR. No conjunto de famílias que participaram desta pesquisa, apenas três forneciam alimentos para o Pnae.

3.3 O jogo político local e o reflexo no acesso a programas e projetos

A formulação das políticas públicas envolve a relação de um conjunto de atores que vão se reunir para sugerir, discutir e negociar as demandas de grupos diversos com interesses quase sempre antagônicos. Mas após a sua formulação, aprovação e liberação de recursos, a política pública precisa chegar aos lugares para ser implementada através de toda uma cadeia de mediações. A depender da regulamentação de cada política, os gestores responsáveis pela implementação podem ser públicos ou privados, como as associações e as cooperativas. É certo que uma política pública para ser implementada não depende apenas da vontade política local, pois as políticas públicas de âmbito do governo federal mais cedo ou mais tarde serão conhecidas e poderão ser cobradas pelos agricultores e/ou organizações. O processo em si, poderá levar mais tempo e passar por negociações entre os atores locais, mas um conjunto de articulações, conflitos e acomodação poderão ser efetivado.

Assim, lidar com a questão política foi um dos pontos mais difíceis durante o trabalho de campo. Isso se deu por vários motivos, entre eles, por existirem no município diferentes grupos políticos, o que não poderia ser diferente. Contudo, enfrentei algumas dificuldades em falar sobre certos temas por causa de acontecimentos envolvendo denúncias entre grupos opostos e, particularmente, porque uma boa parte do trabalho de campo foi realizada no *tempo da política* (HEREDIA; PALMEIRA, 2010).

O *tempo da política*, nos termos definidos por Heredia e Palmeira (2010), ocorre na época das eleições municipais e é um importante *tempo* em Araponga, pois se vive a política com toda a sua intensidade. Falar sobre as eleições foi difícil para alguns, provocando certo desconforto. Em outros casos, encontrei grande disponibilidade e o querer falar quase que só de política e não das políticas públicas, da produção, da história de família etc. Foi relatado que neste ano de realização da pesquisa de campo, em 2012, as comunidades que não votaram no prefeito para a reeleição ficaram sem transporte escolar, alimentação nas escolas e transporte da saúde após o resultado das eleições. Assim, observar e perceber o que ocorre no plano político local se mostra extremamente complexo, mesmo em se tratando de um município pequeno, onde se presume, todos são conhecidos, sejam parentes ou não, em um lugar onde aparentemente não existe grandes embates políticos. Mas é justamente nestes pequenos espaços que as disputas pelo poder e o jogo político se revelam em sua plenitude no *tempo da política*. Buscar compreender as questões políticas vivenciadas no município também foi importante para melhor compreender como a realidade política local pode influenciar na implementação e no acesso das políticas públicas pelos agricultores.

A política municipal, como dito anteriormente, se mostra neste período de realização da pesquisa, extremamente desfavorável para as organizações de agricultores, não por serem de oposição, pois em eleições passadas, mesmo sendo de partidos e grupos opostos às organizações, conseguiam dialogar com o poder público local, como por exemplo, na época da execução do diagnóstico para a criação do Plano de Desenvolvimento Local, em 2000. O prefeito da época, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), governou por dois mandatos e mantinha com as organizações diálogo e abertura para a implementação das políticas públicas. A elaboração do plano contou com a articulação das diferentes organizações que atuam no município, sejam públicas ou privadas, e de uma instituição importante como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e seus representantes. Nesta época, de 1997 a 2004, Paulo Miranda, que foi prefeito por dois mandatos pelo PSDB, mesmo com opção partidária oposta aos movimentos, mantinha diálogo com os agricultores. Nas palavras de um agricultor, técnico e liderança local:

Paulo já estava no segundo mandato e, como no segundo mandato ele abriu muito a questão aí para os movimentos e mudou a política pública, a política de... um pouco da política dele de assistencialismo e procurou trabalhar de uma forma mais coletiva, né? A gente conversava mais, aí o sindicato teve mais abertura, para a gente sentar e conversar, aí mudou muito. [...] Que aí apareceu na cara assim, a questão da... passou a entender melhor o que era movimentos sociais, o que era o sindicato, o que era o CTA. Aí essas políticas públicas que vinham trazer benefícios, mesmo com algumas dificuldades, mas avançamos bastante. Porque aí veio também com o governo Lula de 2002, né? É 2002 já era o governo... já era o governo Lula que mudou o Pronaf, infraestrutura para o Pronaf, o territorial, aí teve a criação de territórios, essas coisas. Então aí já as políticas públicas do governo federal pressionavam para que as políticas públicas dos governos municipais tivessem uma parceria com esses movimentos sociais. Aí a gente sentava, conversava, dialogava. É aí que uma dessas pessoas que votava por

troca de favores individuais achavam que ele não estava fazendo uma boa administração (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

De acordo com outros relatos, este ex-prefeito é um fazendeiro da região do Estouros, que tem como ramo de atividade a criação de bovinos e o plantio de café convencional. É conhecido como uma pessoa simples, fácil de conversar e que tinha disposição para receber as organizações. Um diretor de uma associação, que não é de agricultores, o definiu como “um coronel, mas um coronel no bom sentido”, ele explica que é coronel devido a sua força política, mas era no “bom sentido” porque buscava acabar com a política da “botina e do chapéu”, ou seja, buscava acabar com as relações de favor e clientelismo.

Mesmo sendo um prefeito bem avaliado, não só por partidários, mas também pela oposição, aos olhos de lideranças e representantes das organizações, o mesmo é um fazendeiro. Mesmo assim, foi resolvido que na eleição seguinte, as lideranças e representantes das organizações de agricultores lançariam candidatos, em composição, o vice do PT e o prefeito pelo PMDB, além de candidatos a vereadores. A eleição foi acirrada, pois o candidato apoiado pelos agricultores mais envolvidos com as organizações e pelo prefeito anterior obteve 2.144 votos, enquanto que o segundo colocado, candidato pertencente a outra família tradicional no município e que já havia concorrido as eleições anteriormente, obteve 2.138 votos.

O candidato apoiado pelos agricultores, funcionário público municipal, ex-secretário de governo de Paulo Miranda, não era o mais expressivo e alguns avaliam agora que o melhor era ter lançado como candidato a prefeito o agricultor e liderança desde os tempos de CEBs, que foi o candidato à vice pelo PT. Após a posse em janeiro de 2005, os candidatos eleitos passaram por um desgaste político que vem trazendo reflexos até os dias de hoje, pois não vão lançar candidatos para a próxima eleição por estarem “desiludidos” com a política local e ainda não saberem se vão apoiar alguém. Este descrédito com a política começou logo após a posse, em janeiro de 2005, quando o grupo político adversário fez uma denúncia de uso indevido de caminhão da prefeitura pelo então prefeito como “compra” de votos. A polícia recebeu a denúncia como se a prefeitura tivesse emprestado um caminhão para a entrega de tijolos como pagamento de benefício político. Com isso, ficaram afastados da administração por 10 meses até que o inquérito do tribunal eleitoral fosse concluído. Embora o veredito tenha sido inocentado os candidatos eleitos, mesmo assumindo o cargo após 10 meses, as pessoas ligadas a este grupo político avaliam que o estrago já estava feito¹⁰⁹. Na eleição seguinte, venceu o grupo político adversário, ligado ao atual prefeito, médico, oriundo de um distrito de Araponga, que retornou ao município após vários anos de ausência para concorrer às eleições, o mesmo que, segundo as lideranças, agiu na questão do caminhão.

No ano que assumiu o cargo, a atual prefeitura fez outra denúncia, mas desta vez contra a AFA. A prefeitura fez uma denúncia de roubo do caminhão de limpar café do pátio da prefeitura. Porém, o caminhão pertencia à AFA e havia sido adquirido por meio de projeto via Território que foi proposto e executado na gestão anterior. Mas a documentação, por causa de atraso, só chegou por meio da prefeitura após a posse dos novos eleitos. O ex-diretor da AFA conta como ocorreu este caso:

Eu fui à prefeitura requerer o documento do caminhão, que estava pronto, tudo liberado, eles não quiseram me liberar o documento do caminhão. Como o serviço era grande eu liberei o caminhão e o motorista para ir limpar o café do vizinho, que não é um agricultor familiar, mas, porém, dentro do

¹⁰⁹ Três pessoas me contaram esse caso em momentos diferentes, uma liderança local, uma liderança de CEBs e o diretor de uma rádio comunitária.

critério, se o caminhão tivesse à toa ele poderia limpar café dentro do município de Araponga para qualquer pessoa. [...] Eu liberei o caminhão para ir trabalhar, quando foi de manhã ele foi, quando foi nove horas a polícia baixou atrás, mandado do prefeito, prendeu o caminhão com a máquina, retirou ele da fazenda e veio trazendo ele para Araponga. Aí o ajudante veio e me... anunciou que o caminhão estava sendo preso, eu saio, pego toda a documentação e vou de encontro com a polícia na estrada com o caminhão, fui e mostrei a documentação que tinha sido feita da prefeitura doando o caminhão para a associação. O policial foi e ficou dividido no que fazer com o caminhão e com a apreensão. Chegando a Araponga, tornei a ir à prefeitura de novo e apresentei o documento de liderança, expliquei tudo e a polícia ficou dividida, prende ou não prende. Eu fui e fiz uma pergunta: o caminhão pode ir para o pátio nosso? Ou vocês o assumem no pátio da prefeitura com coberta para não estragar a máquina, que a máquina é de madeira e ela não pode tomar chuva? Eles liberaram para que eu levasse para o nosso pátio. Depois mandou o motorista buscar o caminhão lá no pátio da associação. Nós não quisemos entregar o caminhão. E aí arrumou uma guerra, entre a prefeitura e a associação. Nós não entregávamos o caminhão, porque eles mandaram buscar ele e eu pedi ordem judicial, vocês querem buscar? Traz uma ordem judicial, queria que a polícia buscasse, mas não puderam buscar, eles tem documentos que provam que o caminhão é deles e o documento ficou preso na prefeitura, e o caminhão ficou cinco meses parado, porque não podia sair sem documento (entrevista Paulo Santos, agricultor, Serra, Araponga, 2012).

Durante o trabalho de campo, ouvi relatos de outras ações feitas pelo grupo que está na prefeitura, que estaria empregando contra os opositores políticos que fazem parte das organizações de agricultores. Como, por exemplo, não arrumar as estradas onde não estão seus correligionários, não fazer o repasse de recursos para a EFA, ter denunciado a AFA e ainda a compra de votos. O exemplo do caminhão, que foi adquirido por meio de uma política pública, se transformou em um grande problema para os agricultores por causa das relações conflituosas com o poder público. É por este e outros motivos que as atuais lideranças se dizem “desiludidas” com a política, não querem se lançar candidatos para concorrer ao cargo de prefeito, pois reconhecem que até certo ponto foram ingênuas em achar que ganhando a eleição poderiam governar sem maiores problemas, não tomando os devidos cuidados, pois não esperavam “tamanha reação dos adversários”. O fato de terem ganhado com pouca diferença também causou descontentamento e comentários na população.

Sobre este aspecto é interessante notar a semelhança do que ocorreu em Araponga com a pesquisa na região de atuação de lideranças do Mobon descrita na tese de doutorado de Fabrício Oliveira (2012). A pesquisa de Oliveira tem como foco a politização das lideranças que criaram e atuaram no Mobon. Participando das eleições municipais, algumas lideranças, conclui o autor, não tiveram necessariamente ganhos políticos quando se candidataram a cargos públicos. Entre os principais motivos para os que não conseguiram se eleger ou tiveram baixa expressividade nas urnas, segundo a sua pesquisa, as lideranças de CEBs tiveram dificuldade em entrar no jogo político por questões de conflitos morais, entre a lógica religiosa e a prática política clientelista ainda vigente em alguns municípios. Em Araponga também se observa estes conflitos, pois foi relatado que na época da campanha eleitoral alguns moradores pediam favores, o que era negado pelas lideranças que estavam na prefeitura na época.

Estes e outros episódios que tive conhecimento durante a pesquisa mostram como as redes de relações em nível local são complexas, envolvendo relações políticas conflituosas fora das organizações, dentro delas e no município como um todo, o que de certa forma pode

ser um elemento que dificulta a implementação das políticas públicas, ou que as mesmas, mesmo sendo acessadas ou implementadas, dependem de um ambiente político mais favorável para a sua real efetivação e ampliação. Como exemplo, de acordo com o relato de uma agricultora, a prefeitura poderia apoiar a entrega dos produtos da merenda, pois a falta de transporte e a condição das estradas prejudicam muito os agricultores, que além de se preocuparem com o trabalho da terra ainda tem que deixar as suas propriedades para entregar os produtos, assim, alguns acabam desistindo.

Ainda em relação às políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, o que mais está sendo esperado pelos dirigentes da AFA é a associação poder acessar o PAA. De acordo com uma liderança que presta serviço no STR, seria mais fácil comercializar a produção com o reforço deste mecanismo, tendo em vista que o PAA compra os alimentos disponíveis e distribui para as escolas complementando a oferta de produtos destinados às escolas através do Pnae. Com o PAA as escolas poderiam integrar o que falta e os agricultores poderiam fornecer, além disso, alimentos para creches e abrigos. O que faltava até 2012 para a AFA poder acessar o PAA eram as certidões negativas e outros documentos da associação. Em 2013, a documentação ficou pronta. Ao falar com um representante da Cresol sobre a possibilidade de agora a cooperativa receber os recursos do PAA, ele afirmou: “não adianta fazer a discussão sem a AFA estar envolvida. Tem que partir da AFA e não da Cresol” (entrevista João Maia, Araponga Sede, 2013). A Cresol apenas receberia os recursos e repassaria para a AFA fazer o pagamento para os agricultores. Perguntei para a agricultora e liderança que organiza os documentos e listas de fornecedores para o Pnae o que falta para a AFA acessar o PAA e ela respondeu: “Falta grupo! O povo querer! Como vamos acessar um programa senão tem fornecedor?”. Este depoimento retrata, em parte, a realidade, mas os motivos da pouca participação de agricultores associados à AFA em participar do programa podem ser outros, entre os quais, interesse em focar parte da produção de alimentos em quantidade maior que vai além da produção para o autoconsumo e não focar apenas no café.

Outra política pública que caminha a passos lentos no município é a de Crédito Fundiário¹¹⁰ para a compra de terra. Um grupo de meeiros da comunidade de Estouros e outro da comunidade de Salazar estão tentando acessar o crédito já há alguns anos. Os dois grupos tomaram conhecimento deste tipo de crédito para a compra da terra por meio de apresentações feitas pelo STR sobre a *Conquista de Terras em Conjunto* e o programa de Crédito Fundiário do governo federal e também em função da distribuição de cartilhas elaborada pela Contag sobre o programa. No ano de 2012, o grupo de meeiros da comunidade do Estouros, estava bem animado com a possibilidade de comprar terra. Mas como o crédito atrasou, o dono da terra desistiu de vender a propriedade em questão. Os meeiros tinham interesse em comprar esta terra porque já trabalhavam nela há certo tempo, alguns deles há três anos, outros há cinco ou mais. Uma liderança do STR acha que o fazendeiro, na verdade, nunca quis vender a terra, mas que começou a negociar com os meeiros a possibilidade de vendê-la para que os mesmos cuidassem da terra. Depois que os meeiros plantaram frutíferas no meio do cafezal e fizeram à recuperação do solo, o dono desistiu de vender.

¹¹⁰ O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 2003 e tem como objetivo “contribuir para a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida das famílias, mediante o acesso à terra e o aumento de renda”. Desde a sua implementação o programa também já passou por reformulações, como mudança na taxa de juros, bônus de adimplência regionalizado, aumento do prazo de financiamento, seguro, que os contratos do PNCF já firmados tenham força de escritura e permite de inclusão das custas cartoriais, tributos, e serviço de medição (topográficos e de georeferenciamento) no valor do financiamento ou da renegociação e aumento das linhas de financiamento, passando para três: Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Nossa Primeira Terra (NPT). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/07/contratacoes-do-credito-fundiario-sao-retomadas-em-21-estados>> Acesso em: 15 jul. 2014.

Desta forma, este capítulo procurou demonstrar como as organizações de agricultores estão se tornando executoras de políticas públicas e procurando meios para acessar outras políticas, independentes do governo municipal. O jogo político pode sofrer mudanças de acordo com o resultado das eleições municipais, mas também estaduais e presidenciais, pois os municípios dependem do apoio do governo do estado e do país. Assim, dependem de como serão feitos os arranjos políticos locais e estaduais, que por sua vez, dependem do resultado das eleições, mas, igualmente, do poder de ação dos agricultores e organizações a nível local para jogar o jogo político.

CAPÍTULO IV - REDES SOCIAIS, COMUNIDADES E FAMÍLIAS: DIFERENTES TRADUÇÕES E INTERFACES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem como objetivo, com base nas entrevistas realizadas com os agricultores nas comunidades, identificar as redes de relações em que os mesmos estão inseridos e as diferentes traduções que fazem das políticas públicas, identificando as interfaces estabelecidas entre os agricultores, as organizações locais e a ação governamental. Em um primeiro momento, será traçado um perfil das 20 famílias entrevistadas, considerando a composição do grupo familiar, as relações com a terra, as formas de organização do trabalho e de manejo nas unidades produtivas, suas condições de acesso às políticas públicas e sua afiliação e/ou participação em organizações associativas ou religiosas. Em um segundo momento, se descreverá, com mais detalhes, as três comunidades e/ou córregos, apresentando, na parte final do capítulo, a trajetória de diferentes famílias por comunidade, suas redes de relações e interfaces com as políticas públicas¹¹¹.

A lição que podemos tirar deste conjunto de famílias é que não existe um padrão único, não é possível realizar uma tipologia única das famílias e de sua relação com as políticas públicas, pois a realidade é diversa e cada família interpreta, da sua maneira, a sua relação com as políticas públicas. Mas o que o trabalho de campo mostrou nesta pesquisa foi que as traduções que os agricultores fazem das políticas públicas estão relacionadas com a sua trajetória de vida e as suas estratégias de reprodução das famílias. Suas trajetórias e estratégias de reprodução, por sua vez, estão inter-relacionadas com uma série de dimensões constitutivas do universo de vida desses agricultores incluindo: sua experiência pessoal e familiar; a comunidade e/ou córrego em que vivem; as formas de trabalho; as redes de relações pessoais e institucionais em que se encontram inseridos; sua posição nessas redes; as formas de acesso à terra e de manejo dos sistemas produtivos consolidadas ao longo do tempo. Todas estas dimensões estão, evidentemente, inter-relacionadas. Por este motivo, para a análise das trajetórias, escolhi famílias que pudessem representar esta diversidade, mas, ao mesmo tempo, que são de certa forma o reflexo do contexto e do ambiente em que estão inseridas - uma realidade marcada por trajetórias de agricultores que possuem pequenas propriedades e tem como base o uso de mão de obra familiar no desenvolvimento do seu sistema produtivo, cujo acesso à terra é assegurado, em grande parte, através de relações de meação. Como afirma Long (2001, p.49): “A vida social é heterogênea. Compreende uma ampla diversidade de formas sociais, repertórios culturais, mesmo sob circunstâncias aparentemente homogêneas”¹¹². No nosso exemplo, podemos citar sete dimensões que aparentemente podem ser encontradas em outros lugares, mas que são diferentes em cada lugar e família, como: a trajetória de vida, o trabalho, a terra, a comunidade/córrego, o manejo, as redes de relações e as estratégias de reprodução das famílias. Estas diferentes dimensões estão inter-relacionadas e influenciam as diferentes traduções, acessos e interfaces construídos por esses agricultores na sua relação com as políticas públicas. Procurei representar essas dimensões na Figura 5, abaixo, buscando delimitar o campo social em estudo:

¹¹¹ Em todos os depoimentos, nas entrevistas e nas trajetórias usaremos a seguinte identificação: Entrevista, nome e sobrenome fictícios, comunidade e número, família e número, de acordo com a numeração do banco de dados que está organizada nos quadros que serão apresentados neste capítulo, e, por fim, ano que foi feita a entrevista, ficando desta forma: (Entrevista Paulo Lemos, C1F2, 2012), ou seja, Comunidade 1, Família 2.

¹¹² Tradução autora: *Social life is heterogeneous. It comprises a wide diversity of social forms and cultural repertoires, even under seemingly homogeneous circumstances*” (LONG, 2001, p. 49)

Figura 5: Representação das várias dimensões do campo social estudado

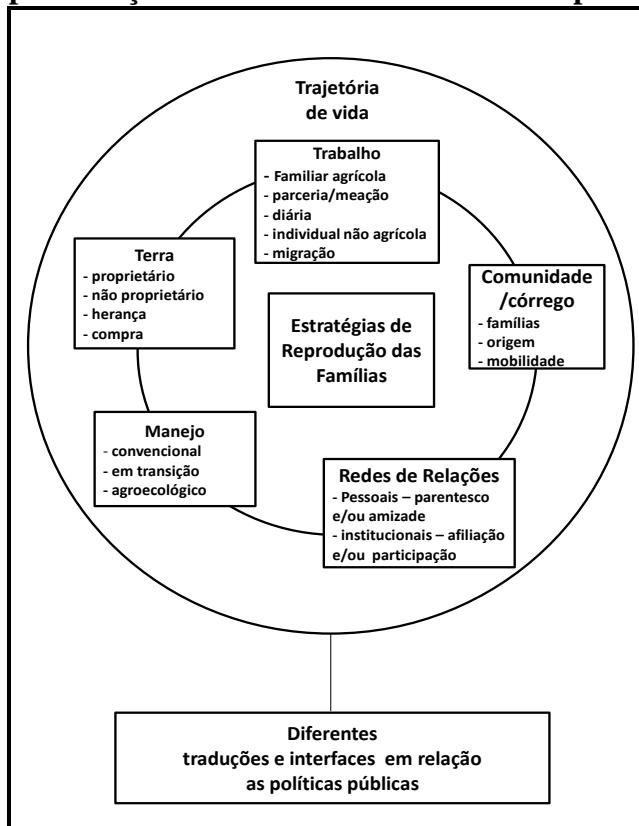


Figura 5: elaboração autora.

Como podemos visualizar na Figura 5, as diferentes dimensões podem se desdobrar em diferentes aspectos ou atributos, mas que não são exclusivos destes agricultores, podendo ocorrer em menor ou maior grau em outros lugares e com algumas variações. Mas que são, recorrentes, nestes camponeses que foram pesquisados na Zona da Mata mineira. Algumas dessas dimensões são centrais para compreender a relação destes agricultores com as políticas públicas, como a terra, as relações de trabalho, a comunidade, as redes e as diferentes estratégias de reprodução das famílias. Para uma melhor compreensão do que foi observado se faz necessário detalhar cada um dos termos encontrados e suas possíveis variações.

Família

Por família me refiro à família nuclear geralmente composta de pai, mãe e filhos, mas igualmente, o casal ainda sem filhos, situação observada no caso de algumas das famílias entrevistadas. Também foi contemplado a família estendida, pois na região é comum as pessoas se referirem à família considerando os que não coabitam no mesmo sítio, mas são parentes de primeiro grau, como pais, irmãos, tios e primos, sendo “tudo da mesma família”, tanto do lado paterno quanto do materno. O termo parente é menos utilizado, mas abrange, em geral, pessoas da família mais distantes e que habitam, por vezes, no mesmo córrego, quando afirmam “aqui tudo é parente”. Fiz as entrevistas nas casas das famílias nucleares e na descrição das trajetórias perguntei sobre a história de vida dos pais do casal, surgindo, assim, referências aos tios e avós. As famílias são importantes referências nos córregos ou comunidades. Na pesquisa de dissertação do mestrado constatou-se que era comum as famílias comprarem terra perto dos parentes que já tinham terra, seja dos pais, tios ou irmãos. A maioria das famílias que entrou na *Conquista de Terras em Conjunto* se concentrava em

sete comunidades principais. Por exemplo, irmãos que compraram terra em Praia D'anta e criaram um *condomínio* de irmãos, com as propriedades uma do lado da outra, dividindo as benfeitorias e os benefícios comuns, como pasto, cerca e estrada, morando próximos a um tio e primos.

Na pesquisa do doutorado, a importância da família na composição dos córregos e comunidades ainda é central, se não moravam lá antes, vão tentar comprar terra no mesmo lugar ou em lugares próximos a parentes. Por outro lado, há também uma mobilidade, uma circulação grande entre cidades vizinhas na venda e troca de terra e nos casos de famílias ou indivíduos que migraram de alguma forma e que buscam retornar ao local de origem. Foi muito comum nos depoimentos de famílias mais antigas a história de avós ou até dos pais que moravam, antes da compra de terra, em comunidades ou córregos que tinham predominância de outras famílias, mas que buscaram morar próximos às suas famílias.

As famílias que estão conseguindo comprar terra no município estão promovendo, deste modo, um processo de *recampesinização*, como definido por Ploeg (2008). Neste processo, devido à disponibilidade de terra em determinado lugar, vão recriando novos espaços que não necessariamente serão povoados por uma mesma família. O assentamento Novo Horizonte, que fica em São Joaquim, figura como um lugar que tem irmãos, tios, sobrinhos de um tronco familiar e irmãos, primos e tios ligados a outro tronco familiar.

Esta preferência das famílias por morar no mesmo local ou em lugares próximos a parentes quando compram terra e/ou quando retornam para o município faz com que criem verdadeiros territórios de parentesco como nos termos definidos por Woortmann (1995) e constatados para a região da Zona da Mata mineira por Comerford (2003).

Trabalho

Em relação ao trabalho, não me refiro à importância que o mesmo tem para a reprodução do campesinato e na economia camponesa, visto que outros autores já o fizeram. O trabalho destes agricultores é familiar e a família trabalha geralmente na agricultura e em sua unidade produtiva. Mas nesta pesquisa o campo mostrou as diferentes relações de trabalho e estratégias que são acionadas por estes agricultores, ou seja, seus arranjos possíveis. Deste modo, existem: famílias que trabalham apenas em sua propriedade; famílias que trabalham em sua propriedade e também em propriedades de outros como meeiras/parceiras; famílias que trabalham eventualmente como diaristas em terra de outros; famílias que tem membros que recorrem ao trabalho fora da unidade produtiva, exercendo atividade não agrícola, mas como pedreiro, servente, professor, agente comunitário de saúde etc.; famílias que recorrem à migração como forma de fazer economias e voltar para o município e comprar terra. As famílias podem conciliar dois ou mais arranjos.

A parceria/meação se mostra importante para estes agricultores continuarem na *roça* e terem acesso à terra, pois como afirmou um agricultor, o parceiro/meeiro tem mais segurança que o trabalhador rural. Pode conseguir, por exemplo, juntar recursos e comprar terra podendo cultivar, além do café, também um roçado (milho, feijão). A parceria/meação também comporta arranjos variados, sendo que os acordos entre as partes variam, tanto em relação à porcentagem como no que diz respeito às obrigações que cabem a cada um. Podem envolver contratos formais ou informais, entre familiares ou não, como veremos na descrição das trajetórias. A meação ocorre entre o agricultor com terra ou pouca terra e o fazendeiro, mas também entre familiares, como entre pai/filho, mãe/filho, tio/sobrinho e entre cunhados.

Durante o trabalho de campo, a categoria fazendeiro, pelo menos para mim, tomou outras dimensões, pois não necessariamente significava ter grandes extensões de terra, embora, alguns tenham mais terra que a maioria dos agricultores do município. Outros fatores contribuem para que uma pessoa seja considerada um fazendeiro e não somente a posse da

terra. Por exemplo, uma senhora, viúva, professora aposentada é chamada de fazendeira pelos agricultores¹¹³, mas não tem mais que 40 hectares. Um associado da Associação de Produtores de Cafés Especiais de Araponga (APCEA) também é considerado fazendeiro¹¹⁴, mas tem apenas 16 hectares¹¹⁵, onde cultiva eucalipto e 19 mil pés de café convencional, pois de acordo com seu depoimento usa na lavoura “fungicidas e inseticidas”. Tentou por sete anos cultivar café SAT (Sem Agrotóxico)¹¹⁶, mas disse que desistiu por causa da queda da produtividade e por ataques de pragas na lavoura como bicho mineiro, ferrugem e marimbondo¹¹⁷. Pelo menos quatro fatores contribuem para que a pessoa seja um fazendeiro no município perante o olhar dos outros. Em primeiro lugar, estão as *relações de trabalho*. No caso dos dois “fazendeiros” citados, sempre empregaram trabalhadores rurais ou tiveram meeiros em suas propriedades. Segundo, *as redes sociais* em que estão inseridos são outras, fazem parte de outro grupo dentro do município, grupo este que tive pouco acesso. No caso da APCEA, por exemplo, são sócios os produtores de cafés especiais e de altitude, ‘pequenos’, médios e grandes fazendeiros que possuem pequenas e grandes extensões de terra no município e fazem parte de outras redes familiares e instituições. Por exemplo, um dos criadores desta associação é um dos maiores fazendeiros do município tanto em relação à posse da terra, como em número de pés de café cultivados e trabalhadores empregados e meeiros. Na entrevista que realizei com este associado, que possui 16 hectares, ele afirmou que teve interesse em ser sócio da Ecosol, mas não foi aceito pelo fato da esposa ser professora. Segundo ele:

Eu já tentei entrar na cooperativa, que é uma coisa útil para a gente [Ele disse por causa do acesso ao crédito]. E é bom para o lugar da gente, só que eu não fui enquadrado por eles acharem que agricultura familiar tem que trabalhar todo mundo na roça e minha esposa é professora, então eles achavam que eu não enquadava como agricultor familiar. E também tem o sindicato rural também que é o sindicato do empregado [ele se refere ao STR como um sindicato rural do empregado e não do empregador, ao qual ele não é sócio, pois emprega trabalhadores rurais] (entrevista Joaquim Meira, Sede, 2012).

O terceiro fator é *o tipo de atividade exercida* pelos membros da família, pois neste caso sua esposa é somente professora, não trabalha na agricultura, diferente das famílias de agricultores que possuem algum de seus membros exercendo atividades não agrícolas, mas continuam trabalhando na propriedade. E, por último, *o manejo* de sua propriedade que é completamente diferente de todas as outras 20 propriedades dos agricultores que foram

¹¹³ Os agricultores que foram entrevistados.

¹¹⁴ Considerado por ele mesmo e por outros agricultores que me falaram sobre os sócios desta associação.

¹¹⁵ Por exemplo, existem agricultores que, após comprarem terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto*, também receberam terra de herança e chegam a ter quase 25 hectares, evidente que participam das associações desde o seu início.

¹¹⁶ SAT é a produção sem agrotóxico, mas pode-se fazer uso de adubo químico. O Instituto Mineiro de Agropecuária faz a certificação. De acordo com o site do instituto, a “certificação SAT é de adesão voluntária e o interessado em certificar sua produção precisa seguir algumas etapas” e passar por auditoria. Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/produtos-sem-agrotoxico-sat>>. Acesso realizado em: 10 mar 2014. Mas, em Araponga, mesmo os agricultores que não possuem a certificação formal fazem uso deste termo para designar sua produção que se enquadraria com o sistema SAT.

¹¹⁷ De acordo com a explicação de uma engenheira agrônoma, o bicho mineiro e a ferrugem são pragas que atacam a folha do café. A ferrugem é um tipo de fungo que ocorre mais no tempo úmido e o bicho mineiro é um inseto que surge com maior frequência no tempo seco - cada um exige um tipo de controle. O marimbondo dificulta a colheita.

entrevistados, pois trabalha somente com duas culturas, o café e o eucalipto, além de fazer uso de diferentes tipos de agrotóxicos.

Terra

A terra se mostra de fundamental importância como estratégia de reprodução deste campesinato. A terra tem valor como bem material, mas não somente isso, como apontado por K. Woortmann, a terra para os camponeses “não é simples coisa ou mercadoria” (1990, p. 12)¹¹⁸ também possui valor moral. Como mostraram os depoimentos recolhidos na pesquisa realizada durante a minha dissertação de mestrado, e como foi lembrado por uma família entrevistada na pesquisa do doutorado, a terra para os agricultores que a compraram significa liberdade. No trabalho de Comerford (2003, p. 64), o acesso à terra, ter ou não ter, pode ser analisado quanto a sua importância como condição para a “respeitabilidade”, entre as famílias que contam e não contam nos córregos.

As trajetórias de vida das famílias entrevistadas mostram como a terra move as famílias que acionam diferentes estratégias de compra, venda, troca e arranjos variados para se reproduzirem enquanto camponeses e como família através de gerações. A terra é adquirida, ou como dizem os agricultores do grupo de compra *conquistada*, por meio do trabalho na agricultura como diaristas, trabalhadores rurais e meeiros. Alguns realizando outros trabalhos por meio da migração. Outros agricultores também receberam parte da terra por meio de herança. Mas nem sempre ser dono da terra significa deixar de ser meeiro/parceiro. Importante notar que todos os meeiros/parceiros, que participaram da pesquisa, moram em suas próprias casas. Os menores possuem terrenos que permitem ter, além da casa própria, horta, pomar e a criação de pequenos animais, mas não possuem terra o suficiente para o sustento da família e que possibilite ter um roçado (plantação de milho e feijão) e lavoura (de café). O fato de terem casa própria já melhora a sua condição de vida, tornam-se menos dependentes do dono da terra. Ademais, as casas que eram cedidas para os meeiros morarem nas fazendas diminuíram muito nos últimos tempos¹¹⁹.

Comunidades ou córregos

Foram escolhidas para a realização da pesquisa três comunidades no município, em virtude de suas características diferenciadas. Essas comunidades apresentam diferenças mesmo estando dentro do próprio município e se tratando de comunidades que têm como principal atividade econômica a produção de café. Essas comunidades apresentam situações diversas em relação à posse da terra, à estrutura dos sistemas produtivos e à participação das famílias nas organizações de agricultores, entre outros aspectos que serão apresentados no desenvolvimento deste capítulo. As três comunidades selecionadas foram: Praia d’Anta (estendida a São Joaquim), Salazar e Estouros.

De acordo com algumas lideranças locais e o técnico da Emater local, o município de Araponga possui 32 córregos e/ou comunidades. Como apontado no trabalho de Comerford (2003) e mencionado na introdução, o *córrego* é um termo comum utilizado na Zona da Mata mineira e, portanto, não é diferente em Araponga. Refere-se ao curso d’água, que ao longo dela se distribuem vários sítios recortados em áreas de várzea e encosta. Uma distinção importante que faz Comerford (2003) é que o termo é mais comumente utilizado não sendo

¹¹⁸ Outros autores também constataram, entre outros, a importância que a terra tem, não apenas material, mas também simbólica para os camponeses, como Wolf (1976), Mendras (1978) e Woortmann (1995).

¹¹⁹ Sobre a análise da *morada* como forma de subordinação dos trabalhadores ao dono da terra, ver os trabalhos de Palmeira (1977) e Garcia Jr. (1989).

oficializado no plano administrativo, eclesiástico ou político, como acontece com o termo comunidade. Para as lideranças locais e sindicalistas *córrego* e *comunidade* não apresentam muita diferença, mas quando estes são maiores afirma-se que uma comunidade pode ter vários córregos.

Neste sentido, quando estive na reunião do sindicato e falei da pesquisa afirmando que gostaria de ir em lugares diferentes, me perguntaram quais eram as *comunidades* ou se era no município inteiro. Assim, expliquei que gostaria de ir a três *comunidades*. O termo *comunidade* é muito utilizado no sindicato e pelas lideranças de CEBs, pelo menos quando estão com pessoas que não são do município, mas também utilizam o termo *córrego* para se referirem a uma mesma localidade em momentos diferentes. Como explicou uma ex-liderança sindical, quando perguntei a diferença entre *comunidade* e *córrego* para poder me referir a Praia D'anta, São Joaquim, Salazar e Estouros, ela disse: “o Estouros é um aglomerado de *comunidades* ou *córregos*”. Não é comunidade sozinha porque “não celebra nada junto, ele inteiro”. Mas também afirma que é comum se referirem ao Estouros como comunidade. “Praia d' Anta e Salazar são *córregos*, são só eles, sozinhos, mas pode falar comunidade também” (entrevista Nélia Lemos, agricultora, Sede Araponga, 2014). E refere-se a São Joaquim como *córrego*, que tem a comunidade de Novo Horizonte, por exemplo, criada quando realizaram uma compra de terra e assentaram 27 famílias. Outra liderança de Araponga afirmou que São Joaquim é uma comunidade, mas também córrego, sendo Novo Horizonte uma pequena comunidade criada por eles e que fica na comunidade de São Joaquim (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2014). Este último entrevistado também disse que há lugares que são nomeados apenas como comunidade, como a comunidade do Boné: “ninguém vai falar córrego do Boné”. E tem outros que falam só como córrego, mas na sua visão todos são comunidades.

Assim, o termo comunidade empregado nos últimos 30 anos e mais recorrente nos últimos 15 anos tem como referência um *córrego*, que tem uma história de ocupação que pode estar relacionada com alguma família ou característica peculiar ao local, como mostrou o trabalho de Comerford (2003) – servindo de referência aos trabalhos de ONGs, do sindicato e entre outras organizações. Por ser um termo mais utilizado nos dias de hoje, uso de forma geral o termo *comunidade* como referência a uma localidade que possui diferentes *córregos*, mas também utilizarei *córrego* quando for mencionado pelas famílias entrevistadas. Assim, de acordo com os entrevistados, o município possui 32 *comunidades* ou *córregos*. Os *córregos* podem ser nomeados pelos nomes de famílias que possuem terra no lugar e que lá habitam há certo tempo, como, por exemplo o Córrego dos Paula, onde ainda mora grande parte da família de sobrenome Paula, o Córrego dos Laia, que ficam em Estouros, e o Córrego dos Maria. Nos *córregos* ou *comunidades* podem haver famílias com outros sobrenomes devido à divisão da terra por herança ou venda. Também varia o número de famílias que habitam o córrego, podendo haver 10, 30, 40 ou 50 famílias. Alguns têm o nome que caracteriza o lugar, que define aquele lugar como Córrego Barro Branco, Córrego Jacutinga (tipo de ave), Córrego Taquarassú (tipo de taquara, planta utilizada na confecção de utensílios), Córrego Batatal, Córrego Casa Nova (porque havia uma casa nova que era a sede de uma fazenda) e Córrego São Domingos.

Há também os locais que se chamam de “comunidades” dentro de uma grande comunidade, como, por exemplo, Comunidade dos Pereira, que fica em Estouros e pertence a uma família que possui vários descendentes no mesmo lugar. Contudo, isso não impede de haver pessoas de outras famílias morando na mesma comunidade, só que em menor número.

Assim, a primeira delas (Praia d'Anta, estendida a São Joaquim), que na verdade abrange duas comunidades por serem próximas, possuindo muitos descendentes da primeira vivendo na segunda, e possuírem características bem similares. Por estes motivos, optou-se em considerá-las uma, a “primeira comunidade”. Estas duas comunidades foram escolhidas

por serem os lugares onde se concentram o maior número de lideranças e famílias que compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*. Também é o lugar onde se localiza o maior número de sócios-fundadores das principais organizações de agricultores familiares. Em Praia d'Anta, os moradores são mais antigos, boa parte possuía terra antes da *Conquista de Terras em Conjunto*, e os mais novos compraram terra por esta técnica. Em São Joaquim, existem moradores antigos e também os que migraram de outras comunidades do município para lá quando algumas famílias compraram terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto*, nos anos 1990. Outra parte realizou uma grande compra em 2001, com 84 hectares. Este local é chamado comunidade Novo Horizonte e também era comum chamarem de assentamento Novo Horizonte, que fica na comunidade de São Joaquim. A área foi dividida entre 30 famílias, não em partes iguais, mas de acordo com o interesse e condições de cada família, sendo que 22 famílias não tinham terra e oito fizeram uma nova compra. Nesta grande área foi reservado um espaço, doado pelos agricultores que formaram este grupo, para a construção da Escola Família Agrícola (EFA-Puris), em 2008. No Novo Horizonte, também há descendentes de famílias de Praia d' Anta.

A segunda comunidade, Salazar, ao contrário da primeira, foi escolhida por ser uma comunidade de pessoas que não participaram da criação da *Conquista de Terras em Conjunto*, mas que possui algumas famílias que compraram terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto* e agricultores que participaram da criação do STR e, posteriormente, das outras organizações de agricultores. Assim, alguns são pequenos proprietários de terra, mas também existem meeiros. Salazar também é a comunidade de origem da atual presidente do STR e da presidente da gestão anterior.

A terceira, a grande comunidade de Estouros, por ser uma comunidade mais distante e maior em termos de extensão territorial, possui grandes fazendas, mas também pequenos produtores, e o maior número de meeiros. Tem uma trajetória de menor envolvimento das famílias nas organizações associativas do município, muito lembrada por causa da longa distância em relação a sede do município. Assim, em Estouros, existem pequenas e grandes propriedades – estas sendo maiores que em outros lugares do município -, e possui áreas baixas com grandes extensões de pastos para a criação de gado.

Manejo

Em relação ao manejo das unidades produtivas, algumas famílias que moram em Praia d'Anta, São Joaquim, Salazar e Estouros, entre os agricultores que participaram desta pesquisa, são consideradas como agroecológicas ou em transição para a agroecologia. Em algumas propriedades onde os agricultores são meeiros o manejo é convencional. O manejo convencional é aquele mais dependente de insumos externos, faz uso de agrotóxicos e o sistema produtivo é pouco ou nada diversificado.

Mas, antes de prosseguir, é preciso ressaltar, primeiramente, que agroecologia não se resume a formas de manejo. Objeto de estudo de vários pesquisadores oriundos de diversas áreas, como ciências agrárias, ecologia, biologia e ciências sociais, não existe uma definição geral para o termo agroecologia, pois o mesmo não se resume a promover o manejo sustentável do sistema de produção, como o não uso de agrotóxico, o cuidado com o solo, a redução de insumos externos, entre outros. Além disso, como sugeriu Altieri (2002, p. 16) como campo do conhecimento, a agroecologia “fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores de recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”. Schmitt e Pertersen (2009) chamam atenção para o fato de que a “transição agroecológica”, como conceito, ainda está em construção, cabendo observar que:

A constatação de que a mesma não se limita ao processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção (pouco diversificados e dependente de insumos externos) para sistemas diversificados e autossuficientes, agrega complexidade a sua aplicação. Ao ser entendida como um processo que implica simultaneamente na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais e no fortalecimento da autonomia dos camponeses e agricultores familiares na produção e reprodução de sua base de recursos passa a envolver um conjunto mais amplo de dimensões, remetendo, necessariamente, a um debate sobre modelos de desenvolvimento (SCHMITT e PETERSEN, 2009, p. 3990).

Estas definições se fazem necessárias neste trabalho, pois, como analisado no segundo capítulo, a teia de relações sociais destes agricultores tem como um de seus integrantes o movimento agroecológico. O CTA-ZM e alguns professores da UFV têm trabalhado na promoção da agroecologia nesta região há 27 anos, o que de certa forma faz com que os termos agroecologia, transição agroecológica, o café SAT, e, num sentido contrário, manejo convencional, a agricultura empresarial, monocultura, entre outras, façam parte do dia a dia e do discurso daqueles agricultores historicamente mais envolvidos com o movimento sindical e com o próprio CTA-ZM. O que não significa que a agroecologia não existisse anteriormente como prática ou como “modos de vida”, em menor ou maior grau, neste campesinato.

Assim, de forma resumida, para Wezel et al, (2009), a agroecologia é ao mesmo tempo ciência, prática e movimento, uma vez que a ciência evoluiu como disciplina a partir da década de 1930 até os anos 1960 ao questionar o sistema agroalimentar e os impactos da Revolução Verde. Se firma como prática nos anos 1980, em contraponto a modernização conservadora da agricultura e como movimento, com diferenças entre países - mas no caso do Brasil, ao enfatizar a relação entre agricultura e sociedade, fortalece o agricultor familiar e os movimentos sociais camponeses na busca por autonomia, qualidade de vida e valorização do saber tradicional, de sua cultura e identidade (WEZEL et al. 2009).

Portanto, neste trabalho, são considerados como agroecológicos os próprios agricultores que assim se definem como agroecológicos ou em transição para a agroecologia, uns sendo mais agroecológicos do que outros. Não utilizam nenhum tipo de agrotóxico, produzem uma variedade de produtos além do café e não usam adubo químico ou buscam reduzir o uso deste insumo nas suas plantações com o objetivo de alcançar um maior equilíbrio no sistema, tornando-o menos dependente de insumos externos. Cultivam o café consorciado com outras culturas, possuem plantações em sistema agroflorestal, que é o cultivo do café com outras espécies arbóreas, leguminosas e frutíferas. Outras propriedades não chegam a ter um sistema agroflorestal, mas possuem algumas espécies no meio do cafezal como abacate, banana e leguminosas, e podem também ser consideradas como propriedades agroecológicas. Outras propriedades possuem o chamado café SAT, ou seja, sem agrotóxico, mas também podem ser consideradas agroecológicas, umas mais, outras menos. Os agricultores que trabalham com agroecologia se percebem como agricultores que apresentam uma forma diferenciada de se relacionarem com o meio ambiente e com os outros e de participarem e se envolverem com o seu entorno.

Na fala dos agricultores, como veremos nos depoimentos, foi recorrente o agricultor ao falar do preço do café, dizer que teria que haver um preço diferenciado para o seu café que é agroecológico. Alguns agricultores em recente projeto em parceria com o CTA-ZM, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e demais parceiros, criaram conjuntamente (agricultores, técnicos e professores) critérios que reconheciam as propriedades como

ecológicas¹²⁰. Entre novembro de 2011 e maio de 2012, ocorreram várias reuniões com a participação em média de 30 famílias para a criação dos critérios que as propriedades deveriam preencher para receber as placas de identificação como propriedades agroecológicas. As reuniões foram realizadas na Casa de Cultura, que fica na sede do município (Cepec). Ao final das reuniões, 52 famílias de diferentes localidades dentro do município receberam as placas.

Redes de Relações Pessoais e Institucionais

Por fim, a última dimensão na análise das trajetórias teve como objetivo identificar em que redes de relações a família estava inserida, fossem elas “redes institucionais” ou redes familiares. Em relação às redes institucionais é preciso ressaltar que existem duas variações, as pessoas que realmente participam das organizações e as que estão envolvidas com alguma atividade ou frequentam alguma instituição associativa ou religiosa. Por exemplo, no caso do sindicato, alguns afirmaram “só pago mensalidade”, não participando de nenhuma atividade, como as reuniões mensais dos sócios ou de diretoria - são filiadas, mas não participam. Como familiar, se a pessoa faz parte do grupo que criou a *Conquista de Terras em Conjunto* ou alguma das instituições no sentido de saber como começou a participar ou se apenas se associou a alguma instituição. O objetivo foi também saber como as informações circulam na teia de relações destes agricultores.

- X -

Na pesquisa, foram realizadas entrevistas com questionários semiestruturados e entrevistas gravadas, além de encontros com atores-chave. Decidiu-se fazer uma amostra de seis a oito famílias por comunidade, mas foi possível entrevistar oito famílias em Praia d'Anta e São Joaquim, cinco famílias em Salazar e sete famílias em Estouros, além de entrevistas com as principais lideranças locais e técnicos do CTA-ZM, da Emater e professores da UFV. Ao todo foram aplicados 20 questionários e 22 entrevistas semiestruturadas. Na aplicação do questionário e na entrevista realizada com as famílias, buscou-se ouvir todos os membros que fazem parte da família, mas de forma conjunta, pois não foi possível entrevistar as pessoas separadamente. Assim, em um número menor de famílias, o casal e os filhos mais velhos respondiam as perguntas ou os filhos entravam na conversa para complementar as respostas dos pais. Mesmo que esta pesquisa não trate do tema específico de relações de gênero, constatou-se que, em sua maioria, as mulheres não falaram na presença dos maridos e como as entrevistas foram realizadas com as famílias, não foi possível fazer entrevistar apenas as mulheres. Isto ocorreu em grande parte devido ao tempo e disponibilidade das famílias em agendar as entrevistas, pois em sua maioria, por escolha dos entrevistados, só se conseguiu agendar as entrevistas nos fins de semana, o que reduziu muito o tempo disponível. Algumas, com certa insistência da pesquisadora, respondiam a determinadas perguntas. Em três famílias, as mulheres, mais à vontade, falaram igual aos homens e, em duas famílias, as mulheres falaram mais que os homens. No restante das famílias (15), as mulheres falaram

¹²⁰ Algumas placas foram entregues na EFA-Puris e outras foram entregues no STR. Poucas famílias que participaram da criação dos critérios para a construção e recebimento da placa não a fixaram na propriedade ou não foram buscá-la. A placa possui um desenho feito por uma agricultora, retratando uma propriedade com diversidade, lavoura, pomar, criações, água e reserva natural. Todas as placas possuem, além do nome da propriedade/sítio, o mesmo desenho, a seguinte frase: “Ajude-nos a cuidar da Mãe Natureza”, lista de parceiros e as logomarcas: CTA-ZM, STR, AFA, EFA-Puris, Ecosol e UFV-PEC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura), ABCDE Ambiente Brasil (ONG) e apoio: PDA, FNMA (Ministério do Meio Ambiente) e Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata-MG).

menos. Duas famílias da comunidade de Salazar não quiseram fazer parte da pesquisa alegando falta de tempo.

Em relação às entrevistas e às comunidades pesquisadas, como mencionado na introdução, foi escolhido um informante-chave que indicasse algumas famílias a serem entrevistadas. Posteriormente, estas famílias indicavam mais famílias e assim por diante. Cabem, ainda, aqui, algumas observações sobre o agendamento das entrevistas. Na primeira comunidade, pelo fato da pesquisadora já conhecer algumas famílias que lá residem, foi mais fácil agendar as entrevistas e, ao mesmo tempo, foi difícil que não indicassem pessoas da mesma família. Mas o que poderia ser a princípio um problema, no caso de serem famílias do mesmo tronco familiar, foi justamente o contrário, por terem opiniões e desejos em relação às políticas públicas tão diferentes umas das outras.

Na segunda comunidade, onde a pesquisadora conhece poucas famílias, embora algumas tenham participado da pesquisa sobre a *Conquista de Terras em Conjunto*, o agendamento das entrevistas foi mais difícil, pois, além da recusa de algumas famílias, em outras, o aceite para fazer parte da pesquisa foi mais demorado. O pedido para participar da pesquisa gerava desconfianças, pois alguns perguntavam: *Para que você quer saber isso? Vai demorar muito tempo? Porque tem que ser a minha família?* Nesta comunidade foi possível entrevistar cinco famílias antes que se iniciasse o período das chuvas, o que dificultou ainda mais continuar o trabalho nesta localidade. Na terceira comunidade, embora a pesquisadora não conhecesse nenhuma família previamente, todas as famílias se mostraram prestativas e com vontade de participar da pesquisa, tanto as famílias dos agricultores proprietários de terra como a dos meeiros.

Do conjunto de agricultores que participaram da pesquisa, apenas uma família se identificou como *agricultor familiar* e grande parte como lavradores ou agricultores. Assim, podemos afirmar, em linhas gerais, que as famílias das diferentes comunidades que participaram da pesquisa são de *agricultores* que utilizam mão de obra familiar, seja dentro de sua propriedade ou na de outros, como meeiros, e têm como principal atividade econômica a produção de café. Alguns exercem trabalhos temporários como o de pedreiros ou diaristas em lavouras ou em outros serviços. Em três famílias, as mulheres exercem atividades não agrícolas, em tempo parcial, sendo que uma delas é professora da rede municipal, outra trabalha como agente comunitária de saúde e a última é assistente de dentista. Um jovem é guarda do Pesb. Estas famílias contam com um rendimento extra de um salário mínimo mensal (menos a assistente de dentista), o que reflete nas boas condições da casa e benfeitorias na propriedade, mas por ser o trabalho extra das mulheres, o mesmo, de acordo com a fala dos homens, é considerado como “ajuda” (*ela me ajuda muito; o trabalho dela ajuda muito; quando o café tá fraco, o trabalho dela ajuda muito*). Em relação ao jovem, embora contribua para o rendimento familiar, o mesmo é considerado o trabalho dele e “ele ajuda quando precisa”. As famílias podem ser consideradas jovens e pouco numerosas, considerando uma família de cinco membros, a maioria possui terra, seja comprada, herdada ou ambos os casos. Diversificam a produção na propriedade e têm diferentes percepções acerca das políticas públicas em virtude também das redes sociais em que estão inseridas, da condição da posse da terra e da relação que tem com as políticas públicas. A idade média dos pais de família que participaram da pesquisa é de 40 anos. Apenas duas famílias têm pais acima de 50 anos, sendo que em uma família o homem da casa tem 23 anos.

No Quadro 7, *Identificações das famílias, condições de posse da terra e relações de trabalho*, a seguir, pode-se identificar as principais características das famílias pesquisadas nas três comunidades em relação à composição da família, à posse da terra, o número de pessoas que trabalham na unidade produtiva, quantos ainda estudam os tipos de trabalhos exercidos fora da propriedade e o tipo de manejo. Assim, de acordo com os dados do Quadro 7, das 20 famílias pesquisadas, 16 são proprietárias de terra, 11 destas participaram da

Conquista de Terras em Conjunto e, dos 16 proprietários, sete também são meeiros. Outras quatro famílias são apenas de meeiros, alguns com pequenos terrenos onde fica a casa, o galinheiro, a horta e o pomar. São terrenos que foram herdados ou que ainda são dos pais. Desta forma, das 20 famílias pesquisadas, 11 também são de parceiros/meeiros, com ou sem contrato formal, com ou sem terra. As 11 famílias trabalham como parceiras/meeiras em lavouras de café, seja convencional ou SAT, em lavouras consorciadas, ou não, com outras culturas.

Quando os agricultores dizem apenas “lavoura”, significa que são cultivos de café, mas que podem ser consorciados com outras culturas, como o milho e o feijão, possuir bananeiras e abacateiros, sobretudo nas propriedades agroecológicas. E quando dizem apenas “roça” a mesma é “lavoura branca”, de milho e feijão, que pode ter um espaço específico reservado para o seu plantio ou ser cultivada nas “ruas” do cafezal. Esta possibilidade de plantar a “roça” entre o cafezal constitui estratégia importante para a economia das famílias. Nem todos os meeiros têm uma “roça” no meio do cafezal “a meia”, alguns por vontade própria ou porque não tem permissão do dono da terra para ter a “roça”, o que seria mais comum caso fossem os donos da terra. Como veremos mais adiante, das 25 lavouras de café “a meia”, 12 são consorciadas. De 11 famílias, oito delas são parceiras em mais de uma lavoura, sendo que estas podem pertencer a diferentes proprietários e envolver diferentes tipos de acordos entre as partes¹²¹.

Do total de 20 famílias, 12 ainda possuem filhos em idade pré-escolar ou escolar, cursando o ensino fundamental ou médio. Duas famílias de meeiros têm filhos com ensino médio completo e que ainda moram com os pais. Um destes jovens, que mora na Comunidade dos Pereira, começou a cursar Física na UFV, mas por questões de saúde estava com a matrícula trancada na época do trabalho de campo. A maioria dos casais (11 famílias) possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, estudaram até a quarta série. Em quatro famílias a mulher tem ensino médio completo e uma mulher se formou em pedagogia e é professora da rede municipal de ensino. Em linhas gerais, os aspectos educacionais demonstram as facilidades para permanecerem na escola e a universalização do ensino nos dias de hoje, merecendo também destaque a criação da EFA que oferece ensino médio. Os mais antigos relatam que na sua época era mais difícil permanecer na escola, ainda mais quando os pais não tinham terra. Ainda sobre formação, do total de famílias, em 15 delas, o homem, a mulher ou o casal fizeram diversos cursos de curta duração nos últimos anos oferecidos pelo Senar, Emater, prefeitura e, a maioria, pelo CTA-ZM em conjunto com o Departamento de Solos da UFV.

Para uma melhor visualização das comunidades, nos quadros foram adotadas as seguintes cores: **cinza**: comunidade 1 - Praia D'anta e São Joaquim, famílias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; **bege**: comunidade 2 – Salazar, famílias 9, 10, 11, 12 e 13 e **verde**: comunidade 3 – Estouros, famílias 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Na página seguinte pode-se visualizar o Quadro 7, *Identificação das famílias, condições de posse da terra e relações de trabalho*:

¹²¹ Quatro famílias se identificaram como parceiras e sete como meeiras.

Quadro 7 – Identificação das famílias, condições de posse da terra e relações de trabalho

Nº Família	Total de hectares, terra comprada; comprada e herdada; só herdada e comprada na <i>Conquista de Terras em Conjunto (CTC)</i> ou não	Idade ¹	Pessoas que vivem na unidade familiar	Pessoas que trabalham na propriedade	Quantos estão matriculados na Pré-escola, no ensino Fundamental ou Médio?	Auto Denominação	Exerce trabalho fora, qual? ²
1	2,5 ha - comprada (CTC) e herdada	41	4	4	2 no Fundamental	Agricultor, parceiro	Pedreiro, parceiro
2	15 ha - comprada (CTC) e herdada	42	5	3	2 Fund. (1 EFA-Jequeri)	Agricultor Familiar	
3	3,9 ha - terra comprada (CTC)	30	4	2	1 Pré-escola	Lavrador e trab. Rural	Pedreiro
4	4,5 ha - terra comprada (CTC)	45	4	4	2 Médio (EFA-Puris)	Lavrador, meeiro	Meeiro
5	5,7 ha - comprada (CTC) e herdada	39	5	4	1 Médio (EFA-Puris) 2 Fundamental	Agricultor, meeiro	Diária, concerta bicicleta
6	13 ha - terra comprada (CTC)	45	5	5	3 Fund. (1 EFA-Jequeri)	Agricultor	
7	7,8 ha - comprada (CTC) e herdada	46	7	5	4 Fundamental	Trabalhador rural	
8	1,5 ha - terra comprada (CTC)	34	3	2	1 Fundamental	Peq. Proprietário, meeiro	Pedreiro, meeiro
9	6 ha - terra comprada (CTC)	41	7	4	3 Fundamental	Agricultor	Professora
10	0,06 ³	45	4	4	2 Médio (completos)	Lavrador, parceiro	Filho guarda do Pesb, parceiro
11	0,5 ha - terra comprada	36	3	2	1 Pré-escolar	Trab. Rural e parceiro	Pedreiro, parceiro
12	3,2 ha - terra comprada (CTC)	41	5	5	1 Médio 2 Fundamental	Lavrador e trab. Rural, parceiro	Filho: servente
13	3 ha - terra comprada (CTC)	34	2	2		Agricultor	Mulher: agente PSF
14	0,06*** ⁴	49	5	5	3 Médios (completos, e 1 matrícula trancada na UFV)	Meeiro	Filhos: 1 diarista, 1 meeiro
15	0,5 ⁵	23	2	2		Agricultor, meeiro	Meeiro e diarista, mulher: assistente dentista
16	0,6 ha - comprada e herdada ⁶	37	4	3	2 Fundamental	Meeiro, peq. Produtor	Meeiro
17	4,3 ha - comprada e herdada	54	2	2		Trabalhador rural	
18	12 ha - comprada e herdada	59	3	3		Lavrador	
19	1 ⁷	34	4	3	1 Fundamental	Lavrador, meeiro	Meeiro

20	0,06 ⁸	34	4	2	1 Fundamental	Lavrador, meeiro	Meeiro
----	-------------------	----	---	---	---------------	------------------	--------

¹ – Idade do pai de família.

² – Se exerce trabalho fora da unidade produtiva e tipo de trabalho exercido.

³ – Possui uma casa e área para horta e pomar no terreno do pai da esposa.

⁴ – Área que tem só a casa construída, horta, tanque para a criação de tilápia e paiol, não tem espaço para cultivar café, o terreno foi herança da mãe da esposa.

⁵ – Área que tem a casa, horta, pomar e 1.000 pés de café, o terreno é do pai do esposo.

⁶ – Área que tem a casa, horta, tanque para a criação de tilápia, pomar, curral de porcos e 2.000 pés de café, a terra foi herança da mãe do esposo e uma parte foi comprada dos irmãos do esposo que receberam a terra também de herança.

⁷ – Área que tem a casa construída, horta, pomar, curral de porcos e 4.000 pés de café, o terreno é da mãe do esposo que cultiva o café a terça com os pais.

⁸ – Possui área que tem a casa construída, galinheiro, curral de porcos, horta, pomar e não tem espaço para cultivar café.

As relações de parceria podem ter contratos firmados legalmente ou com base apenas na palavra entre as partes interessadas. Os contratos estabelecidos entre os parceiros e os proprietários de terra, sejam formais ou informais, também variam entre si, havendo vários arranjos possíveis, inclusive com diferentes cotas-parte, como permitido pela lei nº 4.504/64 que é o Estatuto da Terra¹²², mas também por outras leis e decretos posteriores ao estatuto que são complementares e que regem os contratos de parceria e outros temas relacionados ao direito agrário. Os “contratos” informais ou verbais, como dizem, são os arranjos estabelecidos entre as partes sobre como deverá funcionar a parceria/meação. Dos 25 acordos de parceria/meação das famílias pesquisadas, 14 são sem contrato e 11 são com contrato.

No Quadro 8, *Relações de Trabalho: parceria/meação*, a seguir, é possível visualizar as relações de trabalho e como variam os “contratos de parceria” entre os parceiros/meeiros, em relação ao que cabe a cada parte, à quantidade de pés de café que serão manejados pelo meeiro, à forma de manejo da lavoura e o tipo de cada contrato. Alguns agricultores preferem falar que são “parceiros”, termo empregado juridicamente e mais utilizado pelo sindicato a que diz respeito aos que trabalham em terras de outros, dividindo insumos e produção, mesmo sem ter um contrato formal que estabeleça a relação de parceria. Outros usam com mais frequência o termo “meeiro”, uma categoria ‘nativa’ bem utilizada na região, ainda do tempo em que não havia os contratos formais. Segundo um agricultor e liderança local, ao perguntar qual a diferença para eles entre “parceiro” e “meeiro”, o mesmo afirmou: *quando se é parceiro quer dizer que temos uma parceria, trabalhamos em parceria, mas o meeiro também. Ele trabalha a meia com o dono da terra, o que mudou mais foi quando passou a fazer contrato e falar parceiro* (entrevista Reinaldo Maia, agricultor, Sede Araponga, 2012).

O termo meeiro quer dizer produzir *a meia*, “tocar lavoura à meia” com o dono da terra, ou seja, dividir o que for utilizado de insumos, bem como o que for produzido, como na relação de parceria. É interessante observar que, embora a relação de parceria possa parecer uma relação de trabalho mais entre iguais, digamos assim, alguns meeiros, ao se referirem ao dono da terra, se referem mais como se fosse um patrão, chegando a usar o termo patrão, o que demarca claramente o fato de ter ou não ter terra, da importância que a terra representa, não apenas para a economia e as condições de vida da família, mas, além disso, pelo fato de que, quem tem terra não precisa se sujeitar a um patrão. Tanto os que se definem como meeiros como os que se identificam como parceiros podem possuir ou não contratos formais de parceria. De toda forma, em ambos os casos os contratos e acordos entre as partes variam de família para família em relação à cota-parte e às obrigações de cada um, podendo ser ‘formais’, os que possuem um documento, geralmente feito no sindicato, os contratos lavrados ou apenas acordos ‘informais’, que são feitos com base na palavra.

Outro aspecto relevante neste grupo de agricultores que fizeram parte da pesquisa é que todos os agricultores que são parceiros/meeiros moram em suas propriedades ou em terra que pertence à família. As primeiras famílias de meeiros que compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, nos anos 1990, moravam nas propriedades dos donos da terra, como relatam os depoimentos que foram colhidos durante a pesquisa do mestrado e relembrados em algumas entrevistas feitas durante a pesquisa do doutorado sobre a história de vida da família. De acordo com estes agricultores, o meeiro que morava na propriedade do dono da terra tinha menos liberdade, os filhos menores paravam de ir à escola na época da colheita e os agricultores se sentiam vigiados para sair da propriedade e participar de reuniões. No entanto, neste grupo de agricultores parceiros/meeiros que não tem terra suficiente para o sustento da

¹²² Os contratos agrários são disciplinados pelo Estatuto da Terra (lei nº 4.504/64) com os acréscimos da lei nº 4.947/66 e regulamentação do decreto nº 59.566/66. Disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4947.htm>; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm>. Acesso realizado em 30 abr. 2014.

família e que participou desta pesquisa, não foram relatadas dificuldades dos filhos de irem à escola, dos agricultores participarem de cursos e reuniões organizados pelo sindicato ou nos intercâmbios promovidos pelo CTA-ZM em parceria com o STR. Todavia, muitos agricultores destacam a obrigação, como parceiros, de manusearem e utilizarem agrotóxicos nas lavouras.

Deste grupo de agricultores meeiros apenas quatro afirmaram que usam ou usaram algum tipo de agrotóxico nas lavouras por exigência do dono da terra. A maior dificuldade ainda é não poder fazer o manejo da lavoura como desejam, pois afirmam que não possuem a liberdade que há em suas propriedades, já que precisam discutir com o dono da terra a forma do manejo e o que podem plantar no meio da lavoura. Como afirma um agricultor, que tem terra em São Joaquim: “Agora melhorou muito, somos mais livres! Não tinha liberdade para plantar mais coisa no meio da lavoura. Tenho mais liberdade para trabalhar porque a terra é minha” (entrevista Ademir Alves, C1F4, 2012). Outro agricultor que comprou terra em São Joaquim em 2001 e deixou de ser meeiro há cinco anos, em 2008, também destacou a liberdade que conquistou ao comprar sua terra, pois melhorou muito porque “não tem que dividir a produção e não preciso mais usar veneno” (entrevista Ronei Souza, C1F5, 2012). Outra agricultora, que o pai foi meeiro por dez anos, também se lembra das dificuldades da época em que morava na terra do fazendeiro. Ela nasceu na fazenda e morou durante dez anos. O que é lembrado com pesar é que o pai tocava tudo no terreno do outro: “Ele tocava lavoura, plantava roça, é... tudo no terreno do outro, a casa também era”. A fazenda era em Estouros e moravam os pais e os seis filhos, depois vieram mais três:

[A diferença era grande? Quando era meeiro e depois que o pai comprou terra?] Dá e grande, era muito mais sacrificado. Quando ele trabalhava a metade era para o outro e metade para ele. E juntava nós e sacrificava junto [todos os filhos], porque o que ele fazia, a gente tava esforçando também né? E no final o resultado, a gente não tinha resultado, assim, ah! Eu preciso comprar uma roupa, um sapato, a gente vivia sem. Aí depois, né? Em comparação que quando ele comprou [O pai comprou a terra], não tem nem como [comparar], que aí depois que ele comprou que já começou o primeiro ano já produzindo no terreno dele, né? Melhorou foi muito. Porque aí a gente já podia comprar um par de roupas, um par de calçado, né? Não tinha condição porque a metade do dinheiro que era para o fazendeiro, aí acabava sobrando nada para ele né? Então, eu acho que melhorou muito, e depois que eu casei melhorou ainda mais. Porque já estava em um terreno nosso, né? (entrevista Maria Lemos, Praia D’Anta, C1F7, 2012).

Assim, em comparação com os primeiros meeiros que compraram terra na *Conquista de Terras em Conjunto*, as indicações surgidas no campo parecem sugerir que as atuais condições de vida destes meeiros são melhores do que as condições de vida relatadas pelos meeiros que entraram no grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*, nos anos 1990. A grande diferença, hoje, é que os meeiros que foram entrevistados nesta pesquisa e que não tem terra para o sustento da família moram em suas propriedades, sejam em terrenos um pouco maiores com lavoura própria ou em parceria com os pais, ou em terrenos menores, sejam próprios ou de parentes, mas que permitem que os mesmos tenham casa, horta, pomar e espaço para a criação de pequenos animais, podem trocar produtos e vender o que sobrar.

Desta forma, ter um pedaço de terra faz toda a diferença para poder acessar uma determinada política pública, como é o caso do Pnae. Em 2013, três famílias de meeiros/parceiros de Estouros começaram a fornecer produtos para o Pnae, sendo que duas que participaram desta pesquisa, em 2012, até aquele momento, nem sabiam o que era o Pnae.

Quadro 8 – Relações de trabalho: parceria/meação

Nº Família	Se é parceiro ou Meeiro	Parceiro ou meeiro em quantas lavouras?	Qual lavoura?	Com contrato ou sem	Quantos por cento?	Tipo de lavoura	Área plantada ou pés de café	Manejo
1	Parceiro	2 lavouras	1 ^a	Sem contrato	50%	Café	2.000 pés	Capina, roça, adubo químico, não usa veneno, usou até 2011 em uma lavoura
				2 ^a	Sem	Café	2.000 pés	
4	Meeiro	1 lavoura	1	Sem	50%	Café, arroz, feijão	3.000 pés	Capina, roça, adubo químico e calcário, não usa veneno
8	Meeiro	1	1	Sem		Café	1.500 pés	Capina, roça, adubo químico e não usa veneno
10	Parceiro	2	1 ^a	Sem	50%	Café	5.000 pés	Adubo químico, calcário e <i>Round up</i> (veneno).
				2 ^a	Sem	Café	2.250 pés	
11	Parceiro	1	1 ^a	Com	50%	Café, feijão, milho, banana, manga	3.000 pés	Capina, roça, adubo químico, não usa veneno, sulfato de amônia e “remédio” de folha (adubo foliar FH)
12	Parceiro	2	1 ^a	Sem	50%	Café, milho, feijão	2.700 pés	Capina, roça, adubo químico e não usa veneno
				2 ^a	Sem	Café, milho, feijão, banana	500 pés	
14	Meeiro	2	1 ^a	Com	50% adubo e calcário	Café	3.000 pés	Adubo químico, roça, capina e cama de frango
				2 ^a	Com	20% para o dono, adubo e calcário por conta do meeiro	Café	3.000 pés
			3 ^a	Com – filho		Café novo	3.500 pés	Convencional – adubo químico, Lorsban (veneno), adubo foliar FH e Ubyfol.
15	Meeiro	4	1 ^a	Sem – pai	A terça	Café	1.000 pés	SAT – mas em transição para agroecologia

			2 ^a	Sem	50%, mas não paga “remédio” ¹	Café, banana	3.000 pés	Convencional – adubo químico e “remédio”
			3 ^a	Sem	50%, mas não paga calcário, milho a terça	Café, milho, banana	2.000 pés	SAT, tem Cedro e leguminosas. Adubo químico e calcário
			4 ^a	Com	20% para a dona, insumos por conta do meeiro	Café, feijão	4.000 pés	SAT, leguminosas e mamona. Adubo químico, calcário e super simples
16	Meeiro	2	1 ^a	Com	20% para a dona, insumos por conta do meeiro	Café, milho, feijão, banana	5.000 pés	SAT
			2 ^a	Sem	50%	Café	2.000 pés	SAT, “mas muito pouco químico” ² , esterco orgânico
19	Meeiro	4	1 ^a	Sem – mãe	A terça	Café	4.000 pés	Calcário, super simples e adubo químico
			2 ^a	Com	50% A terça milho	Café, milho	3.000 pés	Adubo químico
			3 ^a	Com	50%	Café	2.000 pés	Adubo químico
			4 ^a	Com	20% para a dona, insumos ³ por conta do meeiro	Café, milho e feijão	3.500 pés	Adubo químico e calcário
20	Meeiro	4	1 ^a	Com	20% para a dona, insumos por conta do meeiro	Café novo, milho, feijão	7.000 pés	Adubo químico, calcário, super simples, adubo foliar FH
			2 ^a	Com	50%	Café, milho, feijão, banana, abacate	2.000 pés	Capina, roça e adubo químico
			3 ^a	Sem	50%	Café	1.000 pés	Capina, roça e adubo químico
			4 ^a	Sem	50%	Café	3.000 pés	Capina, roça e adubo químico.

¹ – A palavra “remédio” é usada pelos agricultores com o sentido de curar, tratar determinada doença ou fraqueza da planta, mas pode ser usada tanto para definir o uso de um veneno/agrotóxico ou adubos foliares, que não são venenos e são permitidos em lavouras agroecológicas ou SAT.

² – Usou pouco adubo químico porque a lavoura antes era orgânica.

A tabulação dos dados referentes aos parceiros/meeiros apresentados nos Quadros 7 e 8 nos mostra alguns aspectos interessantes e que podem refletir¹²³, de certa forma, a realidade das três comunidades analisadas. Como foram apresentadas antes, resumidamente, as três comunidades têm características distintas. A primeira, Praia D'anta estendida a São Joaquim, teve um maior envolvimento na *Conquista de Terras em Conjunto* e, portanto, tem poucos meeiros, apenas três de oito famílias e, mesmo que não tenham contrato de parceria, dois têm parceria entre parentes e todos trabalham com poucos pés de café, pois já possuem terra e suas próprias lavouras. Basicamente vivem da terra e recorrem menos às atividades extras fora da propriedade.

A segunda comunidade, Salazar, mesmo tendo pequenos proprietários, ainda assim possui mais meeiros, de certa forma, ainda guarda a característica de sempre ter tido meeiros no passado e ser um local com pouca terra, diferente da primeira comunidade que sempre teve pequenos sitiante e mais disponibilidade de terra. São pequenos proprietários de terra e são mais envolvidos com as oportunidades de emprego urbano, sobretudo público e municipal, exercendo mais atividades não agrícolas.

A terceira comunidade, Estouros, mesmo entrevistando famílias de diferentes córregos (pois na comunidade dos Pereira, quase todos são meeiros), prevaleceu-se um maior número de meeiros, como esperado em função da existência de fazendas de café que demandam muita mão de obra. Das sete famílias entrevistadas em Estouros, cinco são de meeiros, sendo três da Comunidade dos Pereira. O diferencial dos meeiros desta comunidade, talvez pelo fato de quase não possuírem terra própria ou de terem terrenos muito pequenos, é que os mesmos são meeiros em mais de uma lavoura e “tocam” muitos pés de café, trabalhando em média com 11.000 pés de café por meeiro. Para que isto seja possível, além da mão de obra familiar, os meeiros contam com dois recursos importantes. O mais moderno é o uso de roçadeiras, próprias ou alugadas, mas sempre muito utilizadas e que se tornaram objeto de desejo dos agricultores que ainda não a possuem. O segundo, mais antigo e comum entre os agricultores, é a realização de mutirões entre os próprios meeiros/parceiros, com até 50 pessoas para o plantio (menos utilizado) e a “panha” (colheita) do café, que demanda mais tempo e envolve um grande número de pessoas para a colheita. Esse grande volume de café demonstra, de certa forma, a importância do café na região e para a economia destes agricultores, mas que não diminui a importância de outras atividades agrícolas, pois há uma complementação importante para a economia das famílias com o roçado, as criações, a horta e o pomar.

Nos subcapítulos seguintes, serão descritas com mais detalhes as características das três comunidades e a trajetória de algumas famílias. Para cada comunidade elaboramos um quadro com dados gerais das famílias entrevistadas, sobre *relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas*. Por afiliação institucional nos referimos a quais organizações associativas os agricultores se afiliaram e de quais organizações associativas ou religiosas participam. Por exemplo, no caso do STR, alguns agricultores são filiados e pagam mensalidade, mas não participam das reuniões ou atividades organizadas pelo STR. Também perguntei através de quem ou como tomou conhecimento da organização e começou a participar. Os quadros referentes às famílias por comunidades em separado também apresentam dados referentes à posse da terra, o acesso às políticas públicas e o que pensam sobre elas. Assim, buscamos compreender como é o acesso destes agricultores familiares às políticas públicas e se as redes de relações em que estão inseridos influenciam ou não neste acesso, as interfaces e as diferentes traduções que fazem sobre a

¹²³ Digo “podem refletir” pois são referentes às famílias que foram entrevistadas e não à comunidade como um todo. De todo modo, coincide com as características mais gerais encontradas em cada comunidade estudada, ou seja, o fato de Praia D'anta ter mais sitiante, Salazar ter sitiante, meeiros e trabalhos urbanos e o Estouros ter um número maior de meeiros.

política pública, ou seja, de como interpretam-nas e o que ocorre nesta confluência entre a política pública e os agricultores no plano local.

4.1 As comunidades de Praia d'Anta e São Joaquim

O acesso a estas duas comunidades pode ser feito pela sede do município ou pela estrada que leva ao município de Canaã, na entrada para o distrito de Estevão Araújo, pertencente a Araponga. O acesso pode ser pela rodovia MG-262, com entrada a 14 quilômetros da cidade. A sede, como é chamada pelos habitantes, é a área urbana do município, como se fosse o centro da cidade, espaço onde está localizada a sede dos principais serviços incluindo: banco, correios, comércio local, sede da prefeitura, posto de saúde, Emater, IEF, Câmara Municipal, uma rádio comunitária, Cepec e a sede das organizações dos agricultores, como o STR, o mercadinho da AFA e a Cresol.

A primeira comunidade, Praia d'Anta, tem como principal característica ser povoada por pequenos sitiante que, em sua maioria, de acordo com relatos dos moradores mais antigos, sempre tiveram um pedaço de terra e produziam para a subsistência. Nesta comunidade, de acordo com os depoimentos que tivemos a oportunidade de recolher durante a pesquisa, nunca houve grandes fazendas, embora alguns agricultores pudessem ser meeiros ou trabalhar fora das suas pequenas propriedades. O fato é que não dependiam exclusivamente de trabalhar e/ou morar com algum fazendeiro. Uma das principais características dessas duas comunidades é o fato de que ali vivem as principais lideranças das CEBs, criadores da *Conquista de Terras em Conjunto* e sócios fundadores das principais organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares do município. Nestas duas comunidades, algumas famílias participaram ativamente por vários anos das principais atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM. Por vários mandatos os presidentes do STR foram oriundos destas duas comunidades. Em São Joaquim, por ser uma comunidade próxima à Praia d' Anta e ter participantes das principais organizações de agricultores - e com o acréscimo de ser o local onde foi construída a Escola Família Agrícola (EFA-Puris), após uma compra de terra em conjunto -, ocorreu a maior compra de terra entre meeiros e trabalhadores rurais, em grande parte, filhos dos criadores da *Conquista de Terras em Conjunto*. Possui uma rede de parentesco densa, tendo algumas famílias principais, mas também famílias que vieram de outras comunidades e que compraram terra em São Joaquim. Neste sentido, também é uma comunidade que possui grande número de agricultores oriundos de outras comunidades, agricultores que não tinham terra na sua comunidade de origem. As famílias vieram de Estouros, de Salazar, da Serra, da Sede, mas algumas delas migraram de outros municípios como Divino e Viçosa. Dois agricultores migraram para São Paulo para trabalhar e retornaram após comprar terra em São Joaquim, segundo foi relatado, mas não participaram desta pesquisa.

As duas comunidades estão localizadas em terras baixas de Araponga, mas o município possui áreas de maior altitude como a Serra do Brigadeiro, o Pico do Boné e a Pedra Redonda. A comunidade de Praia d' Anta possui terreno mais arenoso e São Joaquim tem terra melhor, e por isso tem o preço da terra mais valorizado no município. Essa informação me foi transmitida por dois agricultores entrevistados em Salazar, quando perguntei como variava o preço da terra no município. Alguns pequenos sitiante de Praia d'Anta e São Joaquim possuem contratos informais de parceria entre eles, sobretudo para o manejo do café. A maioria dos moradores destas duas comunidades faz troca de dias ou mutirão na época do manejo e da colheita do café, e não tem como prática a contratação de mão de obra. O café ainda é uma das principais atividades agrícolas do município e região, mas alguns agricultores estão buscando diminuir esta dependência, focando em outros

produtos, sobretudo nas propriedades agroecológicas. Além do café, produzem uma variedade de culturas, como feijão, milho, mandioca, legumes, hortaliças e frutas.

O Quadro 9, como explicado anteriormente, buscou sistematizar as *relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas*. Apresenta quais são as afiliações institucionais dos agricultores e de quais organizações associativas ou religiosas participam. Também procurou organizar os tipos de trocas, mutirão e ajuda mútua realizados entre os agricultores, as formas de acesso à terra e às políticas públicas que são direcionadas para a agricultura familiar. Como veremos a seguir, a partir da observação das tabelas elaboradas para as três comunidades, nota-se que as opiniões e críticas a respeito de determinada política pública são bem parecidas e vão de encontro ao histórico de participação, de envolvimento desses agricultores em redes sociais e de afiliação institucional e à sua trajetória de relação com a terra.

Todas as famílias desta comunidade fazem troca de dias de trabalho ou trocam algum produto entre si, e poucas disseram participar de mutirão. Todas estas formas de sociabilidade e ajuda mútua são comuns entre estes agricultores, o que já foi constatado, em diferentes momentos históricos, em outras regiões do país (CANDIDO, 1987, SABOURIN, 2009). O mutirão, geralmente, reúne um número maior de pessoas e acontece na época de maior demanda por trabalho. Essa prática pode ter duas finalidades: como trabalho coletivo em benefícios de um indivíduo ou de uma família, podendo ser acionado para a colheita de café em uma lavoura, ou para “bater laje” (construção da laje de uma casa). Mas o mutirão pode se constituir também como um trabalho coletivo dirigido a uma finalidade também coletiva, como abrir ou arrumar estradas, a capina da escola, a construção ou reforma de capela etc. O mutirão pode ser compreendido como uma troca de dias com turmas maiores.

De acordo com Sabourin (2009; 2011), o mutirão e a ajuda mútua são duas formas de reciprocidade (2009, p. 63). Por reciprocidade compreende-se, com base no princípio de Mauss (1924), a dinâmica de reprodução de prestações e contraprestações que gera vínculo social. As relações de reciprocidade podem ser caracterizadas como troca de produtos que têm valor monetário e não monetário - o não monetário seria as próprias dádivas, mas mesmo os produtos de valor monetário geram valores sociais afetivos, de amizade, confiança e reciprocidade. Como afirma Sabourin, “a ajuda mútua agrícola recobre prestações ao mesmo tempo sociais e econômicas, que fogem do quadro utilitarista da troca na medida em que não implicam uma retribuição equivalente monetária que liberaria simultaneamente o benefício da sua dívida” (SABOURIN, 2011, p. 126). Assim, foram identificadas relações de reciprocidade que estão presentes no dia a dia deste campesinato como a troca de dias, o mutirão, a troca de pequenos serviços e produtos agrícolas, que também podem ser doados, como verduras, frutas, a ajuda para matar e limpar um capado (porco) com a divisão da carne, o trabalho em conjunto na fabricação de quitandas, evolvendo o uso do forno a lenha, e a consequente divisão dos produtos. Sabourin destaca que nas comunidades camponesas no Brasil, a reciprocidade não exclui o interesse, seja individual ou coletivo, e a troca, mas contribui para a reprodução dos ciclos de prestações mútuas entre os grupos humanos.¹²⁴

Como pode-se ver no Quadro 9, as redes de afiliação e/ou participação em organizações associativas e religiosas da comunidade 1 se mostram diversificadas e com muitas afiliações por família. Com exceção de dois agricultores, que deixaram de participar das organizações - um por causa da mudança de igreja e o outro, do STR, pois afirmou que

¹²⁴ É importante frisar que neste trabalho não foi realizado uma caracterização em profundidade dos tipos de estruturas elementares de reciprocidade como proposto por autores mais recentes citados no trabalho de Sabourin (2009; 2011), que identificam tipos de reciprocidade: reciprocidade binária simétrica, reciprocidade positiva binária assimétrica, reciprocidade ternária unilateral e bilateral e reciprocidade ternária centralizada ou redistribuição. Tampouco foi feito uma revisão de literatura mais profunda sobre a teoria da dádiva e reciprocidade, mas a consulta ao artigo de Mauss [1924] e aos livros de Sabourin (2009; 2011).

sofreu uma humilhação (ele não quis explicar o que aconteceu) -, todas as outras famílias são afiliadas em mais de uma organização de agricultores. Todos participaram dos grupos de reflexão e dos encontros de CEBs, inclusive o agricultor que mudou de religião e que entrou em um grupo de compra de terra. Em um segundo momento, todos se tornaram sócios do STR e da Ecosol, alguns da AFA, participando dos grupos de reflexão da igreja católica ainda nos dias de hoje. Mas poucos disseram participar das atividades das organizações em que são associados, alegam que vão pouco ao STR e uns só quando há convocação de reunião, mas não sempre. Cinco se disseram simpatizantes ou são filiados ao Partido dos Trabalhadores e, na última eleição municipal, a comunidade votou em sua maioria no candidato apoiado pelo partido.

Outro aspecto identificado nesta primeira comunidade diz respeito ao conhecimento sobre as políticas públicas. Para boa parte dos agricultores desta comunidade o conhecimento é amplo e crítico. Assim, em relação às políticas públicas, as opiniões a respeito dos programas, sobretudo o Pronaf, de forma geral, são positivas nas comunidades de Praia D'anta e São Joaquim (comunidade 1), que consideram como um *bom programa*. Embora um *bom programa* que não atende aos agricultores que veem o café como mais uma atividade, como é o caso dos agricultores que diversificam a produção com manejo diferenciado e se consideram agroecológicos. De todo modo, a maior crítica ao Pronaf é a burocracia, principalmente para acessar o custeio, cuja renovação precisa ser anual, o que implica *ixer com papel todo ano*, depositar todo o empréstimo, e não apenas o juro com prazo para quitar o empréstimo em cinco anos. Para os agricultores entrevistados, poderia ter uma renovação mais automática em que o processo fosse facilitado. A burocracia também envolve *ixer com banco*, o que seria uma das partes mais complicadas de todo o processo de acesso ao crédito. Para um agricultor, quando a Ecosol começasse a fazer o Pronaf, a parte burocrática seria facilitada: “É, já começou a dar um passo. Também acho que quando esses projetos que são direcionados para as entidades que representam o agricultor familiar, eu acho que acaba todos esses problemas burocráticos né? Eu acho que facilita mais, né?” (entrevista Dimas Lage, São Joaquim, C1F6, 2012). Neste aspecto, até o primeiro período do trabalho de campo, a Ecosol ainda estava em processo para passar a fazer parte do sistema Cresol e fazer os contratos do Pronaf, assim, alguns agricultores que não estavam com o Pronaf disseram que iriam fazê-lo quando o mesmo fosse via Ecosol. Com o segundo período do trabalho de campo, alguns agricultores já tinham feito o Pronaf via Cresol. O diferencial da Cresol, mesmo que a sede pareça com um banco, com porta giratória e balcão de atendimento, é ter sido fundada por agricultores e possuir como atendentes pessoas da cidade, pertencentes às famílias da região e que alguns já foram agricultores, o que na perspectiva dos agricultores é muito diferente do que ir à sede do Banco do Brasil, em Viçosa, e assinar um contrato. De acordo com o agricultor de uma família entrevistada:

Eu já fiz vários tipos de financiamento. Agora no momento eu estou até assim meio, meio duvidoso em alguns financiamentos, sabe? Até mesmo o Pronaf, sabe? Porque é o seguinte, é uma política que tem um nome de que é para fortalecer a agricultura, sabe? E com certeza que para quem parte mais para técnica moderna, de repente deve até estar tendo uma boa resposta com o Pronaf, mas na verdade eu ainda encaro o Pronaf ainda como precisando de bastante melhoria, sabe? Inclusive mesmo até para ser mesmo o fortalecedor da agricultura familiar. Porque, por exemplo, a gente começa a perceber que os bancos não estão acostumados a lidar com esse tipo de...então o primeiro embate que o agricultor tem é com o banco. Mas no programa ele é bacana, mas quando você fala assim vou partir para o lado do banco. Parece que os funcionários do banco, o jeito do banco ainda não geriu essa questão de agricultura familiar, ainda não, porque se trata o agricultor

como um empresário sabe? Eu por exemplo, eu usei Pronaf bastante tempo e estou sem Pronaf no momento (entrevista Dimas Lage, São Joaquim, C1F6, 2012).

A fala deste agricultor mostra dois aspectos importantes, o primeiro, a crítica ao banco, mas igualmente ao Pronaf, embora seja um programa *bacana*, é para um tipo de agricultor que parte para uma *técnica mais moderna*, ou seja, um julgamento ao programa que já tem como uma de suas principais críticas ser voltado para um tipo de agricultura moderna e mais empresarial, que trabalha diretamente com o banco, tratando o agricultor, de acordo com suas palavras, como empresário. Assim, a tradução que este agricultor faz da política pública é diferente da visão que os formuladores da política pública ou os executores da política possuem, ou seja, na visão dos agricultores entrevistados, o Pronaf é direcionado para uma agricultura mais empresarial, que atende a uma parcela de agricultores mais capitalizados. O outro aspecto, diz respeito aos meios que foram criados para que a mesma pudesse chegar aos agricultores, que passa por diferentes esferas, organizações e diferentes demandas.

Deste grupo, apenas dois agricultores fornecem alimentos para o Pnae, gostam do programa e não veem dificuldades em fornecer os produtos. O que poderia ser melhorado para um agricultor que fornece os produtos é o transporte dos alimentos até a escola, ou seja, que o mesmo fosse oferecido pela prefeitura. Os que não fornecem alimentos para o Pnae, alegam que teriam que dedicar mais tempo para a horta, o que não estava sendo possível, pelo menos até o momento de realização da entrevista.

Na página seguinte apresentamos o Quadro 9 com os dados que foram analisados anteriormente:

Quadro 9 – Comunidade 1 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas.

Nº família	Troca de dias e/ou mutirão, com quem, pra quê?	Relações de trocas não monetárias	Afiliado ou participa Homem, Mulher, Casal	Como começou?	Política que acessa	Opinião sobre a política pública que acessa
1	- Troca de dias, parentes, amigos, vizinhos. Colheita café	Divide quitanda, empresta verdura, troca	Homem - AFA, Ecosol, STR, PT, Igreja Católica: grupos de reflexão Mulher - Igreja Evangélica	O pai, vizinhos e amigos participavam das CEBs - Começou por causa do pai	- Pronaf custeio - Bolsa Família (1 filho)	Teve primeiro o Pronaf agroecológico e depois o custeio - Acha importante para a lavoura
2	- Troca de dias, amigos, vizinhos e parentes. Colheita, capina, plantar milho, bater pasto	Quando mata porco divide com quem ajuda. Troca açúcar branco por mascavo. Se alguém ajuda a fazer o polvilho leva um pouco	Casal - Ecosol, STR ¹ , Igreja Católica: grupos de reflexão Homem - AEFA ² Mulher - AFA	Entrou no movimento muito novo porque os pais participavam das CEBs e depois do STR	- Pronaf – custeio e investimento; - Pnae – fornece alface e couve	“O Pnae vale muito a pena. O Pronaf investimento é melhor, tem 10 anos para pagar. O custeio tem que depositar todo ano. Ruim é a burocacia”
3	- Troca de dias, amigos, vizinhos e parentes. Capina, colheita e serviços em geral	Troca produtos com os irmãos: leite, verdura. Paga o cabeleireiro com leite e ovos	Mulher - Ecosol, Igreja Católica: grupos de reflexão, PT. Casas – STR	Começou muito nova por causa dos pais e tios	- Pronaf – custeio - Bolsa Família (2 filhos)	“Ajuda muito, comprei picadeira, roçadeira e arame”
4	- Troca de dias, irmãos e cunhados. Capina e colheita	Não	Casal – Igreja Evangélica	Entrou na conquista por meio da CEBs - Desde 2005 só participa das atividades da Igreja	- Pronaf – custeio - Bolsa Família	“O crédito é pouco e se aumentar perco o Bolsa Família”
5	- Troca de dias, parentes e vizinhos até 10 famílias, com quem tem moto. Colheita. - Mutirão, parentes, vizinhos Capinar, colher, capina da EFA, construir piso capela	Engorda porco e divide com quem vem ajudar a matar	Mulher – Ecosol Casas – Igreja Católica e grupos de reflexão	A mulher se afiliou à Ecosol, o tio é ex dirigente do STR. O homem parou de ir no STR porque: <i>sofri umas humilhações</i>	- Pronaf – custeio - Bolsa Família	“Já tenho há três anos. Foi para adubação, ajudou muito”
6	- Troca de dias, parentes, amigos, vizinhos. Panha café, adubação e esterco - Mutirão, Parentes, amigos, vizinhos. Panha café, estrada, construção e bater laje	Troca de alimentos como couve, almeirão, porco	Homem – CTA, PT, Cooperativa Casal – AFA, Ecosol, STR, Igreja Católica: grupos de reflexão	Começou a participar por causa dos primos e tios que participavam dos grupos de reflexão	- Pronaf – já teve agroecológico, custeio e investimento. Pnae – fornece verduras	“Vou fazer de novo, mas na Ecosol. Não gosto de trabalhar com banco, o jeito do banco ainda não geriu essa questão de agricultura familiar, ainda não, pois trata o agricultor como um

						empresário sabe?"
7	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de dias, cunhados, vizinhos - Limpeza e panha de café 	Troca produtos e empresta milho, feijão	Homem – CTA, PT Casal – AFA, Ecosol, STR	Começou a participar por causa dos pais que iam nas CEBs e encontros de Igreja	<ul style="list-style-type: none"> - Pronaf – custeio, já teve o agroecológico 	“O Pronaf é bom, mas tem que melhorar a forma do empréstimo. Outro problema que só incentiva o café, não tem custeio para milho, feijão. Se você quiser diversificar, fizer outra coisa, não tem”
8	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de dias, colheita. - Parentes, vizinhos 	Troca e empresta feijão, milho, açúcar e adubo	Homem – AFA, STR, PT, Igreja Católica: coordenador de comunidade, grupos reflexão Casal – Ecosol	Começou a participar por causa do pai que era meeiro e comprou terra na <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Pronaf – custeio, já teve o agroecológico - Bolsa família 	“Para mim foi bom, mas tinha que melhorar a burocracia, quando for pela Ecosol vai facilitar”

1 – Fundador e diretor.

2 – Associação Escola Família Agrícola, diretor (AEFA).

Outro programa que é citado pelos agricultores, mas não faz parte dos programas direcionados para a agricultura familiar, configurando-se como um programa de transferência de renda, é o Bolsa Família - recebem esse benefício as famílias que têm filhos em idade escolar e se enquadram nos critérios do programa. Três famílias com filhos menores afirmaram categoricamente que não precisam do Bolsa Família, “não preciso e tem gente que precisa mais que a gente” (entrevista Jonas Lima, C1F2, 2012). “Não preciso e ficaria envergonhado se pegasse” (entrevista Dimas Lage, C1F6, 2012). Mas uma família declarou receio em aumentar o limite do crédito do Pronaf e perder justamente o Bolsa Família. Esta família têm dois filhos no ensino médio e que estudam na EFA. Afirmaram que se afastaram das organizações de agricultores em virtude da mudança da opção religiosa - frequentam os cultos da igreja evangélica três vezes por semana desde 2005. Esta família não participa de mutirões, faz troca de dias só entre parentes e disse não ter interesse em fornecer para o Pnae, pelo menos por enquanto.

4.2 A comunidade de Salazar

Esta comunidade fica localizada antes de chegar à sede do município, tendo acesso pela MG-482. Tem como principal característica ser povoada por pequenos sitiante e meeiros. Em relação às duas primeiras comunidades, a segunda é considerada com pouca extensão territorial e tem suas terras bem valorizadas como São Joaquim.

Antigamente, em Salazar, de acordo com os depoimentos, havia fazendeiros com propriedades que chegavam a ter 80 hectares. Algumas destas propriedades eram de avós de famílias que ainda moram em Salazar e perderam a terra por causa do não pagamento de empréstimos, outras foram sendo divididas ao longo dos anos nos processos de herança ou venda. Estes antigos fazendeiros empregavam, em suas propriedades, alguns trabalhadores rurais, outros tinham meeiros, algumas fazendas possuíam engenho, moinho d’água e criavam suínos, o que permitia que pudessem trocar o acesso a estes bens por serviços, caracterizando uma relação de dependência ao proprietário da terra. Alguns tinham a casa de morada, o que é mais difícil de ter na região, segundo dizem nos dias de hoje¹²⁵. Assim, ao contrário da primeira comunidade onde havia pequenos sitiante, em Salazar havia mais meeiros e trabalhadores rurais, existindo assim, mais relações de dependência em relação ao fazendeiro.

Atualmente, a presidente do STR é oriunda desta comunidade. Segundo algumas lideranças, a mudança na direção do STR foi também uma forma de atender às críticas de outros agricultores que exigiam mudanças no que diz respeito ao fato de que famílias oriundas da “primeira comunidade” estavam presentes na direção da sua instituição desde sua criação, famílias estas que, na sua maioria, eram naturais das comunidades de Praia D’anta e São Joaquim. A presidente do STR, que estava no momento de realização do trabalho de campo no seu segundo mandato, disse que concorreu a eleição a convite, caso contrário não se candidataria: “ninguém se candidata à eleição do sindicato sem ser chamado antes”. De acordo com outra agricultora, isso acontece porque as organizações de agricultores em Araponga são vistas como pertencendo a um partido político. O STR, principalmente, é visto como “ser gente do PT”, no sentido mesmo de pertencer e não apenas de ter pessoas que simpatizam com o partido, o que levou as organizações, nas palavras desta agricultora e liderança sindical, a serem perseguidas pelo poder público, tendo, também, adversários políticos dentro do município. O poder público aqui se refere à prefeitura, o que de acordo

¹²⁵ Meeiros de Estouros, que foram entrevistados, disseram que antes era comum ter a casa de morada e que agora os fazendeiros restantes no município não aceitam que os empregados ou os meeiros morem nas fazendas porque têm receio das demandas trabalhistas.

com os depoimentos de duas agricultoras, tinha como tradição ser assumido pelos representantes dos patrões, senão pelos próprios, e não por um representante dos trabalhadores rurais. Por este motivo, os trabalhadores rurais não se candidatavam à direção do STR sem serem convidados para não criar conflito com o patrão, vizinhos e parentes que possuem opinião política oposta, ainda mais se tivessem a chance de ganhar a eleição ou mesmo a vergonha de perdê-la. Mas, mesmo depois de eleita, a presidente constata que pessoas da própria comunidade pararam de ir ao sindicato e pagar a mensalidade, ela disse que as pessoas não gostam, acham que estão lá para ganhar dinheiro e que não entendem todo o trabalho que é feito no sindicato, segundo ela: “os serviços são muito pesados, muito cansativos para a cabeça da gente” (entrevista Meire Ramos, Salazar, 2012).

Assim, mesmo com a demanda de agricultores familiares pela mudança de família na direção do STR, a participação de sócios em reuniões do sindicato e no próprio trabalho desenvolvido pelo STR nas comunidades diminuiu em relação às gestões anteriores. Isto é percebido pelo declínio do número de pessoas que participam das reuniões mensais no sindicato e pelo relato de um técnico do CTA-ZM que avalia que o sindicato, enquanto mediador importante do trabalho desenvolvido no município em relação à promoção de políticas públicas e a promoção da agroecologia, diminuiu o seu papel mediador em relação ao que já fizera no passado. Mesmo as lideranças que são de Salazar reclamam da pouca participação de representantes da comunidade nas reuniões do sindicato, principalmente de não se envolverem efetivamente com a AFA. Sobre a pouca participação, a presidente do sindicato opina que “é porque as pessoas já tem tudo o que eles querem, eles acham que não precisam mais lutar pelo seu direito, ou é porque eles se acomodaram, e... Ah! Tem um grupinho lá para lutar para mim, para que eu vou esquentar?” (entrevista Meire Ramos, Salazar, 2012). Mas também conclui que é até difícil de saber o que está acontecendo, pois, dos 26 diretores, poucos participam das reuniões.

Em Salazar, um grupo de agricultores está se organizando para comercializar o café beneficiado e com o registro da marca, com o suporte de uma parceria estabelecida entre a AFA e um grupo de pesquisadores, professores da UFV, técnicos da Emater e agricultores familiares do município de São Miguel do Anta, que fica a 20 quilômetros de Araponga. Algumas propriedades são reconhecidas como agroecológicas e tem como principal atividade agrícola a produção de café. Poucas famílias fornecem produtos para o Pnae, mas todas que foram entrevistadas acessam ou acessaram o Pronaf e tem como principal ramo de atividade o café.

O Quadro 10, *Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas* da comunidade 2, busca mostrar, como na primeira comunidade, quais são as redes de afiliação institucional em que estão inseridos, de que instituições participam e como se dá o acesso à terra, às políticas públicas e às relações de troca e ajuda mútua entre os agricultores. Em relação à primeira comunidade, de uma forma geral, o que muda são as percepções em relação às políticas públicas, porém, mais em relação ao Pronaf e à pouca adesão ao Pnae.

Todas as famílias da segunda comunidade também fazem troca de dias de trabalho para plantar e colher. Três famílias mencionaram que fazem mutirão, mas exclusivamente para a colheita de café. Também trocam verduras, ovos, galinha e sementes de hortaliça e café, ajudam a matar porcos e fazem a divisão depois.

As redes de afiliação institucional da comunidade 2, como podemos observar no Quadro 10, se mostram um pouco menos densas e com menos afiliações em organizações associativas por família. Tem pequenas diferenças em relação à participação nos trabalhos da igreja e à opção por um partido político.

Em relação às organizações, todos são filiados ao STR e à Ecosol, nem todos à AFA, como na primeira comunidade. Poucos afirmaram que participam das reuniões no sindicato,

quase nunca na AFA. Nesta comunidade fizeram uma crítica apenas em relação aos juros praticados pela Ecosol, por serem mais altos que o do Pronaf. Alguns agricultores afiliados à Ecosol já contraíram crédito da cooperativa para pagar o Pronaf no fim do ano. Em relação a partido político, apenas uma pessoa se disse afiliada ou simpatizante do PT, o que reflete as tensões vividas no período eleitoral¹²⁶. Ao contrário da primeira comunidade, que praticamente fechou em um candidato e não houve relatos de brigas por causa de política entre vizinhos e parentes, a segunda comunidade estava bem dividida inclusive com divisão interna entre as famílias, com brigas entre familiares e vizinhos.

Nem todos disseram que participam dos grupos de reflexão ou que participaram das CEBs, mas participam de outras atividades, como pastoral ou missa. Os que começaram participando das CEBs foram a convite de alguém da família ou de um vizinho. Os que se afiliaram no STR disseram que foi por causa dos companheiros de CEBs.

No que diz respeito à política pública, as opiniões a respeito do programa, sobretudo do Pronaf, de forma geral, também são positivas em relação ao que puderam fazer com o crédito, pois *ajuda bem*, e é possível pagar quando o café está bom. A principal crítica que fazem sobre o programa é em relação à burocracia, como na primeira comunidade, que o crédito tinha que ser facilitado e melhorar o prazo. Mas, ao contrário da primeira, não houve uma crítica em relação à concepção do programa ou que o mesmo tivesse que ser distinto para uma agricultura diferenciada. Uma família fez crítica ao banco e ao mau atendimento.

Deste grupo, apenas um agricultor fornece alimentos para o Pnae e é o esposo da presidente do STR. Ele também avalia como um bom programa, pois tem a garantia da venda de seu produto e pode contar com uma renda a mais. Este agricultor também faz mudas de hortaliças e vende para outros agricultores. Para ele, o que deveria ser melhorado é ter condições de transporte. O casal foi o primeiro na comunidade a fornecer para o Pnae, desde o seu início em 2010. Eles contam que foram como “cobaias”, pois não acreditavam muito no programa, e outra agricultora de São Joaquim também resolveu arriscar, de acordo com o agricultor: “Fomos juntos, nós entramos juntos e vamos partir, se der certo vai ter alguém para acompanhar, se der errado vai ter alguém para cobrar da cara” (entrevista Valdinei Ramos, C2F12, 2012). Mesmo sendo “cobaias” para acessar o Pnae e chamar a atenção de outras famílias para acessar o programa na comunidade, o fato é que não conseguiram “trazer” mais pessoas para o programa, pois o número de famílias que fornecem para o Pnae na comunidade não aumentou. Até a tabulação dos dados do Pnae para o município em 2013, em Salazar, apenas duas famílias forneciam para o programa em 2011 e 2012 e apenas uma em 2013. De toda forma, como vimos anteriormente, é baixo o número de famílias que fornecem para o programa no município como um todo, chegando apenas a 18 famílias em 2013. No Quadro 10, a seguir, apresenta-se os aspectos gerais da comunidade 2 referentes às relações de trocas e ajuda mútua, redes de afiliação institucional e políticas públicas que foram analisadas anteriormente:

¹²⁶ Eleições municipais de 2012.

Quadro 10 – Comunidade 2 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas

Nº família	Troca de dias e/ou Mutirão, com quem, para quê?	Relações de trocas não monetárias	Afiliado ou Participa Homem, Mulher, Casal	Como começou	Política que acessa	Opinião a respeito
9	- Troca de dias, bater pasto, capina e colheita - Mutirão, colheita café - Parentes, vizinhos e amigos	- Troca semente para plantar milho, feijão, troca ovos, galinha, mudas e café	Homem – AFA, PT, STR, Mulher – SINFAP; ¹ Casal – Ecosol, Igreja Católica: pastoral familiar	Colegas me convidaram para participar das CEBs e em 1995 me filiei ao STR	Pronaf	“Fiquei sabendo pelo STR e Emater. Pra mim foi bom, coloquei luz, fiz terreiro, fiz tulha. Se saber trabalhar com ele é bom. Precisa melhorar o prazo e a burocracia”
10	- Troca de dias, todo o serviço - Parente, amigos	Troca e dá carne de porco para o vizinho e vice-versa, troca semente de abóbora, hortaliça, o que tem passa para o outro	Homem – Ecosol; Mulher – Igreja Católica: Pastoral da Criança, CMDCA ² . Conselho Comunitário e Comissão de Mulheres; Casal – AFA, STR	Amigos chamaram para participar reuniões das CEBs e criar o STR	Pronaf, já teve, agora não.	“Foi bom, difícil foi a burocracia”
11	- Troca de dias, às vezes, capina e colheita - Parente, vizinhos	Troca verdura, pega emprestado e empresta	Casal – Ecosol, STR, Igreja Católica: grupos de reflexão e pastoral da criança	O pai da mulher era filiado ao STR e incentivou ela a filiar. O pai do homem também incentivava a filiar, era meeiro	Pronaf	“O pai já tinha, ajuda bem. Fiz na Ecosol”. Comprou roçadeira, adubo e fez o terreiro para secar café. Tinha que melhorar a forma do acesso, a burocracia
12	- Troca de dias, capina e plantio - parente, amigos e vizinhos, grupo de cinco pessoas, semana sim, semana não - Mutirão, - grupo de 20 pessoas colheita	Mata capado e troca com o vizinho, parente, troca semente, legumes e verduras	Casal – AFA, Ecosol, STR, Igreja Católica: missa e grupos de reflexão	Participava do grupo de jovens e reflexão e depois se filiou ao STR	- Pronaf, custeio - Pnae	“O projeto é bom. Mas a gente é muito mal atendida no banco. Difícil pagar todos os anos” “O programa é bom porque a gente tem um produto para vender, uma renda que a gente vai ter. A prefeitura poderia ajudar no transporte”
13	- Troca de dias, capina e panha café - Mutirão – panha café - Parente e vizinho	Troca verdura	Homem – AFA; Casal – Ecosol, STR. Igreja Católica: conselho comunitário, grupos de	Um vizinho que incentivou ele a filiar no STR em 1996. Ela filiou depois que casou em 2008	Pronaf - custeio	Tinha que ser mais facilitado e o preço do café para quem fez Pronaf ter um preço mínimo, tabelado

			reflexão, Pastoral da Criança			
--	--	--	-------------------------------	--	--	--

1 –Sindicato dos Funcionários Públicos de Araponga (Sinfap), professora rede municipal.

2 –Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

4.3 A comunidade do Estouros

Para chegar em Estouros também é preciso passar pela sede do município, pelo caminho que segue até a Pedra Redonda em direção ao Pico do Boné, importante ponto turístico do município. A comunidade de Estouros tem como principal característica ter grandes fazendas de café e de criação de gado, com muitos meeiros e trabalhadores rurais. O Estouros é caracterizado como a maior comunidade de Araponga e possui vários *córregos*, estando relativamente distante da sede do município. Muitos afirmam que é quase um distrito, mas não oficialmente. Em Estouros entrevistei famílias em dois círculos e em uma comunidade, todos dentro da grande comunidade de Estouros.

É uma grande comunidade que tem seus limites confrontantes com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Na região do Boné, entre os anos de 1950 a 1970, era extraído carvão vegetal que abastecia os fornos da Siderúrgica Belgo Mineira. De acordo com Barbosa (2005: 94), o Estouros se caracterizava por ser um lugar *de grande prosperidade local e circulação de dinheiro, mercadorias, aventureiros e policiamento ostensivo*. Este período de atuação da siderúrgica é lembrado por alguns agricultores que foram visitados durante o trabalho de campo como um período em que muitos trabalhadores rurais e pequenos sitiantes foram atraídos pela mineradora para trabalhar no corte, na retirada de madeira e para fazer o carvão. Os que tinham pouca terra acabaram vendendo e tornando-se meeiros depois.

De forma geral, no Estouros existem pequenas propriedades de produtores familiares, mas também grandes fazendas que empregam trabalhadores rurais e muitos meeiros. Existe, ainda, uma forte relação de dependência entre fazendeiros e trabalhadores rurais, diaristas e meeiros que mesmo tendo contratos de parceria na maioria das famílias entrevistadas, afirmam que não podem fazer o que desejariam na propriedade, por não serem os donos da terra. Uma das famílias entrevistadas (F14) lembra que antes existia um número maior de pequenas propriedades, mas esses agricultores familiares foram vendendo suas terras para os fazendeiros “por pressão, eles impunham para a pessoa vender a terra, de acordo com o poder que eles tinham” (entrevista Damião Pontes, C3F14, 2012). Na grande comunidade de Estouros, em duas pequenas comunidades onde foi realizado o trabalho de campo, 15 famílias de meeiros estavam formando um grupo para comprar terra via crédito fundiário, mas por causa da demora na liberação do recurso, o fazendeiro, que ainda mantém contrato de parceria com boa parte dos interessados em comprar a terra, desistiu de vendê-la. Os meeiros que tinham interesse em comprar terra receberam visitas de representantes do STR/CTA, que fizeram palestras sobre a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* e do crédito fundiário¹²⁷. Das sete famílias que participaram da pesquisa em Estouros, cinco são

¹²⁷ De acordo com o relato da reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no (19/04/11) e divulgada no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e JusBrasil, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do governo federal passa por atraso na sua execução no Estado de Minas Gerais. Durante a reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre os motivos do atraso foram apontados: a burocratização do processo de liberação dos recursos, a grande variação no preço das terras, a burocracia existente no processo de análise das propostas de financiamento encaminhadas pelos agricultores à Unidade Técnica Estadual (UTE), que é órgão do governo estadual responsável pela execução do programa. De acordo com o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, no cargo na época da reunião da comissão, o prazo médio de espera em Minas Gerais, em 2010, era de 21 meses, sendo reduzido para 17 meses, no ano de 2011. Outros fatores apontados de acordo com o secretário de Estado de Regularização Fundiária, Manoel Costa, é o fato que existe uma demora nas análises e estudos técnicos feitos pelos órgãos responsáveis, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e das instituições bancárias envolvidas, mas, também, pelo envio de documentação incompleta pelos interessados. Disponível em: <<http://al-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2654572/liberacao-de-credito-fundiario-e-dificultada-pela-burocracia>> Acesso em: 29 dez 2013.

proprietários da terra e adquiram por compra ou herança e os outros dois moram em terras que são dos pais.

Uma destas comunidades é a Comunidade dos Pereira que é habitada principalmente por meeiros que trabalham com lavouras de café em fazendas de outros. Na comunidade dos Pereiras, os terrenos variam de 600 a 1000 m². A maioria deles tem a casa, o pomar, a horta e o espaço para a criação de pequenos animais (porco, galinha, alguns cabras e tanques para a criação de tilápias). Alguns deles, os terrenos maiores, têm *moitas* de café ou terreiro para secar café. Nessa comunidade, boa parte de seus moradores são meeiros e possuem contratos com os mesmos fazendeiros.

Assim, em Estouros, foram entrevistadas mais famílias de meeiros do que de proprietários de terra, mas que também foram meeiros. Encontramos famílias jovens formadas pelo casal sem filhos e/ou com filhos menores e famílias em que os filhos já são adultos. A maior diferença entre as famílias da terceira comunidade e as duas primeiras é a posse da terra e a inserção nas organizações de agricultores. Por ser uma comunidade mais distante, esta inserção foi mais demorada, mas também foi marcada por períodos de atuação do STR e do CTA, entre 1993 e 1994, para discutir a criação do Pesb e, depois, em 2008, com atuação do STR/CTA/UFV, que promoveram o 1º Intercâmbio que faz parte do Programa de Transição Agroecológica do CTA-ZM. Na realização dos intercâmbios é utilizada a metodologia campesino/campesino, que são espaços para a troca de conhecimento entre os próprios agricultores e destes com os técnicos, professores e alunos. Em 2008, através do convite de algumas lideranças dos córregos de Estouros, que participaram do 1º Intercâmbio, o CTA/UFV/STR retorna em 2010 para a realização de mais um intercâmbio durando até 2012 com reuniões mensais. Além das formas de manejo são discutidos outros temas nos intercâmbios, sendo que, neste segundo evento, foi apresentada a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* e o crédito fundiário do governo federal. De acordo com um técnico do CTA, depois de 2012, houve um esfriamento, de novo, das relações, devido às eleições e, segundo ele, também pelo fato do fazendeiro ter desistido de vender a terra.

É o local de origem do prefeito eleito nas eleições de 2012, um fazendeiro que tem como principal ramo de atividade a produção de leite e derivados. Três famílias que moram em Estouros começaram a vender produtos para o Pnae em 2013, uma família da comunidade dos Pereira, uma do Córrego dos Laias e uma do Boné. Durante o trabalho de campo, em 2012, nenhuma família de Estouros, que participou da pesquisa, fornecia alimentos para o Pnae.

Pode-se visualizar na página a seguir, o Quadro 11 da comunidade 3, *Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas*:

Quadro 11 – Comunidade 3 - Relações de reciprocidade, afiliação institucional, participação e políticas públicas

Nº	Troca de dias e/ou Mutirão, com quem, pra quê?	Relações de trocas não monetárias	Afiliado ou Participa Homem, Mulher, Casal	Como começou	Política que acessa	Opinião a respeito
14	- Troca de dias e mutirão, entre os meeiros, <i>junta uns 40</i> - Panha de café	Dá verdura as vezes	C – STR, Igreja Católica: grupos de reflexão, CTA: intercâmbios. H – Ecosol	O CTA e o STR estiveram na comunidade há um tempo (+- 1997) e voltou no último ano (2011)	Até o fim da pesquisa não acessavam nenhuma política pública para a agricultura. Não sabiam o que era o Pnae	Obs.: Tentaram acessar o Crédito Fundiário, mas como houve demora na liberação do recurso, o fazendeiro desistiu de vender
15	- Troca de dias, entre os meeiros, - Mutirão, entre os meeiros, <i>junta uns 50 na panha</i>	Troca produto e reparte porco e quitanda	C – STR, CTA, Igreja Católica: grupos de reflexão.	Em 2011 nos intercâmbios do CTA	Até o fim da pesquisa não acessavam nenhuma política pública para a agricultura	Obs.: tentaram acessar o Crédito Fundiário, mas como houve demora na liberação do recurso, o fazendeiro desistiu de vender
16	- Troca de dias entre os meeiros - Capina e colheita - Mutirão para construir casa, todos	Troca verdura e quem ajuda a matar e limpar porco leva um pouco	C – STR, Igreja Católica: conselho comunitário. H – Ecosol	STR e o CTA estiveram na comunidade há um tempo atrás. Ecosol foi um funcionário que chamou	Até o fim da pesquisa não acessavam nenhuma política pública para a agricultura	
17	Troca de dias, capina, colheita, roça - Só com os filhos - Mutirão, colheita - Filhos e amigos	Troca verdura entre os filhos	H – STR, Ecosol C – Igreja Católica: grupos de reflexão	SRT “os companheiros que falaram”	Pronaf – já teve. Tinha um vizinho que tinha e resolveu fazer, foi na Emater, há oito anos	Para ele o programa é bom, mas o crédito é pouco. Já pegou empréstimo na Ecosol para comprar adubo porque o recurso do Pronaf foi pouco. Já pegou para comprar roçadeira e tobata
18	Troca de dias - Panha café - Parentes e amigos		M – STR para aposentar C – Igreja Católica: grupos de reflexão e pastoral familiar	“Fui no STR quando chegou a hora da mulher aposentar”	Até o fim da pesquisa não acessavam nenhuma política pública para a agricultura	Obs.: tentou fazer o Pronaf, queria R\$ 20 mil, mas foi recusado, não tentou fazer novamente
19	Troca de dias mais para panha – parente e amigos - Mutirão, panha de café, mais vizinhos	Troca mais verdura e porco quando mata para os vizinhos Quitanda e doce troca também	C – STR. H – Ecosol, Igreja Católica: coordenador de comunidade M – Pastoral da família	STR em 2008 quando fez contrato de parceria	Bolsa Família	

20	Trocas de dias, parentes e amigos. Capina, plantio de milho e feijão, colheita - Mutirão, panha de café. Parente, amigo	Empresta semente de milho, feijão e já emprestou uma arroba de porco	C – STR, Ecosol, Igreja Católica	STR os amigos que falaram. Ecosol tem um primo que trabalha lá e chamou		
----	---	--	----------------------------------	---	--	--

Ao analisar os dados do Quadro 11, observa-se que as redes de afiliação nas organizações associativas são mais restritas e o acesso às políticas públicas também. Pode-se inferir que, em parte, isto ocorra pelas características desta comunidade em relação à posse da terra, a longa distância a ser percorrida até a sede municipal e a rede de parentesco mais distante da rede, que fundou as principais organizações de agricultores. Por outro lado, esta comunidade mantém uma participação efetiva na Igreja por meio dos grupos de reflexão e participa também das atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM, mas que não foram constantes como podemos observar nos depoimentos, com momentos de maior aproximação e de afastamento.

Mas, como observado nas outras duas comunidades, também realizam as trocas tradicionais que são típicas em boa parte do interior do país, como ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes. As trocas são muito parecidas entre as comunidades, aqui também trocam verdura, quitanda, doce, repartem a carne de porco e realizam empréstimos, entre as famílias. Uma grande diferença neste aspecto são as trocas de dias e os mutirões com até 50 pessoas entre os meeiros, como foi relatado pelos entrevistados. Como vimos nos dados do Quadro 8, os meeiros em Estouros trabalham em mais de uma lavoura e “tocam” muitos pés de café, boa parte também *toca a roça* no meio das lavouras.

As redes de afiliação institucional são mais restritas, pois nenhum deles é filiado à AFA, mas todas as famílias são sócias do STR, às vezes o casal, às vezes somente o marido ou a esposa. Cinco famílias disseram que são afiliadas a Ecosol. Quanto à religião, todos são católicos e participam de grupos de reflexão. Apesar de participarem de grupos de reflexão, quase todos afirmaram que foram incentivados a se afiliarem ao STR por meio de visitas de representantes do próprio STR, no final da década de 1990, e visitas do CTA-ZM. Dois foram incentivados pelos amigos e um agricultor disse que procurou o STR quando chegou a época da aposentadoria da esposa, ele mesmo ainda não é afiliado ao sindicato.

Nenhuma família fez referência a partidos políticos, mas como um dos períodos do trabalho de campo coincidiu com a época das eleições, todas as famílias afirmaram que votaram em Anylton Sampaio, e boa parte das casas na região tinham faixas do candidato, que é fazendeiro em Estouros e teve apoio das lideranças locais e do PT.

Em relação às políticas públicas, apenas uma família acessou o Pronaf e tomou conhecimento por meio de um vizinho que também tinha o Pronaf há oito anos. Na sua avaliação, a exemplo de outros agricultores, também acha que *o programa é bom*, mas que o crédito não é suficiente para o que é preciso fazer na lavoura. O último empréstimo que fez do Pronaf foi preciso pegar recursos com a Ecosol para pagá-lo, que teve como objetivo financiar a compra de adubo. Este agricultor herdou e comprou sua terra em 1983 (4,3 ha), mas só deixou de ser meeiro em 2008, ou seja, foi meeiro por quase 25 anos mesmo tendo terra própria. Afirmou que não trabalhou apenas em sua terra porque achava que a *terra era fraca* e não seria o suficiente para sustentar a família de cinco filhos. Quando os filhos cresceram também trabalharam e ainda trabalham como meeiros com o pai e com outros proprietários de terra.

4.4 A trajetória das famílias: distintas traduções e interfaces na relação com as políticas públicas

Foram escolhidas sete famílias das três diferentes comunidades para a reconstrução de suas trajetórias. Estas famílias foram selecionadas com o objetivo de apresentar a diversidade das famílias entrevistadas, considerando que a descrição de todas as trajetórias das vinte famílias entrevistadas poderia ser cansativa. Estas famílias exemplificam, por meio de suas histórias pessoais, diferentes posições e interpretações em relação às políticas públicas, e que

são, de certa forma o reflexo do contexto e do ambiente que estão inseridas, como as formas de posse da terra, as formas de uso da terra e das redes institucionais e pessoais de que fazem parte. Como metodologia foram utilizadas entrevistas em profundidade complementadas com os dados do questionário aplicado. Como mencionado na introdução do capítulo, para a preservação das famílias serão usados nomes fictícios, mas se manterá, como antes, o número da comunidade e família de acordo com a organização do material do trabalho de campo (exemplo: C1F3). As idades correspondem ao ano que foi realizado o trabalho de campo em 2012. Nos depoimentos curtos, como norma da ABNT, as falas dos entrevistados que serão inseridas no corpo do texto estão entre “aspas”.

4.4.1 Em Praia D'anta e São Joaquim: redes de relações, propriedade da terra e formas de manejo da propriedade

A família de **Adauto e Maria Lemos** é da comunidade de **Praia D'anta** (C1F7). Adauto, com 46 anos, vem de uma família de 11 irmãos - cinco mulheres e seis homens. O pai de Adauto era da comunidade de Estevão Araújo, de *um lugar chamado Santa Rosa* em Araponga, e migrou para o município de Jequeri, a 40 quilômetros de Araponga, onde foi trabalhar como meeiro. Os demais familiares por parte de pai foram morar no município de Abre Campo, a cerca de 60 quilômetros de Araponga. Adauto nasceu em Jequeri, em 1966, mas veio morar em Araponga com 11 anos de idade, após o pai comprar 19,6 hectares, em 1974. Com o trabalho de meeiro, conseguiu juntar recursos para comprar terra, algo que para muitas pessoas, de acordo com Adauto, não seria possível:

Isso é uma coisa que hoje muitas pessoas, eu ouvi muitas pessoas comentarem “Ah! Não, com trabalho braçal não consegue adquirir terra”, plantando milho, feijão, arroz, não consegue comprar terra, isso que é que a gente ouve muito as pessoas falarem. E ele conseguiu através do trabalho dele, da mãe, dos meus irmãos mais velhos, que nessa época eu mesmo trabalhava muito pouco e ele conseguiu (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

De 1974 a 1977, a família continuou a morar “no terreno de outras pessoas como meeiro lá no município de Jequeri”. Assim, Adauto, com pouca idade, já podia morar em terra que era dos pais, morou pouco tempo em terra de outros. Em Araponga, ainda quando era pequeno, estudava na escola da sede e começou a ajudar em casa, depois a trabalhar com o pai na propriedade da família. Passando para a idade adulta, foi meeiro em terra do tio. Como veremos em outras trajetórias, a meação entre parentes é recorrente nos depoimentos das famílias, mesmo entre as que compraram terra após a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*. A compra de terra não elimina a meação, seja trabalhando em terra de outros ou contratando um meeiro para trabalhar em sua propriedade, como veremos em outro depoimento. A meação e a compra de terras se somam como mais uma estratégia de reprodução das famílias.

A mãe de Adauto é natural de Araponga e é irmã de antigas lideranças de CEBs, que possuem terra em Praia D'anta e criaram a *Conquista de Terras em Conjunto* para que os meeiros pudessem comprar terra. Sua família é composta por nove irmãos, sendo quatro mulheres e cinco homens. Também saíram de Araponga e migraram para o município de Ervália e depois para Jequeri, retornando para Araponga após dez anos, no início dos anos 1960. Seu pai era pequeno proprietário, possuía cerca de seis alqueires¹²⁸ de terra e trabalhava também como meeiro. A mãe de Adauto, após a morte do marido, doou parte de sua terra para

¹²⁸ Um alqueire mineiro equivale a 4,84 hectares.

os filhos e vendeu o restante. Hoje tem em torno de um hectare em Praia D'anta, onde mora, e é aposentada como trabalhadora rural. Toda a sua família, pais, irmãos e irmãs, sempre participaram dos encontros de CEBs. Adauto se recorda do período em que começou a se envolver com as CEBs, depois de se mudar para Araponga:

Nós mudamos para cá no início de 77. Daí eu fiquei mais como estudante, trabalhando e estudando e ajudando meus pais aqui na propriedade, e estudando em Araponga. Quando foi em 79, aí que teve o encontro, curso de eclesial de base, e a partir dessa data, desse curso que aconteceu, eu não participei desse curso, mas ficava sempre ajudando na casa do meu tio cuidando dos meninos para que eles participassem desse curso. E quando foi a partir de 81, nas reuniões de grupo de reflexões, aí a gente começou a participar dos grupos de reflexões. Após eu fiz o curso também, Pré Boa Nova, e engajei nesse serviço das Comunidades Eclesial de Base, que a gente dá o nome como leigos. Aí saí para várias comunidades, ajudando a transmitir os cursos de Natal, curso da Páscoa, mesmo curso de batismo e a gente buscava cursos fora também que a gente fez o curso também em Porto Firme, o curso do pré, Pré Boa Nova. E a partir daí que veio surgindo nas comunidades, nesses cursos, levava muito a gente para que a gente procurasse a se organizar, em todas as reuniões colocava pra gente que seria necessário estar se organizando. E nesse termo de estar se organizando a gente foi se agrupando mais com outras pessoas até que a gente chegou à primeira organização, na verdade que nós tivemos foi o CTA (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

O relato de Adauto coincide com a época de criação das organizações e participações dos movimentos de base, assim, Adauto começa a ter os primeiros contatos com as CEBs no final dos anos 1970. Na década seguinte, começa a participar ativamente dos grupos de reflexões, culminando com os primeiros contatos e fundação do CTA em 1987. Com a criação do STR, em 1989, ele entra em um grupo de compra de terra no ano seguinte. Adauto participou ativamente da fundação das primeiras organizações de agricultores, como o STR, a AFA e a Ecosol, exercendo cargos em algumas gestões, mas principalmente no STR.

O pai de Maria, 36 anos, é da comunidade de Estouros, em Araponga, era meeiro e conseguiu comprar terra em meados de 1987. A mãe era do município de Canaã. Quando se casaram, moraram por uns dez anos em uma propriedade em Estouros como meeiros, “tocava lavoura, plantava roça, tudo no terreno do outro”. Tiveram oito filhos, sete homens e uma mulher. Maria nasceu nessa propriedade e, quando tinha dez anos de idade, “nós mudamos para o terreno do meu avô, aí construímos no terreno do meu avô, que é o pai da minha mãe”. Seu pai construiu a casa na Pedra Redonda, onde seu sogro possuía terra. A terra foi comprada pelo avô, também com recursos que foi economizando quando era meeiro. Assim, um tempo depois, o pai conseguiu comprar terra também na Pedra Redonda:

E, pouco depois ele comprou um alqueire, né? Que é o lugar da casa, que pega da casa pra cima, aí comprou um alqueire, aí nós já trabalhamos, só que aí ele continuou trabalhando no terreno de outro fazendeiro lá no Estouros [...]. Aí ele comprou um alqueire de terra, mas continuou trabalhando tocando lavoura plantava milho e plantava feijão. [...] E aí, depois que ele comprou mais um alqueire de terra do meu tio, que meu tio tinha comprado do meu avô, e vendeu para ele. Aí sim, aí ele passou um tempo, dois anos depois que ele comprou e deixou a terra... A lavoura que ele tocava lá, ele deixou (entrevista Maria Lemos, C1F7, 2012).

Assim, as duas famílias do casal de agricultores entrevistados eram de meeiros que conseguiram comprar terra nas décadas de 1970 e 1980. No seu depoimento, é importante notar como as compras de terras foram recorrentes entre as gerações desta família - primeiro o avô comprou, depois o filho e depois o neto. Chamam atenção, também, as compras no interior da própria família: o filho que comprou do pai e o irmão que comprou de outro irmão, até conseguirem sair da condição de meeiro em terra que não pertence à família.

Como os pais, Adauto também conseguiu comprar seu primeiro pedaço de terra de três hectares em 1990, quando tinha 24 anos, no grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*. Ele pagou uma parte da terra com as reservas que tinha com a venda da colheita de café, arrobas de boi e empréstimo entre os parentes. O restante “foi pagando, mas correndo juros de 10% ao mês mais inflação”. Levou quatro meses para pagar o dono da terra e um ano e meio para pagar os empréstimos com os parentes. Adauto fez mais quatro compras de terra, vendeu uma e recebeu um hectare de herança do pai e, hoje, a família possui um total de 7,8 hectares, sendo 6,8 hectares na Pedra Redonda e um hectare na Praia D’Anta, onde tem a casa em que mora. Eles se casaram em 1997 e tem cinco filhos com idades que variam dos quatro aos 14 anos.

Além de mudar sua condição de meeiro para proprietário, que, segundo ele, o que muda é a *própria liberdade*, uma das coisas é “[...] as pessoas te tratam diferente quando você é parceiro ou meeiro”, o envolvimento com o CTA, a participação em encontros e o contato com os companheiros, fez com que Adauto mudasse suas práticas em relação ao trato com a terra e o meio ambiente. Segundo Adauto, “na propriedade do pai cheguei a usar *Roundup* e pulverização no café. Hoje não uso adubo químico e nem veneno, uso calda Viçosa, cama de frango, esterco” (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012). Ao longo dos anos o casal participou de vários encontros e cursos promovidos pelas CEBs, pelo CTA, UFV e SENAR em diversos temas relacionados à produção como adubação verde, compostagem, criação animal, agrosilvicultura, colheita, leguminosas, homeopatia e medicina alternativa. Fez ainda alguns cursos sobre turismo rural e intercâmbio de turismo rural, pois o casal mantém uma casa na Pedra Redonda que é alugada para lazer e encontros. Nas palavras de Adauto, possuir a terra é mais do que ter um bem material: “traz um compromisso e de estar respeitando a terra também, também é a segunda mãe. Também temos que fazer um trabalho para zelar a terra, não perdê-la e não maltratá-la” (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

Em sua propriedade, na Pedra Redonda, possui 4.500 pés de café com produção orgânica. Tem uma produção diversificada e conseguiu ao longo dos anos não depender tanto da produção de café. Em uma pequena área, produz batata inglesa orgânica, chegando a vender três toneladas por ano direto para os consumidores. Disse que não consegue atender toda a procura que tem pelo produto. Além do café e da batata, produz mais para o próprio consumo, colocando no mercadinho (da AFA) apenas o que sobra: milho, feijão, beterraba, cenoura, batata baroa, cebola, alho, inhame, yacon, alface, couve, repolho, cebolinha, salsa, mandioca e uma variedade de frutas. Há também criações como galinhas, frangos, vaca para a produção de leite e porcos. Possui, além disso, um cavalo e dois bois para tração. Com suas economias, reformou a casa que aluga, em 2012. Assim, além dos recursos que obtém com a venda da batata, do café e a sobra de outros produtos, a família Lemos consegue complementar a sua renda com o aluguel da casa na Pedra Redonda. Em uma das safras, o que recebeu com a venda de batata e abacate superou três vezes a receita obtida com a venda do café. Na sua avaliação, nos últimos cinco anos a comercialização dos produtos melhorou porque passou a diversificar a produção não focando apenas no café. Este agricultor se considera um produtor “orgânico, agroecológico”. Comentou que para fornecer para o Pnae, a família precisa ter um planejamento para que não falte o produto, tanto para o programa, como para o consumo da família, ele cita como exemplo:

Eu tenho que vender aí, tantas laranjas, tantas unidades de laranja por mês ou por ano, né? Aí já começo a pensar, o pé de laranja deu 120 laranjas, eu tenho que entregar 130 laranjas então quer dizer... porque senão vou ficar com débito de...tantas unidades, né? Então tem que [...] é uma coisa que tem que ser muito bem pensada também nesse sentido (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

Para o agricultor, entrar no programa exige cautela e organização, para conseguir cumprir os compromissos. Na sua percepção, o programa é “bom”, mas para participar a família precisa ter planejamento, não basta apenas querer entrar e achar que vai conseguir produzir o que foi comprometido. Ele afirmou que, no momento, não possui meio de transporte e nem tempo para se dedicar ao programa, ainda mais por ter propriedades em lugares diferentes. Por outro lado, ele acredita que “também levou tantas outras pessoas que não estavam plantando, várias variedades, né? De hortaliças, levou várias pessoas também a plantar também”. Este depoimento também é compartilhado por outras famílias e lideranças sindicais sobre a mudança que o Pnae proporciona na alimentação das famílias e dos alunos das escolas. Produtos que antes não eram plantados, como cenoura e beterraba, e que hoje são cultivados para fornecimento ao Pnae, passaram também a fazer parte da alimentação da família¹²⁹. Sua família já emprestou produtos para completar as entregas e recebeu com os mesmos produtos depois.

Adauto já fez financiamento pelo Pronaf, o primeiro sendo o Pronaf agroecológico. Depois fez um contrato de Pronaf custeio e, por último, um contrato de investimento para a construção de um terreiro. Como outros agricultores, Adauto também avalia o programa como bom. Aliás, bom é um termo que foi empregado pela maioria dos agricultores. Mas Adauto também fez críticas em relação ao programa, à primeira delas, e que todos os agricultores que fizeram o Pronaf custeio também fizeram, é sobre o retorno do empréstimo. Ao contrair o crédito, o mesmo deve ser pago a cada ano, o valor do crédito que foi concedido mais os juros. Depois, o total deste valor menos os juros é devolvido para a conta corrente do agricultor dentro de 15 dias. O agricultor pode fazer isso durante cinco anos. O que acontece é que como a maioria dos empréstimos é para investir na lavoura de café, o mesmo pode ter problemas para pagá-lo ao final do ano, pois a cultura do café tende a ser bianual. Pode acontecer boa colheita em dois anos seguidos, mas vai depender da idade do café, se o café foi bem tratado, tipo de capina, se teve boa adubação de solo e foliar, entre outros fatores, seja no manejo orgânico, agroecológico ou convencional. De todo modo, trata-se de uma cultura que exige investimento, sobretudo nas lavouras convencionais que dependem mais de insumos ou nas que ainda usam grande quantidade de adubo químico. Isto onera a cultura que vai depender sempre de financiamento e, ademais, os trabalhadores ficam à mercê das oscilações do preço do grão na época da comercialização. O agricultor, neste sentido, fica mais dependente de crédito, sobretudo se tem o café como foco. Os agricultores argumentam que o

¹²⁹ Em sua dissertação de mestrado, Regina Rodrigues de Oliveira (2013) constatou a mesma situação nos municípios de Acaíaca e Divino, de como a diversificação da produção e o fornecimento para o Pnae estão mudando o consumo alimentar nas comunidades rurais. Embora sua dissertação não tivesse como objetivo a avaliação propriamente do Pnae e, sim, a análise dos “meios de vida relacionados com as alterações no consumo alimentar promovidos pela agroecologia”, a prática agroecológica tem impactos positivos na vida das famílias que fornecem alimentos para o Pnae. As famílias passaram a consumir alimentos que antes não faziam parte do seu cardápio ou que ficou mais frequente, como cenoura, beterraba, lobrobô (ora-pro-nóbis), alho e o repolho, inclusive com o aumento da criação de galinhas para a produção de carne e ovos, que fazem parte do cardápio das escolas. Ver o trabalho de OLIVEIRA, Regina Rodrigues de; Meios de Vida e produção de alimentos: quando a paisagem diversifica, o prato fica colorido. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2013, 168 f.

melhor seria pagar parte do valor devido mais os juros anualmente, em pequenas parcelas, durante os cinco anos até o quitamento total da dívida.

Outra questão que foi colocada por Adauto é o fato de precisar abrir uma conta corrente para receber o crédito. Alguns inclusive alegam que não foram informados pelo banco de que seria necessário o encerramento da conta ao final do quitamento do empréstimo, o que já causou problemas como dívidas referentes às taxas bancárias, que continuavam sendo debitadas mesmo depois que o empréstimo foi pago. Ele questiona inclusive a própria cobrança dessa taxa, tendo em vista que se trata de um recurso do próprio governo que vem pelo Banco do Brasil. No seu entender, a conta deveria ser encerrada automaticamente, assim que o crédito fosse quitado.

Adauto avalia, também, que mesmo que o crédito seja bom, seria melhor outras linhas de financiamento, sobretudo para produtores orgânicos ou agroecológicos como ele:

Outra coisa assim que eu acho é que o Pronaf seria necessário que criasse outra linha muito voltada naquele sentido mesmo de agroecológico ou orgânico, que no caso meu caso... se tivesse uma linha de orgânico com mais tempo de carência como o agroecológico, mesmo, para mim eu acho que seria muito viável, eu fico vendo isso e nem só para mim, para várias pessoas também, porque fica muito [...] eu tenho o Pronaf eu posso usar da forma que eu quiser, né? Mas se tivesse outras linhas de Pronaf, eu acho que o Pronaf que tá aí ajuda muito sim, não posso me contradizer em momento nenhum que ele não ajudou para mim ajudou e muito e está ajudando, mas se tivesse outras linhas, criasse outras linhas (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

Neste sentido, vale mencionar que em Araponga alguns agricultores acessaram o Pronaf destinado a produtores agroecológicos na modalidade de custeio, em 2004, com a aprovação de 22 projetos. Contaram, para isso, com a assessoria do CTA-ZM na elaboração e acompanhamento dos projetos (FERRARI; ABRAÃO, 2008). Mas, na forma como a modalidade foi planejada, não houve mais acessos posteriores no município, pois apresentaram-se problemas nas regras que dificultavam o uso do recurso pelos agricultores que acessaram esta linha de crédito, sobretudo no caso dos investimentos. Para acessar o empréstimo era necessário a apresentação de projetos com definições sobre como usar o investimento nos três anos de carência do projeto. No entanto, o valor total do crédito era liberado na primeira parcela, não tendo margem de manobra no uso do crédito. De acordo com a sistematização sobre o programa realizada pelo CTA-ZM junto aos agricultores, um dos principais problemas enfrentado pelos produtores para que o crédito fosse liberado foi a relação com os bancos. Os agricultores relataram a *má vontade* e o *desconhecimento* dos funcionários do banco em compreender o programa, tornando essa modalidade de financiamento mais acessível:

Em princípio, o Pronaf Agroecologia pode financiar, com um prazo de carência de três anos. No entanto, o agricultor recebe a totalidade dos recursos a investir em cada projeto no primeiro ano, mesmo que só pense em usar parte dos recursos mais adiante. Isso coloca um problema de eficiência no uso dos recursos e encarece o crédito para o agricultor. O ideal seria o agricultor poder planejar seus investimentos ao longo de seis ou mesmo oito anos, e os recursos irem sendo liberados ano a ano pelos bancos segundo as necessidades definidas pelo agricultor. [...] Por essas razões a proposta do Pronaf Agroecologia, que obriga o agricultor a apresentar um plano de transição rígido de três anos com indicações de que técnicas vai abandonar e quais vai introduzir a cada ano, é inviável. Seria necessário flexibilizar muito

os procedimentos para que o agricultor possa efetivamente chegar a usar o Pronaf Agroecologia (FERRARI; ABRAÃO, 2008, p. 12).

A falta de flexibilidade no uso do crédito por parte dos agricultores foi um dos maiores problemas que os agricultores em transição para a agroecologia encontraram, mas outros aspectos também foram citados, como: problemas na execução do programa, dificuldade em emitir a DAP em alguns municípios e a demora na análise das propostas, levando muitos agricultores a desistirem. Os agricultores enfrentaram uma série de exigências burocráticas para acessar o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem, ao contrário do que era requisitado para acessar os Pronafs mais habituais, como custeio e investimento. A burocratização dos bancos e o difícil acesso, no que se refere ao tratamento dado pelos funcionários e à falta de informações, foram os grandes empecilhos para que os agricultores tivessem acesso a esta linha de crédito¹³⁰. Outro ponto mencionado por Adauto é em relação aos laudos de vistoria feitos pela Emater a cada ano:

Ele tem que fazer tudo de novo [depositar o valor total do empréstimo mais os juros], mais o laudo de vistoria, porque tem que ter o laudo de vistoria ano após ano. Lá vem falando que você quitou, venceu o Pronaf hoje, você levou o dinheiro, quitou tudo direitinho, e não levou o laudo de vistoria, aí você perdeu também aquele custeio daquele ano, aí você tem que fazer um novo projeto, né? Aí passou aquele dia, a pessoa teria que montar outro processo para poder conseguir de novo, né? Que é outra amolação. E aí assim, uma exigência de que o técnico lá da Emater vá até a propriedade para poder ver e fazer a vistoria. Mas como em Araponga, um município grande, muitas pessoas que tem o Pronaf e no município é um técnico só, acaba ele emitindo esse laudo de vistoria no próprio gabinete, né? Aí olha pela foto de satélite, foto tirada pelo avião, que tá lá no computador que eu nem sei como que é esse negócio direito. Aí ele só olha ali, junto com o proprietário, o proprietário indica onde é que está à lavoura, a propriedade, essas coisas todas e ali já faz a descrição. [Ele não consegue ir a tudo, né?]

Não, não consegue. E outra coisa, esses laudos de vistoria é muito desse jeito, por exemplo, vence esse mês, aí tem que fazer um laudo de vistoria para mim, a outra pessoa que vai vencer esse mês é lá de São Domingos, outra lá de Estouro, então fica esse tempo dele todo, né? Que nem todo mundo daquela comunidade o Pronaf vence no mesmo mês, então tudo invertido, né? Então não tem como, e, além disso, ele tem que estar atendendo no próprio escritório, atendendo as pessoas e outras coisas (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

As regras de funcionamento do programa e as responsabilidades das diferentes instâncias nem sempre são bem compreendidas pelos agricultores. E compreender todo o

¹³⁰ Em 2012, foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), uma política pública do governo federal “criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Fruto de um intenso debate e construção participativa, envolvendo diferentes órgãos de governo e dos movimentos sociais do campo e da floresta, o Planapo é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)”. Sua efetivação começou a partir da instituição do Pnapo, em 2013. Os desdobramentos do Pnapo e a sua possível implementação em Araponga não serão abordados no escopo desta tese devido ao período de abrangência da pesquisa. Esta política foi comentada por alguns agricultores que participam mais efetivamente das organizações e encontros que aglutinam os movimentos sociais como uma política que poderá atender os agricultores que tem como diferencial a produção agroecológica e orgânica. Este plano foi criado para atender as demandas dos movimentos sociais e agricultores que possuem uma produção agrícola diferenciada e que desejam crédito, infraestrutura, assistência técnica e apoio para a comercialização e consumo. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>>. Acesso em: 14 jun 2014.

cabedal de regras que acompanha a implementação da política pública exige tempo e dedicação, inclusive porque as próprias regras podem sofrer mudanças ao longo dos anos. A exigência de que seja feito um laudo de vistoria do Pronaf a cada ano, mesmo se o agricultor cumpriu com os compromissos de quitar o empréstimo, aparece como um procedimento excessivamente burocrático para os agricultores. O que acontecia era que nem sempre o laudo de vistoria conseguia ser emitido em tempo hábil, devido ao grande número de contratos e por causa das grandes distâncias no município. Neste aspecto, de acordo com o técnico da Emater de Araponga, foi a partir de 2010 que o laudo anual de vistoria passou a ser exigido a cada ano pelo Banco do Brasil de Viçosa, agência que atende a maioria dos agricultores do município de Araponga, pois antes a renovação era automática¹³¹. Assim, no início, alguns agricultores que não sabiam da mudança das regras perderam a oportunidade de renovar o crédito. O próprio técnico afirmou que como era novo na empresa precisou se adaptar aos poucos à nova mudança nas regras e que chegou a “perder” alguns contratos para a renovação, mas que agora isso não acontecia mais. Quando o processo é iniciado, ele vai até as propriedades e, depois, em alguns casos, quando já conhece bem a propriedade, a renovação é feita a partir da análise das imagens de satélite.

Outro importante aspecto mencionado pelo agricultor Adauto é o fato de Araponga estar em uma importante região produtora de café, uma importante *commodity*, assim o próprio trabalho da Emater é direcionado para a assistência, sobretudo relacionada à lavoura de café, inclusive no que se refere ao acesso ao Pronaf onde todos os projetos de custeio e investimento são para o café. Como afirma o agricultor Adauto:

Olha, sim, agora outra coisa que tem aqui no município de Araponga, é que nos casos aqui, é que no custeio, o custeio aqui é para café...tá? Só te incentiva é só o café, não tem custeio para milho, feijão, coisa que antes tinha, não tem. Por enquanto, não tem dos que eu conheço, não tem. Aí você vai buscar outros Pronafs, sem contar o Pronaf investimento que eu disse né? Que é para maquinário, terreiro de cimento, é para gado leiteiro. Para essas coisas assim aí você consegue. E aí isso leva as pessoas a tirar o dinheiro de uma linha, que é para a linha do café e investir em outras linhas, porque não tem essas outras linhas (entrevista Adauto Lemos, C1F7, 2012).

De acordo com o depoimento, o incentivo é para a produção de café, não que o agricultor não venha utilizar o crédito para outra finalidade, mas a falta de apoio para outros tipos de cultura também leva, de certa forma, a desestimular que os agricultores foquem em outros produtos. Os depoimentos desta pesquisa e os relatos da sistematização sobre o Pronaf

¹³¹ De acordo com uma técnica da Emater de outro município, como exemplo, disse que a agência do Banco do Brasil de Ervália só faz a exigência do laudo de vistoria no primeiro ano. De acordo com as normas do Banco Central, este laudo é exigido para acessar o Pronaf (uma vez que todas as operações de crédito do Pronaf custeio estão condicionadas ao Proagro). Todavia, o agricultor só irá utilizá-lo caso precise acionar o seguro safra se houver alguma dificuldade em liquidar o crédito pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações. O laudo de vistoria é feito e cobrado pela Emater e o seguro é feito e cobrado pelo Banco do Brasil quando assinado o contrato, mas o seguro é acionado quando solicitado pelo agricultor que faz direto no banco (a Emater cobra 1% do valor do projeto e o Proagro 2% desse valor). Assim, o agricultor só realiza o laudo quando exigido pelo banco que opera o crédito, no nosso exemplo de Araponga, a exigência é feita pela agência do Banco do Brasil de Viçosa a cada ano. Desta forma, em relação à política de crédito, o governo federal, com o objetivo de atender aos pequenos e médios produtores, instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pela lei nº 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola nº 8.171/1991, ambas regulamentadas pelo decreto 175/1991. O Proagro é um instrumento de política agrícola que tem suas normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR-16), divulgado pelo Banco Central do Brasil cada vez que há mudanças na taxa de juros ou normas. O laudo de vistoria é uma destas normas.

Agroecologia e os caminhos percorridos pelas regras de acesso ao crédito nos mostram ilustrativas interfaces estabelecidas entre a política pública e os agricultores. Por exemplo, o modo como a mesma foi concebida para atender os agricultores, seja em transição para a agroecologia ou não e os problemas encontrados para a sua efetivação, tanto no que tange aos aspectos burocráticos como no que diz respeito à especificidade dos sistemas produtivos dos agricultores em transição para a agroecologia e ao tempo necessário para a mudança. No caso específico de Adauto, mesmo utilizando e avaliando a política pública como boa, no caso do Pronaf, a mesma poderia ser melhorada para atender a sua condição de agricultor agroecológico e orgânico. A interpretação que este agricultor faz da política pública é a mesma que a de agricultores que participaram desta pesquisa e tem características similares a dele, como as famílias de número seis e oito na tabulação dos dados, ou seja, são os agricultores que diversificam mais a produção, se dizem agroecológicos e/ou orgânicos e tiveram envolvimento na criação das organizações de agricultores. Quanto maior o envolvimento do agricultor com a agroecologia, mais crítico ele parece ser em relação à política pública e mais sugestões apresenta para a sua melhoria. O estudo da interface busca justamente analisar, no nosso caso em estudo, como a política pública de acesso ao crédito é vivenciada pelos agricultores, quais são os pontos de interseção e conflitos. Como afirma Long:

Interfaces, tipicamente ocorrem onde "mundos da vida" ou campos sociais diferentes, e muitas vezes conflitantes, se cruzam. Mais concretamente, elas caracterizam situações sociais (o que Giddens chama de "locales"), nas quais as interações entre os atores se orientam em torno dos problemas formando "pontes", acomodando-se ou lutando uns contra os outros mundos sociais e cognitivos diferentes (LONG, 1989, p. 232) ¹³².

A política pública, depois de criada, precisa de certa forma ser implementada para que ajustes sejam feitos, o que aconteceu com o Pronaf desde a sua criação, com diferentes fases com a concepção de diferentes linhas de financiamento. Mas é preciso, também, que suas regras e leis sejam conhecidas e compreendidas pelos atores envolvidos. Como afirma Long, há uma acomodação ou conflito de mundos sociais e cognitivos diferentes, o que tem sido demonstrado por diversos trabalhos que analisam projetos governamentais em diferentes países, mas que podem se aplicar às políticas públicas (LONG, 1989; 2001). O Pronaf, no caso de Adauto, ainda se mostra uma política pública que não atende os seus anseios de agricultor agroecológico e orgânico, que é aquele que busca diversificar a produção e que não tem como principal estratégia de produção a *commodity* do café.

A segunda família escolhida foi a de **Jonas e Cleusa Lima** (C1F2), da comunidade de **São Joaquim**. A família de Jonas é composta por 10 irmãos, oito homens e duas mulheres, todos são agricultores e habitantes de Araponga. Jonas nasceu na comunidade de Pedra Redonda e tem 42 anos. O seu pai nasceu em Araponga e, aos 19 anos, migrou para São Paulo e trabalhou como pedreiro e sapateiro até os 26 anos de idade. A mãe, neste período, cuidava da casa, "depois que voltou de São Paulo trabalhou na roça e em casa, cuidava de criação, tirava leite, da horta". Neste tempo juntou economias para comprar mais terra, pois uma parte recebeu de herança do pai. Seu pai é irmão das antigas lideranças de CEBs que criaram a

¹³² Tradução da autora: *Interfaces typically occur at points where different, and often conflicting, "life-worlds" or social fields intersect. More concretely, they characterize social situations (what Giddens calls "locales") wherein the interactions between actors become oriented around the problems of devising ways of "bridging", accommodation to, or struggling against each other different social and cognitive worlds* (LONG, 1989, p. 232).

Conquista de Terras em Conjunto e, por ter um carro e já possuir terra, tinha boa reputação frente aos fazendeiros, o que o permitia negociar as primeiras compras de terra para o grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*¹³³. Assim, ao longo da vida, os pais de Jonas adquiriram terra por meio de herança, mas ampliaram também sua terra com recursos oriundos do trabalho fora da agricultura, quando migraram para São Paulo, e do trabalho na *roça* com as lavouras de café e na criação de gado, quando voltaram para Araponga, conseguindo desta forma, adquirir 96 hectares. Jonas remarca que na época de seu pai, a terra não valia tanto como hoje, mas mesmo trabalhando muito conseguia-se compra-la, hoje ainda se trabalha muito, mas quem consegue comprar, compra menos. A mãe de Jonas não herdou terra dos pais, seus avós maternos chegaram a ter 260 hectares, mas foram perdendo a terra ao longo dos anos.

A família de Cleusa é composta por nove irmãos, sete mulheres e dois homens. Cleusa nasceu na comunidade de Estouros, tem 36 anos, e apenas ela e uma irmã vivem em Araponga, os demais irmãos migraram para o interior de São Paulo. Os pais de Cleusa nasceram em Viçosa, a 50 quilômetros de Araponga, e os avós paternos são da comunidade de Estouros e os maternos da sede. Após morarem um tempo na *roça*, em Araponga, venderam parte da terra que possuíam, em torno de 12 hectares, e compraram uma casa onde vivem na sede do município. A outra parte mantém um pasto e criam algumas cabeças de gado de leite.

O casal, Jonas e Cleusa, tem quatro filhos com idades entre três a 12 anos. Os filhos mais velhos, um de 10 anos e outro de 12, além de estudarem, ajudam os pais nas atividades da propriedade¹³⁴. O filho mais velho faz o ensino fundamental na Escola Família Agrícola de Jequeri (EFA-Jequeri), que adota a pedagogia da alternância em que os alunos ficam 15 dias na escola e 15 dias na propriedade.

A família possui 15 hectares de terra, compraram seis hectares e Jonas herdou nove dos pais. Os seis hectares foram comprados aos poucos, a primeira vez Jonas comprou 1,5 hectares com empréstimo feito com o pai. Ele recorda que nesta época nem estava podendo comprar terra, mas comprou para ajudar um companheiro que precisava em um grupo de cinco pessoas. Depois comprou mais e fez empréstimo do fundo de crédito rotativo coordenado pelo STR. Jonas explica que usou o recurso do fundo também para registrar a terra e comprar adubo.

Ao contrário da maioria dos agricultores que comprou terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto*, Jonas só foi meeiro em terra do pai e desde cedo já conseguiu comprar sua própria terra. Mesmo assim, ele avalia que houve mudança quando passou a ter terra própria, pois passou ter “mais autonomia e a se dedicar um pouco mais à produção na terra”, principalmente depois que se casou. “O pai gostava mais de boi, poderia produzir mais café do que produzia”. Os seus 15 hectares estão divididos em dois lugares, nove na parte alta de São Joaquim, onde fica boa parte dos pés de café que possui, e seis na parte baixa, perto da escola municipal onde mora. Tem um pouco de café, eucalipto, cana, uma pequena área no

¹³³ A dinâmica das relações de reputação em pequenas comunidades, seja boa ou má, foi analisada pelo antropólogo Bailey (1969), que propõe o termo *comunidade moral*. Para Bailey, a reputação de um homem não é uma qualidade que ele próprio possui, mas as opiniões que os outros fazem sobre ele e que aumenta ou diminui a partir das interações humanas. Frente a sua comunidade, o pai de Jonas tinha boa reputação por possuir bens, como afirmou uma liderança de CEBs nos depoimentos sobre a *Conquista de Terras em Conjunto*, como ele tinha carro e terra, os fazendeiros achavam que ele tinha condições de cumprir com o compromisso e assim vendiam a terra. Esta boa reputação passou para o STR, sendo reconhecido como o organizador das compras de terras e os agricultores terem a reputação de bons pagadores.

¹³⁴ Os filhos “ajudarem” nos trabalhos da propriedade é uma prática bastante comum nas comunidades rurais e já foi relatado em outros estudos, sobretudo em regiões cafeeiras no período da colheita, como exemplo, ver o trabalho de REIS, Laudirléa Silva dos. *O trabalho “precoce” dos filhos de agricultores no município de Varre-Sai*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2012, 103 f.

alto com *roça* de feijão e milho. Perto da casa tem horta, galinheiro, curral, terreiro para secar café e construiu um galpão para abrigar um secador de café. Ao todo tem 15.700 pés de café SAT, sendo 2.200 *a meia* com outro agricultor sem contrato formal. Também produz em sua propriedade uma abundância de culturas como milho, feijão, banana, leite, queijo, abacate e mais uma variedade de frutas, além de fornecer alface e couve para o Pnae, mas o café ainda é o principal produto na sua propriedade, caracterizando uma maior dependência desta *commodity* e de insumos externos para a lavoura deste agricultor. Sobre o Pnae, afirma que “vale muito a pena, o programa é bom” e não tem dificuldade na entrega, pois tem moto, o que facilita o transporte. Quem cuida da horta é a Cleusa, quando o serviço aperta, ela pede ajuda a Jonas, que faz a entrega dos produtos nas escolas. Além do cultivo, a família também possui muitas criações, 10 galinhas, duas vacas, uma novilha e porco para o consumo. Como meio de transporte, além da moto, compraram, em 2012, uma caminhonete pequena.

Quase todo o trabalho na propriedade é feito pela família. Quando o serviço aperta, realizam troca de dias com parentes e vizinhos para plantar milho, capinar, bater pasto e colher o café, além dos 2.200 pés de café que tem em parceria com outro agricultor. As relações de reciprocidade também são comuns para a família, que troca açúcar mascavo por branco, quando mata porco também divide a carne e, quando precisam de ajuda para fazer o polvilho, quem vem ajudar leva um pouco de polvilho para casa. Eles também ajudam parentes ou vizinhos quando é solicitado.

Das famílias que participaram da pesquisa, Jonas é o que mais investiu em equipamentos que auxiliam de alguma forma o trabalho na propriedade e é também o que tem mais pés de café e investe no café. Com mais dois sócios, tem uma ensiladeira e iria comprar um secador de café. Construiu o galpão com um sócio, tem picadeira, roçadeira e motosserra própria e é sócio com um grupo maior na aquisição de um trator. Com estas características, o foco no café com investimento em insumos e equipamentos, Jonas é um dos agricultores que sempre acessa o Pronaf¹³⁵ e já fez vários empréstimos, tanto custeio como investimento, afirmando que só tem o que reclamar da burocracia:

Tenho o Pronaf custeio e investimento para fazer um terreno e vou fazer outro investimento para comprar um secador de café. Vou fazer em meu nome com mais dois e vou pagar 50% e os outros dois 25% cada. O programa é bom, o ruim é a burocracia. Mas já melhorou porque a cooperativa faz o cadastro e depois que a Ecosol passar para o sistema

¹³⁵ Ferrari (2010) em sua dissertação de mestrado faz uma análise das estratégias de reprodução socioeconômicas da *agricultura familiar camponesa* (termo empregado pelo autor) e agroecologia em dois municípios da Zona da Mata, Araponga e Espera Feliz. Em Araponga, a partir da análise de três famílias, chegou à conclusão que existem diferentes *graus de campesinidade*, nos termos definidos por Ploeg (2008), sendo que as famílias desenvolvem diferentes estratégias de reprodução socioeconômica, marcadas pela diversidade e heterogeneidade das práticas adotadas. Famílias que adotam uma estratégia mais empresarial (como o caso de Jonas, no nosso exemplo) e outras menos empresarial (como no exemplo de Adauto mostrado antes), mas todas com o intuito de preservar sua condição camponesa na busca por autonomia em um contexto cercado por relações de dependência, marginalização e privação. Este estudo também evidenciou que devido à própria diversidade da condição camponesa, existem famílias que a partir de suas práticas nos seus sistemas de produção são “mais agroecológicas” e outras “mais convencionais”. Também constatamos isso na nossa pesquisa, alguns agricultores diversificam muito a produção e buscam fazer um manejo mais agroecológico na propriedade. Outros, embora possam ser considerados mais agroecológicos, ainda mantêm uma forte dependência em relação a insumos externos, como o adubo químico acarretando financiamentos constantes. Mais sobre a pesquisa, consultar: FERRARI, E. A. *Agricultura Familiar Camponesa, Agroecologia e Estratégias de Reprodução Socioeconômica*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2010, 127 f. E o livro de PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372 f.

Cresol não será mais via Banco do Brasil (entrevista Jonas Lima, C1F2, 2012).

Como outros agricultores, Jonas Lima também faz menção à burocracia e ao banco, pois o último Pronaf que fez levou cinco meses para ser aprovado e liberado. Quando voltei ao campo pela segunda vez, o Pronaf investimento que o agricultor tinha feito pela Ecosol tinha sido aprovado e liberado em dois meses. Sobre o Pronaf, Jonas acrescenta:

O custeio se você souber levar dá para ajudar. O investimento é bem melhor, tem 10 anos para pagar, o custeio é todo ano e cinco para quitar. Quitou pode fazer outro. Eu já peguei nove mil e agora refiz o custeio só que mais baixo, fiz seis mil (entrevista Jonas Lima, C1F2, 2012).

Com os recursos do Pronaf, o agricultor, além de comprar adubo e calcário, adquiriu o secador, a roçadeira e outros equipamentos e estruturou o terreiro, investindo sempre no cafezal. No ano em que foi realizado o trabalho de campo, a expectativa era de produção alta, mas devido à crise no preço do café, o agricultor não estava tão animado em relação à comercialização do produto. Neste aspecto, Jonas Lima avaliava, no momento da pesquisa, que nos últimos cinco anos não ocorreram grandes mudanças em relação à comercialização, de acordo com suas palavras, ele precisaria investir ainda mais:

Oscilou muito o preço do café. Agora tem provador em Araponga, gente de confiança. Mas a maior dificuldade ainda é a comercialização. A minha produção aumentou, mas a infraestrutura não aumentou, preciso de uma tuia maior. Também preciso melhorar a forma de secar o café, por isso vamos comprar o secador (entrevista Jonas Lima, C1F2, 2012).

A lógica empregada de investimento na lavoura de café de Jonas mostra o que os autores Gazolla e Schneider (2013: 58) caracterizam como *círculo vicioso* na aplicação dos recursos de crédito. Segundo os autores, devido à lógica do programa, as aplicações em custeio e investimento tornam-se integradas, “pois os dois vão estimular as mesmas atividades produtivas, aprofundando a destinação do crédito em torno de uma lógica de desenvolvimento produtivista e setorial da agricultura familiar”. Neste sentido, e de acordo com o que foi observado no trabalho de campo, o agricultor que investe mais na lavoura cafeeira acaba investindo mais em recursos tecnológicos, infraestrutura para acompanhar a sua ampliação e ao mesmo tempo, mais em insumos e, desta forma, contrai mais financiamento.

Sobre a comercialização, para Jonas, o atravessador sempre existirá e o que precisa é “achar um que ganhe menos em cima do agricultor”. Perguntei se seria possível que os próprios agricultores pudessem se organizar para comercializar o café, ele disse que acha “difícil, pois é muito café, teria que ter uma estrutura enorme para armazenar e transportar. Eu vendo para o município de Jequeri, o rapaz [que compra] é esposo da professora da escola e é um provador de confiança”. Ele disse que os agricultores que produzem café orgânico estão conseguindo fazer isso, mas para quem tem café SAT ou convencional fica mais difícil devido ao volume do café produzido no município.

Jonas e Cleusa Lima, como outros agricultores desta comunidade, sempre participaram das organizações de agricultores como o STR, sendo que Jonas ocupou cargos em algumas diretorias, da EFA-Puris, da AFA, onde deixa-se produtos para vender no mercadinho, da Ecosol e no passado do CMDRS. Jonas é um dos diretores da Associação Escola Família Agrícola (Aefa). Disse que agora participa de reuniões nestas organizações quando é convocado, já das CEBs, afirma que “não existem mais como antes”, mesmo que ainda tenha reuniões dos grupos de reflexão.

Com os dois exemplos anteriores, a trajetória da família de Adauto e Maria Lemos e a trajetória de Jonas e Cleusa Lima, pode-se inferir que as trajetórias das famílias influenciam no acesso a política pública, com suas redes de relações, mas com escolhas e opiniões diversas, que estão condicionadas ao tipo de manejo, escolha de cultura e daquilo que se quer investir. Fica claro que a tradução que fazem da política pública que acessam ou acessaram é diferente, no caso de um e de outro, mesmo em se tratando de pessoas com um histórico na participação das organizações parecido e com redes de relações próximas. Mas, por suas escolhas, Jonas se mostra mais propenso a acessar e aprovar o Pronaf do que Adauto. As interfaces do programa nestes dois casos se mostram diferentes. Das vinte famílias que participaram da pesquisa, Adauto foi o único agricultor que se identificou como *agricultor familiar*.

O que ambos têm em comum é o conhecimento sobre as políticas que foram citadas, como o Pronaf, o Pnae e o próprio PAA, que ainda não é acessado em Araponga. Sobre o PAA, sabem o que é, mas afirmam que seria difícil fornecer para o PAA por causa do volume de trabalho já existente em suas propriedades.

A terceira família escolhida é a de **Ademir e Nilma Alves** (C1F4), ele com 45 anos e ela com 37, são de Novo Horizonte, que fica na comunidade de **São Joaquim**. Como descrito anteriormente, quando fala-se de São Joaquim, Novo Horizonte é o nome do local onde foi realizada uma grande compra de terra em 2001, com 84 hectares, da qual participaram 30 famílias. Cada família comprou uma parte da terra, de acordo com o seu interesse e condições. Alguns agricultores se referem ao lugar como assentamento Novo Horizonte.

A família de Ademir é de Araponga, pais e avós, sendo originária da comunidade de Praia D'Anta. Seu pai foi trabalhador rural por um tempo e, depois, meeiro, até receber seis alqueires de herança. Sua mãe, também lavradora, não tinha terra, “só adquiriu após o casamento”. Ademir vem de uma família de nove irmãos, sendo seis homens e três mulheres.

Ademir foi trabalhador rural em uma grande fazenda de produção de café e frutas do grupo Mundial¹³⁶, desde 1996 até 2000, e depois voltou a trabalhar neste mesmo local em 2003, saindo em 2005. O agricultor também foi meeiro e ainda é nos dias de hoje. Trabalha uma lavoura de 3.000 pés de café e “toca lavoura branca de milho e feijão”, mas não possui contrato. Neste interim, da vida de trabalhador rural e meeiro, já tinha terra, pois comprou um alqueire em 1994, em São Joaquim, quando tinha 26 anos. Quando comprou a terra pagou a vista para o proprietário, vendeu um terreno de $\frac{1}{2}$ alqueire em São Joaquim, “uma vaca, um bezerro, arroz, um pouco de milho e feijão”. Ademir comprou um alqueire em Novo Horizonte, vendendo um terreno de um alqueire em São Joaquim. Ainda trabalhando como meeiro, acha que as condições de vida melhoraram muito, porque tem terra: “(...) agora melhorou muito, somos mais livres! Não tinha liberdade para plantar mais coisa. Tenho mais liberdade para trabalhar porque a terra é minha. Antes não dava nem para o consumo, melhorou a comida, a renda”. Também mudou a forma de manejo, pois quando trabalhava na Fazenda Mundial tinha que usar agrotóxicos e hoje afirma que trabalha só com o adubo químico. Ainda hoje tem um alqueire ou 4,5 hectares com 6.000 pés de café, sendo 4.000 de café novo que está começando a produzir. Tem um pequeno pomar e horta e cria frango e galinhas. Assim, na sua propriedade, produz além do café, milho, feijão, batata, cana e mandioca tudo para o consumo da família de quatro pessoas, composta por eles e um casal de filhos de 16 e 18 anos, que estudam na EFA-Puris, em Novo Horizonte.

¹³⁶ Este grupo atua em vários ramos de atividade, de família de Viçosa, tem lojas de material de construção civil, hotéis, lojas de roupas e calçados em Viçosa, Ponte Nova, Ubá, Muriaé, Barbacena, Juiz de Fora e fazenda com café convencional e SAT em Araponga.

Nilma Alves é de Praia D'anta, como sua mãe, mas o pai é de São Joaquim. O pai comprou seis alqueires quando Nilma tinha sete anos, a terra ainda é do pai e da mãe. A família é composta por sete irmãos, quatro homens e três mulheres, todos trabalham na agricultura, alguns dos filhos “tocam café a meia com os pais”.

Esta família tem um histórico de participação nas organizações de agricultores, em um primeiro momento, bem parecida com os demais que participaram das CEBs e do STR, mas, a partir de 2005, pararam de participar. Ademir, por influência de amigos e vizinhos, participou dos cursos de Pré-Boa Nova no município de Porto Firme e das CEBs em Praia D'anta. Participava das reuniões mensais do STR e de algumas reuniões extras nos seus primeiros anos e de cursos de reflexão uma vez por semana. É um dos poucos agricultores que foi afiliado ao PT. Desta forma já conhecia o grupo que criou a *Conquista de Terras em Conjunto* e participou com o grupo para adquirir terra em Novo Horizonte, em 2001. Um casal de filhos de um dos criadores da *Conquista de Terras em Conjunto* foi escolhido para ser padrinho de casamento de Nilma. Em 2005, a família mudou de igreja e passou a frequentar a Igreja Evangélica, participando dos cultos três vezes por semana e de mais alguma atividade extra quando solicitado. Também realiza troca de dias para capina, plantio e colheita, mas afirmou que só faz entre parentes e que estes não estão no grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*. Ademir é afiliado ao STR, mas não vai mais nas reuniões mensais, não é afiliado nem na AFA e nem na Ecosol e afirmou que não tem interesse em participar.

Sobre as políticas públicas, seu Ademir falou pouco a respeito, mas ao perguntar de quais tinha conhecimento e acessava, disse que conhecia o Pnae, mas “não interesso, não tenho tempo”. Não soube dizer o que era o PAA, disse que nunca ouviu falar. Recebe, por um dos filhos, o Bolsa Família e afirmou ter feito o Pronaf uma vez, mas que precisava renovar. Em sua opinião: “o agricultor precisa ter mais recurso financeiro. Por ser pequeno, só o Pronaf não é suficiente. O empréstimo é pouco e tenho o Bolsa Família, se aumentar o crédito do Pronaf não posso mais pegar o Bolsa Família”. Perguntei se não era mais interessante, então, se o crédito não é suficiente, aumentar o Pronaf e ficar sem o Bolsa Família, ele disse “não sei”. Ele afirmou que tem interesse em comprar mais terra, inclusive para os filhos.

A família de Ademir e Nilma apresenta em comum com as duas primeiras famílias ter participado das CEBs e dos antigos grupos de reflexão e comprarem terra no grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*, mas, em um segundo momento, mesmo tendo vizinhos e os filhos estudando na EFA, a família deixou de participar de todas as atividades ligadas aos movimentos sociais. Afirmaram que não participam e não tem interesse em participar por causa da igreja, inclusive, como mostra o seu depoimento, tem menos interesse e conhecimento sobre as políticas públicas. Neste exemplo, a sua rede de relações, que está mais ligada às pessoas que frequentam a mesma igreja, desloca o seu campo de interesse e os afasta da antiga rede de relações que permitiu que entrassem em um grupo de compra de terra. A configuração da rede de relações que participam atualmente gera outros circuitos de interpretação e interesse sobre as políticas públicas e prioridades de acesso.

4.4.2 Em Salazar: redes de relações, inserção institucional e trabalho fora da propriedade

A primeira família entrevistada em Salazar foi a de **Josué e Marli Damasceno**, ele com 36 anos e ela com 28. O casal tem uma filha de cinco anos. O pai de Josué era de Fervedouro, município de divisa com a Serra do Brigadeiro, e a mãe era de Canaã, localizado entre Araponga e Viçosa. O pai de Josué chegou a receber 30 alqueires de herança do pai, mas perdeu a terra que tinha e saiu de casa quando Josué tinha 14 anos. Hoje o pai de Josué é aposentado e mora na sede em Araponga. Josué começou a trabalhar na roça desde cedo, aos

sete anos, trabalhando com o pai como “cadeador de boi”¹³⁷. Dos sete aos 14 anos, trabalhou com o pai e depois com o patrão do pai. Neste período, passava todo dinheiro que ganhava por semana para o pai. Depois que o pai saiu de casa passou a trabalhar como diarista no grupo Mundial, “pegando enxada, de lavoura e depois trabalhei um tempo na prefeitura também”. Neste tempo, ajudou a mãe a criar os quatro irmãos e mais três sobrinhos do pai que moravam com eles. A mãe de Josué mora em Araponga, na sede, e se aposentou como gari pela prefeitura.

A família de Marli é de Araponga, ela tem dois irmãos, a mãe é da comunidade de Braúna e o pai de Salazar. O pai é *trabalhador rural* e possui dois hectares de terra, a mãe trabalha na prefeitura como auxiliar de serviços gerais e recebeu um hectare de doação da avó. Marli lembra que começou a trabalhar na *roça* desde pequena, “eu saía da escola, eu mais meu irmão, e ia apanhar café pros outros, sempre foi assim, minha mãe trabalhava fora aí aprendi a fazer comida e levava comida para os companheiros na roça”. Ainda quando solteira, se afiliou ao STR, em 2000, por incentivo do pai e da mãe, mas disse que nunca frequentou ou participou de reuniões, porém, paga a mensalidade em dia. Sempre frequentou a igreja e participava do coral. O casal atualmente participa dos grupos de reflexão e Marli é líder da Pastoral da Criança. Josué se afiliou ao STR por incentivo da esposa, antes do casamento não era afiliado. Na época da entrevista, Josué estava de licença médica porque havia se machucado. Marli também lembrou que tirou benefício por licença maternidade e que talvez não conseguisse, se não fosse afiliada ao sindicato. Sobre outras organizações de agricultores, não são afiliados à AFA, disseram apenas que: “a gente já ouviu falar”. São cooperados da Ecosol e foram chamados pelo irmão da Marli, que já foi presidente da cooperativa. Até a realização da pesquisa, nunca tinham participado de nenhuma atividade promovida pelo CTA-ZM.

Eles se casaram em 2003 e uma importante liderança da *Conquista de Terras em Conjunto* e CEBs foi padrinho de casamento de Josué. Em 2003, compraram 0,5 hectare do pai de Marli, pagaram com empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo e construíram a casa em 2005. Neste período, “tocavam lavoura a meia com o pai” de Marli e moravam na casa dele. Neste terreno, onde moram hoje, tocam uma lavoura de café com 1.300 pés. Como outros agricultores, também cultivam vários produtos na pequena propriedade, como banana, no meio do cafetal, e feijão. Ainda produzem mandioca, frutas, verduras e moranga, chegando a vender 300 quilos para o comércio de Araponga e Canaã. Criam galinhas para ter carne e ovos. O casal também toca 3.000 pés de café em parceria, com contrato, com o tio de Marli. Nesta lavoura também podem tocar lavoura de milho e feijão, ainda na propriedade tem banana e manga. Tudo que produzem e gastam com adubo é dividido com o dono da terra. O casal afirmou que além de adubo de solo, também utilizam adubo foliar, sulfato de amônia e o agrotóxico *Roundup*, conhecido pelos agricultores como *mata mato*.

Josué e Marli não vivem apenas da agricultura, desenvolvem também atividades não agrícolas que garantem renda extra para a família. Marli, que tem o ensino médio completo, às vezes realiza trabalhos não agrícolas, pois já foi professora substituta na rede municipal de ensino, já foi manicure e trabalhou como temporária no Programa Saúde da Família (PSF) por um ano. Um exemplo claro do recurso à pluriatividade no meio rural com a combinação de mais atividades além da agricultura (SCHNEIDER et al, 2009)¹³⁸. Marli já fez cursos

¹³⁷ O cadeador de boi conduz os bois que puxam o ‘carro’ de boi ou o arado.

¹³⁸ Segundo Schneider, “a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão

particulares de informática, agente comunitário de saúde bucal e atendimento ao público. Embora não esteja exercendo nenhuma atividade fixa extra, Marli disse que, quando pode e tem a possibilidade, ela trabalha fora.

Em relação às políticas públicas, já acessaram o Pronaf custeio e o investimento. Fizeram o investimento para construir um terreiro para secar o café e o custeio “para pagar umas contas, comprar roçadeira¹³⁹, derriçadeira¹⁴⁰ e adubo”. Josué, falando sobre o Pronaf, disse que não tem “nada para falar dele não, do Pronaf, ele ajuda até bem”. Mas o investimento é melhor que o custeio, devido às condições de pagamento. Como em outras famílias de agricultores, os dois Pronafs possuem finalidades, formas e prazos de pagamento diferentes, gerando certa confusão entre os agricultores. Marli disse que fez porque o pai dela já tinha e assim soube mais sobre o programa. O último Pronaf, fez pela Ecosol, que já tinha passado para o sistema Cresol. O depoimento de Marli mostra qual é a percepção desta agricultora em relação ao Pronaf sobre suas duas linhas de crédito para custeio e investimento¹⁴¹:

Nós fizemos o nosso primeiro Pronaf assim: tirou o dinheiro e retorna todo ano. Aí no primeiro ano a gente pagou umas contas que devia aí tudo e todo ano tem que pagar, este é o último ano que a gente paga ele e ele não retorna mais. E fizemos também o financiamento para o terreiro. [...] Para a roçadeira foi assim também e para adubo. [O que você acha do Pronaf?] Eu até gosto do Pronaf. Esse Pronaf custeio que você tira de uma vez e todo ano você tem que pagar e retornar, na verdade, a gente tem o benefício o primeiro ano. Mas o que tiramos para o terreiro de cimento ele é mais vantajoso porque todo ano você paga um pouco então com o tempo você vai conseguir quitar a dívida. O outro não, durante cinco anos você paga e ele retorna, mas no último você tem que pagar ele de qualquer jeito. Então, você ir pagando por ano e parcelado é mais vantajoso. Igual do terreiro de cimento, a gente paga R\$ 1.200 por ano então é mais vantagem, você pagou R\$ 1.200, então já é menos mil e duzentos que você deve. Agora o outro do adubo, no primeiro ano a gente tirou R\$ 3.000 então todo ano a gente tem que pagar os três mil e mais alguma coisa [juros]. Aí retorna de novo, paga e retorno de novo. O outro já vai pagando e acaba (entrevista Marli Damasceno, C2F11, 2012).

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à articulação entre crédito de investimento e crédito de custeio. Do ponto de vista do financiamento, um é destinado ao investimento da lavoura por safra, portanto, anual e demanda menos investimento do que o necessário para a infraestrutura, que é um empréstimo maior e tem mais prazo para o quitamento da dívida. Como citado anteriormente, no caso de Josué e Marli, também há uma complementariedade nos dois tipos de crédito ou, como afirmam os autores Gazolla e Schneider (2013), um *círculo vicioso* na aplicação dos recursos. Marli e Jonas, desta forma,

inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura” (SCHNEIDER et al. 2009, p. 141).

¹³⁹ A roçadeira é uma máquina que funciona à gasolina e é utilizada para roçar e cortar o mato.

¹⁴⁰ A derriçadeira também é uma máquina que funciona à gasolina, mas é utilizada para colher o café, funcionando como um braço mecânico como se tivesse duas mãos abertas que passam nas ramas e fazem o café cair.

¹⁴¹ De acordo com o site do MDA, o “**Pronaf - custeio** destina-se ao **financiamento das atividades agropecuárias** e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf. O **Pronaf – Investimento** é destinado ao financiamento da implantação, **ampliação** ou **modernização da infraestrutura** de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas”, grifos meus. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 20 maio 2013.

investem na lavoura com a compra de adubo para aumentar a produção, em contrapartida também investem na construção de terreiro para tratar do café e em máquinas para facilitar o trabalho. Todo o investimento da família gira em torno do café.

Para pagar o Pronaf, a família já recorreu a empréstimos da Ecosol, mas também já recorreu a empréstimos contraídos com agiota¹⁴² sendo que, segundo os entrevistados, atualmente, o agiota cobra juros mais baixos que a Ecosol e não exige avalista. Mesmo conseguindo pagar o crédito contraído com o Pronaf, a família entra, desta forma, em um segundo *círculo vicioso*, o de pegar emprestado de um para pagar o outro. Neste sentido os próprios agricultores avaliam que o que desanima é o preço do insumo para a lavoura, de acordo com Marli:

Os produtos tinham que ser mais valorizados e o insumo ser mais em conta. Porque igual à gente soma ali, quando a gente vai somar no final, o que você colhe você gasta tudo com insumo na lavoura, então não adianta se o preço do café sobe, mas o adubo também sobe. Então isso desanima. Tem gente que está deixando a lavoura de café para procurar serviço fora, na prefeitura, no parque... (entrevista Marli Damasceno, C2F11, 2012).

Mesmo com desânimo, avaliam que, no geral, nos últimos cinco anos, o preço do café melhorou e o aumento da procura por café de *bebida fina*¹⁴³, de mais qualidade, que é o que eles produzem, também cresceu. Sobre o Pnae, o casal disse que conhece e tem um *grupo* que fornece, mas, segundo Josué, acha mais fácil vender o que sobra ou o que produz muito, como mandioca, por exemplo, direto para o supermercado para “não mexer com nota fiscal, essas coisas”. O casal demonstrou não saber ao certo como funciona o programa, sobre o edital que é lançado pela prefeitura e a organização dos fornecedores pela AFA. O casal demonstrou claramente que o foco da produção é o café.

A segunda família de Salazar é a de **Durval e Meire Teles** (C2F13), ele com 34 anos e ela com 28. O casal não tem filhos. A segunda família, a exemplo de outras famílias que foram entrevistadas no Salazar, também tem membros (pais e filhos) que exercem atividades não agrícolas.

Cheguei à casa de Durval e Meire no final da tarde, logo depois, chegaram os pais de Durval. Perguntei se eu poderia fazer umas perguntas para eles e que sentassem à mesa para ficarem mais perto. O pai de Durval, seu Saulo, nasceu em Salazar e é meeiro, morando em uma terra que é do pai, avô de Durval, de 13 hectares. Como meeiro *toca lavoura* de 5.600 pés de café em terra do tio e do pai e “roça de milho e feijão”, na terra do pai. Disse que faltava apenas um ano para se aposentar. A mãe já é aposentada como trabalhadora rural e agora faz apenas o trabalho da casa, como cozinhar e cuidar da horta. Ela herdou 0,7 hectare do pai, mas vendeu para o sogro. Os dois são afiliados ao STR, mas não acompanham o que acontece no sindicato, nunca foram às reuniões e disseram que apenas pagam mensalidade. O pai de Durval, seu Saulo, disse que também começou a trabalhar na *roça* muito cedo com o

¹⁴² Agiota é a pessoa que empresta dinheiro e cobra juros fora do mercado de crédito legítimo, ou seja, sem a autorização do Banco Central, exercendo uma atividade ilegal.

¹⁴³ O café é classificado em tipo e bebida. O tipo está relacionado aos defeitos existentes no grão, se é deteriorado, verde, preto, brocado, quebrado etc., do tipo 1 ao 8, por exemplo, que estão relacionados a fatores externos, como as condições de manejo, colheita e pós-colheita, e que vão influenciar na qualidade da bebida. De acordo com a Instrução Normativa nº 8 de 11/07/2003, que institui o Regulamento que define as características de identidade e de qualidade para a classificação do café beneficiado grão cru, a bebida pode ser, em ordem decrescente, bebidas finas do Grupo I - Arábica: estritamente mole, mole, apenas mole, duro, riado, rio e rio zona. O café arábica é o tipo de grão que é cultivado em Araponga. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/media/NMQ_LEGISLAcO_IN8.pdf>. Acesso em: 13 jun 2014.

pai. Sobre o Salazar, disse que nunca teve muitos fazendeiros, as propriedades, por exemplo, são menores que em Estouros, mas que havia três propriedades maiores que tinham meeiros ou trabalhadores rurais e um grande fazendeiro em uma comunidade que faz divisa com Salazar, sendo a maior fazenda da região ainda hoje. O café na região, há pouco mais de vinte anos, não era tão forte como hoje, poucos tinham café, mesmo os maiores. Mesmo não tendo terra própria, seu Saulo disse que as condições de trabalho mudaram muito de lá para cá e para melhor. Pedi que falasse um pouco do seu trabalho na *roça* e o que mudou nos últimos anos:

Mudou assim, mudou igual na época que te falei dos fazendeiros, tinha o meu tio, e hoje tem mais de vinte anos que eu toco serviço com ele, a roça de milho e feijão. Aí depois que ele morreu, ficou os filhos dele tomando conta, aí o filho dele plantou essa lavoura que eu toco no terreno dele e no terreno do meu pai. Aí depois que eu passei a trabalhar nessa lavoura eu trabalhava com os outros, mas era assim com o carro de boi, o boi era dele, o carro era meu, aí trabalhava pros outros com carro de boi, aí depois também, tem um ano aí, ele vendeu o carro e eu fui ficando mais velho também e agora trabalho só no meu serviço. [...] Antes não dava nem a meia os outros não, aproveitava do povo para tocar o serviço e pegava o dia barato e trocava o serviço. [...] Era para comer, não sobrava, nem para o remédio (entrevista Saulo Teles, C2F11, Salazar).

Quando o café não era tão forte na região, disse que o *povo* vivia de um serviço aqui outro lá, “o povo vivia assim, enrolava, trabalhava um pouco com porco e às vezes nem trabalhava muito com isso”. Ele ainda afirmou que antes as coisas eram mais baratas, deu exemplo do arroz, era quase um dia de trabalho para comprar um pacote de arroz. Hoje as coisas são mais caras, mas também se ganha mais com o dia de trabalho na lavoura, a R\$ 30,00 pode-se comprar quase três sacos de arroz, por exemplo. Com sete filhos, disse que na sua época era muito difícil comprar terra, hoje praticamente todos os filhos possuem terra, menos a caçula que ainda mora com eles. Uma das filhas tem cargo na atual gestão do STR e um dos filhos é funcionário do Pesb. De acordo com o seu relato, o café foi se tornando uma importante cultura na região nos últimos 25 anos com o aumento das lavouras, inclusive nas pequenas propriedades.

Os pais de Meire são agricultores que também exercem atividade não agrícola. O pai é vigilante e tem seis hectares de terra, planta café e tem um meeiro que trabalha em sua terra. Nasceu em São Joaquim, mas sua propriedade fica em São Domingos, comunidade próxima a Salazar. A mãe herdou 12 hectares do pai, além de ser agricultora, também trabalha como servente em uma escola. Em Salazar, é mais comum encontrar famílias que tem algum de seus membros exercendo atividades não agrícolas, mas, por outro lado, as propriedades são menores. As lavouras de café se fazem menos presentes e os agricultores buscam outras atividades para completar a renda familiar ou tocam lavoura a meia.

O casal Durval e Meire tem dois *pedaços* de terra em lugares separados, mas na própria comunidade de Salazar. Um de 0,7 hectare, que comprou em 2000, onde tem a casa, horta, galinheiro e terreiro de cimento para secar o café e outro de 2,3 hectares, comprados em 2009, onde formou sua lavoura de café com bananeiras, árvores, milho e feijão. Para comprar a terra fez empréstimo no Fundo de Crédito Rotativo e juntou com as economias que tinha, levou três anos para quitar o compromisso. Durval, que começou a trabalhar cedo acompanhando o pai, assumiu a primeira lavoura de café aos 17 anos. Trabalhou como meeiro de 1996 até 2010 cuidando de uma lavoura com 3.000 pés de café. Hoje, contando as duas propriedades tem 5.100 pés de café. Largou a lavoura a meia por dois motivos: em primeiro lugar porque estava esperando formar a sua própria lavoura de 3.700 pés em terreno maior, e

porque o proprietário da terra queria começar a usar veneno na lavoura - se não fosse isso, disse que ainda seria meeiro com este proprietário.

Meire também trabalhava na casa dos pais e depois que casou passou a fazer o serviço da casa e a trabalhar na *panha* de café. Terminou o ensino médio e fez vários cursos ao longo dos anos, como de informática, agente comunitário de saúde, saúde bucal, atendimento ao público e participou do Programa de Formação Mulheres e Agroecologia promovido pelo CTA-ZM e de gênero pelo NIEG¹⁴⁴/UFV. Em 2011, fez concurso na prefeitura para trabalhar como agente comunitária de saúde, sendo convocada em 2012, mas para um trabalho com duração de dois anos, após o fim deste período, a prefeitura abrirá concurso novamente. Durval fez cursos de secagem de café e roçadeira promovidos pelo Senar e já participou de alguns cursos e intercâmbios feitos pelo CTA-ZM. Os dois são afiliados ao STR e à Ecosol, ele como sócio fundador. Durval ainda é sócio da AFA e disse participar das reuniões da AFA, do STR e da Ecosol quando convocado. Ele começou a participar do STR em 1996 e foi convidado por um antigo morador de Salazar, que era liderança de CEBs, e participou do grupo da *Conquista de Terras em Conjunto*, ajudando a organizar, na época, agricultores do Salazar que queriam comprar terra. Esta liderança vendeu a terra que comprou em Salazar e mudou de município. Sobre as organizações, Durval disse que não é fácil participar, as pessoas criticam muito, mas que começam a apoiar quando veem que dá certo, como foi o caso da fundação da Ecosol.

Nas duas propriedades, além do café, a família produz milho, feijão, mandioca, banana e frutas. Possuem uma horta e criam 16 galinhas, vendendo os ovos no mercado da AFA. Sobre o Pnae, disse que conhece, mas teria que dedicar mais tempo para cuidar da horta que produz só para consumo, acha que “é um negócio imprevisível, o café é mais seguro”. Em sua opinião, o programa é importante, conhece pessoas que fornecem, como seu cunhado, mas afirmou também que, como Meire trabalha fora, fica mais difícil se ocupar da horta e do café sozinho.

Durval já acessou o Pronaf investimento para construção de um terreiro para secar café e o custeio para a compra de adubo. Ficou sabendo do Pronaf por meio do STR e fez pela Emater. Falou que o Pronaf “é bom, facilita, mas tinha que ser mais facilitado, todo ano tem que devolver ele lá”. Para o agricultor, o preço do café tinha que ser tabelado, ter um preço mínimo, tabelar a cada ano e facilitar a liberação do crédito para a compra de insumo. Como exemplo, disse que o café estava a R\$ 70,00 a arroba, assim não sabia ser iria vender ou se iria esperar o preço subir, teve companheiro que vendeu a R\$ 100,00, mas no início. E ele não estava conseguindo vender a este preço, pois segurou um pouco o café para vender achando que o preço iria subir. Em 2010, vendeu a R\$ 65,00 e, em 2011, a R\$ 105,00. Em relação à comercialização, no seu caso, duas questões atrapalham a comercialização do produto, onerando o seu custo. Destacou, em primeiro lugar, o transporte, pois paga frete para levar o café para secar na propriedade que tem o terreiro e para levar adubo até a lavoura. E, em segundo, a comercialização do café SAT junto com o café convencional, não conseguindo um preço melhor por ser um produto diferenciado.

Abaixo uma foto da casa com o terreiro à frente, a horta com cerca de bambu e o galinheiro ao lado:

¹⁴⁴ Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Gênero (NIEG/UFV).



Foto: Casa de Durval e Meire Teles em Salazar. Na frente terreiro de cimento para secar café.

As diferenças entre a primeira família e a segunda são poucas. São famílias jovens, já foram meeiros, atividade mais comum nesta comunidade que nas outras, uma ainda trabalha *a meia* e compraram terra mais recentemente. As duas investem na produção de café com a compra de insumos externos para a lavoura, acessando crédito via Pronaf. As duas mulheres buscam exercer trabalho não agrícola como complemento da renda familiar. Contudo, existe uma importante diferença em relação à forma do manejo, uma família faz uso de agrotóxico e a outra não. A família que não faz uso de agrotóxicos está inserida em uma rede de relações mais ampla que está inserida na rede agroecológica, pois esta família participa mais das organizações de agricultores, além do STR e da Ecosol, é associado da AFA, começou sua trajetória participando das CEBs e tem um conhecimento mais amplo e crítico em relação as políticas públicas, embora, como podemos constatar, ambos têm como foco a produção de café. As duas famílias não têm relação de parentesco entre elas, moram próximas e tiveram padrinhos de casamento que foram lideranças de CEBs ou que atuam em alguma organização dos agricultores, bem como algum de seus familiares.

4.4.3 Em Estouros: a importância da posse da terra e das redes de relações

A primeira família da comunidade de Estouros é a de **Gilmar e Maria José de Souza** (C3F16), que moram na comunidade dos Pereira. Eles têm três filhos de 14, 10 e um ano. O filho mais velho estuda e ajuda o pai na lavoura, a menina mais nova estuda e ajuda a mãe em casa. Maria José trabalha no quintal e na época da *panha*, os três vão para a lavoura. Na entrevista, Maria José, muito tímida, participou pouco, pois estava cuidando da criança de um ano e fazendo almoço. A família tem um pequeno pedaço de terra, 0,6 hectare, e trabalha a meia em duas outras propriedades.

A família de Gilmar é de Estouros. O pai era trabalhador rural e diarista, não tinha terra. Ele lembra que o pai não trabalhou muito na roça, não ajudou muito a mãe a criar os quatro filhos, pois tinha problemas com bebida. “Então ficou mais na responsabilidade da minha mãe. Ela que trabalhava a semana inteira, às vezes até deixava a gente sozinho em

casa. Então nós crescemos daquele jeito, vendo ela trabalhar" (entrevista, Gilmar Sousa, C3F16, Pereira, Estouros). Gilmar lembra que a vida foi muito difícil quando eram pequenos e começaram a trabalhar cedo para ajudar a mãe. Assim, conseguiram construir uma casa melhor, pois a que moravam era de sapê e molhava dentro quando chovia. A mãe herdou do pai dela em torno de "18 litros de terra"¹⁴⁵, mas Gilmar não soube dizer ao certo como o avô adquiriu a terra, mas sabe que cada irmão recebeu 4,5 litros de terra de herança. Mas, devido às dificuldades, a mãe não trabalhava muito na terra que herdou:

Minha mãe, ela trabalhava um pouco nessa terra. Mas como nessa época era até mais difícil produzir na terra da gente, porque ela já enfrentava uma situação difícil e para ela ter que plantar e ficar plantando e capinando ela não ia ganhar dinheiro nesse período e nós precisava de dinheiro cada dia para nós sobreviver aqui. Então, ela trabalhava mais na terra dos outros e ganhando o dinheiro do que na terra dela. [Mas como meeira?] Não, como diarista. Ela panhava café, capinava arroz, essas coisas assim. Aí depois que nós crescemos, ajudamos ela, aí que eu comecei a trabalhar na parte de terra que era dela. Ela mesma trabalhou muito pouco (entrevista Gilmar Souza, C3F16, Pereira, Estouros).

Os irmãos ajudaram pouco, uns saíram de casa e foram trabalhar fora. Gilmar primeiro trabalhou como diarista até os 20 anos, ajudava a mãe, e depois resolveu que tinha que "valorizar o pequeno pedaço que a mãe tinha deixado". Hoje ele tem 10 litros de terra (0,6 hectare), pois comprou um pouco de dois irmãos:

Antes eu trabalhava mais como diarista também. Só que daí depois eu vi que eu tinha que valorizar o pequeno pedaço que a minha mãe tinha deixado, e ela ainda estava viva. Mas aí... a gente tem que apreender a valorizar cada pedacinho de terra que a gente tem. Porque se a gente for trabalhar, deixar o pedaço que a gente tem e for trabalhar só de diarista, diarista, acho que é até feio para gente que é agricultor, né? Porque a terra pode ser qualquer terra, se você trabalhar nela alguma coisa ela vai produzir. Cada produtor tem que valorizar cada pedacinho de terra onde ele trabalha (entrevista Gilmar Souza, C3F16, Pereira, Estouros).

Embora o terreno seja pequeno, apresenta uma grande diversidade. O terreno é dividido por uma estrada. Na parte de baixo tem a casa, terreiro de chão para secar café, área para horta, área para o cultivo de mudas de café, área para a criação de pequenos animais (cinco porcos, 17 galinhas e um cabrito) e um tanque para a criação de tilápias. Na parte de cima da estrada, Gilmar tem "uma moita de café" com 2.000 pés. Disse que o café é agroecológico porque quase não usa-se adubo químico, tem muitas árvores no meio do cafezal, como quaresmeira, canela, abacate, bananeira, mamão e leguminosas. Perguntei se poderíamos depois da entrevista ir até lá e o que vi foi um *sistema agroflorestal*¹⁴⁶, com muitas árvores, café bonito e solo coberto.

Na divisa com sua lavoura, na parte de cima, havia uma plantação com café ainda pequeno, solo descoberto e sem árvores, somente café. Perguntei de quem era e disse que era de um de seus irmãos. Ele disse que o irmão não acredita que o café possa produzir assim, com tanta planta em volta. Perguntei como Gilmar resolveu fazer este tipo de manejo na sua propriedade, se foi através de contatos com o CTA-ZM. Ele disse que não, mas que foi

¹⁴⁵ A medida em litros é bem comum na região usada pelos agricultores. Um litro de terra equivale a 0,06 hectare.

¹⁴⁶ Resumidamente, um sistema agroflorestal é o tipo de manejo que combina o cultivo agrícola com espécies arbóreas mais adequadas ao seu ambiente.

buscando informações junto ao STR. E também porque tem um padrinho de Estouros que foi morar no São Joaquim e tem uma propriedade agroecológica. O padrinho de Gilmar tem uma propriedade que é referência como sistema agroflorestal. Ele começou o trabalho em 1993, quando comprou a terra por meio da *Conquista de Terras em Conjunto*, na época a terra só tinha pasto. O local é sempre visitado por alunos, professores e pesquisadores. Com o envolvimento com o STR, e participando dos encontros do CTA-ZM, o que era pasto virou agrofloresta. Assim, foi o seu padrinho, que também é seu primo, quem o incentivou a fazer o manejo desta forma:

Primo também. Ele é daqui, dos Pereira. E quando eu comecei a trabalhar ele me levava junto para trabalhar junto com ele e me passava às informações direitinhas e eu via do jeito como ele trabalhava e isso aí eu aprendi muito com ele. E ele defendia essa questão da agroecologia muito essas coisas. E aí eu acabei aprendendo com ele e gosto de trabalhar desse jeito (entrevista Gilmar Souza, C3F16, Pereira, Estouros).

De acordo com Gilmar, este tipo de manejo exige mais esforço, mas por outro lado trabalha-se com sombra, não esquenta, tem frutas e madeira. Demora um pouco mais, mas gasta menos ou quase nada com insumo. Afirmou que gostaria de entrar no grupo que vende o café agroecológico, mas por falta de outras pessoas na comunidade dispostas a entrar no grupo fica mais difícil, pois, assim, reuniriam lotes de café e venderiam como agroecológico e não junto com o convencional. Em 2012, o casal já participava dos intercâmbios promovidos pelo STR/CTA-ZM/UFV, que voltou a atuar na comunidade a partir de 2011 por demanda do STR e de lideranças de Estouros interessadas na questão do crédito fundiário.

A primeira propriedade em que este agricultor trabalha como meeiro é de uma mulher, professora, viúva, que mora na sede do município e tem oito alqueires (em torno de 38 hectares). O contrato é estipulado em 20% para a dona da terra e o que for aplicado na *lavoura* é por conta do meeiro. Gilmar afirma que “dá muito trabalho, tudo por nossa conta”, explica. Nesta propriedade ele *toca* 5.000 pés de café com milho, feijão e bananeiras. Disse que a terra é muito boa, mas usa adubo químico. Com o dinheiro da venda das mudas de café que a família produz, consegue pagar todo o adubo que compra. Gilmar afirmou que esta proprietária pensa em vender a terra para os meeiros. Gilmar não estava no grupo que queria comprar terra, mas disse que tem vontade de comprar *o trecho que toma conta* desta proprietária, por isso está economizando.



Foto 1: ‘Moita de café’ na propriedade de Gilmar e Maria José de Souza. Comunidade dos Pereira em Estouros, fazendo divisa com outra propriedade que planta somente café.

A segunda propriedade era de um grande fazendeiro que vendeu um *trecho* para outro fazendeiro menor, que também possui meeiros. O antigo dono possui em torno de 50 alqueires, o que seria 240 hectares. Esse proprietário tem muitos meeiros que trabalham em suas terras. Este mesmo fazendeiro começou há um tempo a produzir café orgânico, mas devido ao custo desistiu deste tipo de manejo e passou a produzir café SAT. Nesta segunda propriedade, Gilmar toca uma lavoura de café com 2.000 pés. Como o café que era produzido antes era orgânico, disse que não precisava usar muito químico, usou muito esterco orgânico e quando o café era pequeno usava adubo foliar. Com o novo proprietário da terra não tem contrato, o acordo é verbal e a lavoura é tocada a meia. Disse que este proprietário é tranquilo como o antigo dono, mas afirmou: “Não estou querendo pegar contrato porque de repente pode me atrasar. Aí se me apertar eu largo ele. O de 80% para mim pode me dar mais resultado”. Nesta propriedade, Gilmar não tem milho e feijão como na anterior, são menos pés de café. Já na primeira tem a possibilidade de vir a comprar um pedaço de terra, no futuro. Neste caso, Gilmar pensa na melhor estratégia para dar conta do serviço, priorizando a terra que tem interesse em comprar, sendo que a outra terra fica mais fácil de desistir por não ter contrato.

Assim, Gilmar deseja comprar mais terra, pois precisará de mais para poder sustentar a família e não trabalhar mais como meeiro. Segundo os seus cálculos, um alqueire seria suficiente para sustentar a família. Sobre as condições de vida nos dias de hoje, acha que muita coisa melhorou, como o preço do café, que mesmo em baixa já é mais alto do que em tempos atrás. Melhoraram as estradas, as condições de transporte, a exemplo do ônibus que atualmente vai até a comunidade dos Pereira, pois há pouco tempo não tinha condução, e o transporte escolar também melhorou.

Gilmar e Maria José são associados ao STR e Gilmar é sócio da Ecosol. Ele procurou o sindicato para demandar orientações para trabalhar a terra e percebeu que precisava ser sócio do sindicato. Na sua opinião, “o sindicato é uma ótima coisa que tem”. Se filiou à Ecosol, pois falaram na comunidade da possibilidade de fundar uma cooperativa de crédito. Achou interessante e resolveu se tornar sócio. Já fez empréstimo para comprar adubo. Na

comunidade, muitas pessoas se afiliaram à Ecosol e ao STR também, mas praticamente ninguém se afiliou à AFA.

Em relação às políticas públicas, sua família participa do Bolsa Família e não acessa o Pronaf. Não falou muito sobre o programa, mas como tem pouca terra não pensa em acessar agora e acha que o Pronaf pode ajudar o agricultor também e tem juros baixos. Sobre o Pnae, ficou sabendo do programa pelo STR e sabe como funciona, mas, por ter pouca terra e trabalhar a maior parte do tempo em terra de outros, não pensa em fornecer para o Pnae por enquanto:

Mas é o que eu estava falando, de repente, como a gente trabalha em pouca terra, a maior parte na terra dos outros, se não estava podendo entregar, mas eu acho que mais para frente vou poder entregar esses produtos para as escolas. É igual eu estava falando, se a gente der valor no pequeno, no pequeno lugar que a gente trabalha, podia estar entregando a merenda, no pequeno espaço podia estar colhendo e entregando. E porque para poder entrar no programa, eu teria que diminuir o horário do meu serviço que é de semana inteira para dedicar um pouco à horta. Que eu trabalho na horta para nós mesmos, para a despesa e para entregar para as escolas eu teria que dedicar mais tempo. Mas eu pretendo tirar mais tempo para este programa também se Deus quiser (entrevista Gilmar Souza, C3F16, Pereira, Estouros).

Na sua fala fica claro que não participa do programa por dois motivos: por trabalhar em terra de outros, o que diminui o tempo disponível para poder trabalhar na própria terra, e pelo fato de ter pouca terra. Mesmo assim, pensa na possibilidade de um dia vir a entregar produtos para o programa. Desta forma, o acesso às políticas públicas, no seu caso específico, está condicionado à posse da terra, tanto no caso do Pnae como do Pronaf. A sua rede de relações de parentesco lhe permitiu o acesso a informações sobre novas formas de manejo da lavoura e a rede institucional lhe permitiu o acesso a financiamento. Mesmo não sendo um beneficiário das políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, demonstra conhecimento e interesse em acessá-las quando puder adquirir mais terra.

A segunda família de Estouros fica na comunidade dos Laia. Trata-se de um casal muito jovem que ainda não tem filhos. **Wilson e Eleni Matos** (C3F15), de 23 e 26 anos respectivamente. Os dois são agricultores e meeiros. Eleni exerce atividade não agrícola duas vezes por semana como auxiliar de dentista. Ela terminou o ensino médio e ele o ensino fundamental.

As famílias do jovem casal, de ambos os lados, também são de meeiros da região de Estouros. O pai de Wilson é meeiro e faz serviços eventuais como pedreiro, 1,5 hectare recebido como herança do pai, ou seja, do avô de Wilson. Os pais de Eleni também são agricultores, meeiros, e ambos tem 1,5 hectare, também adquiridos como herança dos pais na comunidade dos Paula, em Estouros. Wilson e Eleni construíram uma casa no terreno que ainda é do pai de Wilson, onde moram atualmente. Enquanto estava realizando a entrevista, os pais de Wilson chegaram. Dona Maria, que ficou conosco, disse que seu pai não era de Araponga, era de São Paulo. Tinha muita terra na região de Estouros, mas vendeu tudo e retornou para São Paulo. Ela conta que os pais não eram casados, justificando que por isso sua mãe ficou apenas com a casa em que morava, com o terreno em volta e os oito filhos. Dos irmãos, três são meeiros e moram na região de Estouros e os outros migraram para Campinas e São Paulo. Assim, ela disse que sempre trabalhou na roça desde muito nova e continuou trabalhando depois que se casou. Os filhos também começaram cedo acompanhando os pais, como Wilson relata:

Eu comecei com 12 anos mais ou menos a trabalhar na roça, eu ia com minha mãe para a lavoura apanhar café. Eu, no caso, ganhava dinheiro de diária. Era com 12 anos que eu ia para lá e ficava trabalhando com minha mãe. Fui algumas vezes com meu pai, muito poucas, fui mais com minha mãe mesmo. Aí daí a pouco eu comecei a trabalhar assim... ajudar meu pai na roça, capina de roça, plantar, trabalhava junto no caso. E aí eu comecei a trabalhar na lavoura, sozinho mesmo, assumi um serviço com 16 anos que assumi a propriedade, o serviço da lavoura, no caso meu pai ajudava, mas a lavoura eu peguei como compromisso meu mesmo. Ai depois disso fiquei trabalhando com ele bastante tempo, há três anos atrás eu plantei esse pé de café aqui do quintal e depois peguei lavoura também com Sávio, com plantação e tem três anos também (entrevista Wilson Matos, C3F15, Estouros, 2012).

Eleni trabalhava até o meio dia e depois ia para a escola, mas disse que começou a trabalhar na roça mesmo depois que saiu da escola e se casou, indo trabalhar com as mulheres “lá embaixo, capinando, colhendo” (no córrego que fica abaixo onde eles moram). Trabalha também com o marido, na troca de dias, na *capina*, na *panha* e decidem juntos o que fazer com o dinheiro da colheita. Wilson e Eleni são meeiros com três proprietários diferentes e ainda *tocam* uma lavoura com 1.000 pés de café, que fica na propriedade em que moram. O café que produzem nesta propriedade é SAT, mas Wilson afirmou “estou em transição para o agroecológico e quero parar de aplicar adubo”. Disse que isso ainda não é possível, “mas vou chegar lá”. Wilson e Eleni começaram a participar dos intercâmbios do CTA em 2011. Eles foram convidados por um primo, uma liderança que mora na comunidade dos Pereira e que também participa dos intercâmbios, de grupos de reflexão e do STR. Nesta propriedade, além do café, existem criações, um porco para engorda e dez galinhas. O quintal em volta da casa é muito bem cuidado, tem uma boa horta com couve, almeirão, repolho, salsa, batata baroa, quiabo, jiló, chuchu, cebola, inhame e algumas frutas. Assim, durante a entrevista em 2012, ao visitar o quintal e ver como a horta estava bonita, perguntei sobre o Pnae, se conheciam o programa e se tinham vontade em vender para a merenda escolar. Disseram que tinham ouvido falar durante os intercâmbios, mas que ainda não tinham procurado para vender, mas que tinham interesse. O agricultor precisava ver como fazer por causa da terra, fazer um documento com o pai para poder fazer o contrato e fornecer para o programa. Em 2013, de acordo com o STR, eles passaram a vender para o Pnae.

Nas três propriedades em que são meeiros, tocam *lavouras de café*. A primeira pertence ao mesmo fazendeiro em que Gilmar, da família anteriormente descrita, trabalha como meeiro. Essa propriedade, que era de um fazendeiro, foi vendida para outra pessoa, para a qual Gilmar continua trabalhando. Este fazendeiro estava negociando a venda de uma parte de sua terra para um grupo de 15 meeiros, entre eles Wilson, mas desistiu da venda. Alguns afirmam que foi por causa do atraso na liberação do recurso via crédito fundiário. Nesta propriedade, Wilson não tem contrato de parceria. Não quis fazer o contrato porque achava que iria ficar pouco tempo, mas já está há três anos “tocando lavoura de 2.000 mil pés de café e milho a terça”. Além do milho, há banana, árvores e leguminosas no meio do cafezal.

A segunda propriedade não chega a ser de um fazendeiro, pois o proprietário tem três alqueires. Nesta propriedade *tocam* uma lavoura *a meia* com 3.000 pés de café, em conjunto com os pais e os irmãos de Wilson. Trabalham nesta lavoura há sete anos. O agricultor disse que já usou veneno uma vez, há cinco anos, mas foi o filho do dono que fez a aplicação, ele se recusou a aplicar. O dono da terra queria voltar a usar, mas Wilson disse que iria deixar a lavoura e o dono voltou atrás:

Minha família também ajuda a trabalhar lá, aí eu falei para ele que minha mãe falou, meus irmãos, meu pai falou que não ia trabalhar lá mais não. A lavoura estava em recuperação, aí eu ajudei a recuperar a lavoura sem agrotóxico. Aí quando a lavoura deu uma florada muito boa, o café estava bem grandinho ele falou: “ó vou por veneno”, e eu para não largar para não dar prejuízo depois de ter trabalhado tanto tempo assim em busca daquilo, eu acabei catando o café primeiro. Aí depois que ele encomendou [...] eu falei com ele, minha família falou que não estava a fim de trabalhar com isso mais com veneno e meus companheiros que ajudam na troca de dia, no mutirão, né? Quase ninguém foi trabalhar para mim, não quiseram ir trabalhar no meio de agrotóxico, veneno. Tive que arrumar companheiro em outro lugar, não quiseram ir, quase ninguém foi, mas arrumei companheiro em outro lugar (entrevista Wilson Matos, C3F15, Estouros).

O depoimento de Wilson mostra a correlação de forças entre o dono da terra e o meeiro que conseguiu se impor, mas só depois que ameaçou deixar a lavoura, caso o dono colocasse veneno novamente. Durante o trabalho de campo recolhi relatos de outros meeiros que também se recusaram a trabalhar com agrotóxicos, mas nem sempre os agricultores conseguem manter essa posição. Alguns acabam cedendo e tendo que usar os produtos, pois quem decide no final é o dono da terra. Por isso, outros agricultores afirmaram que a compra da terra significa liberdade, pois permite que o próprio agricultor decida o que fazer em sua lavoura. O acesso à terra se torna fundamental para a reprodução autônoma desse campesinato e se torna ainda mais importante quando o meeiro tem conhecimentos sobre outras formas de manejo, de trato com a terra e o meio ambiente, como é o caso de Wilson, que começou a participar dos intercâmbios do CTA-ZM.

Seu depoimento, a exemplo dos demais, reforça a constatação de que as trocas de dias e os mutirões são comuns entre os agricultores, sendo ainda mais importantes para os meeiros que *tocam* mais de uma propriedade, ou *lavoura* como costumam dizer. São mutirões realizados para o plantio, capina e principalmente para a colheita do café.

A terceira propriedade em que Wilson trabalha é a mesma em que Gilmar é meeiro e pertence a uma mulher, professora e viúva. O contrato é a 20% e o meeiro arca com todas as despesas, geralmente de adubo e calcário. Nesta propriedade, Wilson e Eleni “tocam uma lavoura com 4.000 pés de café”, sendo que a metade é de pés de café novos. No meio da lavoura, a família plantou feijão e leguminosas e iria plantar mamona. Wilson está buscando substituir o adubo químico por *natural*. Nesta lavoura, os agricultores, embora sejam meeiros, possuem mais liberdade para fazer o manejo. Assim como Gilmar, Wilson tem, nesse caso, mais liberdade para decidir sobre a forma de manejo da lavoura que deseja adotar, introduzindo leguminosas, mamona e outras técnicas agroecológicas, com vistas também a reduzir o uso de adubo químico.

Com base nos gastos e na renda obtida em 2011, fazendo uma conta simples, Wilson gastou com adubo quase 15% da renda obtida. Mesmo realizando troca de dias, nas propriedades que tem o café em plena produção, precisou pagar serviços de roçadeira e diária para alguns companheiros no período da *panha* e da *capina*, gastando quase 25 % sobre o que vendeu. Mas o que tem mais dificuldade ainda é não ter onde estocar o café, pois ainda não tem tuiá. Os gastos com transporte dos produtos também oneram a produção. O que facilita é que os proprietários maiores compram o café dos próprios meeiros, fazendo com que os mesmos não precisem pagar frete.

Mesmo com os gastos e trabalho que têm para cuidar de quatro lavouras diferentes, Wilson avalia que nos últimos anos as condições de trabalho e no campo estão melhores. Neste aspecto, ele afirmou que “o preço do café melhorou muito”, pois antes era R\$ 50,00 a arroba e agora já vendeu a mais de R\$ 100,00. Falou que, antigamente, as relações de parceria

eram piores, o “trabalho de meeiro era o café a 40% e pro patrão 60%, aí falava o adubo é por minha conta só que no fim das contas não adubava direito e aí dava no mesmo e o meeiro levava a pior né?” (entrevista Wilson Matos, C3F15, Estouros, 2012). Segundo Wilson, o poder de compra hoje é maior, hoje tem moto, tem remédio no posto de saúde e se precisar consegue comprar. Antes, “batia muito pasto, agora o café tomou conta”. Agora tem roçadeira e a “capina quase acabou, hoje tem luvas para usar na panha e lona” onde cai o café. Melhorou desta forma, na sua opinião, as condições de trabalho, mas também as relações de trabalho.

A participação nas organizações ainda se restringe ao STR e ao CTA-ZM. Embora conhecesse o STR e o trabalho desenvolvido pela entidade, só foi se sindicalizar em 2011. Foi a partir dos intercâmbios que começou a se envolver com essas duas organizações, convidado por um primo:

Gilmar foi ele que me convidou pela primeira vez. Foi na igreja e da igreja foi pra casa dele conhecer o trabalho dele, o quintal dele. Ai lá que falamos sobre compra de terra e tudo tinha que ser feito pelo sindicato, que o sindicato fazia uma ponte com o pessoal recluso [quis dizer excluído, sem-terra]. Ele explicou muita coisa sobre o sindicato, ai depois disso que a gente *criou um sindicato* [se afiliou]. [De um ano pra cá?] É. Aí eu comecei a pegar mais costume com o pessoal do CTA e do intercâmbio e até ser convidado a ser sócio do CTA também, que eu participei da assembleia que teve em Viçosa. E daí para cá coisas novas vem aparecendo (entrevista, Wilson Matos, C3F15, Estouros, 2012).

Até o período que foi realizado o trabalho de campo, Wilson já havia participado de nove intercâmbios e Eleni de seis. Nos intercâmbios são apresentados diferentes temas a cada encontro. Os encontros são realizados na casa de alguma família da comunidade com a participação dos agricultores, STR, técnicos do CTA, estagiários, estudantes e alguns professores da UFV que trabalham em parceria com o CTA, sobretudo alguns professores do Departamento de Solos e de Educação. Foram realizados intercâmbios na comunidade dos Pereira, Boné e no córrego dos Laia. Os temas foram *Conquista de Terras em Conjunto*, crédito fundiário, agroecologia, bolsa verde, agroecologia, manejo de plantas, agrotóxicos, solos, horta, análise de solos e minhocário e combate a pragas em casa. Além dos temas discutidos nos intercâmbios, acontecem também oficinas específicas, sobre boas práticas no trato com os alimentos, o cultivo de palmeira juçara e fabricação de sabão, entre outros assuntos.

O agricultor começou a fazer análise de solo depois que conheceu o CTA-ZM, mas havia pensado em fazer através na Emater, mas desistiu porque achou que não era tão completo: “É porque aí já veio o CTA né?! Já veio explicando como é que funcionava, então, achei que não precisava disso não. Porque análise lá não é tão completa assim, coloca adubo, adubo eu já coloco, calcário, eles não colocam também, eles estão colocando agora” (entrevista, Wilson Matos, C3F15, Estouros, 2012). Com o que *troca e aprende* nos intercâmbios, Wilson busca aplicar no manejo das lavouras, introduzindo novas práticas, como o plantio de leguminosas e da mamona, roçar em vez de capinar, buscando a melhoria do trabalho no seu dia a dia. A interpretação que ele faz sobre a diferença que não é feita pelos compradores, entre o café convencional e o café SAT, não se baseia apenas no preço:

Normal [o preço], quem tem veneno vende a tal preço e quem não põe é o mesmo preço. Então por isso que a gente acaba não ganhando, tem que fazer o café produzir mais né?! Porque o preço é a mesma coisa. Só que a única coisa que a gente visa, é que trabalhar com veneno, faz mal à saúde mesmo.

A gente sabe que trabalhando com veneno a gente prejudica a saúde e a gente não sabe o que vai acontecer daqui 5, 10 anos com a gente, com os filhos também. Então é por isso mesmo, outra questão não, porque não tem diferença de preço não (entrevista Wilson Matos, C3F15, Estouros, 2012).

Esta diferença apareceu no depoimento de outros agricultores, o fato de não haver um mercado diferenciado para um tipo de produto que não tem agrotóxico, mas que não é reconhecido como orgânico¹⁴⁷. Os agricultores afirmam que o trabalho é maior, porém, mais no início, depois o solo se desgastará menos com adubo químico, recompensando. Ainda em relação ao adubo químico, perguntei se já tinha feito algum tipo de financiamento para comprar adubo e ele disse que não. Perguntei sobre o Pronaf, se conhece e se já pensou em fazer empréstimo. Afirmou que sabe o que é, mas não tem interesse, pois não tem terra, mas seria interessante se fosse para construir um terreiro ou uma tuia, mas não sabe muito a respeito. Em relação a outros programas, estava com muita esperança que saísse o crédito fundiário para poder ter a própria terra e não ter que dividir mais a produção.

A trajetória destas duas famílias de Estouros evidencia a realidade das famílias de meeiros e as estratégias que são acionadas para se reproduzirem enquanto camponeses. Entre as principais características, podemos destacar as que foram apontadas no texto: não terem terra suficiente para o sustento das famílias, serem meeiros em mais de uma propriedade e trabalharem na terra com a família ou realizando mutirões e troca de dias. As organizações de agricultores são importantes para estas famílias, os agricultores são sindicalizados e ambos possuem contrato em algumas das propriedades em que são meeiros. Uma família já recorreu ao crédito da Cresol e, de forma geral, ambos tem em comum o fato de terem mudado, por influência de sua rede de relações de parentesco e institucionais, a forma de manejo nos seus sistemas de produção. No exemplo de Gilmar, ele mudou em sua pequena propriedade, e Wilson está fazendo a mudança na propriedade que mora e ainda é do pai, mas ambos estão conseguindo mudar aos poucos a forma do manejo em uma das propriedades em que são meeiros.

O acesso à terra aparece como uma questão fundamental para essas famílias de agricultores e que poderia ser resolvida, pelo menos em princípio, através do crédito fundiário, mas esses dois últimos entrevistados ainda não conseguiram ter acesso a essa política. As famílias que trabalham como meeiros/parceiros precisariam primeiramente ter terra para depois poder acessar outras políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares.

¹⁴⁷ O café orgânico tem mais regras para o seu cultivo e precisa de certificação, o que pode elevar o seu custo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender as interfaces que foram sendo construídas, ao longo do tempo, no plano local, nas interações estabelecidas entre camponeses, suas redes de relações sociais, organizações sociais e políticas públicas em um pequeno município do interior da Zona da Mata mineira chamado Araponga. Em um **primeiro plano** procuramos reconstruir a trajetória histórica das redes e organizações de agricultores existentes no município, tomando como ponto de referência o campo de relações que foi construído em torno da *Conquista de Terras em Conjunto* - um dispositivo coletivo de acesso à terra através da compra, criado pelos agricultores desse município.

Neste processo, constatamos como foram importantes os vínculos estabelecidos pelos agricultores com pessoas e organizações, dentro e fora do município, em uma trajetória que demonstra a capacidade destes atores em ampliar seu campo de atuação a partir de um conjunto de contatos iniciais. O MOBON, o CTA-ZM, as CEBs e a CPT foram elos fundamentais nesse período inicial de organização dos agricultores. A partir deles, outros contatos foram estabelecidos: professores da UFV, entidades de cooperação como a Fundação Ford, a Cáritas, lideranças ligadas ao movimento sindical, entre outros, possibilitando o acesso a informações e a mobilização de recursos, tanto através de projetos com a cooperação internacional como por meio de políticas públicas, buscando fortalecer as condições de reprodução social e econômica dos agricultores do município, tendo como um eixo fundamental a questão do acesso à terra.

Os agricultores participaram, nesse processo, da criação de organizações (a exemplo do CTA-ZM), mas, ao mesmo tempo, criaram as suas próprias organizações (o STR, a AFA, a Ecosol), vinculando-se, por laços de natureza política, mas, também, por mecanismos formais de afiliação, a instâncias organizativas supramunicipais. Merece, destaque, no caso do STR, a participação em instâncias regionais, estaduais e nacionais de organização sindical. A Ecosol, por sua vez, aderiu a um sistema interestadual de cooperativas, o Sistema Cresol. Os agricultores, organizados, passaram, também, a participar de conselhos (tanto de conselhos municipais como do colegiado territorial) e de diferentes encontros promovidos por entidades diversas dentro e fora do estado (encontros sindicais, do CTA-ZM, das redes de agroecologia e de diferentes atividades na UFV). Conseguiram, além disso, aprovar diferentes projetos de cooperação, em grande parte intermediados pelo CTA-ZM, e mobilizar-se pelo acesso a diferentes políticas públicas, como a previdência social, o Pronaf, o Pronat e o Pnae, contando, em momentos distintos, com diferentes mediadores, como o CTA-ZM, a Emater e a ADS-CUT, entidade que prestou assessoria aos agricultores para a fundação da cooperativa de crédito.

Desta forma, estes agricultores, por meio de suas organizações, conseguiram articular suas iniciativas com as oportunidades abertas pelas políticas públicas, acessando programas e projetos, com maior ou menor intensidade, em diferentes períodos. Mostram, desta forma, sua capacidade de agência, no sentido de mudar e promover transformações, dentro e fora da família e nas instituições, reconfigurando a posse da terra no município e as formas de manejo nos seus sistemas produtivos. Estas mudanças não aconteceram de forma isolada, algumas acompanharam os processos mais amplos de criação de programas e políticas públicas promovidos por organizações governamentais e /ou mediados por organizações não governamentais.

Merece destaque, aqui, o trabalho de mediação desenvolvido pelo CTA-ZM, e os modos como a atuação desta entidade, voltada para a promoção de uma agricultura de base ecológica, influenciou os agricultores envolvidos nas organizações, alterando, ainda que em

graus diferenciados, as formas de manejo das unidades produtivas e transformando a percepção dos agricultores em relação às políticas públicas.

Em relação à constituição das organizações de agricultores (STR, AFA e Ecosol), foi importante constatar que as mesmas, em seu interior, por meio da análise da composição de sua diretoria ao longo dos anos, conseguiram ampliar o seu quadro de sócios para além das redes iniciais de parentesco que deram origem à *Conquista de terras*, processo este que se desdobrou, posteriormente, na fundação do sindicato e na criação de outras organizações. Isto não significa que estamos afirmando que as principais lideranças e famílias deixaram de exercer algum poder de influência em relação às organizações, mas que as redes de parentesco predominantes conseguiram se abrir para a entrada de novos atores. Ademais, foi importante constatar como este tecido associativo constituído ao longo dos anos exerce o papel de mediadores no acesso e na implementação das políticas públicas.

As interfaces que ocorrem no plano local na confluência entre agricultores e as políticas públicas são múltiplas e encontram um ambiente diverso como procuramos descrever ao longo do texto. Como elementos constitutivos dessa diversidade podemos mencionar: as formas diferenciadas de relação com a terra, as relações de trabalho, a condição dos meeiros e dos pequenos proprietários; diferentes formas do manejo dos sistemas produtivos adotadas pelos agricultores, condicionadas pela relação que as famílias mantêm com a terra, a comunidade e/ou córrego de origem; pelas relações com o mercado e demais instituições, e, particularmente, sua relação com o mercado de café. Essa diversidade revela diferentes *graus de campesinidade*, uns com foco mais empresarial do que outros, uns vivendo apenas da agricultura, outras que lançam mão de diferentes estratégias de trabalho fora da unidade produtiva, para se reproduzirem enquanto agricultores, camponeses. Uma ordem moral camponesa que se depara com outras rationalidades que são exigidas para dominar o mundo das políticas públicas e as redes de relações institucionais e pessoais que estão inseridos.

Cabe mencionar que nas três comunidades analisadas, quase todas as famílias que participaram da pesquisa combinam propriedade/meação. Nas comunidades de Praia d'Anta, São Joaquim e Salazar, a /meação é mais uma complementação, mas com possíveis exceções, já no Estouros, a meação é uma condição mais difícil de ser superada. Nas trajetórias das famílias que são proprietárias de terra, que participaram da *Conquista de Terras* ou não, podemos observar como acontece um conjunto de transições intergeracionais dentro das famílias, que se repete, mais cedo ou mais tarde, entre os agricultores sem terra. Primeiramente, são trabalhadores rurais, que em um determinado momento, buscam ascender a condição de meeiros, casam-se, constituem família, e buscam, em um terceiro momento, tornarem-se proprietários.

Devemos lembrar, porém, que este tecido associativo que envolve os agricultores e as organizações não é único no município. Neste sentido, a pesquisa, procurou mostrar como as interfaces que se estabelecem entre as políticas e as redes de relações existentes em nível local são complexas, pois envolvem relações políticas conflituosas fora das organizações e pequenos conflitos no interior das mesmas. Em determinados períodos estas relações podem ser um elemento que desfavorece a implementação de determinadas políticas públicas, uma vez que as mesmas dependem de um ambiente político favorável para a sua real efetivação e ampliação. As relações com a prefeitura, em municípios pequenos, são importantes na execução das políticas públicas, o que não significa que as mesmas restrinjam, totalmente, a ação de organizações que não estão vinculadas politicamente ao grupo que está no governo. O que a pesquisa demostrou é como as organizações de agricultores estão se tornando executoras de políticas públicas e procurando meios para acessá-las ou pressionando os governos locais para que as políticas sejam efetivamente implementadas. Isso se dá mesmo quando essas políticas encontram alguma resistência por parte dos agricultores, como vimos

no caso do Pnae, que encontrou, de um lado, um ambiente de desconfiança perante as instituições públicas locais, e, de outro, a dificuldade de mais famílias entrarem no programa devido à importância do café para grande parte dos agricultores.

O jogo político que se desenvolve no município pode sofrer mudanças, de acordo com o resultado das eleições municipais, mas também estaduais, pois os municípios também dependem do apoio do governo do estado. Neste sentido, os governos estaduais também influenciam no andamento de uma política pública, como vimos, no caso do crédito fundiário, que tem seus trâmites lentos em Minas Gerais, mas que é uma política pública que interessa aos meeiros que não possuem terra suficiente para o sustento da família e desejam ter mais liberdade para conduzir o seu sistema produtivo. De toda forma, as organizações de agricultores estão conseguindo romper com o monopólio de grupos políticos “tradicionais” na mediação de políticas públicas, contribuindo para criar, no plano local, um espaço público de debate e, ao mesmo tempo, de disputa, em torno da implementação dessas políticas públicas.

Em um **segundo plano**, a pesquisa buscou compreender o modo como esses processos de organização construídos no plano local influenciam as relações estabelecidas pelas famílias de agricultores com as políticas públicas, gerando dinâmicas de acesso, mas também de debate e interpretação sobre as diferentes políticas.

O trabalho de campo realizado nas comunidades de Praia D'anta, São Joaquim, Salazar e Estouros me permitiu compreender, mais de perto, como esses agricultores traduzem as distintas políticas, em diálogo com diferentes mediadores, mas avaliando, também, os programas e ações governamentais, à luz das diversas estratégias de reprodução econômicas e sociais desenvolvidas ao longo do tempo pelas famílias. Cabe observar que o acesso a uma determinada política pública é precedido, muitas vezes, por estratégias ou políticas públicas mais importantes. Neste sentido, o acesso à terra é fundamental, sobretudo para os meeiros. Como falar de política pública para meeiros que não possuem acesso à terra? Não é impossível acessar determinada política pública, mas é um fator limitante, como no caso do Pronaf, do Pnae e, caso tivesse no município, o PAA.

O que o trabalho de campo mostrou, nesta pesquisa, foi que as traduções que os agricultores fazem das políticas públicas estão diretamente relacionadas às trajetórias de vida e as estratégias de reprodução das famílias e às redes sociais em que estão inseridas, bem como, pelo papel de mediação, que é exercido pelas organizações de agricultores no plano local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I. A. **A síntese de uma tragédia: movimento fé e política.** Ouro Preto: Ed. UFOP, 2000.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba, RS: Ed. Agropecuária, 2002.
- ANDRADE, R. R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberalização do mercado.** Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado). UFMG, CEDEPLAR.
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo.** São Paulo: Brasil Urgente. 1991.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Liberação de crédito fundiário é dificultada pela burocracia.** Disponível em: <<http://almg.jusbrasil.com.br/noticias/2654572/liberacao-de-credito-fundiario-e-dificultada-pela-burocracia>>. Acesso em: 29 dez. 2013.
- ASSIS, G. G. **Conhecer Araponga.** Viçosa: Jard Produções Gráficas Ltda, 2003.
- BAILEY, F. G. **Gifts and Poison: The Politics of Reputation.** Nova York: Schocken Books, 1969.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. *Snowball* (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. X.** 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Diretrizes sobre o Pronaf.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- BARBOSA, W. A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Saterb, 1968.
- BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e educação popular em Araponga, MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, RS, 2005.
- BARNES, J. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. **Human Relations**, n. 7, p. 39-58, 1954.
- _____. [1969] Redes sociais e processo político. In: FELDMAN- BIANCO, Bela (org) **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, p. 171-204, 2010.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Segredos e truques da pesquisa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Texto para discussão nº. 759. Rio de Janeiro: IPEA, setembro de 2000.

BERG, L. A. van den. **Invisible peasant movements: a case study of (re)peasantisation in Brazil.** Thesis (MsC). Wageningen University and Research Centre, 2010.

BERG, L. A. van den; MENDES, F.F.; CAMPOS, A.P.T. Gaining control: “re-peasantisation in Araponga”. **Farming Matters Magazine**, 27(4), p. 10-13, 2011.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** 33^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BLASENHEIM, P. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil:1870-1906.** Stanford. PhD Thesis. Stanford University, 1982.

BOITO JR, A. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, p. 3, 1994.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), MG.** Tese de Doutorado em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa, 2006.

BOURDIEU, P. A ilusão bigráfica. [1989] In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191, 2002.

_____. **O poder simbólico.** [1989] Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Decreto Nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000.** Dispõe sobre a criação das Secretarias de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/BGU/Arquivos/2000/Volume%20I/ParteIII/Ministerio%20do%20Desenvolvimento%20Agrario.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2014.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 8 de 11 de Julho de 2003.** Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publice/media/NMQ_LEGISLAcO_IN8.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>>. Acesso em: 14 ju. 2014.

BRASIL. Portal Brasil. **Contratações do Crédito Fundiário são retomadas em 21 estados.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/07/contratacoes-do-credito-fundiario-sao-retomadas-em-21-estados>> Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 8 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 59.566, de 14 de Novembro de 1966.** Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 4.504, 30 de Novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 4.947, de 6 de Abril de 1966.** Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4947.htm Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 5.764, 16 de Dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acessado em: 13 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 19 maio 2012.

BROOKE, N.; WITOSHYNISKY; M. (orgs). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social = The Ford Foundation's 40 years in Brazil: A partnership for social change.** São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Ford, 2002.

CAMARGO, A. A.. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base". In FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira. Sociedade e Política (1930-1964).** 3^a ed., São Paulo: DIFEL, t. III, vol. 3, p. 121-224, 1986.

CAMPOS, A. B. F. **"“Conquista de terras em conjunto”: caminho (s) e limites para o desenvolvimento como liberdade."** Monografia. Bacharelado em Geografia. Departamento de Artes e Humanidades, Curso de Geografia, 2007.

CAMPOS, A. P. T. **“Conquista conjunta de terras”, organização social e planejamento no meio rural: uma iniciativa dos trabalhadores rurais de Araponga-MG.** Monografia.

Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento Municipal. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Viçosa. 2004.

_____. "Conquista de terras em conjunto": redes sociais e confiança - A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga - MG. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2006.

CAMPOS, A. P. T.; FERRARI, E. A. A *conquista* de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 5, p. 8-12, 2008.

CAMPOS, A. P. T.; MENDES, F. F. "Redes sociais, comunidades eclesiais de base e sindicalismo rural: a experiência da conquista de terras em conjunto entre agricultores familiares da Zona da Mata mineira". **Revista Ruris** (Campinas) vol.5, nº. 2, 2º semestre, 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 7^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2.ed. Brasília:MDA:SAF:DATER-IICA, 2007.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar:uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro-RJ, Revista Semestral, n. 8, p. 70-82, 1997.

CASTRO, H. M. M. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Revista CTA-ZM 15 anos**. Viçosa - MG, p. 26, 2002.

CINTRÃO, R. P. **Ongs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na zona da mata mineira**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

_____. "Como uma família": sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Volume 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 307-324, 2009.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DELGADO, G. C. O Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea. Texto para discussão nº. 1025. Brasília: IPEA, junho de 2004.

DEPARTAMENTO DE SOLOS (UFV). Estágio Interdisciplinar de Vivência. Disponível em: <<http://www.dps.ufv.br/?area=extensao>>. Acesso em: 15 maio 2012.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FARIA, A. A. C. **Uma visão do município de Araponga: informações sobre o diagnóstico realizado**. Viçosa (MG): CTA-ZM, p.1-29, 1994a.

_____. **Uma visão do município de Araponga**. Viçosa (MG): CTA-ZM, p. 1-13, 1994b.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, nº. 62, p. 27-44, 2006.

FELDMAN-BIANCO, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Antropología e poder: contribuciones de Eric R. Wolf**. Brasília/São Paulo: Ed. UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B. O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. **Perspectivas**, nº. 1, p. 189-202, 1976.

FERRARI, C. T. **Territórios e Educação do Campo nas Serras do Brigadeiro**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2011.

FERRARI, E. A.; ABRAÃO, S. S. Pronaf Agroecología: sistematización de una experiencia llevada a cabo en la Zona da Mata de Minas Gerais. In: Scotto, G. (Org.). **Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales: Brasil, Venezuela, Guatemala. Una mirada desde lo local**. Rio de Janeiro: Action Aid - Oficina Regional Américas, 2008.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar campesina, agroecología e estrategias de reproducción socioeconómica**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2010.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FRANCISCANOS CAPUCHINHOS, O que é um Livro Tombo? Disponível em: <http://www.capuchinhosrs.org.br/index.php?ir=PaginaPersonalizada&id_pagina=58&link=30&link_pai=48&id_noticia=26332>. Acesso em: 16 jul. 2014.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREITAS, A. F. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.

FREITAS, A. F.; AMODEO, N. B. P.; SILVA, F. Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga – MG. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 10, núm. 19, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí, Brasil, p. 103-131, 2012.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 999 - 1020, 2013.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Desenvolvimento Rural e Inovações Institucionais na Operacionalização de Políticas Públicas na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - **Enapegs**, 2012, São Paulo. Gestão Social: mobilizações e conexões, 2012.

FREITAS, A. F. **Desenvolvimento territorial e inovações institucionais no Território Serra do Brigadeiro.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.

FUNDAÇÃO MARIANENSE DE EDUCAÇÃO. **Mantenedora.** Disponível em: <<http://arquidiocesano.com/mantenedoura/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

GANSNER, E. R.; KOUTSOFIOS, E.; NORTH, S. C.; VO, Kien-Phong. A Technique for Drawing Directed Graphs. **IEEE Transactions on Software Engineering**, 19(3), p. 214-230, 1993.

GARCIA JÚNIOR, A. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.**São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Ed. UnB: MCT-CNPq, 1989.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GRANOVETTER, M. "La force de liens faibles." In: **Le marché autrement: les réseaux dans l'économie.**Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer, [1973], 2000.

GRISA, C., SCHMITT, C. J., MATTEI, L., MALUF, R. S. e LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. O.; HERINGER, R. (eds.) **A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas.** 1^a ed. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias.**Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. *Evolução Recente da Estrutura Fundiária e Propriedade Rural no Brasil*. In: GASQUES, José G.; VIEIRA FILHO, José E.; NAVARRO, Zander (Orgs.) **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Vol. XL N°. 1 March, p. 1-25, 2006.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. **CEDES**, Campinas, v. 21, n.55, nov. 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2012.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2009.

HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos, conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 5 out. 2011.

Notas Técnicas.

Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar Primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>. Acessado em: 6 dez. 2011.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Sem Agrotóxico (SAT). Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/produtos-sem-agrotoxico-sat>>. Acesso realizado em: 10 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Módulo Fiscal e Módulo Rural. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/content/perguntas-frequentes-01>>. Acesso em: 12 maio 2012.

JULIÃO, F. Que são as ligas campesinas? [1962]. In: WELCH, Clifford A. et all (Orgs.). **Camponeses brasileiros. Vol. 1: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, p. 271-297, 2009.

LANGFUR, H. Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War. In: Late-Colonial Brazil. **Hispanic American Historical Review**, 82(2), p. 215-56, 2002.

LANNA, A.L.D. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

LEAL, V. N. [1949] **Coronelismo, enxada e voto**. 2^a ed. São Paulo: Alfa-Omega, p. XIII-58, 1975.

LEITE, S. P. et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: Miranda, C. e Tiburcio, B. (orgs.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**, Brasília, IICA, p. 69-169 (Série DRS Vol. 8), 2008.

LONG, N. (ed). **Encounters at the interface: A perspective on social discontinuities in rural development**. Wageningen Studies in Sociology 27, Wageningen: the Agricultural University, 1989.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 3-4, p. 226-249, 1989.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 15-25, 2002.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MAFRA, F. L. N. **Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATOS, M. C. **Educação e "participação": tutela ou crescimento? Análise dos componentes educativos da proposta de planejamento participativo do PRODEMATA**. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ, 1983.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados**. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém, Pará, 2001.

MAUSS, M. [1924], Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-314, 2003.

MAYER, A. C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org) **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, p. 139-170, 2010.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais

brasileiros. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, p. 103-128, 2001.

_____. **Movimentos sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, p. 7-58, 2002.

_____. Agricultura Familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: Manzanal, Mabel y Neiman, Guillermo. **Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos.** Colección Trabajo, integración y Sociedad. Ciccus, Buenos Aires, 2010a.

_____. Movimentos Sociais no Campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, p. 113-136, 2010b.

MENDRAS, H. **Sociedades campesinas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

MERCADANTE, P. **Os sertões do leste; estudo de uma região: a mata mineira,** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

MOVIMENTO DA BOA NOVA. **O Mobon.** Disponível em: < <http://www.mobon.org.br/> >. Acesso em: 10 dez. 2013.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** 2007. 132f. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PortoAlegre, 2007.

NEIBURG, F; WAIZBORT, L. (orgs.). **Dossiê Norbert Elias.** 2a. Edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs.) **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Ed. da UFPR, p. 147-168, 1998.

_____. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. (Org.). **Ensaios. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura.** Aracaju, p. 131-159, 2002.

NORTH, D. C. 1990. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press, p. 3-12.

_____. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, N°. 1, p. 97-112, 1991.

_____. Instituciones, câmbio institucional y desempeño económico. México: **Fondo de Cultura Económica**, 1995.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, F. R. C. **Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova.** Tese (Doutorado de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

OLIVEIRA, F. R. C.; ZANGELMI, A. J. Religião, comunicação e cultura política: da vida religiosa à luta pela cidadania. **Revista de C. Humanas**, v. 9, n. 2, p. 216-228, 2009.

OLIVEIRA, R. R. **Meios de vida e produção de alimentos: quando a paisagem diversifica, o prato fica colorido.** Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2013.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, 3 (7), p. 87-108, 1989.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. M. A. **Política ambígua.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do real e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 51-71, 2006.

PICOLOTTO, E. L. **“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS.** Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

_____. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

PIRES, A. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930.** Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Araponga-MG, set. 2001.

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry.** Uitgeverij Van Gorcum, 2003.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRAÇA, H. L. F. **Criação de unidades de conservação e modernização no meio rural: o caso do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2009.

QUEIROZ, M. S. C.: **O campesinato brasileiro ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

REDE DE INTERCÂMBIOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Como começamos.** Disponível em: <<http://www.redemg.org.br/?iid=11>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

REDFIELD, R. **O mundo primitivo e suas transformações.** Rio de Janeiro: USAID, 1964.

REIS, L. S.. **O trabalho “precoce” dos filhos de agricultores no município de Varre-Sai.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2012.

REZENDE, I. N. **O Paraíso e a esperança: vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930).** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica/RJ: Edur, 2009.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, A. D.; FLORISBELO, G. R. **Desenvolvimento territorial e combate à Pobreza: sistematização de três experiências no Estado de Minas Gerais, Brasil.** 2004. Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/ArtigoCombatePobrezaversaofinalptugues.pdf>. Acesso em: 12 maio 2013.

SANTOS, A. D.; FLORISBELO, G. R. **Desenvolvimento territorial, mudança institucional e Produtiva: sistematização de três experiências no estado de Minas Gerais, Brasil.** 2004. Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/ArtigoCTAZMDTRversaofinalportugues.pdf>. Acesso em: 12 maio 2013.

SCHMITT, C. J.; PETERSEN, P. F. Transição agroecológica: revisitando o conceito a partir das experiências desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares no Semi Árido brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009, p. 3987-3990.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo Eduardo M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-49, 2009.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (org). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** 2^a Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA.** Presidente Prudente, v. 8, n.7, p.1-21, jul./dez., 2005.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes.** Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SILVA, M. G. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG.** Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa-MG, 2010.

SOUZA LIMA, A. C.; CASTRO, J. P. M. Política (s) Pública (s). In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** ABA / Ed. Unicamp /EDUFBA, p. 351-392, 2008.

SOUZA, L. A. G. As várias faces da Igreja Católica. **Revista de Estudos Avançados.** São Paulo: USP, volume 18, nº. 52, p. 77-95, 2004.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TILLY, C.; GOODIN, R. E. It depends. In: **The Oxford handbook of contextual political analysis**, Oxford Handbooks Online, p. 3-32, 2006.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. Ensinamentos a partir de casos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TOZZINI, S.; BERGER, R. A finalidade das associações no novo Código Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 66, 1º jun.2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4126>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

TRICHES, R.M. **Reconectando a produção ao consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRIVINÓS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALVERDE, O. estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, 20, p. 3-79, 1958.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-27, 1994.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. In: **Agronomy for Sustainable Development**, Volume 29, Issue 4, p. 503-515, 2009

WOLF, E. R. **Sociedades campesinas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 11-73, 1990.

Atas, Documentos e Relatórios

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGA (AFA). **Atas das Reuniões da Diretoria, Assembleia Geral e Ordinária**, de 1998 a 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGA (AFA). **Estatuto Social**, 09/09/1998.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGA (AFA). **Estatuto Social Retificado**, 22/06/2011.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Diagnóstico de Araponga**, Viçosa: CTA-ZM, 1993, texto 1, 29 p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Diagnóstico de Araponga**, Viçosa: CTA-ZM, 1993, texto 2, 13 p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **PDRS - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga**. Viçosa: CTA-ZM, 2001, 41 p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Território da Serra do Brigadeiro Diagnóstico Participativo da Realidade Rural do Território**. Viçosa: CTAZM, 2004, 175 p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro**. Viçosa: CTA-ZM, 2005, 81p.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Diagnóstico dos Empreendimentos de Economia Solidária em Araponga, Divino e Espera Feliz**. Viçosa: CTA-ZM, 2009, 60 p.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (Ecosol). **Atas das Reuniões Conselho Fiscal e Diretoria**, de 2003 a 2012.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (Ecosol). **Estatuto Social**, 14/06/2003.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (Ecosol). **Estatuto Social Retificado**, agosto de 2009.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (Ecosol). **Regimento Interno**, 21 de abril de 2012.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE ARAPONGA (Cresol). **Regimento Interno**, 4 de abril de 2014.

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE ARAPONGA (STR). **Atas das Reuniões da Diretoria, Assembleia Geral e Ordinária**, de 1989 a 2012.

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE ARAPONGA (STR). **Estatuto Social**, 18 de junho de 1989.